

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ

Programa de Pós-Graduação em Filosofia

Doutorado

FLÁVIO FÊO

ACONTECIMENTO E HISTÓRIA

FOUCAULT E OS HISTORIADORES

CURITIBA

2018

FLÁVIO FÊO

ACONTECIMENTO E HISTÓRIA

FOUCAULT E OS HISTORIADORES

Tese apresentada à banca examinadora como requisito parcial para obtenção do título de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, sob a orientação do professor Cesar Candioto.

CURITIBA

2018

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Giovanna Carolina Massaneiro dos Santos – CRB 9/1911

F344a Fêo, Flávio
2018 Acontecimento e história: Foucault e os historiadores / Flávio Fêo;
orientador: Cesar Candioto. – 2018.
190 f. ; 30 cm


Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba,
2018
Bibliografia: f. 181-190

1. Filosofia - História. 2. Foucault, Michel, 1926-1984. 3. Historiadores.
4. Arqueologia. I. Candioto, Cesar. II. Pontifícia Universidade Católica do
Paraná. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. III. Título

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE TESE N.º 13
DEFESA PÚBLICA DE TESE DE DOUTORADO DE

Flávio Justino Fêo

Aos treze dias do mês de abril de dois mil e dezoito, às nove horas e trinta minutos na sala de Defesa no segundo andar da Escola de Educação e Humanidades desta Universidade realizou-se a sessão pública do exame de Tese do doutorando **Flávio Justino Fêo** intitulada: ACONTECIMENTO E HISTÓRIA - FOUCAULT E OS HISTORIADORES. A Banca Examinadora foi composta pelos professores: Dr. Cesar Candiotto, Dr. Marlon Jeison Salomon, Dr. Fabiano Incerti, Dr. Daniel Verginelli Galantin e Dr.^a Priscila Piazzentini Vieira. Após a instalação dos trabalhos pelo presidente da banca, professor Cesar Candiotto, o candidato fez uma exposição sumária da tese, em seguida procedeu-se à arguição pelos membros da banca e à defesa do candidato. Encerrada essa fase, os examinadores, em reunião reservada, apresentaram suas avaliações, tendo considerado o candidato Aprovado em sua defesa de tese conforme as notas e o conceito registrados abaixo. Após a proclamação dos resultados, o presidente da banca DOUTORA ao candidato o título de Doutor em Filosofia. Encerrados os trabalhos às 13 h 30 min. lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

MEMBROS DA BANCA		ASSINATURA	NOTA
Prof. Dr. Cesar Candiotto – PUCPR			9.0
Prof. Dr. Marlon Jeison Salomon – UFG			8.0
Prof. Dr. Fabiano Incerti – PUCPR			9.0
Prof. Dr. Daniel Verginelli Galantin – PUCPR			8.0
Prof. ^a Dr. ^a Priscila Piazzentini Vieira – UFPR			8.0
MÉDIA FINAL	8.4	CONCEITO	B

CIENTE -


Prof. Dr. Ericson Falabretti

Coordenador do Programa de Pós-Graduação
em Filosofia - *Stricto Sensu*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Cesar Candioto, pela paciência, pelo apoio e sugestões ao longo deste trabalho. Sou realmente grato por sua generosidade e orientação neste percurso.

Agradeço também ao professor Marlon Salomon por suas contribuições fundamentais desde a qualificação.

Ao professor Dr. Philippe Sabot da Université de Lille 3, que teve a sensibilidade de nos ceder o texto de sua Conferência na Sorbonne (2016) antes ainda de torná-lo público.

Aos professores Drs. Fabiano Incerti; Daniel Verginelli Galantin; Priscila Piazzentini Vieira pela leitura atenta e valorosas sugestões ao trabalho.

Ao meu amigo professor Dr. Rildo da Luz Ferreira, pela lealdade, pelo apoio e por trazer minhas encomendas de Paris, que se mostraram de fato valiosas para esta pesquisa.

À CAPES e à PUC-PR que através da Bolsa PROSUP financiaram esta pesquisa durante 48 meses.

Ao Governo do Estado do Mato Grosso, que através da Secretaria Estadual de Educação me liberou por todo tempo necessário à pesquisa.

Às minhas queridas Maria Luiza Tavares Sakamoto (prima) e Judith Tavares (tia e avó preferida) pela acolhida sempre carinhosa em Curitiba.

Fundamentalmente à minha mãe, pelo apoio incondicional em todos os momentos. Mãe, a você dedico este trabalho, que é para mim a realização de um sonho.

Resumo: Para Michel Foucault, fazer filosofia implicava num movimento permanente de deslocamento do pensamento, onde o não-filosófico é a condição da própria filosofia. Nesta perspectiva propomos uma aproximação entre Foucault e aqueles historiadores que ajudaram a constituir uma significativa mutação epistemológica na historiografia francesa do século XX. Nossa referência fundamental será a *Arqueologia do Saber*, onde a *histoire nouvelle* – que teve o mérito de substituir as sucessões lineares por um jogo de interrupções em profundidade – é apresentada como tendo realizado um trabalho essencial no que diz respeito ao “deslocamento do descontínuo”. Essa mudança no estatuto das descontinuidades será fundamental para a reelaboração da noção de acontecimento. Na *Arqueologia*, o acontecimento é tratado sob um regime de regras de existência, formação e transformação. Nestas circunstâncias, o acontecimento enunciativo, trará o paradoxo da materialidade incorporal, na medida em que não é em si mesmo, uma unidade, mas uma função que cruza verticalmente domínios possíveis de positividade, no tempo e no espaço. O que também lhe caracteriza como atributo. Neste cenário, o acontecimento não pode ser confundido com o fato histórico. Tomado como fato, o acontecimento é substância. Daí a necessidade de se estabelecer as diferenças entre a análise arqueológica e a História das ideias. Esta última, está assentada na noção moderna de História, portanto, sob o pressuposto da totalização e unidade do tempo. Por outro lado, é fundamental compreender em sua especificidade, o que aproxima Foucault da *histoire nouvelle*. Sobre este aspecto, a exposição da longa duração, o problema da constituição de séries e o deslocamento das descontinuidades serão os temas privilegiados. Portanto, se na História como tal, o tempo é frequentemente concebido como totalização, para Foucault, assim como para a *histoire nouvelle*, a tematização dos acontecimentos, num horizonte de múltiplas temporalidades, em suas diversas formas de sucessão, terá como efeito sua dessubstancialização.

Palavras-chave: História; Acontecimento; Descontinuidades; Arqueologia do saber; *Histoire Nouvelle*; Filosofia contemporânea.

Abstract: For Michel Foucault to do philosophy implied a permanent movement of the displacement of thought, where the non-philosophical is the condition of philosophy itself. In this perspective we propose an approximation between Foucault and those historians who helped constitute a significant epistemological mutation in the French historiography of the twentieth century. Our fundamental reference will be the Archeology of Knowledge, where *histoire nouvelle* - which had the merit of replacing linear sequences with a set of in-depth interruptions - is presented as having performed an essential work in regard to the "discontinuous displacement". This change in the status of discontinuities will be fundamental for the re-elaboration of the notion of event. In Archeology, the event is treated under a regime of rules of existence, formation and transformation. In these circumstances, the enunciative event will bring the paradox of incorporeal materiality, inasmuch as it is not in itself a unity, but a function that vertically crosses possible domains of positivity, in time and space. Which also characterizes it as an attribute. In this scenario, the event can not be confused with the historical fact. Taken as fact, the event is substance. Hence the need to establish the differences between the archaeological analysis and the History of ideas. The latter is based on the modern notion of history, therefore, under the assumption of totalization and unity of time. On the other hand, it is fundamental to understand in its specificity, which brings Foucault closer to the *histoire nouvelle*. In this aspect, the long-term exposure, the problem of series formation and the displacement of discontinuities will be the privileged themes. Therefore, if in history as such, time is often conceived as totalization, for Foucault, as for *histoire nouvelle*, the thematization of events, in a horizon of multiple temporalities, in their various forms of succession, will have as its effect the desubstantiation.

Key words: History; Event; discontinuities; Archeology of Knowledge; *Histoire Nouvelle*; Contemporary Philosophy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p.01
I - Sobre a etimologia da noção de Acontecimento	p.03
II - Do Acontecimento como incorporal (atributo).....	p.07

Primeiro Capítulo

1. Foucault, História e Acontecimento.....	p.23
1.1 Kant, <i>Aufklärung</i> e Revolução como Acontecimentos.....	p.37
1.2 Sobre Nietzsche, História e Acontecimento.....	p.45

Segundo Capítulo

2. A História dos Historiadores.....	p. 58
I - A ideia de uma História em si.....	p. 59
2.1 A História das Ideias.....	p. 74
I - A diversidade da História das Ideias.....	p. 75
2.2 A História das Mentalidades.....	p. 82

Terceiro Capítulo

3. Sobre a <i>École des Annales, a Nouvelle Histoire</i>	p. 90
3.1 Sobre os fundadores (A Primeira Geração dos <i>Annales</i>).....	p. 96
3.2 <i>La Longue Durée</i> : Fernand Braudel.....	p.112
3.3 Pierre Chaunu e a História Serial.....	p.119
I - Os começos da História Serial.....	p.123

Quarto Capítulo

4. A História Arqueológica.....	p. 130
I – A crítica da História.....	p. 132

4.1 A Análise Arqueológica.....	p. 139
I - As formações discursivas.....	p. 142
II - O nível dos objetos.....	p. 147
III - Os tipos enunciativos.....	p. 148
IV - O nível dos conceitos.....	p. 150
V - O nível dos temas e teorias, ou seja, das estratégias.....	p. 151
VI - Discurso e enunciado.....	p. 153
VII - O referencial.....	p. 154
VIII - O sujeito.....	p. 156
IX - O campo associativo.....	p. 157
X - A materialidade.....	p. 158
4.2 O Estatuto do Acontecimento na Arqueologia do Saber.....	p.161
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p.170
REFERÊNCIAS.....	p.181

INTRODUÇÃO

(...) *l'expérience prouve que l'indifférence pour le débat de mots s'accompagne ordinairement d'une confusion d'idées sur la chose.*¹

O objetivo desta pesquisa é a descrição das condições históricas e filosóficas pelas quais se tornou possível a configuração de um novo estatuto para a noção de acontecimento na *Arqueologia do Saber*². Estas condições estão ligadas, como Foucault já esclarece na introdução, ao trabalho desenvolvido por uma *histoire nouvelle*.³

Trataremos, portanto, de definir a medida na qual as mutações epistemológicas da História foram determinantes para o estabelecimento de um novo estatuto do acontecimento (agora configurado sob um regime de regras de existência, formação e transformação), através da exposição da longa duração, do problema da constituição de séries e do deslocamento das descontinuidades – que passam de obstáculo à prática.

A referência recorrente aos historiadores não nomeados de uma *histoire nouvelle* que teria causado rupturas à História das ideias propondo não mais a investigação de fatos datados e relacionados por causalidades, mas ao contrário, propondo a constituição de séries que permitem a emergência de acontecimentos numa diversidade de níveis impensáveis até então pelos próprios historiadores, nos levou de um lado, à curiosidade sobre o estatuto desta noção de acontecimento e, por outro lado, à tese de que a contribuição dos historiadores, de modo especial da *École des Annales*, tenha sido fundamental para a formulação desta noção na arqueologia. Por esse motivo,

¹ VEYNE, Paul. **Comment on écrit l'histoire**. Paris: Éditions du Seuil, 1979, p. 9.

² FOUCAULT, M. **L'Archéologie du Savoir**. Paris: Gallimard, 1969.

³ Embora Philippe Sabot – em conferência recente na Sorbonne, 17/12/2016 – esclareça inicialmente que não desenvolverá sua pesquisa nesta direção, acentua o papel central (*rôle majeur*) dos historiadores no que diz respeito à constituição da noção de acontecimento na *Arqueologia do Saber*. « *Il est possible de penser que sur ce point, pour accomplir cette mutation du statut de l'événement, l'histoire (des historiens) telle que Foucault l'appréhende dans ce dernier ouvrage, joue un rôle majeur.* » SABOT, Philippe. **Le statut de l'événement dans la pensée de Michel Foucault : des Mots et les choses à L'Archéologie du savoir**. Disponível em <http://hal.univ-lille3.fr/hal-01517790/document> Este texto foi apresentado inicialmente no *Séminaire Actualités de Foucault*, Paris 1 - 17/12/16. Nesta ocasião o título apresentado foi : **Le statut de l'événement dans L'Archéologie du savoir**. Vamos nos referir sempre a este último título. (Todas as traduções desta referência são de nossa responsabilidade).

num primeiro momento, nos pareceu incontornável a tarefa de localizar os limites do uso da História por Foucault, para se pensar a constituição da noção de acontecimento neste contexto da arqueologia.

Quanto à noção de acontecimento, fundamento de toda História e que também a extrapola, do ponto de vista filosófico, (como se pode verificar na tese de Bréhier sobre os estoicos⁴), vamos buscar sua diferença, mesmo quando ainda – paradoxalmente – se trata de História, mas agora de uma *nouvelle histoire*.

Quando Foucault fala da noção de acontecimento na *Ordem do Discurso*, conferência de 1970, portanto, um texto que é bastante próximo da *Arqueologia do Saber* (publicada no ano anterior), refere-se indiretamente à tese de Bréhier, afirmando que o acontecimento não é corpo, não é substância, não é propriedade, mas é efeito:

Se os discursos devem ser tratados, antes, como conjuntos de acontecimentos discursivos, que estatuto convém dar a esta noção de acontecimento que foi tão raramente levada em consideração pelos filósofos? Certamente o acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material. Digamos que a filosofia do acontecimento deveria avançar na direção paradoxal, à primeira vista, de um materialismo do incorporal.⁵

Como se percebe aqui, o acontecimento pode ter um estatuto muito especial no modo como Foucault o operacionaliza. Esse estatuto, como veremos, tem consequências extremamente importantes no modo como ele aborda a História. Por hora, seria importante acompanhar a noção de acontecimento em suas diversas acepções. O uso muitas vezes confuso desta noção precisa ser esclarecido, na medida em que buscamos evitar os mal-entendidos que encobrem, justamente, a possibilidade de uma convergência entre Foucault e a *Histoire Nouvelle*. De modo que, colocar a questão pelo que podemos entender por acontecimento desde sua etimologia é inevitável. Mas

⁴ BRÉHIER, Émile. *La Théorie des Incorporels dans L'Ancien Stoïcisme*. (Thèse pour le doctorat, 1908) Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1989. Consultamos eventualmente a tradução de Fernando Padrão de Figueiredo e José Eduardo Pimentel Filho, com transliteração e tradução do grego de Luiz Otávio de Figueiredo Mantovaneli. Cf. BRÉHIER, Émile. *A teoria dos incorporais no estoicismo antigo*. Belo Horizonte: Autêntica Ed., 2012.

⁵ FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 2012, p. 54.

podemos adiantar que o que aproxima Foucault da *histoire nouvelle*, no que diz respeito à noção de acontecimento, está diretamente ligado às mutações epistemológicas da História, que incidirão diretamente na reconfiguração da noção de descontinuidade.⁶

I - Sobre a etimologia da noção de Acontecimento

O vocábulo francês *événement* costuma ser traduzido tanto como acontecimento quanto como evento. No caso específico do francês temos que *événement* tem como origem o latim *evenire*: de ocorrer, acontecer. De acordo com o *Dictionnaire historique de la langue française* pode significar também: *sortir* (sair), *avoir un résultat* (obter um resultado), *se produire* (se produzir) *advenir* (ocorrer).⁷ François Dosse referindo-se às origens latinas do francês *événement* afirma que:

Diferentemente de hoje em dia, a acepção latina não significa o inesperado, o surgimento do novo. (...) Na acepção vigente, no século XVI, o termo acontecimento remete à obtenção de um resultado, um sucesso, um desfecho. Durante muito tempo foi empregado com esse significado, embora pouco a pouco este último torne-se obsoleto. (...) Em seguida, no século XVII, esse significado desaparece gradualmente, sendo substituído por algo que aconteceu, um fato de certa importância, um pouco excepcional, que quebra uma rotina, significado que se manteve desde então. Mas essa estratificação de significados possibilita vários usos provocando uma simbiose de significados.⁸

Em português, temos que acontecimento é o que acontece, uma ocorrência, algo notável que se realiza de modo inesperado, por acaso ou eventualidade. Refere-se, portanto, ao caráter de possibilidade do que acontece na medida em que o que acontece poderia não ter acontecido por sua condição de imprevisível. O que também se pode verificar pela proximidade semântica com o termo evento, do latim *eventus*: sucesso, acontecimento, eventualidade; e ainda, pela coparticipação das duas palavras no sufixo *ento*, do latim *entus*: que tem o caráter de, que se assemelha a. Evento, assim como acontecimento, não reivindica o que “realmente existe”, etimologicamente. Esta acepção é dada apenas na noção de fato, do latim *factum*, participio do verbo *facere*, que significa

⁶ Cf. 4.2 O Estatuto do Acontecimento na Arqueologia do Saber, p. 161.

⁷ Cf. REY, A. (Org.). *Dictionnaire Historique de la langue française*. Paris: Le Robert, 1992, p. 751.

⁸ DOSSE, François. *Renaissance de L'événement: Un défi pour l'historien : entre sphinx et phénix*. Paris: Ed. Presses Universitaires de France, 2010, p. 4-5.

fazer. Fato designa os eventos, ou acontecimentos, que “realmente aconteceram”, referindo-se ao seu status ontológico, e não a uma proposição, ou seja, se o considerarmos não apenas do ponto de vista epistemológico. Temos assim, fato, como coisa ou ação feita, o que realmente existe; portanto, mais próximo do sentido de evidência, do latim *evidens-entis* que se refere a uma “certeza manifesta”.⁹

No tradicional Vocabulário Técnico de Filosofia de André Lalande, por exemplo, temos uma primeira definição nestes termos, fato, “o que é ou acontece na medida em que é tomado como um dado real da experiência, sobre o qual o pensamento se pode fundar.”¹⁰ Fica clara aqui uma perspectiva do fato como categoria. O autor apresenta também as observações da Sociedade Francesa de Filosofia em que as contribuições não são unânimes, revelando por exemplo, a dificuldade de separar as noções de fato e acontecimento. Na primeira dessas contribuições, as noções de fato, fenômeno e acontecimento estão intimamente aproximadas.

Fato pode ser considerado como um simples sinônimo de fenômeno. Definiria o fato ou fenômeno da seguinte maneira: aquilo que, constituído essencialmente por um próprio qualificativo, ocupa um lugar limitado no tempo e no espaço; ou ainda: um contínuo de espaço e de tempo, ou só de tempo, da pequena grandeza, ocupado por apenas uma e uma só qualidade. (...) Designa-se *acontecimento* o fato cujo elemento temporal possui mais importância do que o elemento espacial, o fato que aparece sobretudo como uma mudança. (V. Egger)¹¹

Aqui, não apenas se equiparam fato e acontecimento, ao menos do ponto de vista temporal, como estão associados à categoria da mudança. Logo em seguida são apresentadas as posições daqueles que distinguem fato e fenômeno, esta posição é defendida por J. Lachelier; P.F. Pécaut; Bernès; Brunschvicg; Chartier e, diz o seguinte:

Fato tem um sentido antes de mais descritivo e concreto, fenômeno um sentido analítico e abstrato. Fato designa um complexo dado intuitivamente na experiência (um fato histórico). Fenômeno aplica-se quer, de modo inteiramente correto, a um elemento da

⁹ Cf. HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. > FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA**. 3ªed. Curitiba: Positivo, 2004. > CUNHA, Antônio Geraldo da. **DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO DA LÍNGUA PORTUGUESA**. 4ªed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

¹⁰ LALANDE, André. **Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia**. São Paulo: Martins Fones, 1996, p. 388.

¹¹ LALANDE, André. **Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia**. *Op. Cit. Id.* (Veremos no Capítulo 3 que François Furet está entre aqueles que aderem à justaposição entre fato e fenômeno, p. 99.)

experiência (um fenômeno óptico, os fenômenos químicos, etc.), quer, por extensão, a um complexo, mas encarado agora como um todo composto de elementos. (M. Bernès)¹²

É apresentada também no Vocabulário, a contribuição de Claude Bernard, através do seu clássico de epistemologia e método, *Introduction a L'étude de la Médecine Expérimentale*¹³. O texto de Bernard por si só poderia ser motivo de uma reflexão mais aprofundada, de maneira especial no capítulo II quando trata *De l'idée a priori et du doute dans le raisonnement expérimental*. Tomá-lo-emos aqui de forma circunstancial, todavia, estimulante, nos seguintes pontos que tratam especificamente da noção de fato. Primeiro quando afirma que “*sont les faits qui jugent l'idée*”, no que podemos deduzir, acompanhando Lalande, que os fatos se opõem ao que é ilusório, fictício ou apenas possível. Mas indo um pouco além no texto de Bernard, temos uma observação muito interessante que se acrescenta de maneira esclarecedora à primeira:

Um fato não é nada por ele mesmo, só vale pela ideia ligada a ele ou pela prova que proporciona. Temos dito em outros lugares que, quando qualificarmos um fato novo de descoberta, não é o fato em si que constitui a descoberta, mas a nova ideia que é derivada dele; Da mesma forma, quando um fato é provado, não é o próprio fato que dá a prova, mas apenas a relação racional que ele estabelece entre o fenômeno e a sua causa. É esta relação que é a verdade científica (...) ¹⁴

Se por um lado são os fatos que julgam as ideias, por outro, « *un fait n'est rien par lui-même* ». Neste sentido, Claude Bernard não atribui ao fato nenhuma substância ou realidade necessária. Para ele, portanto, o fato não é nada, o que importa são as relações que ele torna possível, entre fenômenos e causas. Enfim, ele considera que, não apenas quanto ao método experimental, “*comme partout, le seul criterium réel est la raison.*” Esta posição é muito diferente daquela dos membros da Sociedade Francesa de Filosofia, no início do século XX, que de um modo geral assumem a posição de que “a palavra fato distingue-se de acontecimento na medida em que este último apenas se aplica àquilo que acontece num tempo e num lugar particulares, não àquilo que dura.”¹⁵ Aqui o fato é o que dura, portanto, o que realmente existe.

¹² LALANDE, André. *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*. Op. Cit. p. 388.

¹³ BERNARD, Claude. *Introduction à L'étude de la Médecine Expérimentale*. Paris : J.B. Baillièrre et Fils, 1865.

¹⁴ *Ibid.* p. 77.

¹⁵ LALANDE, André. *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*. Op. Cit. p. 389.

Voltando à língua portuguesa, nossos léxicos consideram que acontecimento e evento, referem-se ao termo acontecer, variação (*contecer*) do latim clássico *contingere*, o que pode ou não acontecer. A variação *contecer*, hoje em desuso, está documentada com frequência no português medieval, desde o século XIII, ela se apresenta como sendo a origem de *acontecer* (séc.XIII) e, finalmente, de acontecimento (séc. XIV), que significa realizar-se inopinadamente, isto é, que sobrevém de forma imprevista ou inesperada, e se caracteriza pelo caráter extraordinário, surpreendente e singular.¹⁶

Apenas como ponto de partida para reflexão, podemos admitir até aqui, um conjunto de significados tão amplo quanto vago no uso da noção de acontecimento, tanto no francês quanto no português.

Até este ponto, abrem-se muitas possibilidades para conjecturas e, não obstante a pluralidade semântica do termo, poderíamos sintetizá-las ao entorno de uma dupla ascendência: primeiro a ideia do acontecimento como resultado, como realização, tema passível de uma diversidade de questionamentos filosóficos pelo *status* desse resultado/realização; poder-se-ia também falar em termos de estabelecimento das condições de possibilidade, de emergência, seja o que for, do que (ainda) acontece, ou do que já aconteceu, na medida em que o acontecimento toma lugar numa determinada região do espaço e ocorre ao longo de um determinado período de tempo. O que, enfim, deixa margem a uma certa concepção de causalidade do que acontece,¹⁷ sendo o acontecimento o efeito de relações passíveis de descrição, de rastreamento, que nos remetem, como se disse, a um problema filosófico de base, em que a abordagem etimológica se revela insuficiente para responder. Trata-se da questão da

¹⁶ Cf. HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **DICIONÁRIO HOUAISS**, *Op. Cit.* > FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO**, *Op. Cit.* > CUNHA, Antônio Geraldo da. **DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO**, *Op. Cit.*

¹⁷ A título de exemplo da diversidade de possibilidades de se pensar a noção de acontecimento citamos este excerto sobre as discussões no âmbito da filosofia da mente: “Uma aplicação específica da relação causal ocorre hoje na filosofia da mente nas discussões a respeito de relações causais entre acontecimentos mentais e comportamentos e ações, uma questão que se situa inevitavelmente dentro do contexto maior de uma teoria da mente/corpo que por sua vez se situa no seio de uma teoria da realidade enquanto tal como é o caso claramente do fisicalismo, que situa todas as suas discussões a respeito da problemática mente/corpo dentro de sua tese básica de que todos os elementos do universo são constituídos de elementos físicos. Essa tese expressa como a categoria de acontecimentos se formula, então, na filosofia da mente, como a tese de que todos os acontecimentos mentais são eventos físicos. A pretensão aqui é que uma teoria de acontecimentos seja a base de tudo o que se possa discutir filosoficamente.” OLIVEIRA, M.A. **A ontologia em debate no pensamento contemporâneo**. São Paulo: Paulus, 2014, pos. 2344, ed. Kindle.

identidade do acontecimento. O que supõe, naturalmente, que se admita a existência dos acontecimentos, desde que não existe identidade sem entidade. Aqui, acontecimento se equipara a fato e poderia ser pensado como categoria, no sentido aristotélico de correspondência entre a realidade e o discurso. Dito assim, o conceito de acontecimento se revelaria essencial para pensar o problema da causalidade¹⁸, de modo especial no trabalho desenvolvido pela filosofia da linguagem em suas articulações com a filosofia da mente.¹⁹

Em segundo lugar, o acontecimento pode ser pensado em termos de surpresa, de ruptura, de novidade absoluta. Aqui, mais do que antes, se acentua sua singularidade. Na medida em que pode ser entendido como o que não se repete. Neste segundo sentido percebe-se, em português, a semelhança já destacada com o termo evento (mais próximo da etimologia francesa da noção de acontecimento), que enfatiza o imprevisível e o inesperado do que acontece, ao mesmo tempo em que se acentua sua distância paradoxal da noção de fato. Paradoxal na medida em que fato também pode ser pensado como singularidade, não obstante, a singularidade aqui, neste segundo sentido, poder indicar também uma diferença.

II - Do Acontecimento como incorporal (atributo)

Eis o problema: a um certo ponto as noções de fato e acontecimento acabaram por equiparar-se fazendo com que a categorização da noção de fato fosse automaticamente atribuída à noção de acontecimento. No entanto, a noção de acontecimento pode ser tomada como puro efeito, sem substância, ou seja, neste caso o acontecimento seria um atributo e não uma categoria, na medida em que não expressa o ser, mas uma maneira de ser. Um pouco ao modo como os estoicos o entendiam, de acordo com Bréhier:

¹⁸ “Entre outras razões, o tópico dos acontecimentos é de grande importância para a filosofia, e em particular para a metafísica, porque a relação de causalidade é normalmente considerada como uma relação que tem acontecimentos como *relata*. (...) Para obtermos uma concepção adequada acerca da natureza da causalidade, precisamos assim, presumivelmente, de dispor de uma noção apropriada de acontecimento.” BRANQUINHO, J.; MURCHO, D.; GOMES, N. G. (orgs.). **Enciclopédia de termos lógico-filosóficos**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 25.

¹⁹ DAVIDSON, D. **Essays on Actions and Events**. Nova York: Oxford University Press, 1980; LOMBARD, L. B. **Events: A Metaphysical Study**. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1986; “Event Theory”. In: KIM, J.; SOSA, E. (orgs.). *A Companion to Metaphysics*. Malden: Blackwell, 1995, p. 140-145. *Apud* OLIVEIRA, M.A. **A ontologia em debate no pensamento contemporâneo**. *Op. Cit.*, Cap. 4, nota 1.

O atributo, falando propriamente, não designa nenhuma qualidade real; branco e negro, por exemplo, não são atributos, nem em geral qualquer epíteto. O atributo é sempre, ao contrário, expresso por um verbo; isso quer dizer que ele não é um ser, mas uma maneira de ser (...) Essa maneira de ser encontra-se, de certa forma, no limite, na superfície do ser, e não pode mudar sua natureza : ela não é, verdadeiramente falando, nem ativa nem passiva, pois a passividade suporia uma natureza corporal que sofre uma ação. Ela é puramente e simplesmente um resultado, um efeito que não pode ser classificado entre os seres.²⁰

Nesta perspectiva dos estoicos, o problema da causalidade é colocado em outro ângulo, fundamentalmente porque “*la relation de cause à effet entre deux êtres est tout à fait absente de leur doctrine*”,²¹ de modo que a relação causal não é pensada como a relação entre dois acontecimentos, um acontecimento sendo a causa e outro acontecimento o efeito. Justamente porque esta relação não se dá entre acontecimentos (efeitos), mas entre corpos (seres). Por isso, os acontecimentos só podem ser atributos desta relação, isto é, seu efeito. Assim também podemos pensar o acontecimento em termos de sua diferença ontológica, desde que preservada sua dimensão de incompletude, seu “quase-ser”, porque se não “é”, subsiste e se repete, insiste, na linguagem. Para Bréhier, esses resultados de ação dos seres que os estoicos foram talvez os primeiros a observar sob essa forma é o que chamamos hoje de acontecimento:

Conceito bastardo que não é nem um ser nem uma de suas propriedades, mas o que é dito ou afirmado do ser. É esse caráter singular do fato que os estoicos ressaltavam, dizendo que ele era incorporeal; eles o excluía assim dos seres reais, apenas admitindo-o em certa medida no espírito. “Todo corpo torna-se assim causa para outro corpo (quando age sobre ele) de alguma coisa incorporeal.” A importância desta ideia para eles se faz notar pelo cuidado que têm de exprimir sempre, na linguagem, o efeito por um verbo. (...) as causas não são jamais fatos, mas sempre seres expressos por um substantivo: as pedras, o mestre, etc.; e os efeitos – ser estável, fazer um progresso – são sempre expressos por verbos.²²

Talvez esteja aqui a raiz de algumas confusões sobre o uso problemático da noção de acontecimento, fazendo com que os pesquisadores reprovem ou exaltem o uso da noção pressupondo estarem falando da mesma coisa. Etimologicamente diferentes, mas sempre disponíveis a confusões ontológicas,

²⁰ BRÉHIER, Émile. *La Théorie des Incorporiels dans L’Ancien Stoïcisme*. Op. Cit. p. 12.

²¹ *Ibid.* p. 11.

²² *Ibid.* p. 12.

acontecimento e fato são noções que frequentemente são equiparadas quando se parte do princípio de que se pode encontrar, em termos absolutos, a substância do passado. Essa característica é válida tanto para acontecimentos físicos quanto para acontecimentos históricos. No que diz respeito aos acontecimentos históricos, é justamente essa equiparação entre fato e acontecimento o motivo de um mal-entendido pelo qual a noção de acontecimento, não como categoria, mas como atributo, é recuperada por Foucault, fazendo com que aparentemente seja contraditório pensar numa aproximação com os historiadores dos *Annales*, sempre tão críticos, da noção de acontecimento (como categoria).

Todavia, não se pode esconder a dificuldade a que estamos imersos toda vez que usamos esta palavra. Em se tratando dos historiadores, esta dificuldade tem atravessado séculos e assumido diferentes posições até os nossos dias. No que diz respeito ao nosso trabalho, interessa-nos o uso desta noção entre os historiadores dos *Annales*, entre os quais vemos surgir uma dupla recusa, a saber: da filosofia e dos acontecimentos.

O problema será o pressuposto da unicidade do tempo – naturalmente nos interessa aqui justamente a questão da multiplicidade temporal proposta nos *Annales*, tanto quanto a questão das descontinuidades históricas, conforme propostas por Foucault n’*A Arqueologia do Saber*. A verdade é que a *histoire nouvelle* recusa o acontecimento enquanto substância (categoria), embora não se expresse nestes termos.

Quanto aos mal-entendidos, justificam-se algumas vezes pela sobreposição de toda filosofia à influência hegeliana e, de toda História à influência das Filosofias da História, o que de certo modo significa o mesmo: afirmação dos pressupostos da continuidade e do progresso (sob a forma da consciência histórica) numa totalização do tempo. “A História contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito” afirma Foucault e mais adiante nos adverte:

Fazer da análise histórica o discurso do contínuo e fazer da consciência humana o sujeito originário de todo o devir e de toda prática são as duas faces de um mesmo sistema de pensamento. O tempo é aí concebido em termos de totalização, onde as revoluções jamais passam de tomadas de consciência.²³

²³ FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p.15.

Para Foucault, o aparecimento dos períodos longos na História mais recente, descrição que indiretamente remete ao trabalho de Fernand Braudel e a *longue durée*, portanto aos *Annales*, “é o efeito da elaboração, metodologicamente organizada, das séries.”²⁴

Essa linguagem elíptica, quase cinematográfica de Foucault, em que o tempo é igual a zero, onde a elaboração das séries produz a longa duração como efeito, justifica a não citação de Braudel. Se tomasse o tempo em sua diacronia usual, a proposição seria reversa. Deixada como está, torna a ideia de anacronismo desnecessária. Todavia, é por esta “mutação epistemológica” que “a noção de descontinuidade toma um lugar importante nas disciplinas históricas.”²⁵

A historiografia do século XIX que, de um lado, se ancora na Filosofia da História e se investe de um sentido prévio dado ao tempo e, de outro, que busca na objetividade dos fatos, dos homens importantes e dos Estados a sua afirmação enquanto ciência, foi identificada como objeto de crítica das ciências sociais – em plena constituição – no final do século XIX e início do XX. De toda maneira, a crítica a uma *histoire événementielle*,²⁶ compreendida como uma História de acontecimentos dados no tempo de maneira absoluta e confirmados pelo trabalho e manejo do historiador e suas fontes, colocou de um mesmo lado cientistas sociais e “novos” historiadores.

É neste sentido que François Furet, depois de afirmar, referindo-se aos *Annales*, que a História só se enriquece, tanto de temas quanto de métodos ao recorrer às ciências vizinhas e, mais ainda, pelo apagamento, mesmo que provisório, das separações disciplinares, reafirma a aproximação da História com as ciências sociais, que caracterizaram os *Annales* e seu distanciamento da filosofia:

As ciências sociais têm, como o marxismo, o projeto de explicar os fatos sociais. Mas não constituem um corpo unificado de doutrinas, nem sequer interpretações parciais que poderiam ser recebidas unanimemente. Elas delimitam especialidades, ou objetos de estudo, ou ângulos de aproximação, sem jamais reunir o consenso dos especialistas. Consequentemente elas abandonaram, face ao contemporâneo, a ambição da explicação global e da predição científica. Definem até a sua positividade através desta

²⁴ FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. *Op. Cit.* p.9.

²⁵ *Ibid.* p. 10.

²⁶ SIMIAND, François. **Méthode historique et Science sociale**. *Revue de synthèse historique*, 1903, pp. 1-22 e 129-157.

desconfiança perante a filosofia da História; nesta medida, não escapam mais do que qualquer outra forma de pensamento sobre o mundo, ao enraizamento no seu tempo, mas isto deve-se ao consentimento nos seus limites e já não à generalidade do seu intento.²⁷

Paul Ricoeur, também se referindo a esta questão e ainda dando ênfase à indiferença dos historiadores dos *Annales* à Filosofia Crítica da História representada na França por Raymond Aron²⁸ e Henri Marrou²⁹, avalia:

A historiografia de língua francesa (...) exhibe tradicionalmente uma total desconfiança para com a filosofia, que costuma identificar à filosofia da História de estilo hegeliano, ela mesma confundida por comodidade com as especulações de Spengler e Toynbee. Quanto à filosofia crítica da História herdada de Dilthey, Rickert, Simmel, Max Weber e continuada por Raymond Aron e Henri Marrou, nunca foi realmente integrada na corrente principal da historiografia francesa.³⁰

Esta passagem de Ricoeur é relevante por trazer à tona este desencontro de perspectivas filosóficas entre os próprios historiadores. Todavia, o que este receio da Filosofia da História trazia, constituiu, na historiografia dos *Annales*, a negação de um sentido prévio do tempo e de sua linearidade. Não obstante alguma contradição, em querer, ao mesmo tempo, negar a unicidade do tempo, e afirmar uma História total (ainda que não fosse uma História do todo, mas de tudo) na qual as ciências sociais estariam sob a hegemonia dos historiadores. De qualquer modo, esta “ambição ilusória”, no que diz respeito a uma hegemonia da História sobre as ciências sociais, em que ela buscaria reconstituir em proveito próprio a ambição da sociologia durkheimiana, não parece ser a questão mais importante para François Furet,

Ora, o que é importante na sua evolução recente não é esta ambição ilusória; é, pelo contrário, o que esta ambição esconde e talvez compense: que o historiador, tal como o demógrafo ou como o antropólogo, constrói seu objeto de pesquisa. Tendo renunciado à ideia ingênua de que os fatos falam por si sós – ideia ingênua, porque ela supõe, sem jamais dizer que se tenha dado previamente um sentido ao tempo – renuncia ao mesmo tempo à superstição do corte cronológico e da periodização: se o invólucro temporal deixa de ser o princípio primeiro de inteligibilidade no interior do qual todas as espécies de fenômenos têm o seu significado, deve primeiro definir os objetos de pesquisa e

²⁷ FURET, François. **A Oficina da História**. Trad. Felipe Jarro. Lisboa: Gradiva, s/d. p. 11-12. Consultamos frequentemente o original. Cf. FURET, François. *L'Atelier de L'histoire*. Paris: Flammarion, 2007.

²⁸ Ver: ARON, R. *Introduction à la philosophie de l'histoire, Essai sur les limites de l'objectivité historique*. Paris : Gallimard, 1981. (A publicação original é de 1938)

²⁹ Ver: MARROU, H-I. *Comment comprendre le métier d'historien* (pp. 1467-1539). In: *L'historien et ses méthodes*. Paris : La Pléiade, 1961.

³⁰ RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa 1**. São Paulo: Martins Fontes, 2016, p. 157.

examinar em seguida, tateando, qual é a espessura de duração pertinente para a sua descrição e para a sua análise.³¹

Nesta passagem poderíamos reconhecer alguma aproximação, com os princípios daquela noção de acontecimento como atributo. Contudo, esta percepção não é evidente. Principalmente porque não é afirmada diretamente. Não pelos historiadores, pelo menos. Essa leitura é feita por Foucault. De qualquer modo, o que podemos afirmar, provisoriamente é que a negação do acontecimento, tornada clássica por Braudel³², que o assimila à curta duração ou, neste caso, à ideia de que “*les faits parlent tout seuls*” representa uma acepção possível da noção de acontecimento. Por outro lado, a ideia de definir problemas (*objets de recherche*) num quadro temporal que possa permitir sua descrição e análise, demandará uma perspectiva, de certa forma, heurística, de acontecimento.

O que se pode, enfim, considerar até aqui é que esta polissemia do termo, tem permitido a um tempo, alguma suspeição, e a outro, mal-entendidos no que se refere às relações entre acontecimento e fato na História.

Noutro ponto, a suspeita sobre os acontecimentos se dá quando o problema da verdade atinge o estatuto de ciência na historiografia. É pela necessidade de adequação do discurso do historiador aos critérios de cientificidade que virá à tona a discussão sobre o problema epistemológico do acontecimento, ou mais exatamente, com a instauração do fato como objeto historiográfico, singular e substancial.

O século XIX viu emergir a fundação de uma História “científica” que tem o fato como primeiro elemento de toda reflexão histórica. Como vimos, a noção de fato, do latim *factum*: “coisa ou ação feita, o que realmente existe”; permite pensá-lo enquanto substância, isto é, como o que existe em si, independentemente do trabalho do historiador. Neste sentido ele foi pensado como objeto unitário, singular, individual, propício aos relatos/narrativas que alguns historiadores do século XX caracterizaram com a noção de “tempo curto”. O tempo curto foi compreendido como sendo o tempo do fato histórico, também

³¹ FURET, François. **A Oficina da História**. *Op. Cit.* p. 14.

³² BRAUDEL, Fernand. **Histoire et sciences sociales: la longue durée**. *Annales E.S.C.*, nº 4, Oct-déc. 1958, Débats et Combats, pp. 725-753.

entendido como o tempo próprio dos acontecimentos, por isso, o modelo de historiografia predominante no século XIX, de uma *histoire événementielle*.

Este modelo de historiografia foi contraposto na França do século XX àqueles que se propunham pensar privilegiadamente o tempo longo, *la longue durée*, como se consagrou a expressão de Fernand Braudel, ou seja, um modelo de historiografia preocupado com o tempo longo, característico de estruturas de longa duração, capazes de compreender uma multiplicidade de tempos históricos.

Foi justamente neste momento e, talvez possamos dizer, aparentemente, que a ruptura com a noção de acontecimento se fez necessária – melhor seria dizer, ruptura com “esta” aceção de acontecimento. Todavia, a História deixava de ser a História dos “acontecimentos”, para se tornar a descrição de um problema tal como ele poderia se apresentar historicamente. Foi também em torno deste ponto que se configurou a discussão que colocou em oposição uma História-narrativa (de acontecimentos) e uma História descritiva, uma História-problema, de estruturas. Mas, independentemente do modo como esta questão se configurou entre historiadores, sociólogos, antropólogos e suas cercanias, a leitura deste panorama feita por Foucault trouxe uma peculiaridade que poderia escandalizar alguns historiadores pois, justamente onde não se pensava haver espaço para o acontecimento, Foucault vê florescer sua multiplicidade.

Atribui-se muitas vezes à História contemporânea ter suspenso os privilégios concedidos outrora ao acontecimento singular e ter feito aparecer as estruturas de longa duração. É verdade. Não estou certo, contudo, de que o trabalho dos historiadores tenha sido realizado precisamente nessa direção. Ou melhor, não penso que haja como que uma razão inversa entre o posicionamento do acontecimento e a análise da longa duração. Parece, ao contrário, que foi por estreitar ao extremo o acontecimento, por levar o poder de resolução da análise histórica até as mercuriais, às atas notariais, aos registros paroquiais, aos arquivos portuários analisados ano a ano, semana a semana, que se viu desenhar, para além das batalhas, dos decretos, das dinastias ou das assembleias, fenômenos massivos de alcance secular ou plurissecular. A História, como é praticada hoje, não se desvia dos acontecimentos; ao contrário, alarga sem cessar o campo dos mesmos; aí descobre, incessantemente novas camadas, mais superficiais ou mais profundas; isola sempre novos conjuntos onde eles são, por vezes, numerosos, densos e substituíveis, e por vezes raros e decisivos: das variações cotidianas de preço chega-se às inflações seculares.³³

³³ FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. *Op. Cit.*, pp. 51-52.

É claro que é preciso acrescentar que contribuiu como pressuposto fundamental para esta declaração de Foucault o trabalho da História econômica, condição de possibilidade da História serial,³⁴ da qual Foucault recupera a noção de série, frequentemente utilizada na *Arqueologia do Saber*, como condição de emergência dos acontecimentos. A importância do trabalho de Pierre Chaunu, – a quem se atribui não só a expressão, “História serial”, mas diversos trabalhos relevantes sobre esta abordagem – nunca foi subestimada por Foucault.³⁵ Por isso ele prossegue esclarecendo:

Mas o importante é que a História não considera um acontecimento sem definir a série da qual ele faz parte, sem especificar o modo de análise de que esta série depende, sem procurar conhecer a regularidade dos fenômenos e os limites de probabilidade da sua emergência, sem interrogar-se sobre as variações, as inflexões e a configuração da curva, sem querer determinar as condições das quais dependem. Certamente a História há muito tempo não procura compreender os acontecimentos por um jogo de causas e efeitos na unidade informe de um grande devir, vagamente homogêneo ou rigidamente hierarquizado; mas não é para reencontrar estruturas anteriores, estranhas, hostis ao acontecimento. É para estabelecer as diversas séries, entrecruzadas, muitas vezes divergentes, mas não autônomas, que permitem circunscrever o “lugar” do acontecimento, as margens do seu acaso, as condições do seu aparecimento.³⁶

Nosso primeiro objetivo, portanto, é identificar a que História a *Arqueologia* se refere. Foucault reconhece as dificuldades de se definir a História, mas estas dificuldades não o impedem de se posicionar, *A Arqueologia* procurou justamente mostrar sua diferença.

Seria oportuno esclarecer, que não temos a intenção de nos ocuparmos de “todos” os historiadores importantes. Certamente alguém há de faltar, não obstante a relevância que possa ter para o trabalho de Foucault. Georges Dumézil, Jean-Pierre Vernant, Marcel Detienne, Pierre Vidal-Naquet, certamente são exemplos de pesquisadores importantes que poderiam ser incluídos em

³⁴ “ ... é à História econômica que cabe o privilégio de mudar a História, a que chamamos serial, que sobrepõe suas próprias exigências, próximas das Ciências Sociais, às exigências sempre válidas da História tradicional. Isso ocorre, sem dúvida, porque a Ciência Econômica é, de todos os ramos da jovem ciência humana, a primeira que se constituiu num corpo de doutrina coerente. ” CHAUNU, Pierre. **A História como Ciência Social**. A duração, o Espaço e o Homem na Época Moderna. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976, p. 69.

³⁵ Em uma Conferência na Universidade de Keio no Japão em que Foucault volta a se referir aos historiadores que tem inovado suas pesquisas a algumas décadas, ele diz: “*Mais, depuis quelques dizaines d’années, on s’est mis à pratiquer une histoire dite <sérielle>, où événements et ensembles d’événements constituent le thème central.*” Um pouco adiante, complementa: “*je me réfère à l’étude de Chaunu sur Séville.*” Cf. FOUCAULT, Michel. **Revenir à l’histoire** (pp. 1136-1149). In: **Dits et écrits I. 1954-1975**. Paris: Éditions Gallimard, 2001, p. 1144.

³⁶ FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. *Op. Cit.* pp. 52-53.

qualquer trabalho que tematize as relações entre Foucault e a História – embora o primeiro esteja mais ligado à filologia comparada e à História das religiões e os demais a uma espécie de antropologia histórica.³⁷

Nosso objetivo será bem menos ambicioso, embora não menos desafiador. Gostaríamos de tratar, especialmente, daqueles historiadores dos *Annales*, que “há dezenas de anos”, como Foucault afirma nas primeiras linhas d’*A Arqueologia*, permitiram “distinguir, no campo da História, camadas sedimentares diversas” e que no lugar das sucessões lineares, do tempo teleológico, desta unidade escondida por descontinuidades sempre à mercê da narrativa histórica que a incorpora na perspectiva de um sentido final, tornaram possível a descrição de “um jogo de interrupções em profundidade”.³⁸ Estas descontinuidades assumem, portanto, “um lugar importante nas disciplinas históricas”, que permite repensar o lugar e o estatuto do acontecimento na própria arqueologia, na medida em que “um dos traços mais essenciais da História nova é, sem dúvida, esse deslocamento do descontínuo: sua passagem do obstáculo à prática.”³⁹

Para a História, em sua forma clássica, o descontínuo era, ao mesmo tempo, o dado e o impensável; o que se apresentava sob a natureza dos acontecimentos dispersos - decisões, acidentes, iniciativas, descobertas - e o que devia ser, pela análise, contornado, reduzido, apagado, para que aparecesse a continuidade dos acontecimentos. A descontinuidade era o estigma da dispersão temporal que o historiador se encarregava de suprimir da História. Ela se tornou, agora, um dos elementos fundamentais da análise histórica, onde aparece com um triplo papel. Constitui, de início, uma operação deliberada do historiador (...). É também o resultado de sua descrição. (...) Ela é, enfim, o conceito que o trabalho não deixa de especificar (em lugar de negligenciá-lo como uma lacuna uniforme e indiferente entre duas figuras positivas); (...) Enfim, não é simplesmente um conceito presente no discurso do historiador, mas este, secretamente, a supõe: de onde poderia ele falar, na verdade,

³⁷ Na mesma conferência citada na nota 35, Foucault cita Dumézil e Chaunu para mostrar como a história tem se transformado ao ponto de não mais tratar como elementos fundamentais o tempo e o passado. Estes elementos seriam agora a mudança e o acontecimento. Afirmando que o trabalho de Dumézil mostra a importância da análise estruturalista em história e o de Chaunu “método propriamente histórico” quer enfatizar a tentativa de dar um estatuto novo à noção de acontecimento. Neste sentido se justifica também nossa escolha pela problematização dos *Annales* no que diz respeito à escolha de Pierre Chaunu e não de Dumézil, por exemplo. “*Je citerai deux exemples: l’un emprunté aux méthodes structuralistes, l’autre aux méthodes proprement historiques; l’un a pour but de vous montrer comment le structuralisme a donné ou s’efforce en tout cas de donner une forme rigoureuse à l’analyse des changements; et l’autre a pour but de montrer comment certaines méthodes de l’histoire nouvelle sont des tentatives pour donner un statut et un sens nouveaux à la vieille notion d’événement.*” FOUCAULT, Michel. *Revenir à l’histoire*. Op. Cit. p. 1144.

³⁸ FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Op. Cit. p. 3.

³⁹ *Id.* Op. Cit. p. 11.

senão a partir dessa ruptura que lhe oferece como objeto a História - e sua própria História?⁴⁰

Indagado já em 1978 se considerava-se um filósofo ou um historiador, Foucault afirmou inicialmente que nem um nem outro, mas quando interpelado sobre sua visão da História afirmou: “o fato de eu considerar o discurso como uma série de acontecimentos nos situa automaticamente na dimensão da História.”⁴¹ Nesta conversa com estudantes de Los Angeles em 1978, Foucault ainda deixará claro que não é àquela primeira geração dos *Annales* que ele se reconhece próximo, na medida em que a descrição de estruturas, em sua percepção, era pra Lucien Febvre e Marc Bloch, a tarefa fundamental do historiador. Mas, referindo-se ao trabalho dos historiadores que lhe eram contemporâneos, poderíamos lembrar de François Furet e Pierre Chaunu, por exemplo, Foucault afirma:

Hoje, os historiadores retornam aos acontecimentos e buscam ver de que maneira a evolução econômica ou a evolução demográfica podem ser tratadas como acontecimentos. (...) Penso que isso é alguma coisa que pessoas como eu têm em comum com os historiadores. Não sou historiador no sentido estrito do termo; mas os historiadores e eu temos em comum um interesse pelo acontecimento.⁴²

De nossa parte, nos pareceu prudente, tentar evitar o risco de tratarmos o trabalho dos historiadores como nosso. Nas linhas da filosofia acadêmica corre-se sempre o risco de nos apropriarmos daquilo que parece ter se tornado domínio público, quando não, resultado exclusivo da genialidade de algum filósofo. É possível que Foucault seja uma exceção neste sentido, porque de diversas maneiras destaca a História e os historiadores no seu trabalho. Ainda assim, consideramos fundamental, falar de História citando também os historiadores. Não que não se possa tratar do problema da História tão somente com filósofos, mas talvez, inspirados em Foucault, tenhamos levado a sério a ideia de falar dos historiadores, lendo-os.

⁴⁰ FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. *Op. Cit.* p. 10-11.

⁴¹ FOUCAULT, Michel. *Dialogue sur le pouvoir* (pp. 464-477). In: FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits II (1976-1988)*. Paris: Éditions Gallimard, 2001, p. 467.

⁴² *Ibid.*

Durante muito tempo, a filosofia, a reflexão teórica ou a “especulação” tiveram com a História uma relação distante e, talvez, um pouco altiva. Ia-se exigir da leitura de obras históricas, frequentemente de muito boa qualidade, um material considerado “bruto” e, logo, “exato”: bastava, então, refletir sobre ele, para dar-lhe um sentido e uma verdade que ele próprio não possuía. O livre uso do trabalho dos outros era um gênero admitido. E tão admitido que ninguém sonhava em esconder que elaborava um trabalho já feito; citava-se sem vergonha. As coisas mudaram, parece-me.⁴³

Gostaríamos, enfim, de pensar com Foucault, que as coisas mudaram. Quanto ao uso das noções de série e acontecimento por Deleuze, nos parece desvinculada da História dos historiadores e é a contribuição destes últimos que nos propomos a retomar sem prejuízo ao trabalho daqueles que permanecem na leitura dos textos de aceitação estritamente filosófica. A ligação da arqueologia com os historiadores nos parece passível de problematização e esta pesquisa é encaminhada neste sentido. Contudo não se pode negar a matriz estoica da noção de acontecimento em Deleuze, que assim como Foucault, a recupera em Bréhier. Em Deleuze o acontecimento⁴⁴, na medida em que subsiste, ou insiste, mantendo-se com o mínimo de ser que convém ao que não é uma coisa, é *Aion* por oposição a *Cronos*.

Enquanto *Cronos* exprimia a ação dos corpos e a criação das qualidades corporais, *Aion* é o lugar dos acontecimentos incorporais e dos atributos distintos das qualidades. (...) Enquanto *Cronos* era inseparável da circularidade e dos acidentes desta circularidade como bloqueios ou precipitações, explosões, desencaixes, endurecimentos, *Aion* se estende em linha reta, ilimitada nos dois sentidos. Sempre já passado e eternamente ainda por vir, *Aion* é a verdade eterna do tempo: pura forma vazia do tempo, que se liberou de seu conteúdo corporal presente e por aí desenrolou seu círculo, se alonga em uma reta, talvez tanto mais labiríntica, mais tortuosa por esta razão.⁴⁵

⁴³ FOUCAULT, Michel. *À propôs des faiseurs d'histoire* (1231-1234). In: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits II. (1976-1988)*. Paris: Éditions Gallimard, 2001, p. 1231.

⁴⁴ Ver DELEUZE, Gilles. **A dobra: Leibniz e o barroco**. São Paulo: Papirus, 1991. Sugestivamente o capítulo 6 desse livro tem como título: “O que é um acontecimento?” A discussão proposta se dá em torno do pensamento de Leibniz e Whitehead. Um comentário dessa obra pode ser encontrado em BADIOU, Alain. **A aventura da filosofia francesa no século XX**. Belo Horizonte: Autêntica Ed., 2015. Quanto à uma aproximação entre Deleuze e Foucault sobre este tema, a noção de série e acontecimento, o artigo de C. Colwell é bastante instigante e pode ser encontrado em COLWELL, Chaunsey. Deleuze and Foucault: series, event, genealogy. In: *Theory & Event*. 1(2), 1997. Ou ainda em <http://muse.jhu.edu/article/32453>. Ver também os textos de DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 2006; e, DELEUZE, G. **Lógica do Sentido**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2011. A análise de Foucault sobre estes livros encontra-se em FOUCAULT, M. **Theatrum Philosophicum** (pp. 230-254) In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos II**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

⁴⁵ DELEUZE, Gilles. **Lógica do Sentido**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2011, p. 170.

O acontecimento em Deleuze, portanto, supõe uma apreensão do tempo como uma instância permanentemente divisível em que passado e futuro insistem, infinitamente, na divisão do presente. Podemos pensar que esta multiplicidade dos recortes do tempo, propiciada pelo acontecimento, aproxima Foucault e Deleuze. No entanto, o empreendimento deleuziano tem como mote a subversão da filosofia, propiciada pelos estoicos em relação a Platão e Aristóteles. Como disse Foucault, se referindo ao trabalho de Deleuze: “do outro lado do platonismo, os estoicos.”⁴⁶ Sendo assim, embora indiretamente trate do tempo, enquanto retoma dos estoicos a noção de acontecimento incorpóreo, o trabalho de Deleuze não está diretamente ligado ao problema da História dos historiadores.

Dadas estas ressalvas, organizamos o trabalho da seguinte maneira. No primeiro capítulo, trataremos de um aspecto extremamente relevante para a filosofia francesa contemporânea, a saber, o papel de Hegel para se pensar as relações entre a filosofia e a História. Procuramos demonstrar que a proximidade entre Foucault e Hyppolite Ihe permitirá pensar uma forma singular de filosofia, onde a História tem um papel essencial. O que caracterizará fundamentalmente esta leitura de Hegel, via Hyppolite, será a perspectiva de uma espécie de esvaziamento da filosofia, que tem a função de Ihe permitir abrir-se ao não-filosófico, de modo privilegiado à História. Desde então, para Foucault, não se colocará o problema de uma sobreposição da filosofia sobre a História, ou, da História sobre a filosofia. A lição aprendida de Hyppolite é a de ser historiador no espaço da própria filosofia. Fazer filosofia seria trabalhar a partir do não-filosófico, sem o qual a própria filosofia não pode ser o que é. Essa perspectiva, já antecipa, de certo modo, o que algum tempo depois, Foucault vai chamar de *acontecimentalização*⁴⁷, no sentido de que a filosofia jamais está atualizada em

⁴⁶ FOUCAULT, M. *Theatrum Philosophicum*. Op. Cit. p. 235.

⁴⁷ A noção de acontecimentalização será usada pela primeira vez por Foucault em 1978 no contexto de um debate com um grupo de historiadores. Lá ele explicava que a acontecimentalização deve ser entendida como “uma ruptura absolutamente evidente, em primeiro lugar. Ali onde se estaria bastante tentado a se referir a uma constante histórica, ou a um traço antropológico imediato, ou ainda a uma evidência se impondo da mesma maneira para todos, trata-se de fazer surgir uma “singularidade”. Mostrar que não era “tão necessário assim”. (...) Ruptura das evidências, essas evidências sobre as quais se apoiam nosso saber, nossos consentimentos, nossas práticas.” FOUCAULT, M. **Mesa-Redonda em 20 de Maio de 1978** (pp. 328-344). FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos IV**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 332.

nenhum discurso, mas se constitui na medida em que se coloca em contato permanente com o não-filosófico.

Ainda neste capítulo, destacamos um momento, entre muitos, da presença de Kant e Nietzsche nas reflexões foucaultianas sobre a História. Quanto a Kant, um destes momentos, é aquele em que a questão das implicações históricas para os acontecimentos da *Aufklärung* e da *Revolução* são abordados pelo filósofo de Königsberg. Para Foucault, estas questões, conforme tratadas por Kant, revelam a perspectiva de uma atitude diante do presente que implica na constituição de si mesmo como sujeito autônomo. *Aufklärung* e *Revolução*, são acontecimentos filosóficos, porque implicam não apenas nesta atitude, que demanda consciência histórica da própria atualidade, mas porque demandam uma reativação permanente dessa atitude.

Quanto a Nietzsche, ainda neste primeiro capítulo, trataremos das suas relações com a genealogia e a História. O texto em questão, *Nietzsche, a Genealogia, a História*, vai nos mostrar o problema do acontecimento na perspectiva das relações de força que o constituem. Desobrigados de qualquer intenção necessária, ou compromisso com sua origem, os acontecimentos podem ser analisados enquanto efeitos aleatórios e singulares de um jogo de forças. Assim, o verdadeiro sentido histórico, não postula encontrar as intenções profundas, mas apenas a dispersão dos acontecimentos.

O que procuramos mostrar neste primeiro capítulo é, inicialmente, a importância de Hegel pela via de Hyppolite, para que Foucault pudesse pensar na articulação entre o filosófico e o não-filosófico, de modo privilegiado a História. Foi o que veio a caracterizar sua pesquisa, menos como uma filosofia e mais como uma História Crítica do Pensamento. Num segundo momento, procuramos enfatizar também, a importância de Kant e Nietzsche como pares constantes para as reflexões de Foucault, tanto sobre a História, quanto sobre seu correlato, o Acontecimento. Tanto Kant quanto Nietzsche foram essenciais para que Foucault pudesse ultrapassar o questionamento da objetividade histórica que já se fazia presente desde o trabalho de Raymond Aron e de todos aqueles que propunham uma Filosofia Crítica da História, a exemplo de Henri Marrou, e avançasse na direção da análise das condições de possibilidade dos objetos históricos e sua desnaturalização. Afinal, se o objeto não existe, nessa

naturalidade com a qual supomos os acontecimentos, o que efetivamente existe?

O que Foucault aprendeu de Nietzsche foi o questionamento da evidência e da unidade dos objetos "naturais". O que realmente existe é toda uma gama de práticas e processos diversos de objetivação. Nesta perspectiva, os acontecimentos não são objetos naturais, mas objetivações, constituídas pelas práticas discursivas.

O segundo capítulo tratará da configuração de uma História como tal, uma História em si, que se constituiu a partir do final do século XVIII, por uma articulação tal, que viabilizou não apenas um novo conceito de História, mas um conceito capaz de englobar as diversas acepções de História, numa única palavra. Mais que isso, permitiu que todos os acontecimentos se tornassem parte da História e que a História se tornasse assim, uma ciência dos acontecimentos, entendidos como fatos a serem organizados numa ordem da histórica. Não obstante a complexidade desta questão, procuramos destacar os seus principais desdobramentos, caracterizados fundamentalmente pela reflexão estética, que de acordo com o trabalho de Koselleck e seus colaboradores⁴⁸, remete à poética de Aristóteles. A exposição dos historiadores iluministas às questões da poética aristotélica, teria facilitado a articulação das noções de universalidade, unidade e sentido na configuração da Filosofia da História, assim como a ideia de processualização, elemento imprescindível para se pensar a unicidade e a linearidade do tempo, pelo artifício da sucessão dos fatos (acontecimentos).

Não se trata aqui de pensar o conceito de História, simplesmente. Trata-se de pensar em como este amplo conceito de História que se configurou no século XIX, foi retomado criticamente por Foucault do modo como se desdobrou já no século XX. Foi enquanto História das Ideias e História das Mentalidades que Foucault situou o problema de uma História que é o oposto da Arqueologia. Estas são "Histórias dos começos e dos fins, a descrição das continuidades obscuras e dos retornos, a reconstituição dos desenvolvimentos na forma linear da História."⁴⁹

⁴⁸ KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. **O Conceito de História**. Trad. René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica Ed., 2013.

⁴⁹ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. *Op. Cit.* p. 168.

Se a descrição arqueológica é precisamente o abandono da História das ideias, a recusa de seus postulados e de seus procedimentos, como nos revela Foucault⁵⁰, nos pareceu importante compreendermos, no que consiste esse domínio da História. Quanto às mentalidades, o que vamos acompanhar é um campo de interesse e de sensibilidade extremamente vasto. Embora tenha surgido no âmbito das inovações metodológicas dos *Annales*, as *Mentalités*, representaram a um só tempo, uma inovação e uma inércia. Na mesma medida em que permitiram lançar o olhar a todo um conjunto de objetos, impensáveis até então no âmbito da História, como sentimentos (o medo), crenças (o purgatório), valores sociais (amor, casamento, violência, honra), a atitude diante da vida ou a experiência da morte, as mentalidades também foram classificadas no âmbito da História Cultural, ou ainda, no âmbito da própria História das Ideias. Provavelmente por deixar margem às continuidades, supostas eventualmente, por uma ambiguidade com o que permanece quando se trabalha na perspectiva do anacronismo.⁵¹ Quanto a isso, Foucault nos esclarece:

Essa outra História, que corre sob a História, que se antecipa a ela sem cessar e recolhe indefinidamente o passado, podemos descrevê-la - de um modo sociológico ou psicológico - como a evolução das mentalidades⁵²

A História efetiva na qual Foucault se insere tem um estatuto próprio que não nos permite tratar a História de forma generalizada. Para dizer de uma outra forma, se por um lado, a História para Foucault é Arqueológica, isso não significa que do lado dos historiadores toda a História tenha permanecido à sombra das Filosofias da História, reféns do tempo único, concebido como totalização. É por essa percepção equivocada da História que Foucault chama a atenção para o perigo de sermos levados a deixar de lado “como se jamais tivesse aflorado, todo este campo de problemas metodológicos que a História nova propõe hoje.”⁵³

O terceiro capítulo será consagrado a *École des Annales*. Trataremos dos aspectos já destacados acima e que nos pareceram os mais relevantes para se pensar as aproximações entre Foucault e estes historiadores: a concepção de

⁵⁰ FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. *Op. Cit.* p. 169.

⁵¹ Cf. RANCIÈRE, Jacques. *O conceito de anacronismo e a verdade do historiador* (pp.21-50). Trad. de Mônica Costa Netto. In: SALOMON, Marlon (Org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó: Argos, 2011.

⁵² FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. *Op. Cit.* p. 148.

⁵³ *Ibid.* p. 17.

uma História-problema, desde seus fundadores; A multiplicidade temporal, como pressuposto da longa-duração em Braudel; A tematização das séries temporais, de unidades homogêneas, repetidas e comparáveis com Pierre Chaunu e François Furet. Aqui, a questão será evidenciar de que modo os elementos destacados acima poderiam aproximar Foucault dos *Annales*, ao ponto de lhe permitir reconfigurar a noção de descontinuidade. Agora, não como mudança, mas como transformação.

Finalmente, o quarto capítulo, onde procuramos apresentar os fundamentos da História Arqueológica, principalmente no que diz respeito ao contexto específico d'*A Arqueologia do Saber*. Apresentamos também os elementos da crítica de uma recusa da História, conforme Sartre, para demonstrar, pela caracterização da análise arqueológica e do estabelecimento do estatuto do acontecimento em sua relação com a nova História, o equívoco desta avaliação. Se a noção de História, constituída durante o século XIX se fundamentava na unicidade do tempo, tanto a *histoire nouvelle* quanto Foucault, nos propiciaram, cada um a seu modo, uma virada epistemológica no próprio estatuto da História, que nos permitiu não apenas repensar a categoria de tempo a partir de sua multiplicidade, mas também esvaziá-la, substituindo-a pelo interesse, sempre contemporâneo do historiador pelos acontecimentos em sua dispersão. N'*A Arqueologia do Saber* está claro que em oposição à unidade do tempo a *histoire nouvelle* propõe a diversidade das séries, que enfim, permitirão o aparecimento dos acontecimentos como efeitos da elaboração metodologicamente organizada destas séries. A desnaturalização dos acontecimentos é uma lição aprendida de Nietzsche, mas os instrumentos metodológicos para esse modelo de análise histórica são compartilhados por Foucault com a *histoire nouvelle*.

Primeiro Capítulo

1. Foucault, História e Acontecimento

A grande mudança no pensamento francês contemporâneo se realizou com a entrada em cena de Hegel. Talvez se deva dizer, com a reentrada de Hegel na França.⁵⁴

Esse panorama começa a ser construído com os trabalhos pioneiros de Jean Wahl⁵⁵, ainda na década de 1920, que antecedem os famosos cursos de Kojève sobre a *Fenomenologia do Espírito* na École Pratique des Hautes Études de Paris, entre 1933 e 1939, dos quais participaram toda uma geração de intelectuais que vai de Sartre a Merleau-Ponty, passando por Bataille e Lacan.

É verdade que não se trata apenas de Hegel, afinal foram múltiplas as possibilidades de reflexão filosófica e não filosófica no século XX. A linguística, a psicanálise, a antropologia estrutural são alguns exemplos importantes. Contudo, no que diz respeito à filosofia e a inserção da História como elemento fundamental de reflexão é em Hegel e no trabalho daqueles que renovaram a sua interpretação que se pode encontrar os responsáveis por esse movimento no qual podemos situar a filosofia francesa contemporânea.⁵⁶

Contudo, o que estes filósofos agregam à interpretação de Hegel não traz necessariamente uma nova concepção de História, embora isso também possa ser percebido como efeito, ou tenha contribuído neste sentido. O que se torna, aos poucos, critério de distinção do pensamento francês, de modo especial no pós-guerra, é uma singular compreensão de filosofia, onde se pode afirmar que a História tem um papel fundamental.

O que nos propomos aqui não será a investigação de todo este panorama. O que tratamos como uma singular compreensão de filosofia se relaciona a um

⁵⁴ KOYRÉ, Alexandre. **Relatório sobre o estado dos estudos hegelianos na França** (pp. 231-259). In: KOYRÉ, Alexandre. **Estudos de história do pensamento filosófico**. 2ªed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

⁵⁵ WAHL, Jean. **Le Malheur de la conscience dans la philosophie de Hegel**. 10ª ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1951. (Texto publicado originalmente em 1929)

⁵⁶ Sem dúvida o marxismo tem um papel de extrema importância neste sentido e é justamente essa importância que leva a um renascimento das leituras de Hegel. De acordo com Descombes, uma parte do prestígio que envolve os dirigentes bolcheviques recai sobre Hegel, na medida em que, por exemplo, Lenin havia recomendado vivamente a sua leitura. Cf. DESCOMBES, Vincent. **Lo mismo y lo outro. Cuarenta y cinco años de filosofía francesa (1933-1978)**. Madri: Ediciones Catedra, S.A, 1988, p. 28.

dos tantos desdobramentos da filosofia contemporânea francesa que encontra nos trabalhos de Foucault essa singularidade histórico/filosófica.

No que diz respeito à filosofia francesa contemporânea, Descombes nos explica que há uma primeira geração, devedora não só de Hegel, mas também de Husserl e Heidegger, por isso também chamada de geração 3H. Esta primeira geração que reina entre 1930 e 1960 é sucedida pela geração dos três mestres da suspeita, Marx, Nietzsche e Freud, da qual Foucault fará parte. Claro que esta classificação não passa de um artifício retórico. Os hegelianos não desapareceram depois dos anos 60. Mas o fato é que depois desta data, deixaram de ser dominantes na cena filosófica francesa. O que parece ter sido marcante é que seja a favor de Hegel, seja contra Hegel, ele permaneceu como referência.

Podemos lembrar da crítica de Sartre⁵⁷ a Foucault, sobre *As palavras e as coisas*, que o identificava como uma espécie de assassino da História. À perspectiva de História em Sartre, Foucault classificou como totalizadora e, “sem dúvida, bastante obsoleta”.⁵⁸

Paradoxalmente, a geração de Sartre é também a geração de Jean Hyppolite, essa figura tão relevante para Foucault, de diversas maneiras.⁵⁹ Será seu professor, seu orientador, e depois Foucault o sucederá no *Collège de France*. Para esta primeira geração de filósofos franceses contemporâneos, portanto, da qual fazem parte Sartre e Hyppolite, Hegel se encontra na origem de tudo que foi feito de importante no século XX, conforme afirma Merleau-Ponty,⁶⁰ outro membro notável desta geração.⁶¹

⁵⁷ Como veremos no quarto capítulo, as críticas de Sartre repercutiram no trabalho de Foucault, no sentido de que as observações sobre as críticas recebidas o ajudaram a redirecionar, a explicitar e a esclarecer sua pesquisa. Cf. FOUCAULT, M. **Sobre as Maneiras de Escrever a História**. pp. 62-77. In: FOUCAULT, M. **DITOS E ESCRITOS II**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. Sobre as relações entre Foucault e Sartre: Cf. YAZBEK, André Constantino. **Itinerários Cruzados: os caminhos da contemporaneidade filosófica francesa nas obras de Jean-Paul Sartre e Michel Foucault**. (Tese de Doutorado) São Paulo: PUC-SP, 2008. Orientação de Salma Tannus Muchail.

⁵⁸ FOUCAULT, M. **Sobre as Maneiras de Escrever a História**. *Op. Cit.*, p. 62.

⁵⁹ “Aqueles que estavam na classe preparatória para a *École normale supérieure* no pós-guerra se recordam dos cursos do Sr. Hyppolite sobre a *Phénoménologie de l'esprit*: nessa voz que não parava de se retomar como se meditasse no interior de seu próprio movimento, não percebíamos somente a voz de um professor; ouvíamos alguma coisa da voz de Hegel (...)” FOUCAULT, M. **Jean Hyppolite. 1907-1968**. pp. 153-159. In: FOUCAULT, M. **DITOS E ESCRITOS II**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 153.

⁶⁰ Cf. MERLEAU-PONTY. **Sens et non-sens**. Nagel, 1948, pp. 109-110, *apud* DESCOMBES, Vincent. **Lo mismo y lo outro**. *Op. Cit.* p. 29.

⁶¹ « *La génération de Sartre et de Merleau-Ponty (c'est la même que la mienne et nous avons été condisciples à l'École Normale) a vu s'introduire dans la philosophie française - assez tardivement -*

É curioso notar que na década de 1930, em um Congresso sobre Hegel, em que Alexandre Koyré falava sobre o estado dos estudos hegelianos na França, a situação era bastante diferente. Ele dizia:

Temo um pouco que, após os relatórios, tão ricos em fatos e em nomes, dos meus colegas alemães, ingleses e italianos, meu próprio relatório sobre o estado dos estudos hegelianos na França lhes pareça relativamente muito magro e muito pobre.⁶²

Koyré em sua conferência deixa claro, que até 1930, Hegel era um filósofo romântico rejeitado pelos intelectuais franceses. Algumas décadas mais tarde e o próprio Koyré acrescenta ao texto da conferência um *post-scriptum* onde constata:

Desde a publicação deste relatório (1930), a situação de Hegel no mundo da filosofia europeia, e particularmente francesa, mudou completamente: a filosofia hegeliana conheceu um verdadeiro renascimento, ou, melhor, ressurreição, e só perde para o existencialismo ao qual, aliás, ela às vezes procura se unir.⁶³

Como diz Descombes, em 1945 a roda girará de novo e Hegel volta a figurar no topo da importância e do interesse dos filósofos. Para Koyré, as razões dessa renovação do hegelianismo são múltiplas:

Por um lado, poderíamos invocar a evolução normal cíclica ou espiralóide do pensamento filosófico que, após um “retorno a Kant”, realizou um retorno a Schelling, a Fichte e, finalmente, a Hegel: poderíamos invocar, por outro lado, a “aceleração da História”, promovida – segundo Hegel – à condição de juiz supremo do homem e de sua ação; finalmente – *last not least* – a emergência da Rússia soviética como potência mundial e as vitórias dos exércitos e da ideologia comunistas.⁶⁴

Koyré também não deixa de frisar que esse neo-hegelianismo francês é bastante diferente do hegelianismo clássico e dos neo-hegelianismos que o precederam, na medida em que ele se inspira fundamentalmente na

l'hégélianisme et le marxisme. » HYPOLITE, Jean. *Histoire et existence.* (pp. 973-986) In: HYPOLITE, J. *Figures de la pensée philosophique.* Paris: PUF, 1971, p. 976.

⁶² KOYRÉ, Alexandre. *Relatório sobre o estado dos estudos hegelianos na França.* *Op. Cit.* p. 231.

⁶³ *Ibid.* p. 256.

⁶⁴ *Ibid.* p. 257.

Fenomenologia do Espírito que, “na obra de Hegel (...) exceto na Rússia e na Holanda, nunca teve muita influência.”⁶⁵

Alexandre Kojève, por exemplo, que irá substituir Koyré na *École des Hautes Études*, apresenta para os franceses uma versão antropológica da filosofia hegeliana. É que até este momento só se conhecia o Hegel do idealismo absoluto e muito pouco do “hegelianismo de esquerda”.⁶⁶ Como foi dito acima, as aulas de Kojève influenciaram toda uma geração de filósofos como Sartre e Merleau-Ponty, mas será justamente em torno desse humanismo presente na interpretação de Kojève, que se pode perceber uma cisão fundamental nessa interpretação francesa da *Fenomenologia do Espírito*. Sobre a “tradução narrativa” da *Fenomenologia* de Kojève, Descombes nos esclarece:

Não vou discutir aqui a questão de saber se ao fazer esta tradução narrativa da *Fenomenologia*, Kojève deforma o pensamento de Hegel ou descobre seu significado mais profundo. Sua interpretação é humanista porque faz da História humana o lugar onde tudo o que oferece um significado deve ser decidido. Existe apenas a verdade na História. Consequentemente, não há verdades eternas, já que o mundo não deixa de mudar no decorrer da História, mas há erros que, provisoriamente, têm a aparência de verdade, e há erros que se transformam dialeticamente em verdades.⁶⁷

É, talvez, o ponto alto na filosofia francesa para as relações da filosofia com a História. Um movimento que Hyppolite destaca claramente, quando enuncia que de Descartes a Bergson, a filosofia francesa pareceu recusar a História, mas que ela agora é retomada, nesta leitura à francesa, de Hegel. Esta é a leitura que pode ser detectada tanto nas filosofias da existência, a exemplo de Sartre e Merleau-Ponty, quanto no marxismo que se faz presente nos mais variados círculos intelectuais franceses. Por isso Hyppolite quer deixar claro que:

É indispensável conhecer-se a visão do mundo de Hegel, seja qual for o juízo que sobre ela façamos. Segundo Hegel, História e razão interpretam-se uma através da outra. O absoluto, sem as formas que assume necessariamente na História, seria “a solidão sem vida”, e a História é aquilo com que temos de nos reconciliar. A liberdade é precisamente essa reconciliação. A liberdade hegeliana, como insistimos já, transcende o indivíduo e a sua vida privada; é uma reconciliação do homem com o seu destino, e este destino encontra na História a sua expressão. A meditação dos filósofos franceses sobre a liberdade é completamente diversa. De Descartes a Bergson, a filosofia francesa parece recusar a História.⁶⁸

⁶⁵ *Ibid.*

⁶⁶ DESCOMBES, Vincent. **Lo mismo y lo outro**. *Op. Cit.* p. 48.

⁶⁷ DESCOMBES, Vincent. **Lo mismo y lo outro**. *Op. Cit.* p. 49, (trad. nossa).

⁶⁸ HYPOLITE, Jean. **Introdução à Filosofia da História de Hegel**. Lisboa: Edições 70, 1988, p. 109.

No entanto, o próprio Hyppolite vai esclarecer, que se desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o pensamento filosófico francês não para de se colocar a questão da situação histórica do homem⁶⁹, nem todas as leituras hegelianas têm esse viés antropológico da leitura de Kojève, presente em Sartre, Merleau-Ponty e nos marxistas, como Henri Lefebvre. Estas leituras são aquelas que compreendem a História como realização da razão absoluta, o que coincidiria com a História do homem, com a História da realização de sua liberdade e de sua desalienação. Hyppolite considera um equívoco interpretar Hegel nesta perspectiva antropológica e humanista. Para ele, a reflexão de Hegel tem um caráter mais geral sobre o ser. A interpretação de Hyppolite é de cunho ontológico e não existencial. Ele nos explica que, com o advento do século XX e, mais precisamente com a Revolução Russa o historicismo marxista, isto é, o princípio de uma necessidade histórica e objetiva já não é mais levado a sério. Ademais, a revolução não se estendeu aos países industrializados. A História parece não ter mais princípios de necessidade, tal qual pensaram os marxistas ortodoxos.⁷⁰ Afinal, além das condições objetivas é preciso considerar as condições subjetivas do movimento da História. A transformação do homem não é mais uma demanda exclusivamente condicionada a uma mudança nas formas de produção. Agora faz-se necessário uma mudança existencial, pois, caberá ao sujeito forjar a consciência de si mesmo. É sob estas circunstâncias que se pode compreender as aproximações entre o marxismo e o existencialismo. Sobre o fundo de uma interpretação humanista de Hegel é que podemos reconhecer marxistas e existencialistas. A reivindicação de uma filosofia concreta encontra numa antropologia hegeliana sua condição de possibilidade. Mas é preciso reconhecer que não se trata de uma relação tranquila entre os adeptos de um humanismo de fundo hegeliano. A conferência de Sartre, *O existencialismo é um humanismo*, trata destas dificuldades.⁷¹

Todavia, para Hyppolite, reduzir o problema da História em Hegel ao problema da condição humana é empobrecedor. A lógica hegeliana não diz respeito somente à consciência humana, mas ao movimento dialético do ser em

⁶⁹ « Par contre, depuis la guerre dernière (celle où nous avons connu l'invasion, la défaite, la résistance), la pensée française, et bien entendu la pensée philosophique, n'a cessé de se modifier sur la situation historique de l'homme. » Cf. HYPPOLITE, Jean. *Histoire et existence*. Op. Cit., p. 974.

⁷⁰ Cf. HYPPOLITE, Jean. *Histoire et existence*. Op. Cit. p. 977.

⁷¹ SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1987.

geral. Pode-se dizer que o anti-humanismo de Hyppolite está alinhado a Heidegger⁷² que em sua correspondência com Jean Beaufreut, *Sobre o "Humanismo"*,⁷³ passa a despertar o interesse dos intelectuais franceses, para além de suas posições sobre o nazismo e, mais especificamente, sobre sua ontologia fundamental em *Ser e Tempo*. A tese de Hyppolite, *Gênese e estrutura da Fenomenologia do Espírito*, já apresentava uma leitura ontológica de Hegel. Ela foi apresentada na Sorbonne, em 1946, portanto, é anterior ao texto de Heidegger. Mas é inegável o fato de que Hyppolite alinha-se à perspectiva heideggeriana no que diz respeito à via de uma leitura ontológica de Hegel. De fato, a mesma crítica a esta perspectiva humanista na interpretação de Hegel é feita à leitura de Freud.

Em artigo recente que trata das relações entre Foucault e a psicanálise e a influência de Hyppolite sobre Foucault, Carolina de Souza Noto nos esclarece:

essa oposição entre antropologia/humanismo, por um lado, e ontologia, por outro, é um tema que percorre quase todos os textos de Hyppolite do final da década de 40 e os da década de 50. E não é somente sua leitura de Hegel que irá insistir no conflito antropologia/ontologia. (...) vale notar que a maneira como Hyppolite lê Freud é também enviesada pelo seu interesse por Heidegger e seu ultrapassamento do humanismo via ontologia.⁷⁴

O problema, no entanto, que Foucault parece perceber nos anos 60⁷⁵ está ligado ao risco de, ao ultrapassar a antropologia, ultrapassar a própria História. Ainda que Foucault permaneça de acordo com Hyppolite sobre o fato de que Hegel é o responsável por lançar os grandes problemas filosóficos do nosso tempo, a saber, o problema da finitude humana e de sua inserção na História e no tempo, “a questão, porém, é a de saber se a passagem da fenomenologia à ontologia ainda consistirá, (...) [aos olhos de Foucault] uma solução possível aos

⁷² Falando sobre a *Fenomenologia*, Hyppolite comenta: “Neste texto (tão admirável e tendenciosamente comentado por Heidegger – mas só são admiráveis estes mesmos tendenciosos) (...)” HYPOLITE, Jean. **“Fenomenologia” de Hegel e psicanálise** (pp. 59-75). In: HYPOLITE, Jean. **Ensaio de Psicanálise e Filosofia**. Rio de Janeiro: Taurus-Timbre Editores, 1989, p. 61.

⁷³ HEIDEGGER, Martin. **Carta sobre o humanismo**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

⁷⁴ NOTO, Carolina de Souza. **O déficit ontológico da psicanálise: Foucault leitor de Hyppolite**. In: dois pontos: Curitiba, São Carlos, volume 14, número 1, p. 145-157, abril de 2017, p. 152.

⁷⁵ “Assim, se em meados da década de 50, é patente o pertencimento de Foucault a certa tradição da fenomenologia existencial, podemos nos perguntar se num livro como *As palavras e as coisas*, de 66, não é também essa tradição que será recusada e problematizada por nosso autor.” *Ibid.*, p. 156.

impasses colocados pela filosofia hegeliana acerca do ser histórico do homem.”⁷⁶

Qual seria a alternativa? É preciso renunciar a Hegel? É neste ponto que se coloca efetivamente a questão. Afinal, como dizia Foucault a respeito de Hyppolite, onde certamente também colocava suas próprias inquietações:

Pode-se ainda filosofar, lá onde Hegel não é mais possível? Pode ainda existir uma filosofia que não seja hegeliana? O que é não hegeliano em nosso pensamento é necessariamente não filosófico? E o que é antifilosófico é, forçosamente, não hegeliano?⁷⁷

Certamente existem muitas maneiras pelas quais se pode definir o trabalho filosófico. De qualquer modo, toda definição de filosofia implica na determinação do não-filosófico. Portanto, não se trata simplesmente de definir filosofia, senão também de definir a não-filosofia. Mas o que é a não-filosofia? Trata-se do inverso da filosofia?

Takashi Sakamoto, em tese de quase mil páginas sobre Foucault e a História, sugere três formas de relação entre a filosofia e a não-filosofia.⁷⁸ A primeira seria definida como uma tentativa de destacar as condições transcendentais sob as quais todas as experiências se tornam possíveis. Este tipo de relação, é claro, representado pela crítica kantiana, procura estabelecer um fundamento transcendental de todos os domínios não filosóficos. A filosofia não examinaria a validade e veracidade dos domínios não filosóficos em si mesmos, mas imporiam limites transcendentais e intransitáveis. Neste sentido, a filosofia dominaria do exterior a não-filosofia por condições *a priori* sem as quais nenhuma experiência poderia ser fundada.

Quanto à segunda forma de relação entre filosofia e não-filosofia temos um movimento contrário ao primeiro, que é o da interiorização do que é externo à filosofia. É Hegel que impeliu esse movimento de interiorização, pela dialética. Para o Hegel da *Fenomenologia do Espírito*, por exemplo, a filosofia não é senão o movimento do Espírito a partir da consciência natural, para a sua conclusão, o conhecimento absoluto, onde é realizada a unificação total entre o sujeito e os

⁷⁶ *Ibid.*

⁷⁷ FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. *Op. Cit.* p. 69.

⁷⁸ Cf. SAKAMOTO, Takashi. **Le problème de l'histoire chez Michel Foucault**. Tese de doutorado – Université Michel de Montaigne/Bordeaux III, 2011. Orientação: Guillaume Le Blanc. p. 18 ss.

objetos de conhecimento. Ela não funda a não-filosofia, mas internaliza-a ao ponto de apagar o exterior da filosofia. Quanto a este ponto o próprio Foucault nos explica:

Pois, se Hegel expôs o conteúdo de toda a filosofia e, finalmente, o de todas as grandes experiências da História, isso não tinha outro objetivo senão o de torna-lo imanente ao que chamamos de presente, para provar que essas experiências históricas estão presentes em nós mesmos, ou, ainda, que estamos presentes nessas experiências. Tratava-se de uma magnífica síntese da interiorização sob forma de memória. (...) Pois Hegel se considerava como um concentrado de todos os filósofos, ou ainda como a própria filosofia.⁷⁹

No terceiro tipo de relação, a filosofia não busca nem fundar, nem fazer desaparecer a não-filosofia. Ela reflete sobre o que não é filosófico para mostrar a possibilidade de filosofar de outra forma. O exterior da filosofia é, portanto, uma fonte de um novo pensamento filosófico. A filosofia neste tipo de relação está enraizada na não-filosofia. Isso não significa que a filosofia esteja subordinada à não-filosofia, mas que considera o que não lhe é próprio, sem impor sua reflexão como superior a qualquer outro tipo de reflexão não-filosófica. Neste sentido, a filosofia se forma através de interações com o que lhe é exterior.

Como adverte Sakamoto, essa partilha, em qualquer dos casos, no entanto, não é óbvia e é provável que mude dependendo das respostas dadas à pergunta sobre o que é filosofia. Por isso, ela não é nem estável nem universal, mas frágil e variável.⁸⁰

No primeiro caso, há uma fundamentação transcendental do não-filosófico. No segundo, uma interiorização, pelo movimento dialético, ou ainda, para dizer de um outro modo: enquanto o primeiro impõe, de fora, um conjunto de limites transcendentais à não-filosofia, o segundo penetra dentro da não-filosofia para integrá-lo ao sistema filosófico. De qualquer modo, eles têm uma coisa em comum: tanto para a fundamentação quanto para a interiorização, ou seja, para ambos, a filosofia é certamente superior à não-filosofia.

Valeria à pena tentar pensar sobre o terceiro caso, muito mais próximo do que Foucault sempre procurou fazer em suas pesquisas.

⁷⁹ FOUCAULT, Michel. **Loucura, Literatura, Sociedade**. (pp. 232-258) In: **Ditos & Escritos I – Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011, p. 254-5.

⁸⁰ Cf. SAKAMOTO, Takashi. **Le problème de l'histoire chez Michel Foucault**. *Op. Cit.* p. 19.

Portanto, seria nesta fragilidade entre o que é filosofia e o seu exterior que se colocaria o problema das relações entre Filosofia e História para Michel Foucault. Dizendo de outro modo, não se trata de procurar a essência do filosófico ou do histórico, mas de pensar as relações possíveis entre o que se pode chamar de filosofia num contexto determinado, e o seu fora, isto é, o que não é. A questão, portanto, não é a da identidade da filosofia, mas os outros da filosofia. Há um deslocamento do problema quando procuramos pensar a partilha entre o filosófico e o não-filosófico.

Se as posições de Foucault nos anos 50 refletiam as de seu mestre Hyppolite, talvez se possa dizer que nos anos 60 Foucault se desprende do mestre na mesma medida em que passa a escrever sobre ele. São duas situações. Primeiro, assinando o prefácio da homenagem a Hyppolite em 1969⁸¹ e, depois, na aula inaugural, ao assumir a cadeira no *Collège de France*. Nestes textos em que Foucault presta sua reverência a Hyppolite, pode-se notar também a maneira pela qual a herança hegeliana recebida do mestre é rearticulada para se pensar as relações entre filosofia e não-filosofia, isto é, entre filosofia e História.

Para Foucault, Hyppolite foi o responsável por um deslocamento no interior da filosofia hegeliana, ou ainda, sobre a filosofia tal como Hegel a concebia. Para ele “Hegel era o lugar de uma experiência, de um enfrentamento em que não tinha nunca a certeza de que a filosofia sairia vitoriosa.”⁸² Ele nos explica:

Em vez de conceber a filosofia como a totalidade enfim capaz de se pensar e de se apreender no movimento do conceito, Jean Hyppolite fazia dela o fundo de um horizonte infinito, uma tarefa sem término: sempre a postos, sua filosofia nunca estava prestes a acabar-se. Tarefa sem fim, tarefa sempre recomeçada, portanto, condenada à forma e ao paradoxo da repetição: a filosofia como pensamento inacessível da totalidade era para Jean Hyppolite aquilo que poderia haver de repetível na extrema irregularidade da experiência; aquilo que se dá e se esconde como questão sem cessar retomada na vida, na morte, na memória: assim o tema hegeliano da perfeição na consciência de si, ele o transformava em um tema da interrogação repetitiva. Mas, visto que ela era repetição, a filosofia não era ulterior ao conceito; ela não precisava dar continuidade ao edifício da abstração, devia sempre manter-se retirada, romper com suas generalidades adquiridas e colocar-se em contato com a não-filosofia.⁸³

⁸¹ FOUCAULT, M. **Jean Hyppolite. 1907-1968.** *Op. Cit.*

⁸² FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso.** *Op. Cit.* pp. 70.

⁸³ *Ibid.* pp. 70-71.

A filosofia nesta perspectiva devia aproximar-se do que a precede e não do que a encerra, a saber, do que ainda não foi tocado pela inquietação filosófica e ainda pode ser pensado, isto é, o seu fora. Essa forma de filosofia apresenta-se como atualidade, como inquietação, como mobilidade na medida em que se conecta com o não-filosófico, sua razão, porque não existe senão em função desse outro.

Ora, se ela existe nesse contato repetido com a não-filosofia, o que é o começo da filosofia? Já está lá, secretamente presente no que não é ela, começando a formular-se a meia-voz no murmúrio das coisas? Mas, então, o discurso filosófico não tem mais, talvez, razão de ser; ou, então, deve ela começar sobre uma base ao mesmo tempo arbitrária e absoluta? Vê-se substituir-se, assim, o tema hegeliano do movimento próprio ao imediato pelo tema do fundamento do discurso filosófico e de sua estrutura formal.⁸⁴

Assim, conduzindo o pensamento hegeliano ao limite, ou ainda, fazendo-o passar para o outro lado dos seus próprios limites e seguindo uma certa tendência que Foucault identifica tanto na lógica, quanto na epistemologia, passando por Marx e Nietzsche, que tenta escapar de Hegel “e medir em que nosso recurso contra ele é ainda, talvez, um artilho que ele nos opõe, ao termo do qual nos espera imóvel e em outro lugar”⁸⁵; é portanto, nesta perspectiva que Foucault afirma que Hyppolite ainda que hegeliano, não cessou de confrontar Hegel. E é também nesta medida que, um tanto condescendente é verdade, por estar assumindo a posição de quem o antecedeu no *College de France*, afirma que assume ou toma de Hyppolite, o sentido e a possibilidade do que faz.⁸⁶

Não há dúvida que a perspectiva de uma dessubstanciação ou desessencialização da própria filosofia está implícita na leitura que Foucault faz de Hegel pela via de Hyppolite. É o que ele diz na homenagem ao mestre:

O Sr. Hyppolite queria dizer sem dúvida que a filosofia jamais está atualizada nem presente em nenhum discurso, nem em nenhum texto; que na verdade a filosofia não existe;⁸⁷

⁸⁴ FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. *Op. Cit.* pp. 71-72.

⁸⁵ *Ibid.* p. 68.

⁸⁶ *Ibid.* p. 73.

⁸⁷ FOUCAULT, M. **Jean Hyppolite. 1907-1968**. *Op. Cit.* p. 154.

Uma não existência que pretende apenas indicar sua finitude, sua incompletude e, acima de tudo, colocar a questão da relação da filosofia com o que ela não é, mas sem o qual ela também não pode ser. É assim que a História aparece como lugar privilegiado onde se pode localizar a finitude da filosofia. Bem entendido, a História aqui não consiste em buscar as singularidades que marcam, por exemplo, o nascimento de uma obra. Quanto a este ponto e, sempre descrevendo o trabalho de Hyppolite, Foucault nos explica:

Falar de uma obra filosófica não era para ele descrever um objeto, cerni-lo, fechá-lo em seus contornos, mas antes abri-lo, localizar suas rupturas, suas defasagens, suas lacunas, estabelecê-lo em sua irrupção e em sua suspensão, desenvolvê-lo nessa falta ou nesse não-dito pelo qual fala a própria filosofia. Daí sua posição de historiador, não fora, mas no espaço da filosofia da qual ele falava, e o apagamento sistemático de sua própria subjetividade. (...) o historiador, para o Sr. Hyppolite – esse historiador que ele próprio era –, marca o ponto de inflexão a partir do qual a filosofia pode e deve apreender a sombra que a recorta a cada instante, mas que, no entanto, a liga à sua invencível continuidade.⁸⁸

Pois bem, neste texto, que é uma homenagem a Hyppolite, vemos ao entorno de duas perguntas fundamentais de Foucault sobre a possibilidade do trabalho de seu mestre, a afirmação do seu próprio trabalho. A primeira pergunta é: “A História é o lugar privilegiado no qual pode aparecer a finitude filosófica?” E a segunda: “Que relação a filosofia tem com o que não é ela, e sem o que, no entanto, ela não poderia ser?” Essas questões só podem ser respondidas na medida em que não nos omitimos a respeito da História dos historiadores. Se adquirirmos a compreensão, não apenas do que significa a História dos historiadores para Foucault, mas qual a perspectiva da História dos historiadores que ele mais se aproxima, será então, viável que se proponha uma resposta neste sentido, porque enfim, não estaremos tratando da História em sua generalidade.

Trata-se, portanto, da relação entre filosofia e História, ou ainda das relações da filosofia com a não-filosofia, desde que, como vimos, não se trata de partirmos de nenhum destes “objetos”, como dados definitivamente, isto é, como objetos naturais, mas considerarmos apenas o que se nos apresenta como contemporâneo de uma produção, de uma prática (discursiva, ou não-discursiva) irreduzível a qualquer outra. Neste sentido poderíamos pensar numa filosofia

⁸⁸ FOUCAULT, M. **Jean Hyppolite. 1907-1968.** *Op. Cit.* pp. 155-156.

não-sistemática, isto é, menos pretensiosa de se apropriar do que ela não é, mas construída e constituída, todavia, no contato permanente com o seu outro, a não-filosofia. Sua sistematicidade poderia ser pensada em torno de novas reflexões sobre os elementos exteriores a ela e, talvez, por reflexões independentes dela. Estaríamos falando de uma forma de filosofia que se desafia, porque é capaz de contemplar novos problemas que surgiriam nos domínios não-filosóficos. Em outras palavras, essa filosofia procuraria ser contemporânea de seu tempo, ou um diagnóstico do presente. É possível que tenha sido isso que Foucault quis dizer ao final da sua homenagem a Hyppolite:

Enquanto outros viam no pensamento hegeliano o recuo da filosofia sobre si mesma, e o momento em que ela passa ao relato de sua própria História, o Sr. Hyppolite aí reconhecia o momento em que ela ultrapassa seus próprios limites para tornar-se filosofia da não-filosofia, ou, talvez, não-filosofia da própria filosofia.⁸⁹

O que é patente nesta perspectiva é, de um lado, a oposição de Foucault a toda e qualquer totalização do pensamento e, segundo, a multiplicação das formas de reflexão filosófica através da pesquisa empírica da História. Neste caso, Foucault trata da História no plural. Não há História no singular nesta perspectiva foucaultiana. Como consequência, Foucault se permite pensar de novas maneiras os problemas filosóficos, ou mesmo aqueles problemas que não são originalmente filosóficos.

Colocada a questão dessa forma, podemos nos perguntar: qual a relação da História em Foucault com a História dos historiadores? Essa, nos parece ser a condição para a compreensão do estatuto da noção de acontecimento n' *Arqueologia do Saber*.

Além dos diversos textos dos *Dits et Écrits* é na *Arqueologia do Saber*, mais exatamente na introdução, que essa questão é respondida. A produção de uma História nova, francesa e contemporânea, não passaria despercebida por Foucault. As grandes teses produzidas na historiografia dos anos 50 e 60, e as pesquisas de Labrousse, Braudel e Chaunu estão indiretamente mencionadas na *Arqueologia*. Roger Chartier nos esclarece sobre esse ponto:

⁸⁹ FOUCAULT, M. **Jean Hyppolite. 1907-1968.** *Op. cit.* pp. 157-158.

Foucault percebe nesses trabalhos, feitos *in situ* e sem reivindicar nenhuma teoria explícita da História, uma dupla originalidade intelectual: em relação a uma História global fadada a narrar o “desenrolar contínuo de uma História ideal” – que é a História dos filósofos e dos avatares do hegelianismo – mas também em relação a uma História estrutural que supostamente eliminaria, com o acontecimento, rupturas e fissuras. O diagnóstico feito sobre a História tal como ela é, nos anos 1960, focaliza então a atenção sobre o conceito que mais a diferencia da herança deixada pela “História filosófica”: o de descontinuidade.⁹⁰

Mais uma vez, o que está em jogo, isto é, o que se abandona, tanto em Foucault quanto nos *Annales* é o projeto de totalização da História. Como dirá Chartier:

História nova contra “História filosófica”, os *Annales* contra Hegel: o destino dessa antinomia é interessante. Por um lado, foi a própria filosofia que se desligou do projeto hegeliano, considerando impossível pensar e produzir esta “filosofia da História universal” que as lições de 1830 pretendiam fundar.⁹¹

É preciso que se diga: não se trata de identificar, sem mais, a História em Foucault com a História dos historiadores⁹². Ao contrário, como vimos, a leitura que Foucault faz de Hegel, via Hyppolite, é que permite se pensar não uma nova concepção de História, mas uma nova concepção de filosofia, onde a não-filosofia, especialmente a História, tem um papel fundamental.

O que se pode dizer é que no final dos anos 60, de modo especial, na *Arqueologia do Saber*, Foucault parece articular uma leitura muito particular das noções de série e acontecimento, que lhe permitem redefinir o problema das descontinuidades históricas e associá-las ao seu projeto de uma análise dos discursos. Torna-se inegável um diálogo entre Foucault e os *Annales*. Neste sentido é que se pode pensar dentro de um recorte muito específico do trabalho de Foucault alguns elementos comuns entre o seu trabalho e aquele dos historiadores dos *Annales*, e de maneira privilegiada, com a História Serial de Pierre Chaunu.

Mas, colocada desta forma, poderia parecer que a única saída para o perigo de se fugir da História, isto é, negar as críticas de Sartre, seria um retorno

⁹⁰ CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia – a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002, pp. 228-229.

⁹¹ *Ibid.* p. 229.

⁹² Afinal, a que história dos historiadores nos referimos? Para Foucault a História dos historiadores que merece ser lida e retomada é a que ele chama de *histoire nouvelle*. Essa História é identificada com os *Annales*.

à própria História dos historiadores e uma recusa da História dos filósofos. Como veremos adiante, não se trata de fazer uma escolha entre estas perspectivas. As leituras de Foucault sobre a História podem apresentar-se dentro de uma multiplicidade impressionante.

1.1 Kant, *Aufklärung* e Revolução como Acontecimentos

Os problemas que a filosofia do absoluto, a lógica do ser ou mesmo a ontologia fundamental pareciam trazer, ficaram mais claros com as leituras francesas de Hegel. Como vimos acima, de Jean Wahl, passando por Alexandre Kojève a Jean Hyppolite colocam-se os marcos de uma interpretação hegeliana acentuadamente antropológica, ainda que a certo ponto contestada por Hyppolite, em sua perspectiva humanista. De toda maneira, para Foucault, que permanece quanto a este ponto, na linha de Hyppolite, como podemos acompanhar até a aula inaugural do *Collège de France* em 02 de dezembro de 1970, trata-se de pensar contra Hegel, e como ele mesmo diz, ainda que para reencontrá-lo logo à frente.

No seu percurso ficará claro, desde a tese complementar,⁹³ orientada por Hyppolite, o papel fundamental de Nietzsche, ainda mais visível na genealogia, nos anos 70, mas também de Kant, objeto da mesma tese, como possibilidades de novas investigações que não abrem mão da historicidade. Para ilustrar o uso da História por Foucault, não apenas no que chamou no final dos anos 1960, comentando Hyppolite, de não-filosófico, como condição do filosófico, mas também no que Nietzsche e Kant se mostraram fundamentais, trataremos a seguir de dois momentos representativos desta relação de Foucault com a História e por consequência, da noção de acontecimento.

No curso de 1983, *O Governo de Si e dos Outros*, Foucault retoma dois textos de Kant logo na primeira aula, para considerá-los numa perspectiva histórica e filosófica, ou se quisermos, retoma estes dois textos de Kant enquanto acontecimentos filosóficos, acontecimentos aos quais pertencemos enquanto deles falamos. Trata-se da questão da *Aufklärung*, por um lado, e da *Revolução*, por outro.

Na nota de apresentação, que encontramos em todos os cursos de Foucault, e particularmente neste curso, François Ewald e Alessandro Fontana enfatizavam que o que fazia a força dos cursos era um “sutil cruzamento entre uma fina erudição, um engajamento pessoal e um trabalho sobre o

⁹³ Cf. FOUCAULT, M. *Introduction à l'Antropologie de Kant (Genèse et structure d'Antropologie de Kant)*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2008 ; FOUCAULT, M. *Gênese e estrutura da Antropologia de Kant*. Trad. Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Ed. Loyola, 2011.

acontecimento.”⁹⁴ É justamente esse trabalho sobre o acontecimento, ancorado no seu modo sempre singular de pensar a História que gostaríamos de tratar agora.

Logo de saída, neste primeiro item da aula de 5 de janeiro, que trata das questões de método, Foucault esclarece: “meu problema era fazer algo um pouco diferente do que pratica, de maneira perfeitamente legítima, aliás, a maioria dos historiadores das ideias.”⁹⁵ Enfatizando sempre a legitimidade do trabalho dos historiadores, Foucault prossegue explicando que não pretende fazer História das mentalidades, nem História das representações. Quanto à História das mentalidades Foucault a caracteriza da seguinte forma:

Uma História que se situaria num eixo que vai da análise dos comportamentos efetivos às expressões que podem acompanhar esses comportamentos, seja por precedê-los, seja por sucedê-los seja por traduzi-los, seja por prescrevê-los, seja por mascará-los, seja por justificá-los, etc.⁹⁶

Quanto à História das representações Foucault entende uma História que se colocaria o papel de analisar o que poderiam desempenhar as representações, seja em relação ao objeto representado, seja em relação ao tema que as representa, uma análise que seria, enfim, a análise das ideologias. Seu problema, portanto, coloca-se numa forma toda própria de História. Em oposição à História das ideias se propõe uma História do pensamento.

No ano seguinte, em entrevista a Paul Rabinow, Foucault esclarecia que o que poderia caracterizar a História do pensamento é o que podemos chamar de problemas ou, mais exatamente, de problematizações. E ainda, que

O que distingue o pensamento é que ele é totalmente diferente do conjunto das representações implicadas em um comportamento; ele também é completamente diferente do campo das atitudes que podem determiná-lo. O pensamento não é o que se presentifica em uma conduta e lhe dá sentido; é, sobretudo, aquilo que permite tomar uma distância em relação a essa maneira de fazer ou de reagir, e tomá-la como objeto de pensamento e interrogá-la sobre seu sentido, suas condições e seus fins.⁹⁷

⁹⁴ FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros (1983)**. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. XI.

⁹⁵ *Ibid.* p. 4.

⁹⁶ *Ibid.*

⁹⁷ FOUCAULT, Michel. **Polêmica, Política e Problematizações**. pp. 225-233. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos V – Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 231.

No curso de 1983, Foucault preferiu caracterizar por pensamento o que chamou de “focos de experiência”. De acordo com ele, a articulação entre “formas de um saber possível, matrizes normativas de comportamento, modos de existência virtuais para sujeitos possíveis” é o que se pode chamar de “foco de experiência”.⁹⁸ Essa História do pensamento, portanto, é uma História das “experiências”. Retrospectivamente Foucault indicava que a experiência da loucura, da doença, da criminalidade, da sexualidade, são exemplos desses focos importantes de experiências na nossa cultura.

Prosseguindo nesta sua primeira aula, Foucault propõe a análise do texto *Was ist Aufklärung?* (O que é o esclarecimento?).⁹⁹ Desde 1978 Foucault havia tratado deste texto¹⁰⁰ e, seguiram-se a ele diversos outros como *Qu'est-ce que les Lumières?*¹⁰¹, publicado pela *Magazine littéraire* em maio de 1984 e que na verdade se tratava de um estrato do curso de 5 de janeiro de 1983; *Structuralism and Post-Structuralism*,¹⁰² publicado em 1983; “*What is Enlighthenment?*” (“O que são as luzes?”)¹⁰³, publicado em inglês; *La vie: l'expérience et la Science*,¹⁰⁴ publicado em 1985. Em todos eles a questão da *Aufklärung* kantiana é fundamental.¹⁰⁵

Entre as razões pelas quais a *Aufklärung* kantiana é retomada mais uma vez, agora no *Collège de France*, está o fato de que é nela que aparece em Kant uma reflexão filosófica que é relativa à História de um modo bastante peculiar.¹⁰⁶

⁹⁸ FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros (1983)*. *Op. Cit.* p. 5.

⁹⁹ KANT, Immanuel. *Resposta à pergunta: Que é <<Esclarecimento>>?* (pp. 100-117). In: KANT, Immanuel. *Immanuel Kant – textos seletos*. Petrópolis: Vozes, 1974.

¹⁰⁰ FOUCAULT, Michel. *Qu'est-ce que la critique? Suivie de La culture de soi*. Paris: Vrin, 2015 (pp. 33-80). Edição organizada por Daniele Lorenzini e Henri-Paul Fruchaud e aparato crítico de Daniele Lorenzini e Arnold Davidson. É de 1978 também o prefácio à edição inglesa de *O Normal e o Patológico* de Canguilhem: FOUCAULT, Michel. *Introduction par Michel Foucault* (pp. 429-442). In: FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits II (1976-1988)*. Paris: Éditions Gallimard, 2001.

¹⁰¹ FOUCAULT, M. *Qu'est-ce que les Lumières?* (pp. 1498-1507). In: FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits II (1976-1988)*. Paris: Éditions Gallimard, 2001.

¹⁰² FOUCAULT, Michel. *Structuralism and Post-Structuralism* (pp. 1250-1276). In: FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits II (1976-1988)*. Paris: Éditions Gallimard, 2001.

¹⁰³ FOUCAULT, Michel. *What is Enlighthenment?* (pp. 32-52). In: RABINOW, Paul. *The Foucault reader*. New York: Pantheon Books, 1984. Disponível também em: FOUCAULT, Michel. *Qu'est-ce que les Lumières?* (pp. 1381-1397). In: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits II. 1976-1988*. Paris: Éditions Gallimard, 2001.

¹⁰⁴ FOUCAULT, Michel. *La vie: l'expérience et la science* (pp. 1582-1595). In: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits II. 1976-1988*. Paris: Éditions Gallimard, 2001.

¹⁰⁵ Exploramos cada um destes textos por ocasião de nossa dissertação de mestrado. Cf. FÊO, Flávio Justino. *Ascese como exercício de Atualidade no último Foucault*. Curitiba: PUC-PR, 2006.

¹⁰⁶ Sobre uma análise mais específica das relações de Kant com a história indicamos: PEREZ, Daniel Omar. *Os significados da história em Kant* (pp. 67-107). In: *Philosophica*. Lisboa, nº 27, 2006. Sobre as relações

O fato de que este argumento já havia sido diversas vezes levantado nos textos mencionados nos mostra como a perspectiva de uma História do pensamento alinhada a Kant foi importante.

O argumento consiste em afirmar que é a primeira vez que Kant trata da questão do presente, da questão da atualidade, da questão do que acontece hoje, agora, e o que é esse agora dentro do qual estamos todos, e que é o lugar, o ponto do qual se escreve.¹⁰⁷ Para Foucault, responder sobre a *Aufklärung* não diz respeito a nenhum pertencimento doutrinário. Não diz respeito a situar-se numa tradição, ou dentro de um movimento maior e diacrônico em relação aos antigos. Ao contrário, com a *Aufklärung* vemos aparecer o “que poderíamos chamar de uma relação sagital, ou uma relação, vamos dizer, vertical, do discurso com sua própria atualidade.”¹⁰⁸ Neste texto, Kant precisa colocar em questão, portanto, seu pertencimento a esse presente, seu discurso deve levar em conta o sentido desse presente para que possa, enfim, significá-lo filosoficamente no conjunto cultural característico da sua própria atualidade.

Se de fato não é esse texto que situa, na cultura europeia, a questão da modernidade, para Foucault ele tem a singularidade, que é o que o caracteriza como acontecimento filosófico, que é a tomada de consciência de que é preciso situar-se filosoficamente não apenas dentro de um pertencimento histórico/cultural mais amplo, mas antes de tudo, é preciso situar-se em relação ao próprio presente.

O fato de que a *Aufklärung* chama a si mesma de *Aufklärung* é, para Foucault, revelador desse acontecimento filosófico. Acontecimento que não se instaura como substância (*factum*), mas como processo permanente que inaugura um modo de pensar a modernidade enquanto articulação entre as diversas possibilidades e formas de racionalidade e a História.

Quer dizer, estamos diante de um processo cultural sem dúvida muito singular, que logo tomou consciência de si de certo modo, nomeando-se e situando-se em relação a seu passado, em relação a seu futuro, em relação também a seu presente, designando pelo

entre Kant e Foucault indicamos a tese de Celso KRAEMER. **Ética e Liberdade em Michel Foucault** – uma leitura de Kant. São Paulo: FAPESP; EDUC; 2011. Neste trabalho encontram-se as indicações das pesquisas internacionais mais importantes sobre esse tema.

¹⁰⁷ Cf. FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros (1983)**. *Op. Cit.* p. 12.

¹⁰⁸ *Ibid.* p. 15.

próprio nome *Aufklärung* o processo, melhor que o processo, as operações que esse próprio movimento devia efetuar no interior do seu próprio presente.¹⁰⁹

Pois bem, esta questão, *Was ist Aufklärung?* Cujas resposta kantiana, de acordo com Foucault, tem o sentido de tomar a modernidade como interrogação sobre sua própria atualidade e que aparece no texto de 1784, é colocada a Kant pela revista *Berlinische Monatsschrift*. Na verdade, a questão é colocada a todo o público da revista. Mendelssohn, por exemplo, havia publicado sua resposta dois meses antes de Kant. De qualquer modo, a essa questão colocada de fora, pela revista *Berlinische Monatsschrift*, Kant apresentará uma outra resposta em 1798.

Todavia, a questão desta vez é colocada pelo próprio Kant. Mas agora, a propósito de um outro acontecimento, que foi a Revolução Francesa. O texto em questão é *O Conflito das Faculdades*,¹¹⁰ que reúne três dissertações sobre as relações entre as faculdades que constituem a universidade e a filosofia. A filosofia e a teologia; A filosofia e o direito; A filosofia e a medicina. A retomada da questão sobre a *Aufklärung*, mas agora sob o ângulo da Revolução, está na segunda dissertação, que trata do conflito da faculdade filosófica com a faculdade do direito.

O texto de 1798 coloca-se no contexto de um desdobramento da questão kantiana sobre a existência de um progresso constante para o gênero humano. Kant se pergunta: Estará o gênero humano em constante progresso para o melhor? Para essa questão é preciso se verificar se existe a possibilidade de um progresso e qual seria a causa de um progresso possível. “Na espécie humana, deve ocorrer qualquer experiência que, enquanto acontecimento, indica uma constituição e aptidão suas para ser causa do progresso para o melhor.”¹¹¹ Kant não teria pensado o progresso de modo teleológico, mas queria fazer um recorte no fluxo da História para encontrar um acontecimento que pudesse valer como signo do progresso.

O que Kant quer dizer é que a assinalação de uma causa nunca poderá determinar nada além de efeitos possíveis, ou mais exatamente nunca poderá determinar senão a possibilidade de efeitos. A realidade de um efeito só poderá ser assinalada se se isolar um acontecimento, um acontecimento que se possa ligar a uma causa. Portanto, é por

¹⁰⁹ FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros (1983)**. *Op. Cit.* p. 15.

¹¹⁰ KANT, Immanuel. **O Conflito das Faculdades**. Lisboa: Edições 70, 1993.

¹¹¹ *Ibid.* p. 103.

um processo inverso àquele pelo qual se analisa a estrutura teleológica da História que se poderá responder a essa questão.¹¹²

A questão é, portanto, isolar na História um acontecimento que terá valor de sinal. No sentido de que indica uma causa. Uma causa permanente.

Importa, pois, indagar um acontecimento que aponte, de modo indeterminado quanto ao tempo, para a existência de semelhante causa e também para o ato da sua causalidade no gênero humano, e que permita inferir a progressão para o melhor, como consequência inelutável, inferência que, em seguida, se poderia estender à História do tempo passado (de que se esteve sempre em progresso); porém, de maneira que aquele acontecimento não se deva olhar como sua causa, mas somente como indicativo, como sinal histórico (signum rememorativum, demonstrativum, prognosticon).¹¹³

Este acontecimento será um sinal rememorativo, demonstrativo e prognóstico. Será rememorativo porque nos mostra que foi sempre assim. Será demonstrativo enquanto retrata o que acontece atualmente. Finalmente, será prognóstico porque indica um progresso permanente. Para Kant, a Revolução Francesa é o sinal desse acontecimento. Mas não se trata do drama dos acontecimentos, nem dos atos heróicos de uma revolução. O significativo, explica Foucault, é a maneira como a Revolução é recebida em toda a sua volta por espectadores que não participam dela, mas a veem, que a assistem e que, bem ou mal, se deixam arrastar por ela. Trata-se justamente do acontecimento quase imperceptível e menos grandioso, da recepção dos que passivamente assistem aos atores do drama.

O aspecto da revolução que constitui sentido para Kant não é a revolução em si, mas o que passa na cabeça dos que não a fazem, isto é, o signo da revolução está no entusiasmo, que demonstra uma disposição moral da humanidade e se manifesta permanentemente na História onde os acontecimentos como a *Aufklärung* e a *Revolução* apresentam seus signos. Mas esse entusiasmo seria sinal de quê? Pergunta Kant. Primeiro, de que é direito de um povo não ser impedido de a si proporcionar uma constituição civil, como

¹¹² FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros (1983)**. *Op. Cit.* p. 17.

¹¹³ KANT, Immanuel. **O Conflito das Faculdades**. *Op. Cit.* p. 103-4.

ela se lhe afigurar melhor; segundo, é sinal de que só é legítima e moralmente boa a constituição de um povo se esta for capaz de evitar toda guerra ofensiva.¹¹⁴

Independentemente do lugar desse texto no pensamento kantiano, para Foucault, ele se apresenta como uma predição, um texto profético, sobre o sentido e o valor que terá a

Revolução como acontecimento, como espécie de acontecimento cujo próprio conteúdo é sem importância, mas cuja existência no passado constitui uma virtualidade permanente, constitui para a História futura a garantia do não esquecimento e da própria continuidade de um caminho em direção ao progresso.¹¹⁵

Por fim, para Foucault, as duas questões entrelaçadas, O que é a *Aufklärung*? E, o que é a Revolução? Constituem a indagação de Kant sobre a atualidade e dão origem a uma tradição crítica diversa daquela constituída pela sua obra crítica sobre as possibilidades do conhecimento.

E me parece que a opção filosófica com a qual nos vemos confrontados atualmente é a seguinte. É preciso optar ou por uma filosofia crítica que se apresentará como uma filosofia analítica da verdade em geral, ou por um pensamento crítico que tomará a forma de uma ontologia de nós mesmos, de uma ontologia da atualidade. E é essa forma de filosofia que, de Hegel à Escola de Frankfurt, passando por Nietzsche, Max Weber, etc., fundou uma forma de reflexão à que, é claro, eu me vinculo na medida em que posso.¹¹⁶

Assim é, que repetimos, por vezes sem o saber, um acontecimento como a *Aufklärung* ou a Revolução, quando nos colocamos neste mesmo movimento de atualidade, de ascese filosófica, de crítica¹¹⁷. Não é preciso dizer que ao situar-se na perspectiva de uma filosofia que questiona seu estatuto histórico enquanto acontecimento, Foucault se coloca necessariamente o problema da relação entre História e filosofia mais uma vez. Foi assim na sua leitura de Hegel via Hyppolite e, também aqui na sua leitura de Kant. Esse tema em Foucault é quase inesgotável. Sem nenhuma pretensão de exaustão gostaríamos de

¹¹⁴ Cf. KANT, Immanuel. **O Conflito das Faculdades**. *Op. Cit.* p. 105.

¹¹⁵ FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros (1983)**. *Op. Cit.* p. 20.

¹¹⁶ *Ibid.* p. 21-22.

¹¹⁷ FOUCAULT, Michel. **Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung**. Bulletin de la Société française de philosophie, Vol. 82, nº 2, pp. 35 - 63, avr/juin 1990 (Conferência proferida em 27 de maio de 1978).

acompanhar ainda neste capítulo, a leitura que Foucault propõe da genealogia em Nietzsche, seu modo de apropriação deste tema nietzschiano e o papel da noção de acontecimento nesta relação.

1.2 Sobre Nietzsche, História e Acontecimento

Como vimos acima, Foucault dizia que toma de Hyppolite, ao assumir sua cadeira no *Collège de France*, o sentido e a possibilidade do que faz. Vimos também que se coloca como herdeiro de uma tradição crítica que remonta a Kant. Esta multiplicidade de influências talvez tenha seu ponto alto em Nietzsche. Foucault não poderia e, nunca negou, a visível influência do pensamento nietzschiano em seu trabalho. De qualquer modo, talvez por ter compreendido a lição do mestre, não se deteve, demasiadamente, na repetição dos seus aforismos. Há um único texto em que Foucault trata exclusivamente de Nietzsche. Foi uma publicação que fez parte de uma edição em homenagem a Jean Hyppolite, da qual já mencionamos o prefácio. Desta edição participaram diversos intelectuais como Althusser, Canguillhem, Guérout, Laplanche, etc. O título não poderia ser mais preciso: Nietzsche, a Genealogia, a História.¹¹⁸

É sintomático que o NIETZSCHE-LEXIKON¹¹⁹ associe os trabalhos de Foucault, de um modo geral, como diretamente influenciados pela leitura da Genealogia de Nietzsche.¹²⁰ Tanto mais quando também menciona a intervenção de Foucault, isto é, o texto de Foucault sobre Nietzsche, no item que trata da Segunda Consideração Extemporânea¹²¹, a que Foucault chama de *Considérations Intempestives*.¹²² A tradução usual no Brasil de *unzeitgemässe* como “extemporâneo” é considerada satisfatória pelo Dicionário Nietzsche editado por Scarlett Marton.¹²³ Essas informações são relevantes na medida em

¹¹⁸ FOUCAULT, M. **Nietzsche, a Genealogia, a História** (pp. 260-281). In: FOUCAULT, M. **Ditos & Escritos II** – Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

¹¹⁹ Cf. NIEMEYER, Christian (org.) **Léxico de Nietzsche**. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 275.

¹²⁰ Passaremos a indicar esse texto como GM. Cf. NIETZSCHE, F. **Genealogia da Moral** – uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹²¹ NIETZSCHE, F. **Sobre a utilidade e a desvantagem da história para a vida**. Trad. André Itaparica. São Paulo: Hedra, 2017, Edição Kindle. A segunda das quatro considerações extemporâneas aparece em 1874 como: *Da Utilidade e Desvantagem da História para a Vida*. Embora inicialmente não tenha sido recebida com muito entusiasmo, essa obra passou a ser reconhecida posteriormente. Karl Jaspers, Walter Kaufmann escreveram livros importantes sobre o tema e Heidegger trabalhou sobre esse texto em específico no semestre de inverno de 1938-39, em Freiburg. Sobre esta questão a introdução do tradutor (André Itaparica) é bastante esclarecedora.

¹²² Mais recentemente pode-se encontrar em francês como *inactuelles*. Cf. NIETZSCHE, F. **Considérations inactuelles I et II**. Trad. de l'allemand par Pierre Rusch. Paris: Gallimard, 1990.

¹²³ MARTON, Scalett (Ed.). **Dicionário Nietzsche**. São Paulo : Edições Loyola, 2016. “Nas principais edições brasileiras dos textos de Nietzsche, o título *Unzeitgemässe Betrachtungen* é traduzido – no nosso entender, de maneira satisfatória – por “Considerações Extemporâneas”.”

que o texto de Foucault entrelaça fundamentalmente não apenas as noções de genealogia e História, mas os livros de Nietzsche ligados a estes termos. O último parágrafo é bastante claro a esse respeito quando afirma que a GM (1887) retorna à História (1874)

(...) a genealogia retorna às três modalidades da História que Nietzsche reconhecia em 1874. Ela as retoma superando as objeções que lhes fazia então em nome da vida, de seu poder de se afirmar e de criar. Mas retorna a elas, metamorfoseando-as: a veneração dos monumentos se torna paródia; o respeito às antigas continuidades se transforma em dissociação sistemática; a crítica das injustiças do passado pela verdade que o homem detém hoje se torna destruição do sujeito do conhecimento pela injustiça própria da vontade de saber.¹²⁴

Foucault se refere à discussão sobre a História na Segunda Extemporânea, que se dá a partir de três formas de estudo: a História monumental, a História antiquária e a História crítica. Para Nietzsche a vida precisa do serviço da História, embora seu excesso prejudique a vida. É, portanto, sobre esta relação entre a vida e a História que Nietzsche encaminha sua reflexão.

Em três aspectos a História pertence ao vivente: ela lhe pertence enquanto indivíduo atuante e determinado, enquanto conservador e reverente, e enquanto sofredor e carente de libertação. A essa tríade de relações corresponde uma tríade de espécies de História: na medida em que ela permite diferenciar uma espécie de História monumental, uma antiquária e uma crítica.¹²⁵

Como já identificava no título da Segunda Extemporânea, a questão é a utilidade e a desvantagem da História para a vida e neste sentido, cada espécie de História tem seus benefícios e suas mazelas para o indivíduo. É importante se levar em conta, não apenas o fato de que não se trata da questão da vida biológica, mas, mais do que a vida cotidiana, a experiência humana, como ela pode acontecer da melhor forma dentro de uma cultura enquanto experiência efetiva.

A História monumental relaciona-se ao indivíduo ativo e grandioso que busca no passado modelos para si a fim de inspirar-se em sua vida presente. Ela repudia a mediocridade do presente e nisso é elogiável, porém, corre o risco de mitificar o passado, o que, lhe degenera. De acordo com Christian Niemeyer

¹²⁴ FOUCAULT, M. **Nietzsche, a Genealogia, a História**. *Op. Cit.* p. 281.

¹²⁵ NIETZSCHE, F. **Sobre a utilidade e a desvantagem da história para a vida**. *Op. Cit.* (Locais 376-378).

este conceito foi propício a uma assimilação equivocada de Nietzsche na Alemanha tanto pelo nacional-socialismo e sua nazificação, quanto pela recepção pedagógica. Niemeyer, citando Nietzsche, afirma que, a um certo ponto, a História monumental é prejudicial à “saúde de um povo”, na medida em que não reflete sobre algo que se torna, mas sobre algo que já se tornou.¹²⁶

A História antiquária é aquela que lança um olhar de proveniência sobre o passado. Neste sentido preocupa-se com a preservação e veneração. Sendo assim representa uma conduta nobre que fortalece os laços entre o indivíduo e sua nação. Todavia, a desvantagem da História antiquária está na ideia de conservar a vida e não a gerar, de modo que todo passado é considerado digno de reverência, o que deturpa a História.

O sentido antiquário de um homem, de uma comunidade, de todo um povo possui sempre um campo de visão extremamente estreito; ele não percebe a maioria das coisas e, do pouco que vê, vê de forma muito próxima e isolada; não é capaz de medir, e por isso toma tudo como igualmente importante e todo indivíduo como demasiado importante. Não existem, então, para as coisas do passado, diferenças de valor e proporções que de fato fizessem justiça às coisas em relação entre si.¹²⁷

O perigo, portanto, está em tomar tudo o que for antigo como igualmente digno de veneração. O novo e o que está em transformação acaba por ser recusado e hostilizado.

Por fim, chega-se a um tipo de História que Nietzsche chama de crítica. Mais uma vez, a serviço da vida o homem crítico tem necessidade de tempos em tempos, de utilizar a força para destruir e dissolver o passado para que possa viver:

ele alcança isso levando esse passado ao tribunal, interrogando-o minuciosamente e, enfim, condenando-o; mas todo passado merece ser condenado – pois assim são as coisas humanas: sempre nelas existiriam a violência e a fraqueza humanas. Não é a justiça que se senta aqui no tribunal; muito menos é a clemência que anuncia o julgamento: mas somente a própria vida, aquele poder obscuro, impulsionador, insaciável, que deseja a si mesmo.¹²⁸

A condenação do passado e a afirmação do presente caracterizam a História crítica, mais alinhada ao a-histórico, porque a serviço da vida, o que

¹²⁶ Cf. NIEMEYER, Christian (org.) *Léxico de Nietzsche*. *Op. Cit.* p. 277-278.

¹²⁷ NIETZSCHE, F. *Sobre a utilidade e a desvantagem da história para a vida*. *Op. Cit.* (Locais 505-508).

¹²⁸ *Ibid.* (Locais 528-535).

neste caso também significa o esquecimento do passado. Em cada uma das formas históricas Nietzsche detecta vantagens e desvantagens para a vida. Cada uma delas corresponde a um impulso histórico que a impele a uma espécie diferente de relação com o passado, assim como o impulso a-histórico, característico da forma crítica corresponde à supressão do passado. Vale dizer que Nietzsche ainda menciona o que chama de supra-histórico, essa forma de historicidade que se caracteriza pela visão do que é eterno. Quando a pesquisa histórica identifica o acaso dos processos históricos, o supra-histórico abandona a própria História.¹²⁹ Nisto consiste sua desvantagem. O problema da História encontraria seu ponto de equilíbrio na ideia de uma harmonização entre as diversas formas de História para que suas desvantagens não superem suas vantagens.

Pois bem, o contraponto, da análise de Foucault sobre Nietzsche e, à Segunda Consideração Extemporânea, conforme vimos até aqui, está no texto da *GM*, mas deveríamos dizer, no contexto da genealogia nietzschiana.¹³⁰

Na medida em que é um texto essencial de Nietzsche, a *GM* articula-se com diversos outros onde se discute a origem da moralidade, da ascese, da justiça e dos castigos, mas também o problema da verdade, da ciência, da razão, todos relacionados fundamentalmente com sua maneira de pensar a moralidade, na medida em que para Nietzsche todos os filósofos da tradição construíram suas críticas seduzidos pela moral, inclusive Kant.¹³¹

Nietzsche, como já fizera Dostoiévski em *Memórias do Subsolo*,¹³² fará uma crítica da razão. Porém não será uma crítica da razão como sempre pretenderam os filósofos, ou seja, uma crítica da razão pela própria razão. Pois, “não era algo estranho exigir que um instrumento criticasse a sua própria adequação e competência?”¹³³ É nestes termos que se coloca a questão no

¹²⁹ FOUCAULT, M. **Nietzsche, a Genealogia, a História.** *Op. Cit.* p. 271.

¹³⁰ Sobre esse contexto vale lembrar o trabalho do professor Edmilson. *Cf.* PASCHOAL, Antonio Edmilson. **A Genealogia de Nietzsche.** Curitiba: Editora Champagnat, 2003.

¹³¹ NIETZSHE, Friedrich. **AURORA** – Reflexões sobre os preconceitos morais. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, Prólogo, § 3.

¹³² “... estou firmemente convencido de que não só uma dose muito grande de consciência, mas qualquer consciência, é uma doença. (...) Quanto mais consciência eu tinha do bem e de tudo o que é “belo e sublime”, tanto mais me afundava em meu lodo, e tanto mais capaz me tornava de imergir nele por completo”. *Cf.* DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Memórias do Subsolo.** Trad. de Boris Schnaiderman. São Paulo: Editora 34, 2003, p. 19.

¹³³ NIETZSHE, Friedrich. **AURORA.** *Op. Cit.* Prólogo, § 3.

prólogo de *Aurora*. Situado na segunda fase do pensamento de Nietzsche, *Aurora*, texto de 1881, foi um desenvolvimento e um aprofundamento do que foi uma mudança importante no que diz respeito à sua posição sobre as relações entre a arte e a ciência. O essencial na crítica nietzschiana, no entanto, será sua perspectiva inovadora que se instala na ideia de questionar qualquer iniciativa fundadora para a reflexão do conhecimento, da razão, da ciência. O que significa naturalmente que está fora de questão uma epistemologia nietzschiana. Todavia, “se ele formula uma recusa de uma teoria do conhecimento, é porque o problema da ciência não pode ser resolvido no âmbito da própria ciência”.¹³⁴

A questão é que para Nietzsche toda ciência supõe de antemão uma crença, uma verdade, um pressuposto incondicional a partir do qual se efetivam as hipóteses. E esta ingenuidade suporia dois momentos bastante questionáveis. Primeiro uma vontade de verdade sustentada pela crença sufocante e inquestionável de “uma” verdade. Segundo, que esta vontade de verdade é uma vontade de não se deixar enganar, o que supõe que se deixar enganar seja um equívoco, um erro. Isto soaria para Nietzsche como negação da vida, como culpa, como uma espécie de exigência absurda, na medida em que a vida se ancora constantemente na aparência. E o aparente é tão saudável quanto o verdadeiro, “a vida depende de aparência, quero dizer, de erro, impostura, disfarce”.¹³⁵ Sobre este mesmo ponto nos dirá Nietzsche em *Além de Bem e Mal*:

A falsidade de um juízo não chega a constituir, para nós, uma objeção contra ele. (...) A questão é em que medida ele promove ou conserva a vida, conserva ou até mesmo cultiva a espécie; e a nossa inclinação básica é afirmar que os juízos mais falsos (entre os quais os juízos sintéticos a priori) nos são os mais indispensáveis, que, sem permitir a vigência das ficções lógicas, sem medir a realidade com o mundo puramente inventado do absoluto, do igual a si mesmo, o homem não poderia viver — que renunciar aos juízos falsos equivale a renunciar à vida, negar a vida. (...) uma filosofia que se atreve a fazê-lo se coloca, apenas por isso, além do bem e do mal.¹³⁶

¹³⁴ MACHADO, Roberto. **Nietzsche e a Verdade**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999, p. 7.

¹³⁵ NIETZSCHE, Friedrich. **A Gaia Ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, § 344.

¹³⁶ NIETZSCHE, Friedrich. **Para Além de Bem e Mal** – Prelúdio a uma filosofia do futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, § 4.

Enfim, “é tempo, finalmente, de substituir a pergunta kantiana, “como são possíveis juízos sintéticos *a priori*?” por uma outra pergunta: “Por que a crença em tais juízos é necessária?”¹³⁷ É provavelmente por aqui que se insere o projeto nietzschiano de contribuir com uma reflexão desconcertante de “olhar agudo e imparcial” a fim de dar uma “direção melhor” às discussões sobre a verdade. E é assim também que se compreende o que dirá sobre a moralidade no § 7 do prólogo da *GM*: “que não existem coisas que mais compensem serem levadas a sério”. Ao menos por uma espécie de estágio que atingiria seu ápice na “brincadeira” e na “jovialidade”, ou, para usar uma expressão tipicamente nietzschiana, na “gaia ciência”, o que seria a natural recompensa, “um pagamento por uma longa, valente, laboriosa e subterrânea seriedade, uma tal que, admito, não é para todos”.¹³⁸

Pois bem, esta posição inovadora para a filosofia representada por Nietzsche virá dizer em outros termos que o acento da existência humana – e com isso se compreende a discussão daquelas questões sempre retomadas como o conhecimento, a moral e a arte – não poderá nunca ser justificado por um critério parcial como uma crítica da razão pela razão. Mas precisará de uma medida mais larga que leve em conta questões como:

sob que condições o homem inventou para si os juízos de valor ‘bom’ e ‘mau’? e que valor têm eles? Obstruíram ou promoveram até agora o crescimento do homem? São indício de miséria, empobrecimento, degeneração da vida? Ou, ao contrário, revela-se neles a plenitude, a força, a vontade da vida, sua coragem, sua certeza, seu futuro?¹³⁹

Afinal, “o que sabeis de antemão do caráter da existência (...)?”¹⁴⁰ A não ser pelo pressuposto metafísico de uma essência fundadora, não há sentido para um saber moral *a priori*. Então, o que há escondido essencialmente por detrás das coisas? Nada. A não ser o segredo essencial de que as coisas são fruto do acaso, do conflito, de um jogo de forças.

Ainda sobre a *GM*, é interessante notar a observação de Werner Stegmaier, de que ela é única, “não só na obra de Nietzsche, mas também na

¹³⁷ NIETZSCHE, Friedrich. *Para Além de Bem e Mal*. *Op. Cit.* § 11.

¹³⁸ Cf. NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral – Uma polêmica*. Prefácio § 7.

¹³⁹ *Ibid.* Prefácio § 3.

¹⁴⁰ NIETZSCHE, Friedrich. *A Gaia Ciência*. *Op. Cit.* § 344.

ética e na filosofia em geral”,¹⁴¹ e ainda, como se pode verificar no subtítulo, é *Uma polêmica* (um escrito polêmico). Neste caso, numa direção contrária do que Nietzsche poderia ter pensado, já que as polêmicas parecem ter se ampliado muito mais em função de noções e palavras-chave mal compreendidas ou mal utilizadas. De todo modo, a tese fundamental da GM parece ser a de que a vida é vontade de potência, sendo a moralidade um episódio dessa potência da vontade. Foucault menciona o conceito no texto uma única vez quando indica o §12 da *Segunda Dissertação da Genealogia*.¹⁴²

Vale lembrar uma segunda observação de Werner Stegmaier, a de que em meio às diversas discussões compreendidas na GM se introduz o conceito de sentido fluido em oposição à forma fixa do conceito de conceito aristotélico e desse modo o próprio ato de apreender é apreendido como vontade de potência.¹⁴³ A vontade de potência “é o impulso de toda força a efetivar-se e, com isso, criar novas configurações em sua relação com as demais.”¹⁴⁴ Por isso interpretar passa a ser indício de que

todo acontecimento do mundo orgânico é um *subjugar* e *assenhorear-se*, e todo subjugar e assenhorear-se é uma nova interpretação, um ajuste, no qual o “sentido” e a “finalidade” anteriores são necessariamente obscurecidos ou obliterados. (...) Mas todos os fins, todas as utilidades são apenas *indícios* de que uma vontade de poder se assenhoreou de algo menos poderoso e lhe imprimiu o sentido de uma função.¹⁴⁵

Para Foucault, a questão fundamental já aparece alguns anos antes e está ligada ao emprego da noção de origem nos diversos textos nietzschianos anteriores à GM. De acordo com Foucault, há um uso indeterminado das palavras *Entstehung*, *Herkunft*, *Abkunft*, *Geburt* que aparece tanto na *Gaia Ciência*, § 110,111,300; quanto na GM, II, § 6 e § 8. De um modo um pouco mais específico Foucault detecta um uso marcado da palavra *Ursprung* ainda no

¹⁴¹ Cf. STEGMAIER, Werner. **GM : Para uma genealogia da moral** (pp. 243-247). In: NIEMEYER, Christian (org.) **Léxico de Nietzsche**. *Op. Cit.* p.244.

¹⁴² FOUCAULT, M. **Nietzsche, a Genealogia, a História**. *Op. Cit.* p. 273.

¹⁴³ “Nietzsche introduz inadvertidamente o conceito de sentido fluido, com o qual supera o antigo e aristotélico conceito de conceito, entendido como uma substância permanente e uma forma fixa, para corresponder ao novo pensamento evolucionista.” STEGMAIER, Werner. **GM : Para uma genealogia da moral**. *Op. Cit.* p. 247.

¹⁴⁴ MARTON, Scalett (Ed.). **Dicionário Nietzsche**. *Op. Cit.* p. 425.

¹⁴⁵ NIETZSCHE, F. **Genealogia da Moral – uma polêmica**. *Op. Cit.* Segunda Dissertação, § 12.

primeiro parágrafo de *Humano, demasiado humano* (1878).¹⁴⁶ *Ursprung* é contraposta a *Herkunft* nesta passagem. A metafísica é contraposta à História, ou mais exatamente, uma filosofia metafísica é contraposta a uma filosofia histórica. Esta questão etimológica passa a ser então o pano de fundo para a crítica nietzschiana da metafísica. Com a crítica da origem (*ursprung*) Nietzsche e Foucault estendem a todo campo filosófico o projeto genealógico. Essa crítica se estenderá, como sabemos, às noções de poder, de sujeito e de verdade. O ponto de partida que chamamos de genealógico se oporá, portanto, ao pressuposto da origem, da identidade, da essência, da substância, para propor os começos sem muito fausto, quase sempre sem muita cor, onde o mundo das coisas ditas e desejadas parece não ter História alguma, encoberto pelas invasões, lutas, rapinas, disfarces e artimanhas.¹⁴⁷

O genealogista tem necessidade da História para conjurar a ilusão da origem, um pouco como o bom filósofo necessita do médico para conjurar a sombra da alma. É preciso saber reconhecer os acontecimentos da História, seus abalos, suas surpresas, as vacilantes vitórias, as derrotas mal digeridas, que dão conta dos atavismos e das hereditariedades; da mesma forma que é preciso saber diagnosticar as doenças do corpo, os estados de fraqueza e de energia, seus colapsos e resistências para avaliar o que é um discurso filosófico. A História, com suas intensidades, seus desfalecimentos, seus furores secretos, suas grandes agitações febris como suas sínopes, é o próprio corpo do devir. É preciso ser metafísico para lhe procurar uma alma na idealidade longínqua da origem.¹⁴⁸

Para indicar o objeto próprio da genealogia, as palavras *Entstehung* e *Herkunft* parecem ser as mais adequadas.

Herkunft indica proveniência, mas não se trata de reencontrar em algum ponto, lugar, pessoa ou ideia, um traço de identificação entre aquilo que foi e aquilo que permanece. Como explica Foucault, “longe de ser uma categoria de semelhança, tal origem permite ordenar, para colocá-las à parte, todas as marcas diferentes.”¹⁴⁹ A análise da proveniência permite decompor, dissolver,

¹⁴⁶ “ (...) a filosofia metafísica (...) supondo para as coisas de mais alto valor uma origem miraculosa, diretamente do âmago e da essência da “coisa em si”. Já a filosofia histórica, que não se pode mais conceber como distinta da ciência natural, o mais novo dos métodos filosóficos, constatou, em certos casos (e provavelmente chegará ao mesmo resultado em todos eles), que não há opostos, salvo no exagero habitual da concepção popular ou metafísica, e que na base dessa contraposição está um erro da razão.” (grifo nosso) NIETZSCHE, F. **Humano, demasiado humano**. Um livro para espíritos livres. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, vol.1.

¹⁴⁷ Cf. FOUCAULT, M. **Nietzsche, a Genealogia, a História**. *Op. Cit.* p. 260.

¹⁴⁸ *Ibid.* p. 264.

¹⁴⁹ *Ibid.* p. 265.

dissociar o eu, na mesma medida em que permite reencontrar a proliferação dos acontecimentos que o formaram.

Entstehung designa *emergência*, o ponto de surgimento. Mas não nos enganemos, “esses fins, aparentemente últimos, não passam do episódio atual de uma série de submissões.” A *Entstehung*, trata dos “diversos sistemas de submissão”, ou ainda, do “jogo casual das dominações”. É que a emergência, como Foucault a designa, se produz num jogo de forças, onde se produz uma irrupção, que permite que uma força submeta a outra, em que o único a permanecer é o jogo, mas trata-se de um jogo de diferenças e não de identidades. E há mais, se todo jogo supõe regras, o jogo das dominações faz das próprias regras princípio de dominação. Será justamente a imposição de uma regra que permitirá impor violência a violência da regra anterior.

O grande jogo da História será de quem se apossar das regras, de quem tomar o lugar daqueles que as utilizam, de quem se disfarçar para pervertê-las, utilizá-las ao inverso e voltá-las contra aqueles que as tinham imposto.¹⁵⁰

Definindo, portanto, a genealogia como pesquisa de *Entstehung* e *Herkunft*, e, opondo-a a *Ursprung*, Foucault passa a tratar das relações da genealogia com a História. Neste ponto, se retoma a *Segunda Consideração Extemporânea*, ou *Intempestiva*, conforme Foucault a traduz. Conforme às considerações de Nietzsche, o ponto de vista supra-histórico, tem como pressuposto a ideia do eterno, do que tem a propriedade da reconciliação, da totalidade. Eliminando-se o acaso, o provisório, o acontecimento, essa forma de História alinha-se à metafísica onde a ideia do absoluto também encontra um lugar privilegiado, que é o seu sentido histórico. Em oposição a esta forma de História apresenta-se em Nietzsche uma “História efetiva” que não se apoia em nenhuma constância, mas, ao contrário, “reintroduz o descontínuo em nosso próprio ser.”¹⁵¹ Contra a pretensão de continuidade, de finalidade, de identidade, que tenciona apaziguar os acontecimentos, a História efetiva multiplica os acontecimentos. O que se entende aqui como acontecimentos são as inversões múltiplas de uma relação de forças, isto é, as possibilidades sempre em aberto pelo acaso da luta e das forças em jogo na História. Desobrigando-se de

¹⁵⁰ *Ibid.* p. 270.

¹⁵¹ *Ibid.* p. 272.

qualquer intenção necessária ou primordial, os acontecimentos podem ser analisados enquanto efeitos aleatórios e singulares de um jogo de forças. Mas Foucault ressalta que esse acaso não é um simples sorteio, porque corre “o risco sempre renovado da vontade de potência que, a todo surgimento do acaso, opõe, para controlá-lo, o risco de um acaso ainda maior.”¹⁵² Assim, o verdadeiro sentido histórico, não postula encontrar as intenções profundas, mas apenas a dispersão dos acontecimentos.

A História tem mais a fazer do que ser a serva da filosofia e narrar o nascimento necessário da verdade e do valor; ela deve ser o conhecimento diferencial das energias e dos desfalecimentos, das alturas e das profundezas, dos venenos e dos antídotos. Ela deve ser a ciência dos remédios.¹⁵³

Finalmente, uma última característica da História efetiva é seu perspectivismo. O sentido histórico em Nietzsche se sabe perspectivo e por isso mesmo não recusa sua ausência de fundamento absoluto. Se o sentido histórico em Nietzsche tem como característica a pesquisa genealógica e se define como *Herkunft*, mas também como *Entstehung*, isto significa que Nietzsche se reconhece no sistema de sua própria injustiça, se reconhece no impulso de sua própria vontade de potência.

Em vez de fingir um discreto apagamento diante daquilo que ele olha, em vez de ali buscar sua lei e a isto submeter cada um de seus movimentos, é um olhar que sabe de onde olha, assim como o que olha. O sentido histórico dá ao saber a possibilidade de fazer, no movimento de seu conhecimento, sua genealogia. A *Wirkliche Historie* efetua uma genealogia da História como a projeção vertical do lugar em que se sustenta.¹⁵⁴

Já encerrando sua análise da genealogia nietzschiana, Foucault identifica uma aproximação com a História dos historiadores. Mas esta aproximação permite apenas identificar as distâncias de uma genealogia da História que compreenderia o século XIX, em relação à análise genealógica. O motivo destas distâncias encontra-se na emergência do platonismo. A esta *entstehung* metafísica, possibilitada pela demagogia ateniense, pelo rancor plebeu de

¹⁵² FOUCAULT, M. *Nietzsche, a Genealogia, a História*. Op. Cit. p. 273.

¹⁵³ *Ibid.* p. 274.

¹⁵⁴ *Ibid.* p. 275.

Sócrates e sua crença na imortalidade é preciso contrapor a *entstehung* da análise genealógica.

O problema do século XIX é não fazer pelo ascetismo popular dos historiadores o que Platão fez pelo de Sócrates. É não fundá-lo em uma filosofia da História, mas despedaçá-lo a partir daquilo que ele produziu; tornar-se mestre da História para fazer dela um uso genealógico, isto é, um uso rigorosamente antiplatônico. Só então que o sentido histórico irá se libertar da História supra-histórica.¹⁵⁵

Para que o sentido histórico proposto por Nietzsche possa efetivar-se enquanto *entstehung* e possa se libertar do modelo metafísico apresentam-se os três usos em que eles se opõem: O uso paródico e burlesco que Foucault magistralmente relaciona ao tipo de História que na *Segunda Extemporânea* Nietzsche chamou de História monumental. Lá, como vimos, tratava-se de criticá-la, na medida em que poderia se desviar do presente; aqui, trata-se “de parodiá-la para tornar assim evidente que ela própria não passa de uma paródia. A genealogia é a História como um carnaval orquestrado.”¹⁵⁶ Todavia, este uso paródico e destruidor da realidade é aquele que se opõe na modalidade platônica ao tema da História-reminiscência.

O segundo uso é a dissociação sistemática de nossa identidade, que no platonismo se opõe à História-continuidade ou tradição. Corresponderia ao oposto do que foi na Segunda Extemporânea a História antiquária. Lá, a veneração do passado corria o risco de preservar a vida, mas não a gerar, prejudicando a criatividade e a intensidade no presente. Contudo, aqui

Nietzsche retoma a tarefa antiquária, mas em direção inteiramente oposta. Se a genealogia coloca, por sua vez, a questão do solo que nos viu nascer, da língua que falamos ou das leis que nos regem, é para clarificar os sistemas heterogêneos que, sob a máscara de nosso eu, nos proíbem toda identidade.¹⁵⁷

O terceiro uso da História, vem a ser o sacrifício do sujeito do conhecimento, ou, o uso sacrificial e destruidor da verdade, que no platonismo se opõe à História-conhecimento. A máscara da neutralidade da consciência

¹⁵⁵ FOUCAULT, M. *Nietzsche, a Genealogia, a História*. Op. Cit. p. 275.

¹⁵⁶ *Ibid.* p. 278.

¹⁵⁷ *Ibid.* p. 279.

histórica e científica encobre a verdadeira face da vontade de saber “que é instinto, paixão, obstinação inquiridora, refinamento cruel, maldade;”¹⁵⁸ Em vez de afirmar-se no domínio seguro, exato e sereno da natureza que poderiam constituir na afirmação da liberdade, este querer-saber não cessa de multiplicar os riscos. Na Segunda Extemporânea Nietzsche se referia a uma História crítica e lá, tratava-se de levar o passado ao tribunal para condená-lo, cortar raízes e apagar as venerações. O remédio da vida é o esquecimento, afinal o passado mostra apenas a injustiça humana. No entanto, Nietzsche entendia também como desvantagem o excesso da História crítica que se apresenta nela mesma como herança atávica do que ela quer negar. Na genealogia essa questão é retomada de uma forma diferente:

não se trata mais de julgar nosso passado em nome de uma verdade que o nosso presente seria o único a deter. Trata-se de arriscar a destruição do sujeito de conhecimento na vontade, indefinidamente desdobrada, de saber.¹⁵⁹

Concluimos essa primeira parte do trabalho retornando, de certo modo, ao início, na medida em que este texto de Foucault sobre Nietzsche foi escrito em homenagem a Hyppolite, que como seu professor e orientador, teve uma importância fundamental, conforme pudemos acompanhar, para sua reflexão sobre a História. Nosso próximo passo, antes ainda de tratarmos do tipo de História que caracteriza a *École des Annales*, será tratar dos conceitos com os quais nos deparamos constantemente nas pesquisas foucaultianas e, certamente, enquanto pesquisadores de filosofia, corremos o risco de menosprezar. Trata-se, não apenas do conceito de História, mas de todos aqueles a ele associados e frequentemente referidos por Foucault, seja para aproximá-lo de uma determinada perspectiva, seja para marcar uma distância. Estes conceitos são, especialmente, os de História das Ideias e História das Mentalidades.

De fato, Foucault é bastante crítico quanto a estas modalidades de História, ainda que a História das Mentalidades tenha sido uma expressão historiográfica surgida junto ao movimento dos *Annales*. A verdade é que a

¹⁵⁸ FOUCAULT, M. *Nietzsche, a Genealogia, a História*. Op. Cit. p. 280.

¹⁵⁹ *Ibid.* p. 281.

espinha dorsal da História como a entendemos hoje e como a entendia Foucault, está dada desde o final do século XVIII, ou pelo menos a partir do final do século XVIII, no conceito moderno de História. A compreensão desta especificidade é que poderá nos ajudar a redimensionar a importância da questão colocada no início deste capítulo sobre a relação da História em Foucault com a História dos historiadores. O que vamos perceber logo adiante, é que tanto Foucault quanto a *histoire nouvelle* colocam-se em oposição àquele modelo de História que se constitui conceitualmente absorvendo a dispersão dos acontecimentos na perspectiva de uma unidade temporal, da qual os acontecimentos são constantemente alinhados numa História em si, pensada enquanto condição de todo acontecimento. Será esse conceito de História, que permitirá pensá-la como uma espécie de ciência dos fatos, que são recolhidos e estabelecidos “na continuidade dos outros fatos que o precederam e seguiram.”¹⁶⁰ Temos assim duas consequências, primeiro a ideia de que os fatos são acontecimentos dados de maneira permanente, dentro de “uma ordem temporal que reconstitui a continuidade da duração.”¹⁶¹ Segundo, que a descontinuidade característica desse tipo de acontecimento – factual – , só pode ser pensada na perspectiva de um tempo único. Para Philippe Ariès, historiador das mentalidades,

É evidente que o tempo histórico, tal como o vivemos, não se reduz a uma sucessão de fatos, por mais numerosos que sejam. O tempo histórico não é uma infinidade de fatos como a reta geométrica é uma infinidade de pontos.¹⁶²

Essa posição de Ariès é sintomática, justamente, do modo como os *Annales* tratarão do tempo, conforme veremos no terceiro capítulo. A perspectiva da multiplicidade temporal, conforme Braudel (Longa Duração), Chaunu e Furet (História Serial), estará mais adequada a uma redefinição das descontinuidades, que por sua vez, implicarão também numa redefinição da noção de acontecimento, que estará intimamente ligada àquelas mudanças epistemológicas da História mencionadas na introdução d'*A Arqueologia do Saber*.

¹⁶⁰ ARIÈS, Philippe. **O tempo da História**. São Paulo: Ed. Unesp, 2013, p. 290.

¹⁶¹ *Ibid.*

¹⁶² *Ibid.* p. 291.

SEGUNDO CAPÍTULO

2. A História dos Historiadores

Pensamos e, de certo modo sentimos a História, como uma espécie de “processo geral, abstrato e dinâmico, que conecta o passado ao futuro”¹⁶³. Essa ideia de História, que toma forma na modernidade e permanece em nossos dias, consegue acomodar e sustentar o conjunto dos fatos em sua totalidade. Também por isso, certamente, Michel Foucault entendia a História, na modernidade, como o “modo de ser fundamental das empiricidades”¹⁶⁴.

Ao longo de seu trabalho Foucault apresentará múltiplas perspectivas da História¹⁶⁵, a exemplo do que acabamos de abordar ao tratarmos de Hyppolite, Nietzsche e Kant. Contudo, de uma maneira geral, os historiadores não estão ausentes de suas reflexões.

Todavia, quando nos referimos aqui a uma História dos historiadores, estamos cientes da generalidade desta expressão, afinal, de Heródoto a Foucault as perspectivas foram de fato muito diversas, de modo que

no plano da reflexão acerca da natureza e da função da historiografia, a diversidade de argumentos apresentados num período tão vasto, certamente impõe fortes dificuldades a qualquer abordagem generalizadora.¹⁶⁶

Estas mesmas dificuldades que, certamente, adiaram *ad eternum* o trabalho que Foucault gostaria de ter realizado: *O passado e o presente: uma outra arqueologia das ciências humanas*.¹⁶⁷

¹⁶³ ASSIS, Arthur. **Por que se escrevia história? Sobre a justificação da historiografia no mundo ocidental pré-moderno** (pp. 105-131). In: SALOMON, Marlon (Org.). **História, verdade e tempo**. Chapecó, Argos, 2011, p. 127.

¹⁶⁴ FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas – uma arqueologia das ciências humanas**. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 300.

¹⁶⁵ “ (...) a História, a partir do século XIX, define o lugar de nascimento do que é empírico, lugar onde, aquém de toda cronologia estabelecida, ele assume o ser que lhe é próprio. É por isso certamente que tão cedo a História se dividiu, *segundo um equívoco que sem dúvida não é possível vencer*, entre uma ciência empírica dos acontecimentos e esse modo de ser radical que prescreve seu destino a todos os seres empíricos e a estes seres singulares que somos nós.” (grifo nosso) FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. *Op. Cit.* p. 300.

¹⁶⁶ ASSIS, Arthur. **Por que se escrevia história?** *Op. Cit.* p. 107.

¹⁶⁷ “Espero ter tempo de analisar os problemas do discurso histórico em uma próxima obra, que se intitulará mais ou menos: *O passado e o presente: uma outra arqueologia das ciências humanas*.” Cf.

A fim de evitar esse excesso de generalidade gostaríamos de usar esta expressão, História dos historiadores, num sentido mais específico.

Como acompanhamos na abertura do primeiro capítulo, Foucault não pensa a História de maneira hegeliana; ele não tenta tornar a História imanente à filosofia, ao ponto de fazer desaparecer a autonomia da História dos historiadores, mas, pelo contrário, Foucault busca multiplicar as formas de reflexão filosófica através da pesquisa empírica da História. Deveríamos dizer, Histórias, porque na direção contrária do que o conceito de História na virada do século XVIII para o XIX, passou a indicar, Foucault é um multiplicador de Histórias. Para que isso possa ser efetivamente esclarecido vamos tratar desse conceito nas próximas páginas, para que se possa perceber, de que modo Foucault se afasta da ideia de uma História unificada, ou de uma “História em si”. É esta perspectiva, de uma História como singular/coletivo, como a chamou Koselleck, que vamos identificar como a História dos historiadores e que, de um lado, representa o contraponto da historiografia dos *Annales*, e de outro, o que Foucault identificou tanto como História das ideias, quanto como História das mentalidades.

I - A ideia de uma História em si

*Geschichte e Historie*¹⁶⁸ são dois termos alemães que equivalem ao português História. Para Koselleck, sua junção, indica o nascimento do conceito de História na modernidade, entre 1750 e 1850. Até então, o termo era utilizado predominantemente no plural ou como indicador de relatos particulares. Das renovadas reflexões modernas influenciadas pelo Iluminismo a História foi reformatada e passou a ser um termo singular desprovido de objeto. Só na modernidade foi possível se pensar numa “História em si”, uma “História como tal”, condição de toda experiência e expectativa possível.¹⁶⁹

FOUCAULT, Michel. *Réponse à une question*. (pp. 701-723). In: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits I. 1954-1975*. Paris: Éditions Gallimard, 2001, p. 704 (nota de rodapé).

¹⁶⁸ KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. **O Conceito de História**. Trad. René E. Gertz. *Op. Cit.*

¹⁶⁹ Cf. KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos**: Ed. PUC-RIO, 2006, p. 235. Para o trabalho que segue vamos nos valer substancialmente do *Geschichtliche Grundbegriffe*, em português contamos apenas com a tradução do verbete “história”: KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. **O Conceito de História**. Trad. René E. Gertz.

A originalidade das interpretações de Koselleck acerca da modernização do conceito de História é marcada justamente pela preocupação em entrecruzar contextos intelectuais, políticos e sociais; pela distribuição bem balanceada de atenção analítica entre os grandes e os não tão grandes autores que lhe servem de fonte; bem como pelo emprego inovador de dicionários e enciclopédias, antes largamente ignorados na História das ideias.¹⁷⁰

Por outro lado, não se pode negar que quando trata do conceito de História na modernidade, Koselleck se restringe a uma perspectiva alemã desta questão. Neste sentido é importante mencionar uma crítica à Koselleck no que diz respeito à sua tese-chave de que nas décadas finais do século XVIII o conceito de História teria ganho a forma de um singular-coletivo, com a absorção pelo termo germânico *Geschichte* das principais camadas de significado relacionáveis ao termo História. A crítica tem demonstrado que o que Koselleck chama de *Sattel-Zeit*, isto é, este período de transformação moderna do conceito de História, esta “passagem” como é geralmente traduzida, entre 1750 e 1850, não obstante os elos tão bem amarrados no texto de Koselleck entre a História da palavra História e a História da ideia de História precisariam ser refeitos no que diz respeito à precedência do termo alemão (*Geschichte*). De acordo com Assis e Mata, essa demonstração é feita por Jan Marco Sawilla ao afirmar que:

No espaço linguístico francês o termo *histoire* já era, no último terço do século XVII, comumente mobilizado na forma singular para conotar, às vezes até mesmo simultaneamente, tanto o conhecimento histórico como a realidade dos acontecimentos passados. Com base em citações de autores como Jean Bossuet, Jean Racine, Saint-Réal e Fontenelle, Sawilla busca refutar a interpretação de Koselleck de que o velho

Belo Horizonte: Autêntica Ed., 2013. Cf. BRUNNER, Otto; CONZE, Werner; KOSELLECK, Reinhart. **Geschichtliche Grundbegriffe. Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland**, 8 vols, Stuttgart: Klett-Cotta, 1972-1997. O mérito dos historiadores alemães ligados à *Begriffsgeschichte* (história dos conceitos) não está relacionado apenas à excelência intelectual das suas grandes produções pouco conhecidas e pouco traduzidas para o português, (A *Begriffsgeschichte* tem se caracterizado pela edição de volumosos dicionários de conceitos, cujos representantes de maior relevância são o *Historisches Wörterbuch der Philosophie* (Dicionário Histórico de Filosofia), editado por Joachim Ritter e Karlfried Gründer a partir de 1971; o *Geschichtliche Grundbegriffe. Historisches Lexikon zur politischsozialen Sprache in Deutschland* (Conceitos Históricos Fundamentais. Léxico Histórico da Língua Política e Social na Alemanha), editado por Otto Brunner, Werner Conze, Reinhart Koselleck a partir de 1972; e o *Handbuch politisch-sozialer Grundbegriffe in Frankreich 1680-1820* (Manual de Conceitos Políticos e Sociais Fundamentais na França), editado por Rolf Reichardt e Eberhard Schmitt desde 1985.) mas pelo fato de ter se constituído como uma alternativa à História das ideias.

¹⁷⁰ ASSIS, Arthur Alfaix; MATA, Sérgio da. **O conceito de história e o lugar dos *Geschichtliche Grundbegriffe* na história da história dos conceitos** (Prefácio) In: KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. **O Conceito de História. Op. Cit.** p. 13.

conceito de História teria adquirido o caráter de um conceito coletivo-singular apenas no bojo das transformações da *Sattelzeit*.¹⁷¹

À parte a crítica de um certo pioneirismo alemão na disponibilização de um conceito coletivo-singular de História, o trabalho de Koselleck permanece tendo todos os méritos de com maestria ter levantado todos os aspectos importantes das mudanças fundamentais ocorridas no século XVIII no que diz respeito à representação do tempo.

Tais mudanças, evocadas pela palavra-chave “temporalização” (*Verzeitlichung*), se relacionam, por exemplo, à crescente disjunção da percepção da aceleração do tempo; à abertura do futuro, dantes fechado nos quadros de uma concepção escatológica de História; ao reconhecimento da natureza perspectivística da apreensão da experiência; à ênfase no caráter individual dos sujeitos históricos; à admissão da “produtibilidade” (*Machbarkeit*) do processo histórico; ao enfraquecimento do padrão exemplar de justificação da historiografia. Todos esses e muitos outros processos são muito bem apresentados e analisados no verbete, e com uma abrangência e profundidade que, parece-nos, ainda não têm rival na literatura especializada.¹⁷²

Ao contrário da ideia de História moderna, essa espécie de transcendental que é a condição de todos os acontecimentos, e que também os unifica numa noção unitária do tempo, nas narrativas e crônicas do passado não havia a História, mas haviam diversas Histórias. A História do Império, a História da França, a História disso ou daquilo, mas sempre Histórias, no plural. O próprio Foucault nos explica que “o que existia no século XVI e até meados do século XVII eram Histórias.”¹⁷³ O que se poderia ganhar com ela estaria no fato de que a História seria o instrumento privilegiado de representação das melhores memórias possíveis. Nas palavras de Droysen: “Não um quadro do acontecido, mas aquilo que do passado ... ainda é não passado.”¹⁷⁴ Todavia, neste processo, até a consolidação do conceito no final do século XVIII, a História sofrerá uma alteração linguística que a transformará no seu próprio objeto.

Naquilo que tange à História do termo, o conceito se cristaliza a partir de dois processos de longa duração, que no final vão confluir e, assim, desbravar um campo de experiência que antes não podia ser formulado. Por um lado, trata-se da criação do coletivo singular, que reúne a soma das Histórias individuais em um conceito comum. Por outro lado, trata-

¹⁷¹ ASSIS, Arthur Alfaix; MATA, Sérgio da. **O conceito de história e o lugar dos *Geschichtliche Grundbegriffe* na história da história dos conceitos.** *Op. Cit.* p. 14.

¹⁷² *Ibid.* p. 15.

¹⁷³ FOUCAULT, M. **As Palavras e as coisas.** *Op.Cit.* p. 175.

¹⁷⁴ DROYSEN, **Historik** (cf. nota 236), p. 316,20 e seg., 166. *Apud* GÜNTHER, Horst. **Pensamento histórico no início da Idade Moderna,** *Op. Cit.* (cf. nota 268)

se da fusão de “História” (como conjunto de acontecimentos) e “*Historie*” (como conhecimento, narrativa e ciência históricos).¹⁷⁵

Enquanto coletivo singular, a História acaba por definir as condições para as possíveis Histórias individuais. Individualmente as Histórias passam a articular-se em relações e, por mais complexas e por mais efeitos que possam demandar caracterizam-se pela peculiaridade e autonomia, no sentido de que não se define a História por nenhum acontecimento, mas todos os acontecimentos são históricos. Dentro desse espaço de realidade, é que todas as Histórias acontecem. Esta autonomia não será outra coisa que o reflexo desse desligamento que vinha se anunciando há algum tempo entre a História e o recurso a Deus. Surge assim, aos poucos, um tempo genuinamente histórico no conceito de História.

(...) para caracterizar a autorreferenciação da História a si mesma, como última instância, se recorreu à expressão “História como tal” (*Geschichte überhaupt*), e a algumas fórmulas correspondentes. Mas, dentro de pouco tempo, o sentido pretendido se incorporou na simples palavra “História”. Essa História como sujeito de si mesma se transformou num *agens* autoativo, de forma que Hegel, mais tarde, pôde falar no “trabalho da História”.¹⁷⁶

Não há dúvida que esse novo mundo da experiência que passa a bastar-se a si mesmo supõe uma pretensão imanente de verdade. Por isso os historiadores estarão obrigados a verificar relações que não se orientam mais pela sucessão natural das coisas, sejam as gerações de soberanos, sejam as órbitas das estrelas. “A História funda sua própria cronologia”.¹⁷⁷ Neste sentido, marca-se com a pretensão de verdade, de uma verdade própria, o início de um movimento de transposição que vai deixando para trás a Teologia e o Direito e, sem perder contato com outras formas estéticas de escrita, se aproxima bastante da Filosofia. De qualquer modo o que se pode notar é uma alteração conceitual, um deslizamento do conceito. A mudança é significativa em relação aos *topos* da Antiguidade e mesmo da Idade Média, que consistia na ideia de que a escrita da História só poderia ser realizada por aquele que a tivesse visto ou participado

¹⁷⁵ KOSELLECK, Reinhart. **A configuração do moderno conceito de História**. In: KOSELLECK, Reinhart *et al.* **O Conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica Ed. 2013, p. 119.

¹⁷⁶ *Ibid.* p. 128.

¹⁷⁷ *Ibid.* p. 127.

dela.¹⁷⁸ Agora a História ganha um novo *status*, torna-se um conceito amplo, que incluirá realidade e reflexão. Isso é ainda mais notável na língua alemã, que desde o século XIII passou a usar o termo *Geschicht* ao lado de *Historie*. De acordo com Koselleck desde os vocabulários do século XV vinha ocorrendo uma sobreposição destes termos onde “*historia*” compreende tanto o sentido de *geschicht*, um acontecimento, uma coisa que aconteceu; quanto *historie*, um discurso escrito que conta como aconteceu.

O que é decisivo é que, no último terço do século XVIII, foi transposto um patamar. Os três níveis (situação objetiva, a representação dela, e a ciência a respeito) foram reunidos num único conceito: “*Geschichte*”. Levando-se em consideração o emprego das palavras na época, trata-se da fusão do novo conceito de realidade expresso em “História como tal” [*Geschichte überhaupt*], com as reflexões que ensinam a entender essa realidade.¹⁷⁹

Este novo conceito de História, responsável por singularizar as diversas Histórias, para então tornar-se (autônoma) “História como tal”, abriu um novo espaço de experiências que tornou possível que os diferentes tempos e períodos dessa experiência, tomassem o lugar da *Historia Magistra Vitae*¹⁸⁰. Enfim, tínhamos agora uma História que se caracterizava por ser um singular coletivo, que reunia a soma de todas as Histórias individuais.¹⁸¹

Com efeito, desde então, toda a realidade passou a ser interpretada como histórica. Para dizer de um outro modo, esta História como realidade e reflexão

¹⁷⁸ Embora se possa considerar que desde a crônica medieval há uma mudança neste aspecto da história, Foucault prefere pensar que pelo contrário, há um retorno dessa significação arcaica na medida em que a episteme clássica no que diz respeito à história natural se caracteriza pela observação e a invenção do microscópio: “A velha palavra história muda então de valor e reencontra talvez uma de suas significações arcaicas. Em todo o caso, se é verdade que o historiador, no pensamento grego, foi realmente aquele que vê e que narra a partir de seu olhar, nem sempre foi assim em nossa cultura. Foi, aliás, bem tarde, no limiar da idade clássica, que ele tomou ou retomou esse papel.” FOUCAULT, M. **As Palavras e as coisas**. *Op.Cit.* p. 178.

¹⁷⁹ KOSELLECK, Reinhart. **A configuração do moderno conceito de História**. *Op. Cit.* p. 134.

¹⁸⁰ “*Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis, qua voce alia nisi oratoris immortalitati commendatur*” [A história é a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mensageira da velhice, por cuja voz nada é recomendado senão a imortalidade do orador] CICERO, **De oratore**, 2,36; Cf. KOSELLECK, Reinhart. **Historia Magistra Vitae – Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento**. (pp. 41-60). *In*: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos**: *Op. Cit.* p. 43.

¹⁸¹ Com algum risco, podemos ver nesta definição dada por Foucault um pouco deste sentido dado por Koselleck: “A História, como se sabe, é efetivamente a região mais erudita, mais informada, mais desperta, mais atravancada talvez de nossa memória; mas é igualmente a base a partir da qual todos os seres ganham existência e chegam à sua cintilação precária. Modo de ser de tudo o que nos é dado na experiência, a História tornou-se assim o incontornável de nosso pensamento.” FOUCAULT, M. **As Palavras e as coisas**. *Op.Cit.* p. 299.

sobre essa realidade tornou-se uma única coisa, um único conceito. O conceito de História em si.

A partir de então o processo dos acontecimentos e o processo de sua conscientização convergiram para um conceito único. Nesse sentido, a nova expressão pode ser considerada como uma espécie de categoria transcendental: as condições de uma experiência possível da História e as condições de seu conhecimento possível foram reunidas em um mesmo conceito.¹⁸²

Se acrescentarmos a esse processo de convergência a renúncia a uma instância extra-histórica podemos compreender com alguma justeza a emergência do que Voltaire veio a chamar de Filosofia da História.¹⁸³ É bom que se diga que a expressão, ao menos no seu surgimento, não tem uma conotação de ciência especial, mas constitui um desdobramento da própria “História como tal”. No entanto é inegável que “foi graças à Filosofia iluminista que a *Historie* como ciência se separou da Retórica e da Filosofia moral, e se livrou da Teologia e da Jurisprudência, a quem estivera subordinada”.¹⁸⁴

De todo modo, para alcançar esta configuração que cria as condições para o surgimento de uma História moderna e autonomizada podemos levar em conta um processo que se desdobra em algumas etapas.

A primeira delas está ligada à reflexão estética que ajudou a configurar a Filosofia da História no século XVIII. É importante notar que desde que a exigência de uma *Historia Magistra Vitae* deixou de ser preponderante, a ênfase nos *res factae* deslocou-se para os *res fictae*. Esta constatação se evidencia, de acordo com Koselleck pelo “fato de que também contos, novelas e romances passaram a ser editados com o subtítulo “*histoire véritable*”.¹⁸⁵ O romance

¹⁸² KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos**. *Op. Cit.* p. 236-7.

¹⁸³ VOLTAIRE, **Philosophie de l'histoire**. Amsterdam, 1765 (sob o pseudônimo de Abbé Bazin). O termo foi usado pela primeira vez por Voltaire. No entanto, a Filosofia da História que se caracterizou desde então, como reflexão sobre o sentido e o *télos* da história não aparece em Voltaire, ainda assim pode-se dizer que Voltaire o aplicou, pela primeira vez, na acepção moderna do termo, distinta da interpretação teológica da história. No *Essai sur les mœurs et l'esprit des nations*, já não predomina o princípio da vontade de Deus e da providência divina, mas da vontade do homem e da razão humana. Com a gradual dissolução da crença setecentista na razão e no progresso, a filosofia da história ficou mais ou menos desamparada. O termo continua a ser usado ainda mais generalizadamente do que antes, mas o seu conteúdo tem sido tão diluído que qualquer pensamento sobre a história se pode intitular uma filosofia. Cf LÖWITH, K. **O Sentido da História**. Lisboa: Edições 70, 1991, p. 15.

¹⁸⁴ KOSELLECK, Reinhart. **A configuração do moderno conceito de História**. *Op. Cit.* p. 136.

¹⁸⁵ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado...** *Op. Cit.* p.51. Muito próximo desse contexto Roger Chartier nos lembra da definição de História do Dicionário Furetière em 1690, para o qual a História é considerada como a narração das coisas ou das ações como elas aconteceram, ou como elas podiam ter acontecido.

histórico parece ter tirado proveito desse momento, o que contribuiu para a exigência de uma reflexão apurada acerca da questão do sentido dos acontecimentos, sua finalidade e seu processo.

Enquanto a arte do romance foi se comprometendo com a realidade histórica, a *Historie*, inversamente, foi submetida ao mandamento poetológico de criar unidades de sentido. Passou-se a exigir-lhe uma maior arte de representação, em vez de narrar séries cronológicas, ela deveria desvendar motivos secretos, e tentar descobrir uma ordem interna em meio aos acontecimentos casuais. Dessa forma, através de um tipo de osmose recíproca, ambas as categorias levaram à descoberta de uma realidade histórica a que só se poderia chegar através da reflexão.¹⁸⁶

Se por um lado havia para alguns uma exigência de verdade implícita no trabalho do historiador que o levava necessariamente a reivindicar a verdade imanente dos fatos, o que estava relacionado diretamente com a forma de apresentação que, ou deveria ocupar-se com o que é ou com o que parece, havia para outros um problema filosófico bastante sério a se colocar que remetia à poética de Aristóteles.¹⁸⁷ Quanto a esta questão, em sua especificidade, que demandaria uma tríplice implicação, entre filosofia, história e poesia, nos limitamos a identificar algumas referências importantes.¹⁸⁸

Configurava-se assim, falando de um modo geral, o campo dos que atribuíam maior valor de verdade à História, às *res gestae* ou *res factae* (ações, aos fatos) acusando o poeta, o romancista, de pelas *res fictae* (ficção,

Cf. CHARTIER, Roger. **Aula Inaugural do Collège de France**. In: CHARTIER, Roger. **A força das representações: história e ficção**. Chapecó: Argos, 2011, p. 257.

¹⁸⁶ KOSELLECK, Reinhart. **A configuração do moderno conceito de História**. *Op. Cit.* p.141.

¹⁸⁷ O texto aristotélico em questão dizia: "(...) não é ofício de poeta narrar o que aconteceu; é, sim o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade. Com efeito, não diferem o historiador e o poeta por escreverem verso ou prosa (pois que bem poderiam ser postos em verso as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser história, se fossem em verso o que eram em prosa) – diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder. Por isso a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente o universal, e esta o particular. Por "referir-se ao universal" entendo eu atribuir a um indivíduo de determinada natureza pensamentos e ações que, por liame de necessidade e verossimilhança, convêm a tal natureza; e ao universal, assim entendido, visa a poesia, ainda que dê nomes às suas personagens". ARISTÓTELES. **Poética**, 1451b, Tradução, comentários e índices analítico e onomástico de Eudoro de Souza. In: Coleção Os Pensadores: Abril Cultural, 1973, p.451.

¹⁸⁸ RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Vol. 1 – A intriga e a narrativa histórica. Trad. Claudia Berliner e revisão de Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2010. Ricoeur neste texto (nota 21, p. 73) faz o seguinte comentário: "Os últimos tradutores franceses dizem: a crônica, uma vez que reservam o termo história para traduzir *mythos*. Por outro lado, essa escolha tem a vantagem de dar lugar a um juízo menos negativo sobre a historiografia; Ver também: BELO, Fernando. **Leituras de Aristóteles e de Nietzsche. A Poética. Sobre a Verdade e a Mentira**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994; e também: COSTA NETTO, Mônica. **Aristóteles e o fracasso de Tucídides** (pp. 235-257). In: SALOMON, Marlon (Org.). **História, verdade e tempo**. Chapecó: Argos, 2011.

invenção) induzir à mentira; e, por outro lado, da posição contrária que se apoiava em Aristóteles e tratava da desvalorização da História frente à poesia. Para Lessing, o aristotélico do século XVIII: “Verdades históricas casuais nunca podem transformar-se em verdades racionais necessárias.”¹⁸⁹

A exposição dos historiadores iluministas a este postulado aristotélico somada a um novo conceito reflexivo da História criou condições para que o historiador passasse a utilizar dos recursos da ficção. Mais do que criar reservas, a ideia de uma poética da História foi um elemento adicional na constituição do conceito.

O Iluminismo, portanto, fez as *res factae* e as *res fictae* deixarem de estar em uma relação de pura oposição. Com esse processo realiza-se também a assim chamada estetização, que mais tarde veio a dar cores ao historicismo. Porém, trata-se de algo mais que estetização e consciência histórica crescente, que teriam desde então estruturado a História [*historie*]. Por trás da nova coordenação entre as *res fictae* e as *res factae* se encontra sobretudo a experiência moderna de um tempo genuinamente histórico, que obrigou a misturar ficção e facticidade.¹⁹⁰

Essa discussão não deixou de produzir eco já no século XIX, quando Gervinus, em 1837 também reivindicava uma poética para a História:

Uma obra artística requer, antes de tudo, um acabamento em si mesmo, um todo fechado e uma unidade de plano, um resumo das partes, formando um todo. Políbio já havia extraído essa exigência de *A poética*, de Aristóteles, transmitindo-a para sua obra histórica, (...) A unidade de plano é uma exigência que cada obra poética ou filosófica atende por si mesma; no entanto, a maioria das obras históricas não atenta para isso. Aqui, portanto, o historiador precisa aprender com o poeta e o filósofo.¹⁹¹

Mas passagens como essa podem apenas identificar o que, Christian Meier chamou de “anacronismos de longa data”. Aristóteles, por exemplo, teria usado o *Prooemium*¹⁹² de Heródoto equivocadamente, compreendendo *ἱστορία*,

¹⁸⁹ LESSING. **Über den Beweis des Geistes und der Kraft (1777)**. In: *Sämtliche Schriften* (vol. 13), 1897, p.5. *Apud* KOSELLECK, Reinhart. **A configuração do moderno conceito de História**. *Op. Cit.* p. 137.

¹⁹⁰ KOSELLECK, R. **Terror e Sonho – Anotações metodológicas para as experiências do tempo no Terceiro Reich**. In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. *Op. Cit.* p. 250.

¹⁹¹ GERVINUS, G.G. **Fundamentos de Teoria da História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 44. Talvez seja o caso de levarmos em conta a máxima que diz: “Se não soubermos ler os acontecimentos e textos do passado em diferentes estratos, isto é, tirá-los de seu contexto original e reuni-los progressivamente, não avançaremos na interpretação da confusa realidade histórica.” KOSELLECK, R. **Terror e Sonho – Anotações metodológicas para as experiências do tempo no Terceiro Reich**. In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado... Op. Cit.** p. 248.

¹⁹² “Esta é a apresentação da investigação [*ἱστορίαν*] de Heródoto de Halicarnasso, para que o tempo não apague os trabalhos dos homens e para que as grandes proezas, praticadas pelos gregos ou pelos bárbaros

isto é, a palavra grega que viria a designar História, como referência de conteúdo histórico.¹⁹³ Este problema deixamos para os historiadores da antiguidade e os especialistas do grego antigo. Todavia, até bem pouco, a História poderia ser entendida apenas como um ramo da retórica ou mais contemporaneamente, da literatura. Não que este entendimento esteja plenamente desabonado.¹⁹⁴

De toda maneira, a constituição de uma “História como tal”, em sua estreita relação com a filosofia, primeiro como conceito reflexivo, depois como poética, apresentou repercussões importantes.¹⁹⁵

Não se trata de nenhuma unanimidade, mas no caso de Febvre e dos *Annales*, o desdém inicial com a filosofia, estava muito ligado justamente a uma compreensão de filosofia, que estava alinhada a toda uma geração de historiadores do século XIX, tanto aqueles considerados como historiadores positivistas, adeptos de uma História essencialmente factual e política como Hippolyte Taine (1828-1893) ou H.T. Buckle (1821-1862), quanto aos membros

não sejam esquecidas; e, em particular, ele mostra o motivo do conflito que opôs esses dois povos.” Cf. HERODOT. **Prooemium**. Cf. 7, 96, 1; 2, 99, 1; 2, 118, 1; 2, 119, 3; 2, 44, 5. *Apud* MEIER, Christian. **Antiguidade**. In: KOSELLECK, Reinhart *et all.* **O Conceito de História**. *Op. Cit.* p. 41. Ver também BURGUIÈRE, André (org.). **Dicionário das ciências históricas**. *Op. Cit.*, p. 378.

¹⁹³ “Objeto da *Historie* são, segundo Aristóteles, os transcurtos de acontecimentos político-militares. O termo para essa categoria ele (ou alguém antes dele) aparentemente buscou na primeira linha de Heródoto, quando erroneamente tomou *ιστορίν* como designação para o “conteúdo histórico”, ou melhor, para o gênero estético determinado pelo conteúdo dos “transcurtos de acontecimentos político-militares dentro de um espaço temporal”. Também é curioso notar que é em Aristóteles que se encontra pela primeira vez o termo *ιστορικός* que tem o sentido geral de pesquisador, ou se quisermos, historiador. Cf. MEIER, Christian. **Antiguidade**. In: KOSELLECK, Reinhart *et all.* **O Conceito de História**. *Op. Cit.* p. 45.

¹⁹⁴ Vale lembrar como exemplo o debate que se desenvolve a algumas décadas, em torno da obra do historiador norte-americano Hayden White, que entende todo trabalho histórico como necessariamente constituído a partir de um estilo retórico (*tropos*) que é a estratégia poética na qual o historiador se apoia para construir seu texto. Em uma palavra, toda história é ficção. Cf. WHITE, Hayden. **Meta-História: A imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: Ed. da USP, 1995. – Mais recentemente, indica-se: RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história – Ensaio de poética do saber**. São Paulo: Ed. UNESP, 2014 e, CARRARD, Phillippe. **Poetics of the New History: French Historical Discourse from Braudel to Chartier**. Baltimore; Londres: The Johns Hopkins University Press, 1992. – (Em Hayden White, diferentemente de Jacques Rancière a questão se dá muito mais entre História e Literatura.) Na mesma época da publicação de *Meta-história* eram publicados na França *L’Écriture de l’Histoire* de Michel de Certeau (O livro foi precedido pelo ensaio: *L’opération historique* publicado em *Faire de l’histoire*, sob a direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora, Paris, Gallimard, 1974.) e *Comment on écrit l’histoire* de Paul Veyne. Chartier parece lamentar o desconhecimento entre autores e obras de um lado e outro do Atlântico, no momento em que foram lançados os livros. Haveriam convergências frutíferas entre os autores que poderiam ter aprofundado a discussão em torno das implicações de uma história que não poderia se subtrair à ciência na mesma medida em que estaria fortemente ligada às formas literárias (Cf. CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, pp. 101-102.)

¹⁹⁵ Também sobre este ponto, Rancière apresenta a seguinte tese: “a história se constitui como ciência resolvendo, por meio de procedimentos literários, questões filosóficas que ela evita colocar-se como tais.” RANCIÈRE, Jacques. **O conceito de anacronismo e a verdade do historiador**. *Op. Cit.* p.22.

da Escola Metódica, geralmente identificados com Leopold von Rank (1795-1886) e Barthold Georg Niebuhr (1776-1831). Por isso, não será à toa que uma das características dos *Annales* será o um realinhamento, agora com as ciências sociais, notadamente com a economia, na mesma medida em que se reforça um distanciamento dos filósofos. A ideia de renovação da História implementada por Febvre e Bloch passava por um distanciamento do historicismo¹⁹⁶, na medida em que ele representava uma História *acontecimental*¹⁹⁷, no sentido de que os fatos e personagens eram tratados como individualidades que existem em si mesmas independentemente do trabalho do historiador.¹⁹⁸

Uma segunda etapa de configuração, do conceito moderno de História, se dá na passagem da moralização à processualização da História. Ao lado da afirmação da História como categoria de realidade e reflexão que se constitui num longo processo envolvendo *res fictae* e *res factae*, ao final do qual a Estética é absorvida pela Filosofia da História, coloca-se a transição entre a necessidade de formulação de um juízo moral, por parte dos historiadores, e a ideia de processo, vinculada à História geral, mundial. Os historiadores vão deixando aos poucos de se responsabilizar pelo juízo pessoal dos fatos. A ideia de não só

¹⁹⁶ Existem muitas maneiras de definir o termo historicismo. Gunter Scholtz identifica cinco características fundamentais, “a saber: o historicismo é 1) uma percepção histórica universal do mundo humano, ou historicismo *genético*; 2) uma filosofia da história capaz de atribuir ordem às transformações humanas, ou historicismo *metafísico*; 3) uma glorificação do passado e crítica do presente, ou historicismo *tradicionalista*; 4) uma prática científica, ou historicismo *metódico*; 5) relativização de valores, ou historicismo *ético*. Segundo Scholtz – e aí residem as fraturas – as duas primeiras definições apostam na possibilidade da existência de um sentido pleno da história, dado em uma relação coerente entre passado, presente e futuro; as duas seguintes, mais modestas, acreditam que o sentido a ser conhecido pela história é apenas parcial, pois somente o passado pode e deve ser conhecido; e, por fim, a última, pessimista, afirma a inexistência de sentido na história.” Cf. SCHOLTZ, G. “O Problema do historicismo e as ciências do espírito no século XX”. **História da Historiografia**, n.6, 2011 *Apud* CALDAS, Pedro Spinola Pereira. **Johann Gustav Droysen (1808-1884): história e compreensão**. In: PARADA, Maurício (org.). **Os Historiadores Clássicos da História**. Vol. 2. Petrópolis/RJ: Vozes, PUC-RIO, 2013, p. 36.

¹⁹⁷ A história acontecimental nasce no fim do século XIX e se caracteriza por colocar o “fato histórico” como o “primeiro elemento de toda reflexão histórica. Para Ranke, para Seignobos, o historiador redescobre, reconstitui os fatos dispersos pelo tempo. Esse método indutivo supõe que o fato histórico existe em si, sem trabalho prévio do historiador, da mesma forma que a experiência dos laboratórios desvendaria uma verdade científica sem recurso às hipóteses. Por fim, tal concepção do fato o caracteriza como único e não-reprodutível, o que privilegia os fatos políticos, a despeito das declarações de intenção. Definindo-se a história ‘positivista’ como uma caça aos fatos, a mudança de *status* do fato histórico tornou-se uma das pedras de toque da transformação da história no século XX. BURGUIÈRE, André (org.). **Dicionário das ciências históricas**. *Op. Cit.* p. 322.

¹⁹⁸ “A historiografia francesa, cortada da Alemanha desde 1914, e muito desconfiada com relação à filosofia, optou por uma crítica do positivismo que afirma a cientificidade da história, reabilitando a hipótese como meio de investigação (M. Bloch, L. Febvre).” BURGUIÈRE, André (org.). **Dicionário das ciências históricas**. *Op. Cit.* p. 388.

ensinar, mas melhorar, vai perdendo força no final do século XVIII na medida em que “o ônus da prova para a moralidade foi transferido para a própria História.”¹⁹⁹ De qualquer modo estas transformações são lentas, mas uma metáfora judicial que se tornou recorrente com o verso de Schiller: “A História mundial é o tribunal do mundo”; agregará ao historiador uma função judicial filosófica.

Vivenciar a História como um tribunal poderia aliviar o historiador da formulação subjetiva de seu juízo. Por isso, Hegel se defendeu, de consciência tranquila, contra a acusação da “presunção de ter-se comportado como juiz do mundo”, ao desenvolver a História como processo. Os acontecimentos da História geral do mundo representavam para Hegel a “dialética dos espíritos particulares dos povos, o tribunal do mundo”. Na transição da formulação de um juízo moral, por parte dos historiadores, para o processo como História mundial [*Weltgeschichte*], se firmara a visão filosófica da História do Iluminismo em direção à Filosofia da História Moderna.²⁰⁰

Assim a moral da História é temporalizada enquanto processo. O que significou não apenas uma laicização do cristianismo, mas uma afirmação da História enquanto tal.²⁰¹

Finalmente, a terceira etapa de configuração do conceito moderno de História pode ser apreendida entre a formulação racional de hipóteses e a razão na História. Tendo assimilado o desafio estético, a História construiu sua unidade interna, seu sistema e, transformando o juízo moral em expectativa a temporalizou em direção a uma História como processo.

Importa lembrar também que nesse deslocamento de fronteiras a herança teológica de uma providência criadora de sentido teve seu papel no debate. Haviam contribuído neste sentido principalmente Jacques Bossuet (1627-1704) para quem a História é fruto da vontade divina e cabe ao historiador descrever

¹⁹⁹ KOSELLECK, Reinhart. **A configuração do moderno conceito de História**. *Op. Cit.* p.147.

²⁰⁰ *Ibid.* p. 150. Destituída de qualquer sentido hegeliano, mas investida de palavra de ordem é curioso notar, que a pressuposição de uma justiça que se realiza através da História alcançará um discurso de Hitler de 1924 quando se defendia de acusação de alta traição. Ele dirá: “Ainda que nos declarem culpados mil vezes, a deusa do eterno tribunal da História rasgará sorridente o pedido do promotor e a sentença do tribunal; pois ela nos absolve”. (Adolf Hitler, na palavra final antes da leitura da sentença, em 24 de março de 1924.) *Apud Id.* p. 151. Cf. também: “A história do mundo é um tribunal, porque na sua universalidade sendo em si e para si o particular, os penates, a sociedade civil e os espíritos do povo, na sua colorida efetividade, - são somente enquanto algo ideal, e o movimento do espírito nesse elemento é apresentar isso.” (HEGEL. *Philosophie des Rechts*, § 341) *Apud* MÜLLER, Marcos Lutz. **Paz Perpétua ou Tribunal do Mundo: a aporia jusnaturalista da saída do estado de natureza inter-estatal**. Disponível em <http://revista.hegelbrasil.org/wp-content/uploads/2015/10/2-MARCOS-MUELLER-.pdf-prova .pdf>

²⁰¹ “O objetivo da história (hegeliana) é a laicização do cristianismo”. MICHELET. **História do Desenvolvimento da mais recente filosofia alemã**. p. 304 *Apud* LÖWITZ, Karl. **De Hegel a Nietzsche**. São Paulo: UNESP, 2014, p. 41.

esse desígnio providencial e; Giambattista Vico (1668-1744) que propõe uma teologia civil racional da providência divina. No entanto:

Independentemente de a providência divina ou um plano natural continuarem a agir nos bastidores, foi a coragem de formular hipóteses que permitiu a elaboração filosófica de uma nova História.²⁰²

História que só foi possível pelo encontro com as filosofias da consciência e o Idealismo alemão. A síntese entre reflexão estética, a moral atribuída ou buscada na História e a construção de uma História como emancipação do Espírito forjaram as Filosofias da História.

Com Herder (1744-1803), Schiller (1759-1805), Fichte (1762-1814), Schelling (1775-1854) e Hegel (1770-1831) se descobre que a História é o desenvolvimento progressivo do Espírito na humanidade. Para Hegel o pensamento filosófico leva à contemplação da História, do que se deduz “a simples ideia de que a razão governa o mundo, e que, portanto, a História universal é também um processo racional.”²⁰³ Colocada nesta perspectiva a Filosofia da História não é uma reflexão filosófica acerca da História, mas a própria História, com um alcance maior, porque filosófica e não apenas empírica, isto é, a História não simplesmente determinada como um certo número de fatos mas compreendida, apreendendo as razões por que tais fatos tiveram lugar. Hegel, seguindo Herder vai pensar esta História Filosófica como uma História Universal da Humanidade que revela um progresso desde os tempos primitivos até a civilização contemporânea. O enredo dessa narrativa é o desenvolvimento da liberdade, que se identifica com a razão moral do homem, tal como ela se apresenta num sistema externo de relações sociais.

Deste modo, o problema que a História filosófica tem de resolver é o da origem do Estado (tudo isto é tirado de Kant). Mas o historiador nada sabe acerca do futuro; a História alcança o seu ponto culminante não numa futura Utopia e sim no presente (isto pertence a Schiller). A liberdade do homem é o mesmo que a consciência que ele tem da sua liberdade. Assim, o desenvolvimento da liberdade é um desenvolvimento da consciência, um processo para o pensamento ou desenvolvimento lógico, em que as diversas fases necessárias ou momentos do conceito são atingidas sucessivamente (isto é Fichte). Finalmente a História filosófica não mostra apenas um processo humano, mas também um processo cósmico – um processo pelo qual o mundo se converte em auto-consciência, como espírito (isto foi extraído de Schelling).²⁰⁴

²⁰² KOSELLECK, Reinhart. **A configuração do moderno conceito de História**. *Op. Cit.* p. 153.

²⁰³ HEGEL. **Filosofia da História**. Brasília: UNB, 2008, p. 17.

²⁰⁴ COLLINGWOOD, R. G. **A ideia de História**. *Op. Cit.* p.144-145.

Todos estes extratos são reunidos habilidosa e coerentemente para serem consumados na Filosofia da História de Hegel. Nesta passagem de Collingwood temos um resumo bastante interessante do que Hegel teria extraído de cada um dos seus antecessores na elaboração de seu próprio sistema. Enfim todos os esforços realizados, do Iluminismo e da Filosofia da História, marcam o reconhecimento da própria História e de seu caráter processual.

Mas não se trata de Hegel e sim das condições histórico/filosóficas que possibilitaram a elaboração do conceito. E não passará incólume à constituição da História Moderna o tempo da Revolução. Das premissas consideradas fundamentais neste sentido, Koselleck chama a atenção para três critérios. Primeiro, para o caráter único sobre o qual se baseia o próprio progresso. A questão do singular coletivo onde a soma das Histórias individuais é elevada à unidade da própria História.

Ainda que se especulasse sobre o início e o destino da História mundial, isso sempre acontecia com vistas a um diagnóstico sobre o próprio tempo. Só então o conceito de “História” se tornou capaz de preencher, para além de qualquer método científico, o espaço antes ocupado pela religião.²⁰⁵

A tentativa de fundamentar a unidade da História em sua extensão temporal levou os historiadores a abandonarem o pressuposto de um nexos causal entendido de forma mecânica sobre os *res gestae*.²⁰⁶ Wilhelm von Humboldt (1767-1835) afirma que “o historiador digno desse nome deve expor cada evento como parte de um todo, ou, o que é a mesma coisa, a cada evento dar a forma da História.”²⁰⁷ Noutro ponto critica a Filosofia quando esta busca causas finais: “A Filosofia dita um objetivo aos eventos, e, assim, esta busca por causas finais, (...) perturba e falsifica toda visão livre sobre a ação própria das forças.”²⁰⁸ Estas forças, um tanto enigmáticas, “ativas e criadoras” de que fala Humboldt é que vão configurando a História, dando-lhe a forma que ela tem.

²⁰⁵ KOSELLECK, Reinhart. **A configuração do moderno conceito de História**. *Op. Cit.* p. 158.

²⁰⁶ Para Koselleck, Herder, Hegel e Humboldt, cada um a seu modo, descartaram como banal a abordagem pragmática, que busca causas e efeitos – a liberdade se perderia na necessidade. *Cf. Id.*

²⁰⁷ HUMBOLDT, Wilhelm von. **Sobre a Tarefa do Historiador**. In: MARTINS, Estevão de Rezende (org.). **A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 87.

²⁰⁸ *Ibid.* p. 91.

O historiador deve, então, debruçar-se sobre as forças ativas e criadoras. Aqui ele se encontra em seu próprio terreno. Caso pretenda emprestar forma ao labirinto dos eventos da História mundial, o historiador deve estar imerso em sua própria alma, depurando a forma a partir dos eventos, pois somente naquela aparece o verdadeiro contexto destes.²⁰⁹

A segunda determinação temporal está ligada ao que Koselleck chama de potencial prognosticador. É uma referência a Kant que entendia a Revolução Francesa como um sinal da História, um signo rememorativo, demonstrativo e prognóstico que apontaria uma tendência geral ao progresso.

Como já vimos no primeiro capítulo, na abordagem que Foucault faz deste texto, Kant, no Conflito das Faculdades, se pergunta se haverá um constante progresso para o melhor no gênero humano. A injunção de “para o melhor”, já de antemão pressupõe a perspectiva da indagação. Como dirá logo no primeiro parágrafo da Segunda Dissertação:

não se trata aqui também da História natural do homem (de saber se, no futuro, surgirão novas raças suas), mas da História moral e, decerto, não de acordo com o conceito de gênero (singulorum), mas segundo o todo dos homens, unidos em sociedade e repartidos em povos (universorum), quando se pergunta se o gênero humano (em geral) progride constantemente para o melhor.²¹⁰

A questão a seguir será a de saber como é possível um saber histórico *a priori*, questão necessária a qualquer tentativa de resposta sobre o que se passará no futuro. Pois bem, essa “divinatória” parece aos olhos de Kant um típico equívoco entre religiosos e políticos na medida em que eles predizem e anunciam aquilo pelo qual se empenham para que aconteça. Todavia, aquilo que os homens devem fazer eles não o fazem.

De toda maneira, para Koselleck, o tratamento histórico-filosófico da Revolução Francesa conduziu a um novo alinhamento entre experiência e expectativa.

A diferença entre todas as Histórias até aqui é que a História do futuro foi temporalizada num processo em que se torna dever do homem intervir com sua ação. Com isso, a Filosofia da História deslocou de forma fundamental a antiga importância da *Historie*. Desde o momento em que o tempo adquirira uma qualidade histórico-dinâmica, não foi mais possível – como se fosse um retorno natural – aplicar as mesmas regras de

²⁰⁹ HUMBOLDT, Wilhelm von. **Sobre a Tarefa do Historiador**. *Op. Cit.* p. 92.

²¹⁰ KANT, Immanuel. **O Conflito das Faculdades**. *Op. Cit.* p. 95.

antigamente ao presente, regras que tinham sido elaboradas de forma exemplar até o século XVIII.²¹¹

A consequência natural foi uma modificação na importância do passado. De modo que a História temporalizada como unidade permanente se recusava a ser encarada e aprendida como um *continuum* histórico destinado a conduzir os contemporâneos ao aperfeiçoamento. E daí o diagnóstico de Humboldt:

Vista por este lado, a História tem afinidade com a vida ativa. Ela não lhe presta serviço ao fornecer exemplos que devem ser seguidos ou evitados, pois isso geralmente conduz ao erro e raramente ensina.²¹²

A Filosofia da História encontrava enfim um moderno espaço de experiência e expectativa do tempo histórico na medida “em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então.”²¹³ Não havia mais um império unificador como em Políbio, nem uma educação do gênero humano como em Lessing.²¹⁴ A História agora é pensada como um processo inexorável de progresso. Neste contexto é oportuna a emergência da Escola Histórica²¹⁵, que na mesma medida em que se insurge contra a especulação histórico-filosófica dela se nutre.²¹⁶

²¹¹ KOSELLECK, Reinhart. **A configuração do moderno conceito de História.** *Op. Cit.* p.162.

²¹² HUMBOLDT, Wilhelm von. **Sobre a Tarefa do Historiador.** *Op. Cit.* p. 86.

²¹³ KOSELLECK, Reinhart. **Espaço de experiência e Horizonte de expectativa.** *In: KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado... Op. Cit.* p. 314.

²¹⁴ Cf. BODEI, Remo. **A história tem um sentido?** São Paulo: EDUSC, 2001, p. 71.

²¹⁵ Foi no século XIX que apareceram os primeiros grandes tratados do que se poderia chamar de normativismo histórico, um tipo de reflexão novo sobre a História, chamado de *Historik* por Johann Droysen. Essa reflexão definiu os parâmetros metódicos estipulados como obrigatórios para que a História se enquadrasse no que se tinha, então, por padrão de “ciência”. (...) A escola que se costumava chamar de “positivista” pode ser também denominada – com mais propriedade – de “escola metódica”, já que sua principal preocupação era a de dispor de um método. Essa escola, que fundamentava o progresso da historiografia no trabalho metódico das fontes, sempre foi avessa a qualquer “teoria” ou “filosofia”. Cf. MARTINS, Estevão de Rezende (org.). **A História pensada.** *Op. Cit.* p. 12.

²¹⁶ Cf. KOSELLECK, Reinhart. **A configuração do moderno conceito de História.** *Op. Cit.* p.164.

2.1 A História das Ideias

No século XIX, configura-se uma nova noção de História, que como vimos, agrega realidade e reflexão sobre esta realidade. Ainda no século XVIII, as mutações desta configuração já se anunciavam, enquanto a reflexão estética propiciava o estabelecimento da Filosofia da História. Talvez as implicações sobre a reflexão da História, ou mesmo de uma poética da História, tenham sido adiadas, demasiadamente, por Foucault.²¹⁷ Mas o fato de que as exigências desta reflexão estética, tenham sido fundamentais para a formulação das questões do sentido (dos acontecimentos), de sua finalidade e processo é reveladora de sua importância, no que diz respeito aos fundamentos do discurso Histórico até o século XX. Por isso, a constituição de “um tempo genuinamente histórico” na modernidade, para usar a expressão de Koselleck²¹⁸, é devedora desse conjunto de processos que articulam não apenas realidade e reflexão, mas também reflexão estética e racionalização do caráter processual da História. Foram estas articulações, enfim, que sustentaram não apenas a ideia de História em si, mas a ideia de tempo como totalização.

Os desdobramentos destes pressupostos conforme se apresentaram aos novos historiadores do século XX, aqui nos referimos à Escola dos *Annales*, serão discutidos no capítulo seguinte.²¹⁹ Antes, porém, achamos oportuno acompanhar estes desdobramentos na perspectiva do que Foucault chamou de História das ideias e História das mentalidades.

Foucault já não se opõe a uma História *Acontecimental*, nem a uma Escola Metódica, quando se refere à História. Estas modalidades já perderam importância, ou não fazem parte do horizonte historiográfico do século XX, pelo menos no que diz respeito à segunda metade deste século. No entanto, os pressupostos da unidade e continuidade, que sustentam a ideia de um tempo absoluto, permaneceram.

²¹⁷ Cf. Nota 167, página 58.

²¹⁸ “Por trás da nova coordenação entre as *res fictae* e as *res factae* se encontra sobretudo a experiência moderna de um tempo genuinamente histórico.” KOSELLECK, R. **Terror e Sonho – Anotações metodológicas para as experiências do tempo no Terceiro Reich.** In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado.** *Op. Cit.* p. 250. Cf. nota 187, p. 65.

²¹⁹ Cf. **3. Sobre a École des Annales, a Nouvelle Histoire**, página 90.

I - A diversidade da História das Ideias

Entre diversas possibilidades historiográficas a crítica de Foucault à História recai, em diversos momentos, no que ele chama de História das Ideias. No capítulo IV da *Arqueologia do Saber* o primeiro item a ser analisado (Arqueologia e História das Ideias) torna claro o seu objetivo:

Eu não teria o direito de estar tranquilo enquanto não me separasse da "História das ideias", enquanto não mostrasse em que a análise arqueológica se diferencia de suas descrições.²²⁰

Neste sentido, seria proveitoso, inicialmente, nos acercarmos de alguma compreensão deste domínio historiográfico. Isso não parece nenhum pouco fácil de ser realizado e o próprio Foucault nos adverte:

Não é fácil caracterizar uma disciplina como a História das ideias: objeto incerto, fronteiras mal desenhadas, métodos tomados de empréstimo aqui e ali, procedimento sem retitude e sem fixidez.²²¹

Mas o que não é difícil notar é que todas aquelas dificuldades anunciadas no debate da Teoria da História se repetem mesmo num domínio aparentemente específico como o da História das Ideias. Na verdade, só aparentemente específico como veremos adiante. Pois se não bastasse a ubiquidade, a polissemia da palavra História, quando se trata da História das Ideias permanecemos numa total impossibilidade de coerência metodológica. Como também nos adverte Robert Darnton:

Ela não tem nenhuma *problématique* norteadora. Seus praticantes não compartilham nenhum sentimento de terem temas, métodos e estratégias conceituais em comum.²²²

Pode-se trabalhar numa pesquisa que trate da História do pensamento político, reinterpretando a Teoria Política em Hobbes, como por outro lado tratar

²²⁰ FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. *Op. Cit.* p.166.

²²¹ *Ibid.* p. 167.

²²² DARNTON, Robert. *História Intelectual e Cultural* (pp. 204-231). *In*: DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*. *Op. Cit.*, p.219.

de um desconhecido moleiro italiano do século XVI chamado Menochio.²²³ Pesquisas de dimensões históricas tão diferentes quanto a História Política e a Micro História, não obstante suas diferentes abordagens, podem ser pensadas dentro de um mesmo domínio historiográfico, a História das Ideias.

De fato, é impossível se pensar em coerência metodológica no que se refere à História das Ideias porque ela tem sido durante todo o século XX uma prática historiográfica de múltiplos interesses. De Arthur Lovejoy (1873 – 1962) que instituiu uma História das Ideias “desencarnadas”²²⁴ à chamada História Social das ideias que acaba por incluir uma diversidade incontável de dimensões, abordagens e historiadores importantes, muitos dos quais reivindicando um lugar na historiografia para uma História Cultural foucaultiana.²²⁵

Por isso a História das Ideias pode ser classificada em torno de múltiplos interesses que se percebem nas tendências das pesquisas de intelectuais de diferentes países também.²²⁶ O termo História das Ideias é mais comumente

²²³ Podemos pensar nestes dois casos respectivamente no trabalho dos historiadores: SKINNER, Quentin. **Razão e retórica na filosofia de Hobbes**. São Paulo: Unesp, 1999; e, GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

²²⁴ “ ... no decorrer século XX foi possível assistir ao desenrolar de uma rica trajetória que partiu da História das Ideias desencarnada de um contexto social – e que atinge a sua proeminência entre as décadas de 1940 e 1950 – a uma verdadeira História Social das Ideias, onde é tarefa primordial do historiador compreender e constituir um contexto social adequado antes de se tornar íntimo das ideias que pretende examinar.” BARROS, José D’Assunção. **História das Ideias – em torno de um domínio historiográfico**. In: Revista de História, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, pp. 199-209, 2007.

²²⁵ São diversos os testemunhos a serem citados, de modo especial os historiadores pertencentes ou muito próximos da Escola dos *Annales* como François Furet, Philippe Ariès, Paul Veyne, mas destacamos, pelo trabalho recente, as historiadoras Lynn Hunt e Patricia O’Brien, Cf. O’BRIEN, P. **A História da Cultura de Michel Foucault** (pp.33-62). In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

²²⁶ De acordo com Roger Chartier a História Intelectual, bem como a História das Ideias são modalidades historiográficas cujas designações não aparecem de forma relevante fora dos Estados Unidos. “A historiografia americana conhece duas categorias, cujas relações são, aliás, pouco específicas e sempre problemáticas: a de *intelectual history*, surgida com a *New History* do início do século e constituída como designação de um campo particular de pesquisa com Perry Miller; a de *history of ideas*, construída por Arthur Lovejoy para definir uma disciplina tendo seu objeto próprio, seu programa e seus métodos de pesquisa, seu lugar institucional (em particular, graças ao *Journal of the History of Ideas*, fundado em 1940 por Lovejoy). Ora, nos diferentes países europeus, nenhuma dessas duas designações passa: na Alemanha, *Geistesgeschichte* permanece dominante; na Itália, *Storia intellettuale* não aparece, nem como noção, nem como disciplina (e foram de fato historiadores da literatura, tal como Jean Ehrard, que reivindicaram, aliás, com dúvidas e prudência, o termo), e *história intelectual* parece ter chegado tarde demais para substituir as designações tradicionais (*história da filosofia, história literária, história da arte*, etc.) e não teve força contra um novo vocabulário forjado essencialmente pelos historiadores dos *Annales: história das mentalidades, psicologia histórica, história social das ideias, história sociocultural*, etc.” CHARTIER, Roger. **História Intelectual e história das mentalidades**. (pp. 23-60). In: CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002, p. 23-24.

associado justamente ao trabalho do norte-americano Arthur Lovejoy que rastreou a filiação de ideias-mestras ao longo de grandes períodos. Outro norte-americano comumente associado à História das Ideias é Carl Becker (1873 – 1945), que buscou delinear a atmosfera intelectual de áreas inteiras. Tanto um como outro realizaram seu trabalho a partir de obras clássicas caracterizando uma abordagem de “cima” para “baixo” se considerarmos uma acepção de cultura que se restrinja à oposição entre o erudito e o popular.

A fim de dar um panorama mais amplo em que se possa imaginar uma certa verticalidade da História das Ideias Darnton propõe quatro categorias principais para classificá-la, são elas:

a História das ideias (o estudo do pensamento sistemático, geralmente em tratados filosóficos), a História intelectual propriamente dita (o estudo do pensamento informal, os climas de opinião e os movimentos literários), a História social das ideias (o estudo das ideologias e da difusão das ideias) e a História cultural (o estudo da cultura no sentido antropológico, incluindo concepções de mundo e *mentalités* coletivas).²²⁷

Vamos procurar acompanhar cada uma delas tentando identificar características e autores. Atualmente o que poderíamos considerar como História das Ideias está fortemente ligado ao trabalho dos historiadores da escola inglesa conhecida como collingwoodiana. Na verdade, desde o já clássico texto *Meaning and understanding in the history of ideas*²²⁸ do historiador britânico Quentin Skinner (1940 -) até seus trabalhos mais recentes, de modo especial sobre a filosofia política de Hobbes²²⁹ sua abordagem da História do pensamento político traz como principal argumento a ideia de que só é possível captar o sentido de um tratado político recriando a linguagem da época em que foi escrito. Para isso Skinner propõe uma revisão das abordagens sobre a História do pensamento político que segundo ele incorrem no erro frequente de projetar expectativas do presente sobre o estudo de autores do passado, produzindo interpretações equivocadas. Skinner chama estes equívocos de mitologias da História do pensamento porque estariam incorrendo em falácias metodológicas. Entre estes mitos estariam primeiro: “a mitologia das doutrinas”, quando um

²²⁷ DARNTON, Robert. *História Intelectual e Cultural*. *Op. Cit.* p. 219.

²²⁸ SKINNER, Q. *Meaning and understanding in the history of ideas*. *History and Theory* 8(1):3-53, 1969.

²²⁹ SKINNER, Q. *Reason and rhetoric in the philosophy of Hobbes*. Nova York: Cambridge University Press, 1996. SKINNER, Q. *On intellectual history and the history of books*. *Contributions to the History of Concepts* 1(1): 29-36, 2005.

determinado autor é dado como representante de uma teoria que ainda não estava plenamente articulada em sua época.²³⁰ Em segundo lugar: “a mitologia da coerência”, muitas vezes a coerência buscada no autor não só não foi buscada pelo próprio como simplesmente não existe, não obstante a busca ou mesmo, a exigência de sistematização da obra. Em terceiro lugar: “a mitologia da prolepse”, que se refere à ideia antecipatória de valor histórico das contribuições de um autor. Ideias como a de que Maquiavel é o fundador do pensamento político moderno.

A crítica de Skinner se dá então sobre os problemas do anacronismo de uma interpretação histórica que impõe aos autores do passado questões de linguagem que são de uma outra época, a nossa. Para resumir e sem esquecer dos outros membros importantes da escola como John Dunn e John Pocock pode-se dizer com Darnton que

Eles [referindo-se à escola collingwoodiana] deslocam a ênfase do texto para o contexto, mas não para introduzir sub-repticiamente uma concepção reducionista das ideias, seja de inspiração marxista ou namierista. Pelo contrário, eles defendem a autonomia do pensamento como “declarações” ou “atos de fala” transmitindo significados particulares. Um significado está preso no tempo e na linguagem, não pode ser intrínseco às “unidades-ideias” imaginadas por Lovejoy, que entram e saem das mentes ao longo dos séculos, e não há como entendê-lo lendo as obras dos grandes teóricos políticos como se falassem diretamente a nós.²³¹

Seria justo acrescentar, por uma certa semelhança crítica no que diz respeito à necessidade de contextualização das ideias e conceitos bem como também à crítica do anacronismo e do essencialismo, a escola alemã da *Begriffsgeschichte*, a História dos Conceitos, capitaneada por Reinhart Koselleck.²³²

Quanto à História intelectual os destaques são as biografias, mas também as tentativas de se escrever o contexto, ou o quadro espiritual de uma época. No

²³⁰ “Essa crítica (...) é estendida também ao projeto de história das ideias de Lovejoy, pois nesse caso também se assume que ideias-chave como, por exemplo, razão de Estado, liberdade ou contrato social, podem ser estudadas em diferentes períodos históricos sem se levar em conta a possibilidade fática de sua articulação linguística em cada um desses períodos.” Cf. JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João. **História dos conceitos**. *Op. Cit.* p. 15.

²³¹ DARNTON, Robert. **História Intelectual e Cultural**. *Op. Cit.* p.221.

²³² Cf. KOSELLECK, R. **História dos conceitos e história social**. (pp. 97-118). In: KOSELLECK, R. **Futuro Passado** – Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

caso das biografias, enquanto floresceram nos Estados Unidos²³³, recuaram na Europa, de modo especial na França, muito por conta da influência dos *Annales*.

O que torna a biografia desinteressante para a escola dos *Annales* – o relevo dado aos indivíduos e aos acontecimentos, ao invés das mudanças de longa duração nas estruturas – é o que a faz atraente para os americanos, que tem sede de especificidade e fome de conexões entre a teoria social e o quadro institucional.²³⁴

Ainda neste nível que pode ser considerado intermediário na História intelectual pode-se acrescentar a História da História que tem ultrapassado as preocupações historiográficas mais antigas investindo por exemplo na interação entre historiografia e estilos linguístico/narrativos. Neste sentido, o trabalho de Hayden White é um exemplo marcante.²³⁵

Quanto à História cultural, chegamos ao nível “baixo” das sociedades, em que os objetos de investigação estão mais próximos da antropologia do que da História. A História cultural traz consigo também a variedade francesa das *mentalités*²³⁶ que acabou por difundir-se também entre ingleses e alemães. No entanto, o estudo das mentalidades não parece ter fôlego suficiente para sustentar-se porque carrega o termo com noções de representações coletivas derivadas de Durkheim e o *ouillage mental* que Lucien Febvre recolheu da psicologia de sua época. Ao menos essa é a posição de Darnton que fica clara na sua crítica abaixo:

O contato entre a História e a antropologia foi benéfico para ambas, na medida em que oferecem vias complementares de atingir o mesmo objetivo: a interpretação da cultura. Além disso, a antropologia oferece ao historiador algo que o estudo da *mentalité* não conseguiu apresentar: uma concepção coerente da cultura, que foi definida por Clifford Geertz como “um modelo historicamente transmitido de significados encarnados em símbolos”. É claro que seria fácil tirar outras definições da literatura antropológica. Os

²³³ O ensaio de Robert Darnton a que nos referimos aqui foi escrito em resposta a uma solicitação da Associação Americana de História e se limita fundamentalmente à História das Ideias praticada nos Estados Unidos. Ainda assim sua exposição estabelece conexões com a História Intelectual e Cultural europeias. Nossa intenção é apenas a de ilustrar características e autores importantes e não apresentar um panorama atualizado da História das Ideias. Isso é importante esclarecer porque é esta a abordagem de Foucault na Arqueologia do Saber. Foucault não trata de períodos e autores, mas apenas de características. Neste sentido ampliamos um pouco a proposta na medida em que lançamos mão da identificação dos autores/historiadores relevantes.

²³⁴ DARNTON, Robert. **História Intelectual e Cultural**. *Op. Cit.* p.223.

²³⁵ WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**. São Paulo: EDUSP, 1994; WHITE, Hayden. **A Meta-História**. São Paulo: EDUSP, 1992.

²³⁶ Veja-se logo adiante: **2.3 A História das Mentalidades**, p. 82.

antropólogos divergem como todo mundo. Mas compartilham uma mesma orientação em relação aos problemas de interpretação da cultura. Podem auxiliar o historiador a redimensionar seu empenho de resolver esses problemas, e colocá-lo no caminho em busca de modelos de significado.²³⁷

Como se percebe, o diagnóstico previsto por Foucault de que a História das Ideias é uma disciplina difícil de caracterizar estava correto. E mais claramente se compreende que é deste tipo de História que ele pensa em se distanciar. Na verdade Foucault resume em três palavras o que ele próprio entende por História das Ideias: “Gênese, continuidade, totalização: eis os grandes temas da História das ideias.”²³⁸ Podemos perceber, como uma espécie de pano de fundo, que ainda se mantém aqui os mesmos pressupostos que nortearam a constituição da noção moderna de História em si, conforme Koselleck.

Todo o trabalho da Arqueologia foi um abandono destes pressupostos, poderíamos dizer, deste modelo de temporalidade. Será neste ponto que, não só na *Arqueologia do Saber*, mas em diversos outros textos, como é o caso da aula inaugural do *Collège de France*, Foucault se mostra, um leitor atento das intuições dos historiadores dos *Annales* e de maneira especial, como foi assinalado por Le Roy Ladurie,²³⁹ no que diz respeito à História Serial de Pierre Chaunu. Algumas passagens da introdução são de fato bastante claras sobre isso. Só a título de exemplo podemos citar esta, que nos parece suficientemente ilustrativa:

De agora em diante, o problema é constituir séries: definir para cada uma seus elementos, fixar-lhes os limites, descobrir o tipo de relações que lhe é específico, formular-lhes a lei e, além disso, descrever as relações entre as diferentes séries, para constituir, assim, séries de séries, ou "quadros".²⁴⁰

No próximo capítulo vamos discutir o estatuto desta relação entre Foucault e a História Serial²⁴¹ que teve um papel importante na constituição da

²³⁷ DARNTON, Robert. *História Intelectual e Cultural*. Op. Cit. p.228.

²³⁸ FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Op. Cit. p. 168.

²³⁹ “A introdução à Arqueologia do Saber é a primeira definição da História serial.” LE ROY LADURIE, E. *France-Culture*. Paris. 10 jul. 1969, *apud* DOSSE, François. *A História em migalhas: dos Annales à Nova História*. Bauru: EDUSC, 2003, p.272. Embora o próprio Le Roy Ladurie não fosse efetivamente um adepto da História Serial.

²⁴⁰ FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Op. Cit. p. 9.

²⁴¹ Cf. 3.3 Pierre Chaunu e a História Serial, p. 119.

noção de acontecimento²⁴², bem como na perspectiva das discontinuidades históricas. Estas, já não serão pensadas na perspectiva das rupturas externas, mas do jogo das transformações internas, isto é, no jogo de relações entre objetos, tipos de enunciação, conceitos, escolhas temáticas definidas pela regularidade de um sistema de dispersão.

A questão, portanto, na qual o pensamento Arqueológico de Foucault permanece como desafio, talvez seja pensar a possibilidade de uma História que possa avançar na direção do que Michel de Certeau²⁴³ chamou de operação histórica, ou, de um “fazer” a História no sentido dado por Rancière, que implique em modos de constituição e conexão de acontecimentos e significações e possa escapar a toda identidade do tempo com ele mesmo.

É através desses direcionamentos, desses saltos, dessas conexões que existe um poder de “fazer” a História. A multiplicidade das linhas de temporalidades, dos sentidos mesmo de tempo incluídos em um “mesmo” tempo é a condição do agir histórico. Levá-lo efetivamente em conta deveria ser o ponto de partida de uma ciência histórica, menos preocupada com sua respeitabilidade “científica” e mais preocupada com o que quer dizer “História”.²⁴⁴

Enfim, nosso objetivo nestas linhas foi o de colocar o problema da História como de fato um problema a toda reflexão sobre Foucault. Não basta darmos por vencida a posição dos que se alinham ao lado oposto de Foucault. Uma abordagem introdutória é capaz de mostrar que o que entendemos ou não entendemos por História pode ser falho. Não basta repetirmos os argumentos da Arqueologia, é preciso compreender o que ela nega. Um jogo simplista de oposição corre o risco de nos fazer perder elementos importantes do debate que podem ter valor fundamental na constituição da própria Arqueologia.

²⁴² “(...) o importante é que a história não considere um acontecimento sem definir a série de que ele faz parte, sem especificar o modo de análise de que esta série depende, sem procurar conhecer a regularidade dos fenômenos e os limites de probabilidade da sua emergência (...) Certamente a história há muito tempo não procura compreender os acontecimentos pelo jogo das causas e dos efeitos na unidade informe de um grande devir, vagamente homogêneo ou rigidamente hierarquizado; mas não é para reencontrar estruturas anteriores, estranhas, hostis ao acontecimento. É para estabelecer as diversas séries, entrecruzadas, muitas vezes divergentes, mas não autônomas, que permitem circunscrever o “lugar” do acontecimento, as margens do seu acaso, as condições da sua aparição.” Cf. FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. *Op. Cit.* p. 53.

²⁴³ “Fazer história é uma prática”. CERTEAU, M. **A operação histórica**. pp. 17-48. *In*: LE GOFF, J.; NORA, P. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p.28.

²⁴⁴ RANCIÈRE, J. **O conceito de anacronismo e a verdade do historiador**. *Op. Cit.* pp. 21-49.

2.2 A História das Mentalidades

O que se chamou de História das Mentalidades na historiografia francesa remete, num primeiro momento, a Lucien Febvre e Marc Bloch. Essa leitura, no entanto, só pode ser observada em termos retrospectivos, considerando que estes historiadores produziram obras que hoje poderiam ser classificadas sob essa etiqueta, mas não se propuseram a explicitar teoricamente o significado deste tipo de enfoque historiográfico, assim como não se declararam como arautos das *mentalités*. Portanto, eles mais a exerceram do que a teorizaram.

De qualquer modo, a noção de mentalidade irá se impor efetivamente só a partir dos anos 1960, com uma nova geração de historiadores. O próprio Febvre, será um incentivador destes primeiros historiadores já identificados enquanto pesquisadores das mentalidades e que, agora, se reconhecem como tais. Nos referimos a George Duby²⁴⁵ e Robert Mandrou²⁴⁶. Estes historiadores não apenas produziram obras reconhecidas nestes domínios das mentalidades, mas também procuraram situar teoricamente esse campo de interesse da História, que foi ao mesmo tempo vasto, inovador e heterogêneo. Destacam-se também como historiadores das mentalidades, Philippe Ariès²⁴⁷, Jacques Le Goff²⁴⁸ e Michel Vovelle²⁴⁹.

Quanto ao incentivo de Febvre, o próprio Duby dá seu testemunho:

Quando Febvre propôs-me escrever uma curta História da civilização francesa (...) tratei de pedir ajuda. Ofereceram-me Mandrou. Trabalhamos juntos. Esta tarefa comum aproximou-nos muito, o que reforçou meus vínculos com a “Escola”, e pusemo-nos a explorar o que nos havia sido legado por Lucien Febvre. Marc Bloch, de *Les Rois thaumaturges* a *La Société féodale*, convidava-nos a considerar a « atmosfera mental ». De maneira mais insistente, Febvre exortava-nos a escrever a História das “sensibilidades”, dos odores, dos temores, dos sistemas de valores, e seu *Rabelais* demonstrava magnificamente que cada época tem sua própria visão de mundo, que as maneiras de sentir e pensar variam com o tempo e que, em consequência, o historiador

²⁴⁵ DUBY, George. *L'histoire des mentalités*. (pp. 937-966) In: SAMARAN, Charles (Dir.) *L'histoire et ses méthodes*. Paris: Gallimard/Encyclopédie de La Pléiade, 1961. Para destacarmos uma das obras importantes de DUBY, G. *Les Trois Ordres ou l'Imaginaire du féodalisme*. Paris: Gallimard, 1978.

²⁴⁶ MANDROU, Robert. *L'histoire des mentalités*. (pp. 436-438) In: *Encyclopedia Universalis*, vol. VIII, 1968. Nesse mesmo ano Robert MANDROU publicou também *Magistrats et sorciers en France au XVII^e siècle*, em português, *Magistrados e feiticeiros na França do século XVII*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

²⁴⁷ ARIÈS, Philippe. *A história das mentalidades* (pp.207-240). In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

²⁴⁸ LE GOFF, Jacques. *As Mentalidades – uma história ambígua* (pp. 68-82). In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

²⁴⁹ VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991.

é solicitado a se precaver o quanto puder das suas, sob pena de nada compreender. Febvre propunha-nos um novo objeto de estudo, as “mentalidades”. Era o termo que utilizava. Pois nós o retomamos.²⁵⁰

Dizíamos acima, que as *mentalités* remetem aos *Annales*, num primeiro momento. Na verdade, esta proposição seria imprecisa se não levássemos em conta o trabalho pioneiro e original daqueles que hoje são mais facilmente classificados na perspectiva da História Cultural, não obstante o fato de que estariam bem situados dentro do âmbito das *mentalités*. Para usar uma expressão de Michel Vovelle, há toda uma “pré-História da historiografia das mentalidades; e também que é evidente, (...) que já se fez História das mentalidades sem lhe dar esse título.”²⁵¹ Vovelle se refere, especialmente, a *La Grande Peur* de Georges Lefebvre²⁵² e ao *Le déclin du Moyen Age* de Johan Huizinga²⁵³, mas muitos outros exemplos poderiam compor esse quadro. Jacques Revel cita a perspectiva aberta por Ernest Cassirer na Alemanha, sem maiores considerações, mas podemos supor que seja em função de sua filosofia da cultura e da teoria dos símbolos²⁵⁴. Cita também o historiador da arte Erwin Panofsky, que procurou identificar na cultura da Idade Média hábitos mentais (*habitus*) e “forças formadoras de hábitos mentais” (*habit forming force*)²⁵⁵ que estariam na origem de homologias de estrutura entre a arquitetura gótica e o pensamento escolástico.²⁵⁶ Para Revel, o que poderia unificar estes trabalhos tão diversos com aqueles dos primeiros *Annales* era justamente o fato de que estes últimos representavam apenas uma das diversas tentativas de responder a uma dupla pergunta: “Como conjugar o individual e o coletivo na História

²⁵⁰ DUBY, George. **Mentalidades**. (pp. 85-92) In: DUBY, George. **A história continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, p. 88.

²⁵¹ VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. *Op. Cit.* p. 14.

²⁵² LEFEBVRE, G. **O Grande Medo de 1789**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.

²⁵³ HUIZINGA, Johan. **O Outono da Idade Média**. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

²⁵⁴ CASSIRER, Ernst. **A Filosofia das formas simbólicas**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. A obra conta com três volumes: I – A Linguagem (2001); II – O Pensamento Mítico (2004); III – Fenomenologia do Conhecimento (2011).

²⁵⁵ É curioso que Michel Vovelle, apesar de não usar o termo “forças formadoras”, referindo-se à história das mentalidades, tenha usado a expressão “força da inércia das estruturas mentais” ao menos seis vezes em seu livro, (pp. 19-20-252-300-301-330) sem mencionar Panofsky, neste contexto. Panofsky é mencionado uma única vez quando Vovelle fala sobre iconografia na página 68. Cf. VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. *Op. Cit.*

²⁵⁶ PANOFSKY, Erwin. **Arquitetura Gótica e Escolástica**. Sobre a analogia entre arte, filosofia e teologia na Idade Média. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

cultural? Como reunir numa mesma História categorias de comportamentos tão diferentes?”²⁵⁷

Philippe Ariès lembra também o caso de Norbert Elias. Este importante sociólogo que em função da Segunda Guerra Mundial foi por muito tempo um ilustre desconhecido dos intelectuais franceses e só depois dos anos 1960 passou a ser lido e muito tardiamente traduzido.²⁵⁸ Ainda na década de 1930 Elias trabalhou a partir da ideia de que desde o século XVI instaurou-se um processo civilizatório regulador das condutas e costumes nas sociedades ocidentais que levou a uma transformação dos hábitos e atitudes em relação aos homens, mulheres e crianças, através de modelos educativos. A autodisciplina e o pudor em relação às funções fisiológicas e a desconfiança diante do contato físico entre as pessoas teriam sido reflexo dessa mudança. André Burguière comentando o trabalho de Norbert Elias afirma que

A ocultação e o afastamento dos corpos seriam a tradução, nas condutas individuais, da pressão organizadora, logo modernizadora, que os Estados burocráticos recentemente constituídos exercem sobre a sociedade; a separação das classes etárias, a marginalização dos que não se enquadram nos padrões tidos como normais, o internamento dos pobres e dos loucos e o declínio das solidariedades locais pertencem ao mesmo movimento global, difuso e amplamente inconsciente, de remodelagem do corpo social.²⁵⁹

O que Elias queria compreender foi o que chamou de sociogênese dos conceitos de civilização e cultura, bem como da formação do Estado nas suas relações com a transformação do comportamento humano. Uma espécie de teoria dos processos civilizadores. Sua pesquisa passa, entre outras coisas,

²⁵⁷ Cf. REVEL, Jacques. **Mentalidades** (pp. 528-535). In: BURGUIÈRE, André (org.). **Dicionário das ciências históricas**. Op. Cit., p. 532.

²⁵⁸ ELIAS, Norbert. **La civilisation des mœurs**. Paris: Calmann-Lévy, 1973. Em português: ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990. Vols. 1 (Uma História dos Costumes) e 2 (Formação do Estado e Civilização). “Norbert Elias ainda não é conhecido entre nós como merece, mesmo com o aumento da difusão da história das mentalidades – talvez porque seja esta disciplina que teve na França sua pátria, enquanto Elias pertence a uma tradição intelectual bastante diferente, alemã. Só isto pode explicar a demora com que foi lido, não só aqui, mas na própria França.” RIBEIRO, Renato Janine. **Apresentação a Norbert Elias**. In: ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Vol. 1: Uma História dos Costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990, p. 9.

²⁵⁹ BURGUIÈRE, André. **A antropologia histórica**. (pp.167-204) In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 189-190.

pelas mudanças de hábitos e costumes, como o de assoar-se, escarrar e, nas atitudes, nas relações entre os sexos.²⁶⁰

Como se percebe a tangencial formada por estes aspectos até então marginalizados no discurso das ciências humanas e sociais podem hoje ser percebidos aqui e ali de maneira bastante convergente com o que nos *Annales* foi chamado de *mentalités*.

Como adverte Jacques Revel, “o próprio termo *mentalidade* não pertence, na origem, absolutamente ao vocabulário dos historiadores profissionais.”²⁶¹ Na linguagem corrente do início do século XX é um sucedâneo, em francês, do alemão *Weltanschauung*, visão de mundo, “de tudo um pouco, um universo mental ao mesmo tempo estereotipado e caótico.”²⁶² Mas o que não apresenta dúvidas aos historiadores e que é sempre retomado nos diversos textos sobre esse tema é a influência da etnologia e da psicologia do início do século XX no uso do termo *mentalidade*. É importante que se diga, que a influência a que nos referimos se dá muito mais em relação ao uso da palavra, do que no sentido dado a ela. Como veremos logo adiante, apesar de não haver unanimidade quanto ao significado de *mentalidade* entre os próprios historiadores, pode-se ter certeza de que estão bem longe das significações pejorativas causadoras de um clima pouco favorável ao uso do termo, que de fato não fez escola nem mesmo nas outras áreas. As referências neste sentido são trabalhos como os de Lucien Lévy-Bruhl: *Les fonctions mentales dans les sociétés inférieures* de 1910 e, *La mentalité primitive* de 1922, no que diz respeito ao campo da etnologia. Em se tratando da psicologia deve-se lembrar de Charles Blondel cujo título de um de seus livros é homônimo ao de Lévy-Bruhl, *La mentalité primitive* de 1926 e, Henri Wallon que escreveu um artigo chamado *La mentalité primitive et celle de l'enfant* de 1928, vivamente condenado por Lévi-Strauss, de acordo com as palavras de Le Goff.²⁶³

²⁶⁰ “Bem antes de Foucault, ele entende, como o autor d’*A Arqueologia do Saber*, que todo e qualquer texto ou mesmo gesto de um pensador merece, por princípio, a atenção de quem o estuda, e da mesma forma os dos não pensadores. Uma rede enorme de elementos significantes assim se constitui, (estes elementos, está claro, significam enquanto rede, e não isoladamente) com a diferença de que para Michel Foucault o essencial se dará numa relativa sincronia (...), e para Elias numa decidida diacronia.” RIBEIRO, Renato Janine. **Apresentação. Uma ética do sentido**. In: ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Vol. 2: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, p. 9.

²⁶¹ REVEL, Jacques. **Mentalidades**. *Op. Cit.* p. 528.

²⁶² LE GOFF, Jacques. **As Mentalidades – uma história ambígua**. *Op. Cit.* p. 72.

²⁶³ LE GOFF, Jacques. **As Mentalidades – uma história ambígua**. *Op. Cit.* p. 74.

Será, portanto, por estas influências que os fundadores dos *Annales* assimilaram a palavra mentalidade e irão com ela constituir um campo de interesses históricos extremamente variado e original. Por outro lado, o uso desta noção também significou, nos primeiros *Annales*, a possibilidade de uma crítica à História das Ideias, presa a abstrações demasiadamente gerais e perfeitamente adequadas à noção de acontecimento como categoria, a exemplo das noções de renascimento, humanismo, reforma. O historiador das mentalidades, por sua vez, está mais interessado em mergulhar “nas águas turvas da marginalidade, da anormalidade, da patologia social. A mentalidade parece revelar-se, de preferência, no domínio do irracional e do extravagante.”²⁶⁴

Um sentido mais preciso para as *mentalités*, no que diz respeito à linguagem universitária é dado no início da década de 1950 pelo sociólogo Gaston Bouthoul, um especialista no fenômeno da guerra:

Eis a definição oferecida por Gaston Bouthoul em 1952: “Por trás de todas as diferenças e nuances individuais, subsiste uma espécie de resíduo psicológico estável, feito de julgamentos, conceitos e crenças aos quais aderem, no fundo, todos os indivíduos de uma mesma sociedade.”²⁶⁵

Chama a atenção este aspecto fundamental, não só no que diz respeito a História das Mentalidades, mas ao que pode ser considerado um elemento programático dos historiadores dos *Annales*, a interdisciplinaridade. Por outro lado, a referência de Bouthoul a uma estabilidade de conteúdos psíquicos, inconscientes, automáticos, não teve vida longa, ou pelo menos se revelou um aspecto frágil, desta fórmula. George Duby, nos esclarece e acrescenta logo em seguida suas reservas:

Assim era o que entendíamos. Mas tomávamos uma certa distância. Com efeito, nós começávamos convencidos de que no interior de “uma mesma sociedade” não existe apenas um “resíduo”. Ou pelo menos que este resíduo não apresenta a mesma consistência nos diversos meios ou estratos de que se compõe uma formação social. E sobretudo, recusávamo-nos a aceitar como “estável” este resíduo, ou antes estes resíduos (fazíamos questão do plural). Eles se modificam ao longo das eras, e nos propúnhamos precisamente a acompanhar atentamente tais modificações.²⁶⁶

²⁶⁴ LE GOFF, Jacques. **As Mentalidades – uma história ambígua.** *Op. Cit.* p. 75.

²⁶⁵ DUBY, George. **Mentalidades.** *Op. Cit.* p. 88

²⁶⁶ DUBY, George. **Mentalidades.** *Op. Cit. id.*

Por trás das diferenças individuais, resíduos de coletividade. Embora de significação vaga, era em relação ao que poderia haver enquanto um fundo comum coletivo o que se designava como mentalidade. A primeira divergência, quanto à sua estabilidade.

Outra questão que claramente distingue a compreensão dos historiadores refere-se ao que se pode chamar de nível inconsciente das mentalidades. Philippe Ariès é um defensor da noção de inconsciente coletivo²⁶⁷, para Michel Vovelle, ela é mistificadora.²⁶⁸ Duby considera o conceito de inconsciente coletivo falacioso e, acrescenta:

com efeito só existe inconsciente em relação a uma consciência, ou seja, a uma pessoa. Ora, nós procurávamos reconhecer não o que cada pessoa mantém acidentalmente recalcado fora de sua consciência, mas este magma confuso de presunções herdadas ao qual se refere a cada momento, sem prestar atenção nele, mas sem tampouco expulsá-lo de seu espírito.²⁶⁹

O estatuto deste inconsciente coletivo é bastante difícil de se reconhecer. Um conteúdo automático, que escapa aos sujeitos particulares da História, porque revelador do conteúdo impessoal de seu pensamento, no entanto, parece ter sido mais bem recebido. O problema da estabilidade/instabilidade daqueles “resíduos” parece ser uma questão mais interessante ao longo das gerações de historiadores dos *Annales*. Lucien Febvre, por exemplo, usava a noção de *outillage mental*, passível de muitas críticas, das quais as novas gerações dos *Annales* não puderam se esquivar. A deficiência desta perspectiva estava no fato de afirmar a ideia de uma “aparelhagem mental” quase objetivada em termos do que cada sociedade tem à mão como instrumentos intelectuais e de sensibilidade. Febvre entendia a tarefa do historiador como a daquele que tem a tarefa de recuperar esse conjunto de instrumentos mentais que compõem o campo de representações. A *outillage mental* era a mentalidade de uma época. Chartier compara os conceitos de hábitos mentais (*habitus*) e de forças

²⁶⁷ "De meu ponto de vista, os grandes polos de atração das mentalidades - atitudes diante da vida e da morte - dependem de motivações mais secretas, mais imbricadas no limite entre o biológico e o cultural, isto é, do inconsciente coletivo. O inconsciente coletivo anima forças psicológicas elementares, que são a consciência de si mesmo, o desejo de superar-se ou, ao contrário, o sentido do destino coletivo, da sociabilidade, etc." Philippe ARIÈS *apud* VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. *Op. Cit.* p. 108. Ver também ARIÈS, Philippe. **A História das Mentalidades**. *Op. Cit.* p. 235.

²⁶⁸ VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. *Op. Cit.* p. 122.

²⁶⁹ DUBY, George. **Mentalidades**. *Op. Cit.* p. 91.

formadoras de hábitos (*habit-forming forces*) de Erwin Panofsky, com a *ouillage mental* de Lucien Febvre, bem como a influência de Panofsky em *La Société féodale* de Marc Bloch, considerando que estes autores, com esses novos conceitos, tomavam distância da História das Ideias se propondo a questionar muito mais o que chama de os limites do concebível do que as ideias sem limites. Poder-se-ia dizer que se estabelecia com os primeiros *Annales* um ponto de inflexão na História intelectual francesa que passava a impor limites às audácias do pensamento pela imposição de uma História das representações coletivas. Contudo Chartier reconhece que diferentemente de Panofsky, falta a Febvre

a análise (central em Panofsky) dos mecanismos através dos quais categorias de pensamento fundamentais tornam-se, em um determinado grupo de agentes sociais, esquemas interiorizados e inconscientes, estruturando todos os pensamentos ou ações particulares.²⁷⁰

Se o pensamento de Febvre quanto ao *Rabelais* e ao conceito de *ouillage mental* pode se considerar datado, seu pioneirismo numa crítica à História das Ideias não foi esquecido e as gerações seguintes aumentaram consideravelmente o nível desse debate. Para George Duby, por exemplo, o estudo do que ele próprio chamou de sistemas, “não deve em hipótese alguma ser isolado do estudo da materialidade”, motivo pelo qual se justificou o termo mentalidade num primeiro momento, enquanto se pretendia evitar qualquer outra expressão que desse ênfase ao imaterial, como as palavras ideia, ou espírito. As mentalidades foram, inicialmente, uma maneira de evitar uma História desencarnada.

Já não utilizo a palavra mentalidade. Ela não é satisfatória, e não demoramos a nos dar conta disto. Na época, no entanto, pelo fim dos anos cinquenta, convinha perfeitamente, em razão de suas fraquezas, de sua própria imprecisão, para designar a *terra incógnita*, que convidávamos os historiadores a explorar conosco e da qual ainda não conhecíamos os limites nem a topografia.²⁷¹

Por fim, um historiador mais recente, mas também próximo a Michel Foucault explica, de alguma forma, por que esta palavra, mentalidade,

²⁷⁰ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Op. Cit. p. 33.

²⁷¹ DUBY, George. *Mentalidades*. Op. Cit. p. 89.

frequentemente empregada como objeto intelectual, tem razões efetivas para cair em desuso.

Após Foucault, é bastante claro, com efeito, que não se podem considerar esses «objetos intelectuais» como «objetos naturais» em que apenas mudariam as modalidades históricas de existência. A loucura, a medicina ou o Estado não são categorias pensáveis em termos universais e cujo conteúdo seria particularizado por cada época. Por detrás da permanência enganosa de nosso vocabulário, deve-se reconhecer não objetos, mas objetivações que constroem a cada vez uma figura original.²⁷²

Neste caso, estão dados os limites das mentalidades. Não se trata mais de rastrear no tempo os sintomas de nosso próprio anacronismo. Desde que não tomemos nem objetos e tampouco o tempo como universais. Se distinguirmos conceitos de palavras, concordamos com Chartier que o sentido conceitual é definido pelos discursos de sua própria época e não estão dados de uma vez por todas em uma palavra.

²⁷² CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. *Op. Cit.* p. 58.

Terceiro Capítulo

3. Sobre a *École des Annales*, a *Nouvelle Histoire*

Desde que tratamos do conceito de História ficou claro que o que chamamos de História é o que designa os acontecimentos, por um lado, mas é também a narrativa que pretende relatá-los, por outro.²⁷³ Estes acontecimentos podem ser tratados como individualidades, mas também como constantes. A noção de repetição é que poderá determinar a escolha de um ou de outro pressuposto. Os problemas da epistemologia histórica, surgidos por estas escolhas, pontuaram o debate historiográfico nos últimos 200 anos.

De acordo com Paul Veyne, a individualização de um acontecimento é uma qualificação ambígua, porque o que caracteriza a História não estaria ligado exatamente à sua repetição, mas ao fato de que os acontecimentos apenas acontecem. Ele explica:

que dois acontecimentos se repitam, ainda que se repitam exatamente da mesma forma, é uma coisa; que continuem sendo dois, é outra, e é o que conta para o historiador. (...) mas o que é que individualiza os acontecimentos? Não é a sua diferença de detalhes, sua “matéria”, o que eles são em si mesmos, mas o fato de que acontecem, quer dizer, de que acontecem num dado momento; a História nunca se repetiria, mesmo que viesse a contar a mesma coisa.²⁷⁴

Ao dizer que o que caracteriza o acontecimento é o fato de que ele acontece, Paul Veyne quer enfatizar que ele acontece num “dado momento”, completamente deslocado da unidade temporal. O pressuposto implícito no seu argumento é que não há unidade temporal. A temporalidade é constituída, a cada vez, pelo trabalho do historiador. E é neste sentido que se pode pensar em

²⁷³ De acordo com Koselleck: “Nosso conceito moderno de história [*Geschichte*] resultou da reflexão iluminista sobre a crescente complexidade da ‘história de fato’ ou da ‘história em si’ [*Geschichte überhaupt*], na qual os pressupostos e condições da experiência escapam, de forma crescente, a essa mesma experiência. Isso é válido tanto para a história universal de longo alcance geográfico, contida no conceito moderno de ‘história em si’ ou ‘história de fato’, quanto para a perspectiva temporal na qual passado e futuro realinham-se recíproca e alternadamente, de maneira contínua.” Cf. KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos**. *Op. Cit.* p. 16.

²⁷⁴ VEYNE, Paul. **Comment on écrit l’histoire**. *Op. Cit.*, pp. 17-18. Veyne justapõe fato e acontecimento, no entanto, como se verás, procura lhes dar um novo estatuto na história.

individualização. Não se trata dos detalhes ou dos conteúdos, mas da historicidade do acontecimento, é isto que o individualizaria, não obstante qualquer repetição. A questão aqui é que a História não tem por objeto o individual, mas o específico. A historicidade permaneceria como condição para a individualidade. Citando Genette, Paul Veyne afirma, neste sentido, que a História é *diegesis* e não *mimesis*, porque preserva em sua narrativa uma certa dimensão espaço/temporal própria, no sentido de que não se confunde com o relato ou o discurso do narrador nem com a narração propriamente dita, o que caracteriza uma justaposição à noção de historicidade como diferença entre linguagem e acontecimento. Como podemos ver no cinema, uma narrativa supõe uma trama cuja dimensão espaço/temporal é única, para Paul Veyne, acontece o mesmo com a História, de modo que um acontecimento nunca poderá ser “copiado” porque a História nunca se repetiria, mesmo que viesse a contar a mesma coisa. Dito de outro modo:

A narração histórica situa-se para além de todos os documentos, já que nenhum deles pode ser o próprio acontecimento; ela não é um documentário em fotonagem e não mostra o passado ao vivo “como se estivesse lá”; (...) Um diálogo autêntico entre Napoleão e Alexandre, ainda que tivesse sido conservado pela estenografia, não seria “copiado” tal qual na narrativa: o historiador preferirá, geralmente, falar sobre esse diálogo; se o citar textualmente, o fará para obter um efeito literário, destinado a dar vida à trama, ou seja, o *éthos*, o que aproximaria a História assim escrita da História romaneada.²⁷⁵

Justifica-se assim o próprio título do primeiro capítulo de Paul Veyne em seu famoso texto de epistemologia histórica: “Apenas uma narrativa verídica”. Como o romance, a História pode fazer um século caber em uma página, do mesmo modo que o romancista pode pensar nos últimos anos de vida do seu personagem e descrevê-lo em algumas páginas com a diferença de que a narrativa histórica seja uma narrativa verídica. Neste sentido, o campo da História é efetivamente indeterminado, bastando ao bom historiador, senão lhe exigindo, a arte de tecer uma boa trama. Para este sentido lacunar da História Paul Veyne acrescenta:

²⁷⁵ VEYNE, Paul. *Comment on écrit l'histoire*. Op. Cit. p. 14-15.

Para todo leitor dotado de espírito crítico e para a maior parte dos profissionais, um livro de História não é, na realidade, o que aparenta ser; ele não trata do Império Romano, mas daquilo que ainda podemos saber sobre esse Império. Sob a superfície reconfortante da narrativa, o leitor, a partir do que diz o historiador, dá importância que parece dar a este ou àquele tipo de fatos (a religião, as instituições), sabe inferir a natureza das fontes utilizadas, assim como as suas lacunas, e essa reconstituição acaba por tornar-se um verdadeiro reflexo; ele adivinha o lugar de lacunas mal preenchidas, não ignora que o número de páginas concedidas pelo autor aos diferentes momentos e aos diversos aspectos do passado é uma média entre a importância que estes aspectos têm a seus olhos e a abundância da documentação. Ele sabe que os povos ditos sem História são, simplesmente, povos cuja História se ignora, e que os “primitivos” têm um passado, como todo mundo.²⁷⁶

Subtraindo-se toda naturalidade do acontecimento, o historiador veste-se de total liberdade na articulação da trama dos fatos. Esta liberdade irá ampliar significativamente o alcance do gênero histórico trazendo para perto da alçada do historiador o que Paul Veyne chama de *non-événementiel*. Desde que a História não possui uma articulação natural, os historiadores, em cada época, têm liberdade de recortar a História a seu modo. Como vimos no capítulo precedente, o gênero histórico apresenta-se em múltiplas variações, e assim, a História tem partilhado das ferramentas da demografia, da economia, da pesquisa social e das “mentalidades”. Por isso mesmo, o desejo de tornar-se uma História total²⁷⁷. No entanto, esta aspiração não pode ser confundida com uma História global, entendida como unidade, para que a História não esteja condenada a resignar-se às noções de eternidade e providência, ou, modernamente, de cientificidade e progresso. Para Veyne, esta acepção encobre

uma continuidade enganadora [que] se estabelece à nossos olhos, entre esses reinos sucessivos; de onde a ficção de um gênero em evolução, cuja continuidade é assegurada pela própria palavra "História" (mas acredita-se que a sociologia e a etnografia devem ser colocadas à parte) e pelo fato de a capital permanecer a mesma, a saber, a História

²⁷⁶ VEYNE, Paul. **Comment on écrit l'histoire**. *Op. Cit.* p. 22. Ao se referir “à maior parte dos profissionais” da história, Veyne tece, em nota de rodapé, uma crítica a A. Toynbee quando este considera, por exemplo que não se deve considerar uma história política na Índia. Para Veyne, a falta de documentos torna esta história desconhecida, mas não menor. *Cf.* nota 2.

²⁷⁷ “A História Total não seria propriamente a <história do todo>, mas, antes, a <história de tudo>. Com isso, queria-se representar o alargamento da história-conhecimento para todos os campos históricos e para o estudo de todos os objetos, evocando-se aqui aquela emblemática frase que um dia fora proferida por Marx, segundo a qual <tudo é histórico>, só que agora empregada com uma sutil variação de sentido, visando a ideia de que a História pode legitimamente estudar qualquer coisa. De igual modo, a ideia de História Total nesta acepção remete à proposta de que todo passado (todas as épocas, inclusive o presente), merece ser estudado.” BARROS, José D’Assunção. **Teoria da História, Vol. V – A Escola dos Annales e a Nova História**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012, pp. 279-280.

política: contudo, atualmente, o papel de capital tende a passar para a História social ou para o que chamamos a civilização.²⁷⁸

De qualquer modo, o gênero histórico tem ampliado consideravelmente seu campo de interesse. Esta perspectiva para Veyne, tornou-se possível mais recentemente com o advento da *École des Annales*. Estes historiadores teriam partido da metáfora de que a História, em qualquer época, não passa de uma clareira no meio da imensa floresta que lhes pertence. É desse modo, que se pode compreender esta posição dos *Annales* que

reunida em torno da revista fundada por Marc Bloch, focada em limpar as áreas fronteiriças dessa área, segundo estes pioneiros, a historiografia tradicional estudava, com demasiada exclusividade, os grandes eventos desde sempre reconhecidos como tal; fazia "História-tratados-e-batalhas", mas restava desbravar uma imensa extensão de "*non-événementiel*", cujos limites nem mesmo percebemos; o *non-événementiel*, são os acontecimentos ainda não consagrados como tais: História das mentalidades, da loucura ou da procura da segurança através dos tempos. Denominar-se-á, portanto, *non-événementiel* a historicidade da qual não temos consciência como tal; História regional, das mentalidades, da loucura ou da busca por segurança através dos tempos. Denominar-se-á, portanto, *non-événementiel* a historicidade da qual não temos consciência como tal.²⁷⁹

O que Paul Veyne descreve como *non-événementiel* marca, de fato e definitivamente, o corte aberto pela historiografia da *École des Annales*. A mudança significativa estará ligada a uma ampliação do interesse do historiador que passará a ocupar-se cada vez mais com a História econômica e social na mesma proporção em que as modalidades tradicionais da historiografia perderão espaço. De todo modo, o que parece ter mudado é a concepção de História. Essa mudança parece ligada a uma concepção "dessubstancializada" da História. Na medida em que se postula a História como uma "ideia-limite", toda e qualquer História só pode ser uma "História de...", não há História Geral,

²⁷⁸ VEYNE, Paul. *Comment on écrit l'histoire*. *Op. Cit.* p. 24.

²⁷⁹ VEYNE, Paul. *Comment on écrit l'histoire*. *Op. Cit.* p. 24. Ainda na página 15, Veyne já havia apresentado exemplos neste sentido. Na perspectiva do que foi chamado de História das Mentalidades como vimos no capítulo anterior. Ele dizia a respeito da História : « *Elle ne nous apprendra pas que les Romains avaient deux yeux et que le ciel était bleu pour eux; en revanche, elle ne nous laissera pas ignorer que, là où nous recourons aux couleurs pour parler du ciel quand il fait beau, les Romains recouraient à une autre catégorie et parlaient de caelum serenum plutôt que de ciel bleu; c'est un événement sémantique. Quant au ciel nocturne, ils le voyaient, avec les yeux u sens commun, comme une voûte solide et point trop lointaine; nous autres croyons au contraire y voir un gouffre infini, depuis la découverte des planètes médicinales qui donna, à l'athée que fait parler Pascal, l'effroi que l'on sait. Événement la pensée et de la sensibilité.* »

porque não há História transcendental. Pensada assim, essa Nova História, não obstante a aparente negação do acontecimento, efetivamente os multiplica, desde que, naturalmente, não estejamos falando de acontecimentos substância. Por isso Paul Veyne coloca, em oposição a essa História que toma fatos, compreendidos como acontecimentos (absolutos), uma História de acontecimentos de toda espécie onde justamente não existem como *a priori* tais acontecimentos, fatos (absolutos), estes acontecimentos múltiplos só podem ser apreendidos nas séries nas quais podem ser ordenados.

Um acontecimento só tem sentido dentro de uma série, o número de séries é indefinido, elas não se ordenam hierarquicamente e veremos que também não convergem para um geometral de todas as perspectivas. A ideia de História é um limite inacessível ou, antes, uma ideia transcendental. Não se pode escrever essa História.²⁸⁰

E em seguida:

A todo instante surgem acontecimentos de toda espécie e nosso mundo é o do devir; é vão crer que alguns desses acontecimentos seriam de uma natureza particular, seriam “históricos” e constituiriam a História.²⁸¹

A perspectiva de Veyne é a de que não há uma História, mas que tudo é histórico, porque fatos não existem isoladamente. O campo factual não é um lugar, ou os lugares onde poderíamos encontrar os acontecimentos (eles estariam nos esperando?). Um fato não é um ser e por isso os acontecimentos não existem com a consistência de um objeto concreto e muito menos devem ser pensados como totalidades. Os acontecimentos não são coisa, nem substância, mas possibilidades entre as quais o corte que o historiador realiza na realidade; e é a partir de então que se configuram núcleos de relações. O trabalho do historiador, neste contexto, é descrever as tramas que engendram itinerários possíveis destas relações.²⁸²

Ao vincular desse modo o *acontecimento à intriga*, Paul Veyne pode desdramatizar a querela entre o factual e o não factual, inaugurada pela escola dos *Annales*. Tanto a longa duração como a curta são da ordem do factual se a intriga for a única medida do acontecimento. O não factual marca apenas a distância entre o campo indeterminado dos acontecimentos e o terreno já riscado de intrigas.²⁸³

²⁸⁰ VEYNE, Paul. *Comment on écrit l'histoire*. *Op. Cit.* p. 29.

²⁸¹ VEYNE, Paul. *Comment on écrit l'histoire*. *Op. Cit.* p. 32.

²⁸² Cf. VEYNE, Paul. *Comment on écrit l'histoire*. *Op. Cit.* p. 40.

²⁸³ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa 1*. *Op. Cit.* p. 282-283.

Portanto, levando em conta estas considerações, vamos tratar da *École des Annales*.²⁸⁴ Iniciamos este capítulo com a participação de Paul Veyne porque sendo historiador foi, entre eles, aquele que acompanhou mais de perto a trajetória de Michel Foucault e, talvez, um dos que melhor o compreendeu. Não bastasse isso, manteve-se próximo aos historiadores ligados mais diretamente à Revista *Annales*. Participou inclusive de uma das principais obras coletivas dos historiadores dos *Annales*, dirigida por Jacques Le Goff, – com o artigo *A História Conceitual*²⁸⁵ – que resultou em três volumes do *Faire de l'histoire: Novos problemas* (1); *Novas abordagens* (2); *Novos objetos* (3), que foi de grande impacto como obra de historiografia desde seu lançamento em 1974.

Trataremos então, da escola de historiografia francesa mais importante do século XX que depois dos anos 70 também foi chamada de *nouvelle histoire*. Na *Arqueologia do Saber* Foucault chamou de *l'histoire nouvelle*, essa forma de História.²⁸⁶ Não mencionou a revista *Annales* e nem mesmo seus historiadores, diretamente, mas fica bastante clara a referência a eles, não obstante a dispersão metodológica dos *Annales*, quando fala da importância da pesquisa das séries documentais ou mesmo da “longa duração”.

O que procuramos verificar é a possibilidade de uma interpenetração dos interesses históricos de Foucault com aqueles vinculados aos *Annales*.²⁸⁷

²⁸⁴ Para o historiador inglês Peter Burke, “no campo da historiografia, no século XX, uma importante parcela do que existe de mais inovador, notável e significativo, origina-se da França.” BURKE, Peter. **A Escola dos Annales 1929-1989** – *Op. Cit.*, p. 11.

²⁸⁵ VEYNE, Paul. **A história conceitual**. (pp. 64-88). In: LE GOFF, Jacques ; NORA Pierre (Dir.). **História: Novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

²⁸⁶ FOUCAULT, M. **L'Archéologie du Savoir**. Paris: Gallimard, 1969, *introduction, passim*. Sobre a expressão *nouvelle histoire*, só foi empregada, “furtivamente”, em 1972. Efetivamente, só foi empregada a partir de 1978, “quase simultaneamente nos Estados Unidos – por diversos participantes de um colóquio sobre os *Annales* organizado pelo Fernand Braudel Center de Nova York – e na França – pelo sociólogo André Béjin, num artigo sobre as ciências sociais de 1968 a 1978.” Cf. COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Prefácio: Da História Imediata à Arqueologia**. (pp.64-91) In: NOVAIS, F.A.; SILVA, Rogerio F. da. **Nova História em Perspectiva**. *Op. Cit.*, p. 82.

²⁸⁷ A caracterização dos *Annales* realizada por Peter Burke pode parecer simplificada, no entanto aponta traços essenciais do movimento, que poderemos verificar logo à frente: “Em primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas história política. Em terceiro lugar, visando completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a linguística, a antropologia social, e tantas outras.” BURKE, Peter. **A Escola dos Annales 1929-1989**. *Op. Cit.* p. 12.

3.1 Sobre os fundadores (A Primeira Geração dos *Annales*)

No que diz respeito às possíveis convergências entre Foucault e os *Annales* o débito de Foucault, bem como sua contribuição, em relação a este movimento é subestimado e, embora possa ter sido menor do que o débito em relação a Nietzsche, ou à epistemologia francesa de Bachelard a Canguilhem, - nominados na introdução da *Arqueologia do Saber* - é, não obstante, mais substancial do que ele próprio jamais admitiu.²⁸⁸

Este débito, se é que existe, não é fácil de mensurar, na medida em que as confusões sobre a noção de acontecimento parecem obscurecê-lo. Vejamos um exemplo. Jacques Le Goff afirma que o primeiro “combate” dos *Annales*, diga-se, sua afirmação, de 1924 a 1939, foi a luta contra a História política, “a pedra no sapato de Lucien Febvre e Marc Bloch”. Este combate se fazia em nome de uma espécie de alargamento dos interesses da História.

Essa História política que é, por um lado, uma História-narrativa e, por outro, uma História de acontecimentos, uma História factual, teatro de aparências que mascara o verdadeiro jogo da História, que se desenrola nos bastidores e nas estruturas ocultas em que é preciso ir detectá-lo, analisá-lo, explicá-lo.²⁸⁹

Pois bem, esta História-narrativa, política, que busca as grandes unidades da História, sejam indivíduos e suas biografias, sejam instituições e o nascimento dos Impérios ou os Estados Modernos é objeto da crítica dos primeiros *Annales*. O fundamento do questionamento dos novos historiadores está ligado a uma mudança de grandes consequências na perspectiva não apenas do que seja a História, mas também do que significa o tempo. Num primeiro momento, este alargamento da análise, propõe um cuidado com aspectos até então pouco observados pelos historiadores e que, tomados de empréstimo das ciências sociais, se mostravam fundamentais na constituição dos objetos da História.

²⁸⁸ “O que Foucault gosta de denominar sua “arqueologia”, ou a sua “genealogia”, tem, pelo menos, uma semelhança familiar com a história das mentalidades. Ambas as abordagens mostram uma grande preocupação com tendências de longa *duração* e uma relativa despreocupação com pensadores individualizados.” BURKE, Peter. **A Escola dos Annales 1929-1989**. Op. Cit. p. 133..

²⁸⁹ LE GOFF, Jacques. **A História Nova** (pp. 31-84). In: LE GOFF, Jacques (Org.). **A História Nova**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 40.

Os verdadeiros motivos da “mudança” não podem ser buscados apenas no humor, na psicologia e nos caprichos individuais dos “grandes” ou no “jogo contraditório de diplomacias rivais”. Os verdadeiros motivos, “*or, ces motifs, (...) Il en est de géographiques ; il en est d'économiques; de sociaux aussi et d'intellectuels, de religieux et de psychologiques.*”²⁹⁰ Deste modo, nos parece que quanto à crítica a esta História política, que poderia facilmente ser alinhada a uma espécie de História das ideias, Foucault estaria de acordo. No entanto, se mais uma vez, não esclarecermos o que significou para estes primeiros *Annales* a noção de acontecimento, a aproximação com a ideia de História em Foucault parecerá impossível. Façamos um parêntese.

Como se percebe na citação acima, a noção de acontecimento é equiparada à noção de fato e neste sentido àquilo que se encerra em si mesmo. Temos aqui a ideia de um acontecimento-categoria que escapa a toda e qualquer estrutura²⁹¹, enquanto se configura em unidade absoluta, o que os pioneiros de uma nova História francesa gostavam de chamar de *histoire événementielle*, associada prontamente ao que se entendia até então por História-narrativa.

Toda História narrativa é uma sucessão de acontecimentos-origens, que se pode chamar, se quiser, *histoire événementielle*; Toda *histoire événementielle* é uma História teleológica: somente o “fim” da História permite escolher e entender os acontecimentos dos quais [a História] está tecida.²⁹²

Pois bem, este é o ponto. A identificação de uma História-narrativa a uma concepção dos acontecimentos como fatos tornava inviável, para estes historiadores, o uso da noção de acontecimento. Esta perspectiva na qual os acontecimentos são pensados enquanto categoria, enquanto substância, sustentava desde muito tempo, diferentes concepções da História. A novidade dos *Annales* não poderia prescindir da crítica a esta perspectiva se quisesse permanecer como uma proposta nova. Neste sentido, não seria possível para os

²⁹⁰ FEBVRE, L. *Combats pour l'histoire*. Op. Cit., p. 62.

²⁹¹ “Porque o acontecimento desta história é um momento. É mesmo o que o caracteriza por excelência: ele é esse ponto de tempo único, onde acontece qualquer coisa que não é redutível nem ao que foi antes nem ao que será depois. Este “algo”, isto é, os fatos históricos vestidos com essa dignidade de acontecimento, nunca são comparáveis, rigorosamente falando, a um fato anterior ou posterior, já que é seu caráter empiricamente único que faz sua importância.” FURET, François. *De l'histoire-récit à l'histoire-problème*. (pp.73-90) In: FURET, François. *L'Atelier de L'histoire*. Paris: Flammarion, 2007, p.74. Cf. FURET, François. *Da história-narrativa à história-problema*. In: FURET, François. *A Oficina da História*. Op. Cit. p. 82

²⁹² FURET, François. *Da história-narrativa à história-problema*. Trad. Felipe Jarro. Op. Cit. p. 83.

historiadores readmitirem a noção de acontecimento. Este papel teria que ser reivindicado por alguém que pudesse permanecer nas fronteiras da História, mesmo não sendo um historiador. Aliás, é justamente esta a descrição dada por Philippe Ariès a Michel Foucault:

Um exemplo notável dessa feliz indecisão das fronteiras precisa ser dado, o de Michel Foucault, um de nossos melhores historiadores; no entanto, ele é filósofo, e foi da filosofia à História sem passar pelo purgatório da psicologia ou de outras ciências humanas, refúgios (provisórios) dos filósofos da sua geração. Ele teria podido, como outros metafísicos ou especialistas de ciências humanas, situar suas pesquisas na sincronia ou na acronia e constituir um sistema conceitual fora do tempo, ou numa duração feita sob medida, estranha à experiência do dia-a-dia. Ao contrário, ele quis que sua obra fosse uma História, a História dos poderes modernos no momento em que eles se mesclam aos saberes, desde o fim do século XVII, quando penetram na sociedade como o sangue irriga o corpo. O empirismo dos historiadores permitiu que esse filósofo, escapasse da univocidade dos sistemas (e, quem sabe, das filosofias?) e apreendesse a extraordinária diversidade das estratégias humanas, o sentido profundo dessa irreduzível diversidade. Nascido filósofo, para permanecer filósofo ele se tornou historiador, pelo movimento de seu pensamento, por motivos bastante diferentes dos que hoje asseguram a popularidade da História das mentalidades.²⁹³

Com toda cautela que se possa e deva ter com os textos de *Dits et Écrits*, é notável que Foucault tenha se colocado sob uma certa influência de Philippe Ariès. Isto parece claro na entrevista a Arlette Farge, em 1984, quando, não obstante o fato de não deixar dúvidas que “Ariès era historiador e quis fazer a obra de historiador. Ao passo que eu, no fundo, eu fazia a da filosofia,”²⁹⁴ quando perguntado sobre a relação de seus trabalhos com os de Philippe Ariès tenha respondido: “Ariès foi o iniciador.”²⁹⁵ Isso não quer dizer muito. De qualquer modo, o que não se nega é que desde que através de Ariès²⁹⁶ Foucault pode publicar *Folie et déraison. Histoire de la folie à l'âge classique*, estes dois homens partilharam uma “profunda estima recíproca”, para usar as palavras de André Burguière, o que se faz notar também por seu texto *Une érudition étourdissante*²⁹⁷ dedicado à *L'homme devant la mort* de Philippe Ariès, este, que é um livro de

²⁹³ ARIÉS, Philippe. **A História das Mentalidades**. (pp. 153-176) In: LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 163.

²⁹⁴ FOUCAULT, Michel. **Le style de l'histoire**. *Op. Cit.* p. 1471.

²⁹⁵ FOUCAULT, Michel. **Le style de l'histoire**. *Op. Cit.* p. 1469.

²⁹⁶ « Philippe Ariès – cuja *Histoire de l'enfant et de sa famille au XVII siècle* começa a modificar a historiografia francesa – o acolhe em sua coleção « *Civilisations et mentalités* », nas edições Plon. » Cf. FOUCAULT, Michel. **Cronologia** (pp. 1-70). In: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos I**. 3ª ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2011, p. 14.

²⁹⁷ FOUCAULT, Michel. **Une érudition étourdissante**. (pp. 503-505) In: FOUCAULT, M. **Dits et écrits II, 1976-1988**. *Op. Cit.*

História bastante original e construído num gênero caro a Foucault, o ensaio. Enfim, sobre este ponto concluímos com o testemunho de Burguière, que afirma:

O caminho de Philippe Ariès, arqueólogo de nossas certezas, é vizinho do caminho de Michel Foucault; uma vizinhança fortalecida entre os dois homens por uma profunda estima recíproca. (...) Será que *L'enfant et la famille* ... havia inspirado a Michel Foucault a ideia de uma mutação racionalizante e modernizante da sociedade no fim do século XVII que, num mesmo impulso, exclui as crianças do mundo adulto, “trancafia” os loucos e os pobres? Filiação ou encontro, pouco importa. Mediante itinerários diferentes, o monarquista “nostálgico” e o filósofo constatatário reencontraram a crítica da racionalidade elaborada pela sociologia alemã do entreguerras.²⁹⁸

De fato, o mais acertado é aceitarmos o encontro destes pensadores no que diz respeito a alguns procedimentos de pesquisa como declara Foucault nos textos referidos acima.

Vamos retornar ao nosso ponto, ou seja, àquele da diferença no modo de pensar o acontecimento entre Foucault e os *Annales* ou, para dizer de outro modo, sobre o fato de Foucault efetivamente usar o termo acontecimento, mesmo que para ele trate-se do acontecimento-atributo (multiplicidade), efeito de uma pluralidade de relações possíveis. Pois, pensada assim, essa noção de acontecimento parece não se encaixar na ideia de um suposto débito com os historiadores franceses.

Todavia, se pensarmos seriamente na resposta dada pelos novos historiadores a esta História-narrativa, a saber, a proposição de uma História-problema, perceberemos que esta noção se mostrará adequada, tanto aos *Annales*, quanto a Foucault. Dito de outro modo, a condição da noção de acontecimento-atributo, mesmo que não reivindicada *ipsis litteris* pelos *Annales*, é dada justamente pela mudança de perspectiva proposta pelos historiadores com a ideia de História-problema. Le Goff, citando Febvre, nos explica:

Mais do que nunca, os *Annales* querem fazer entender. Colocar os problemas da História: “proporcionar uma História não automática, mas problemática”. E, mais do que nunca, os problemas de uma História para o tempo presente, para nos permitir viver e compreender “num mundo em estado de instabilidade definitiva”.²⁹⁹

²⁹⁸ BURGUIÈRE, André. **Ariès, Philippe, 1914-1984** (pp. 67-70). In: BURGUIÈRE, André (org.). **Dicionário das ciências históricas**. *Op. Cit.*, p. 70.

²⁹⁹ LE GOFF, Jacques (Org.). **A História Nova**. *Op. Cit.* p. 44.

Os historiadores, portanto, rompem com a narrativa e com ela pretendem romper também com o acontecimento. Diga-se, essa noção de acontecimento tão pouco discutida e assimilada unicamente como fato singular. Reivindicam agora a problematização da História, mas permanecem intransigentes com essa palavra (acontecimento), melodia de uma nota só. Podemos perceber isso claramente nesta passagem de François Furet que, não podendo reativar a ideia de acontecimento numa outra perspectiva, usará o termo “*phénomène*”:

O facto histórico já não é a irrupção de um acontecimento importante que abre uma fenda no silêncio do tempo, mas sim um fenómeno escolhido e construído, e cuja regularidade permite que seja referenciado e estudado através de uma série cronológica de dados idênticos, comparáveis a intervalos preestabelecidos. Estes dados já não existem em si, mas como elementos de um sistema formado pelos que os precedem e pelos que os seguem. São menos susceptíveis de uma crítica externa de verosimilhança (através da comparação com outros testemunhos da mesma época) do que de uma crítica interna de coerência (através do estabelecimento da sua comparabilidade no interior do sistema que formam).³⁰⁰

Estes fenómenos, escolhidos e construídos pelo historiador, substitutos agora, na perspectiva de uma História-problema, dos acontecimentos como fatos, reaparecem no texto de Furet, ainda que numa reflexão quase que constrangida, décadas depois dos primeiros combates de Lucien Febvre. Falta a Furet, no entanto, o passo decisivo que poderia levá-lo não apenas a distinguir “*classes d'événements*”, mas ainda, antes disso, a pensar na possibilidade de distinguir fatos e acontecimentos.

A distinção usual entre estrutura e acontecimento, entre História estrutural e História factual não pode ter qualquer significação no que concerne ao próprio dado histórico; não há factos não factuais e factos factuais. A História é um acontecimento permanente. Mas certas categorias de acontecimentos prestam-se mais facilmente do que outros a uma conceptualização, ou seja, a uma integração dentro de um sistema de inteligibilidade.³⁰¹

De qualquer maneira, é neste campo de uma História-problema, que os historiadores dos *Annales* passarão a trabalhar. E, sendo assim, mais uma vez podemos dizer, que a ideia de uma História-problema como horizonte de investigação não se oporia às pesquisas empreendidas por Foucault. Todavia,

³⁰⁰ FURET, François. *Da história-narrativa à história-problema*. *Op. Cit.* p. 86.

³⁰¹ FURET, François. *Da história-narrativa à história-problema*. *Op. Cit.* p. 89.

retomemos um pouco mais, desta vez com o próprio Febvre, esta questão enquanto fechamos este parêntese sobre a noção de acontecimento.

Concomitante à crítica (combate, na linguagem de Febvre) à História política, havia desde o início uma crítica à noção de fato histórico que por si mesma tornou-se uma bandeira extremamente importante dos primeiros e segundos *Annales*. Esta crítica aparece desde cedo com Lucien Febvre que afirma:

Porque onde pegaríamos o fato em si, este pretense átomo da História? O assassinato de Henrique IV por Ravaillac, um fato? Se o analisarmos, se o decomposermos em seus elementos, uns materiais, outros espirituais, resultado combinado de leis gerais, de circunstâncias particulares de tempo e lugar, enfim, de circunstâncias próprias a cada indivíduo, conhecidos ou ignorados, que representam um papel na tragédia, quão rápido veremos dividir-se, decompor-se, dissociar-se um complexo emaranhado ... Algo dado? Não, algo criado pelo historiador, quantas vezes? Algo inventado e construído, com ajuda de hipóteses e conjecturas, por um trabalho delicado e apaixonante.³⁰²

Curiosa crítica da noção de fato que não encontraria oposição a quem se colocasse numa atitude de completo ceticismo em relação a quaisquer universais antropológicos. Extrapolando a fala de Febvre, diríamos: há algo dado? Não, tudo é criado (de algum modo) pelo pesquisador. A este respeito, lembramos o que dizia Foucault sobre os problemas de método. Ao prevenir que, colocar em suspensão estas categorias, entre as quais poderíamos incluir a ideia de fato como um absoluto, não significa rejeitá-las desde o início, de uma vez por todas, mas admitir apenas o indispensável,

Tudo o que nos é proposto em nosso saber, como sendo de validade universal, quanto à natureza humana ou às categorias que se podem aplicar ao sujeito, exige ser experimentado e analisado: recusar o “universal” da loucura, da “delinquência” ou da “sexualidade” não significa que aquilo a que essas noções se referem não seja nada ou que elas não passem de fantasias inventadas pela necessidade de uma causa duvidosa; é, portanto, bem mais do que a simples constatação de que seu conteúdo varia com o tempo e as circunstâncias; é se interrogar sobre as condições que permitem, conforme as regras do dizer verdadeiro ou falso, reconhecer um sujeito como doente mental ou fazer com que um sujeito reconheça a parte mais essencial dele próprio na modalidade do seu desejo sexual. A primeira regra de método para esse tipo de trabalho é, portanto, esta: contornar tanto quanto possível, para interrogá-los em sua constituição histórica, os universais antropológicos.³⁰³

³⁰² FEBVRE, L. *Combats pour l'histoire*. Op. Cit., p. 6.

³⁰³ FOUCAULT, M. Foucault. (pp. 1450-1455) In: FOUCAULT, M. *Dits et écrits II. 1976-1988*. Paris: Éditions Gallimard, 2001, p. 1453.

Temos assim, uma aproximação plausível entre Foucault e os *Annales* no que diz respeito à crítica à História política (História das ideias) e a afirmação de um História-problema como perspectiva histórica mais adequada para o tempo presente.

Sobre a crítica da História política que, como vimos, é caracterizada como uma História-factual, a que se contrapõe uma História-problema, encontramos exemplos da prática desta última na obra dos primeiros *Annales*. Esta despreocupação com pensadores individualizados é de fato característica dos fundadores dos *Annales*, veja-se por exemplo o importante trabalho de Lucien FEBVRE: “*O problema da incredulidade no século XVI – A religião de Rabelais*”³⁰⁴ de 1942, onde o personagem Rabelais, autor renascentista das famosas obras cômicas *Pantagruel* e *Gargântua*, não é mais do que o ponto de partida para a investigação do problema da incredulidade. O mesmo se poderia dizer sobre *Os Reis Taumaturgos*³⁰⁵, de Marc BLOCH, publicado em 1924, onde a realeza dos séculos XII a XVIII é apenas o pano de fundo para o problema da crença nesse período.

Na perspectiva de Foucault sobre este ponto, podemos lembrar da Conferência *O que é um Autor?* Quando Foucault fala da repercussão de *As palavras e as coisas* e a fim de esclarecer seu projeto metodológico, afirma:

Eu tentara analisar as massas verbais, espécies de planos discursivos, que não estavam bem acentuados pelas unidades habituais do livro, da obra e do autor. Eu falava em geral da “História natural”, ou da “análise das riquezas”, ou da “economia política”, mas não absolutamente de obras ou de escritores. Entretanto, ao longo desse texto, utilizei ingenuamente, ou seja, de forma selvagem, nomes de autores. Falei de Buffon, de Cuvier, de Ricardo etc., e deixei esses nomes funcionarem em uma ambiguidade bastante embaraçosa. Embora dois tipos de objeções pudessem ser legitimamente formuladas, e o foram de fato. De um lado, disseram-me: você não descreve Buffon convenientemente, e o que você diz sobre Marx é ridiculamente insuficiente em relação ao pensamento de Marx. Essas objeções estavam evidentemente fundamentadas, mas não considero que elas fossem inteiramente pertinentes em relação ao que eu fazia; pois o problema para mim não era descrever Buffon ou Marx, nem reproduzir o que eles disseram ou quiseram dizer: eu buscava simplesmente encontrar as regras através das quais eles formaram um certo número de conceitos ou de contextos teóricos que se podem encontrar em seus textos.³⁰⁶

³⁰⁴ FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI – A religião de Rabelais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

³⁰⁵ BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos – O caráter sobrenatural do poder régio França e Inglaterra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

³⁰⁶ FOUCAULT, Michel. **O que é um Autor?** pp. 264-298. In: FOUCAULT, M. **Ditos & Escritos III – Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 266.

Portanto, trata-se do método. Do procedimento. Daquilo que Foucault chamou por vezes de problematização, a saber, uma prática filosófica pressuposta pelo reconhecimento da descontinuidade como princípio de pesquisa.³⁰⁷ Analisar o conjunto das práticas que permitiram uma certa irrupção de objetos, através de um certo regime de regras, de receitas, de meios em vista de um fim; e por outro lado, através da determinação de objetos em relação aos quais é possível articular proposições verdadeiras ou falsas, que porém não eram necessárias assim como as diversas funções discursivas a elas atreladas ou constituidoras, a saber: o autor, a obra, a escrita. Que sua articulação era possível, mas não tão necessária assim.³⁰⁸

É razoável pensar que depois dos mal-entendidos causados pelos livros anteriores, principalmente *História da Loucura* e *As palavras e as Coisas*, Foucault tenha evitado na *Arqueologia do Saber* citar os historiadores ou mesmo mencionar o nome de qualquer um daqueles que contribuía de um modo ou de outro para o movimento de uma *nouvelle histoire* ou *histoire nouvelle*. Mas não deixa de ser curioso que mesmo neste aspecto há uma semelhança nas estratégias de escrita. Como se, de algum modo, fosse possível escrever para não mais existir.³⁰⁹ Com os *Annales*, temos um movimento semelhante, porque é como se não tivessem existido (enquanto escola)³¹⁰. Já que tudo que podemos fazer é tentar encontrar as condições nas quais esse movimento historiográfico tornou-se possível. O que podemos ter certeza é que uma revista foi fundada. Mas os *Annales* nunca apresentaram uma doutrina claramente definida. E ao que parece, nunca foi esse o interesse, apresentavam-se primeiro as pesquisas. Faziam experimentos.

Qualquer tentativa de reduzir a abordagem dos *Annales* a uma fórmula está perto de cair em erro. Sim, a ênfase, nos anos 1930, era dizer-se em busca da História econômica e social, como o próprio título já dizia: *Annales d'Histoire Économique et Sociale*. Mas Febvre tinha claro em seu pensamento que “História econômica e social” era uma

³⁰⁷ Cf. REVEL, Judith. **O Pensamento Vertical: Uma ética da problematização**. pp. 65-87. In: GROS, F. (Org.) **Foucault a coragem da verdade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004, p. 83.

³⁰⁸ Cf. FOUCAULT, M. **Dits et écrits II, 1976-1988**. *Op. Cit.*, pp. 839-853.

³⁰⁹ “Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo” dizia Foucault na introdução da *Arqueologia do Saber*.

³¹⁰ Em nota de rodapé Peter Burke menciona ironicamente o comentário de Marc Ferro num debate internacional sobre a Escola dos *Annales*, em Stuttgart, em 1985 quando teria negado vigorosamente a existência da escola. Mas, enquanto fazia isso, constantemente empregava a palavra *nous*. BURKE, Peter. **A Escola dos Annales 1929-1989**. *Op. Cit.* p. 11.

expressão suficientemente vaga para se impor como definição – e assim especialmente útil para seus propósitos.³¹¹

Ao que parece, Febvre e Bloch não estavam onde poderíamos pensar observá-los e, ainda assim, é como se estivessem onde não podemos vê-los. Pensavam sim em renovar a História, mas não buscavam com isso um sistema historiográfico. Contudo, não obstante a inovação, que seria construída pelo empenho e talento, não apenas intelectual, mas também político e acadêmico de Lucien Febvre e Marc Bloch³¹², é inegável, para todos aqueles que se interessam em compreender a formação do movimento de historiadores, criado ao entorno da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, fundada em janeiro de 1929³¹³ a compreensão de dois fatores fundamentais. Primeiro, a força do advento das ciências sociais. Já mencionamos o papel da economia, da estatística e da geografia, mas a sociologia de Durkheim e seus discípulos³¹⁴ também não pode ser subestimada neste contexto. Em segundo lugar, os efeitos da Primeira e Segunda Guerra Mundial.

Quanto à importância da sociologia nascente, é preciso considerar as críticas do positivismo durkheimiano ao modelo de historiografia herdado do século XIX³¹⁵, levadas a cabo principalmente por François Simiand, discípulo de

³¹¹ HUPPERT, George. **O experimento dos *Annales***. (pp. 119-140) In: NOVAIS, F.A.; SILVA, Rogerio F. da. **Nova História em Perspectiva**. Vol. 2. São Paulo: Cosac Naify, 2013, p. 124,

³¹² Esta questão da influência política e acadêmica parece bastante controversa entre os historiadores. Nos permitiremos contornar este tema. De qualquer modo o livro de François Dosse permanece importante. DOSSE, François. **A História em migalhas: dos *Annales* à Nova História**. Bauru: EDUSC, 2003.

³¹³ A revista mudou diversas vezes de nome desde sua fundação: <1929-39 – *Annales d'histoire économique et sociale*; <1939-42, 45 – *Annales d'histoire sociale*; <1942-44 – *Mélanges d'histoire sociale*; <1946-1993 – *Annales: économies, sociétés, civilisations*; <1994 – *Annales: Histoire, sciences sociales*.

³¹⁴ “A escola francesa de sociologia de Durkheim exercera uma inegável influência sobre os *Annales*, quando do nascimento destes.” LE GOFF, Jacques. **A História Nova** (pp. 31-84). In: LE GOFF, Jacques (Org.). **A História Nova**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 64.

³¹⁵ A posição da História na virada dos séculos XIX e XX é descrita por Jacques Revel a partir de três critérios de preeminência. Primeiro a preeminência ideológica, na medida em que à disciplina histórica é atribuída a missão essencial de afirmar a identidade de uma França ainda ressentida por sua derrota diante da Alemanha na Guerra Franco-Prussiana. Segundo a preeminência científica, porque ela encarna o método “positivo”, a exigência erudita, cujo ideal deve contribuir para o rearmamento intelectual e moral de um país que prepara a revanche. Terceiro, a preeminência institucional, cuja legitimidade é antiga, o que confere à disciplina uma profissionalização rápida. Quanto ao método ela se identifica, no essencial com a crítica erudita de textos, do qual o clássico “Introdução aos estudos históricos”, de Langlois e Seignobos (Ver: **Introduction aux études historiques**. Paris: Hachette et Cie, 1898, 1 vol. in 16, XVIII - 308 p.) é o fundamento que orienta os princípios de base para os estudantes onde se evidenciam também, os mesmos princípios orientadores de boa parte dos estudos literários da época. Cf. REVEL, Jacques. **História e Ciências Sociais: uma confrontação instável**. (pp.79-90) In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). **Passados Recompuestos** – Campos e Canteiros da História. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: Ed. FGV, 1998.

Durkheim que escreveu em 1903 um artigo³¹⁶ que se tornou um clássico enquanto defendia um papel preponderante à sociologia diante da História e na medida em que reivindicava que cada uma das práticas sociais particulares, aceitassem tomar seu lugar no espaço científico definido pelo sociólogo. O artigo de Simiand se colocava no âmbito de um longo debate e, especificamente, pretendia medir forças com dois grandes historiadores da época que haviam lançado a pouco publicações que tratavam da metodologia da História.³¹⁷

As principais críticas que mais tarde foram assumidas pelos historiadores dos *Annales* já estavam contidas no artigo de Simiand de 1903, afinal elas tinham um inimigo comum, a História praticada até então, caracterizada pela narrativa de acontecimentos singulares, únicos, individuais. O programa crítico apresentado no artigo de Simiand foi tão relevante para a *Nouvelle Histoire* que, mais de meio século depois, acabou reeditado nos *Annales* de 1960.

A importância das reflexões da sociologia durkheimiana nos membros fundadores dos *Annales* é atestada num diagnóstico de Jacques Revel que nos interessa bastante quando pensamos a aproximação dos *Annales* com a Arqueologia Foucaultiana.

De Simiand e dos durkheimianos, Bloch, Febvre e, na geração seguinte, Labrousse ou Braudel conservaram também uma espécie de voluntarismo científico: a convicção de que não existe objeto a não ser construído segundo procedimentos explícitos, em função de uma hipótese submetida a uma validação empírica. Essas regras metodológicas elementares, com o passar do tempo, deram a impressão de às vezes estarem sendo perdidas de vista. Sem dúvida, os métodos de trabalho se tornaram cada vez mais sofisticados. Mas, provavelmente devido à própria dinâmica da pesquisa, seu estatuto de experimentação foi muitas vezes esquecido. Os objetos que o historiador se atribuía eram hipóteses sobre a realidade, mas tendeu-se cada vez mais a tomá-los como coisas.³¹⁸

³¹⁶ SIMIAND, François. **Méthode historique et Science sociale**. Revue de synthèse historique, 1903, pp. 1-22 e 129-157.

O texto encontra-se disponível também em:

https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=http://classiques.uqac.ca/classiques/simiand_francois/methode/methode_11/methode_hist_sc_soc1.doc; a primeira parte e,

https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=http://classiques.uqac.ca/classiques/simiand_francois/methode/methode_12/methode_hist_sc_soc2.doc; a segunda parte.

³¹⁷ LACOMBE. **De L'Histoire considérée comme science**. Paris, 1894; SEIGNOBOS. **La Méthode historique appliquée aux sciences sociales**. Paris, 1901.

³¹⁸ REVEL, Jacques. **Microanálise e Construção do Social**. (pp. 15-38). In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de Escalas** – a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 17-18.

Esse estatuto de experimentação descrito por Revel, como uma influência clara dos durkheimianos, aparece explicitamente no artigo de Simiand, quando no final da segunda parte do artigo aparece um recado aos historiadores, que de acordo com ele, adoravam ídolos. Inspirado na metáfora dos ídolos de Bacon, Simiand descreve os ídolos da tribo dos historiadores: O ídolo político; O ídolo individual; e o ídolo cronológico.³¹⁹

O “ídolo político”, isto é, o estudo predominante da História política ou pelo menos a preocupação perpétua com ela, com fatos políticos, com guerras etc., que dá a esses acontecimentos uma importância exagerada (...) Os fatos políticos não devem ser ignorados, mas devem perder o lugar eminente, completamente injustificado, que conservam até mesmo nas pesquisas dos outros ramos da História.

O “ídolo individual” ou o hábito inveterado de entender a História como uma História dos indivíduos e não como um estudo dos fatos, hábito que normalmente leva a ordenar as pesquisas e os trabalhos ao redor de um homem, e não ao redor de uma instituição, de um fenômeno social, de uma relação que estabelecer. (...)

O “ídolo cronológico”, ou seja, o hábito de se perder em estudos sobre as origens, em investigações de diversidades particulares, em vez de se estudar e compreender *em primeiro lugar* o tipo normal, buscando-o e determinando-o na sociedade e na época em que se encontra (...) O ídolo cronológico leva conseqüentemente a considerar igualmente importantes todas as épocas, a conceber a História como um rolo ininterrupto em que todas as partes seriam estabelecidas de modo semelhante, a não se dar conta de que tal período é mais característico, mais importante do que tal outro, que tal fenômeno “crucial” merece um estudo aprofundado, ao passo que em outro lugar repetições sem interesse de um tipo conhecido formam apenas uma matéria estéril e inútil de se desenvolver; consiste, em suma, em considerar todos os fatos, todos os momentos indiferentemente dignos de estudo e suscetíveis de um mesmo estudo.³²⁰

Na proposta de Simiand a História deve seguir o tipo normal. O tipo normal na sua descrição é aquele que não pode ser encontrado nas origens e, portanto, não se perde nas origens. Talvez seja a ideia de uma História que inverte o processo cronológico, em favor dos tais estados normais (buscando-o e determinando-o na sociedade e na época em que se encontra), em que a

³¹⁹ “*Mais pourtant une orientation immédiate pourrait être tentés vers le but aperçu. Il serait temps et il serait bon, semble-t-il, de renoncer dès maintenant à un certain nombre d'habitudes bien définies et sans aucun doute condamnées, de caractériser ce qu'on pourrait appeler, en employant la métaphore de Bacon, des "idoles de la tribu des historiens" et d'entamer sans retard une lutte contre elles.*” [Mas, contudo, uma orientação imediata poderia ser dirigida para a meta indicada. Seria o momento de desistir de uma série de bons hábitos bem definidos e certamente já sem nenhuma validade, para caracterizar o que pode ser chamado, usando a metáfora de Bacon, “ídolos da tribo dos historiadores” e iniciar sem demora a luta contra eles.] (tradução nossa)

SIMIAND, François. **Méthode historique et Science sociale**, (1903) p. 25. Disponível em: https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=http://classiques.uqac.ca/classiques/simia nd_francois/methode/methode_12/methode_hist_sc_soc2.doc

³²⁰ SIMIAND, François. **Méthode historique et Science sociale**. (pp.166-168) In: DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P. **Correntes Históricas na França** – séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012, p. 131.

compreensão dos fenômenos depende das configurações, diríamos, “sincrônicas” enquanto possibilidade de compreensão dos começos.³²¹ Noutro ponto, a ênfase nas relações mais que nos indivíduos. A ideia de uma História de problemas mais que de homens particulares. Por fim, a negação de uma ideia da História política como História de acontecimentos. O que poderia nos levar à possibilidade de uma reconfiguração do problema da política numa perspectiva nova. Mas estávamos em 1903. Haveria muitos debates e duas guerras pela frente até que este programa crítico fosse assimilado.

Neste sentido, se pode dizer que, ao menos na França, o papel da sociologia foi fundamental para a afirmação das ciências sociais, antecipando em termos de influência teórica o que a antropologia e o estruturalismo (disseminado a partir da linguística) representariam nos anos 60.³²² Apesar dessa posição paradoxal em que, por um lado, é uma disciplina mal reconhecida e minoritária no cenário acadêmico, e por outro, se coloca na vanguarda dos embates intelectuais, será a sociologia a primeira a propor uma unificação das ciências sociais.

Para que se tenha um panorama do lugar das ciências sociais na passagem do século XIX para o século XX em sua relação com a História podemos nos valer do seguinte diagnóstico de Jacques Revel:

Frente à História, as outras ciências sociais são recém-chegadas que dificilmente encontram seu lugar e seu reconhecimento. A geografia, tardiamente constituída como disciplina unificada sob o impulso de Vidal de La Blache, é a que melhor perfaz seu caminho, mas permanece na condição de irmã caçula, na órbita da História, apesar de uma notável floração. A economia permanece tradicionalmente acantonada nas faculdades de direito e, ainda aí, em posição subordinada. A psicologia é dividida entre o ensino da medicina (em sua parte experimental) e o da filosofia. A linguística não possui existência autônoma. A última ciência social em data, a sociologia, é provavelmente aquela cuja fortuna é a mais paradoxal: a uma espetacular afirmação teórica, que se identifica de início com a obra de Durkheim, à multiplicação das frentes de reflexão crítica e de pesquisa (o que é ilustrado, a partir de 1898, por *L'Année sociologique*), não corresponde uma verdadeira acolhida no seio do mundo acadêmico.³²³

³²¹ Essa intuição de Simiand pode ser rastreada sobre outras perspectivas tanto nos *Annales* como na *Estruturalismo* de um modo amplo. Mas também no trabalho do filósofo e historiador italiano Benedetto Croce (1866-1952), segundo o qual toda verdadeira história é história contemporânea. Cf. CROCE, B. **Teoria e Storia dela Storiografia**. Bari: Laterza, 1941; CROCE, B. **La Storia come pensiero e come azione**. Bari: Laterza, 1943. Estes trabalhos de Croce são de 1917 e 1938 respectivamente.

³²² LEVI-STRAUSS, Claude. **Anthropologie Structurale**. Paris: Librairie Plon, 1958.

³²³ REVEL, Jacques. **História e Ciências Sociais**. *Op. Cit.* p. 81.

Esse panorama foi amplamente favorável à afirmação dos fundadores dos *Annales*, Bloch e Febvre, porque tinham a seu favor o reconhecimento institucional.³²⁴ As demais ciências sociais só atingiriam a maioria advinda do reconhecimento institucional a partir dos anos 50. E aqui o peso das guerras deve ser levado em conta. Podemos elencar uma diversidade de fatos que demonstram o quanto o peso da Guerra foi importante na História e pré-História dos *Annales*. Primeiro que o ambiente que propiciou o encontro entre os membros fundadores, Bloch e Febvre, foi a Universidade de Estrasburgo, que voltava a ser francesa pelos desenlaces favoráveis à França na Primeira Guerra Mundial. Segundo, que antes da Primeira Guerra a revista *Annales* ainda não existia e, embora Bloch tenha participado do conflito, foram os sociólogos formados por Durkheim que sofreram um grande número de perdas, afinal já constituíam um grupo em torno da revista *L'Année sociologique*, desde 1898, como foi dito acima. O próprio filho de Durkheim foi vítima da Guerra. Portanto, de um lado um conjunto de disciplinas num estado de minoridade. Por outro, uma sociologia brilhante e agressiva intelectualmente, com um programa de unificação das ciências sociais à sombra de Durkheim, mas sem os meios políticos necessários para sua afirmação e ainda prejudicada pela Guerra.

Antes mesmo de a Primeira Guerra Mundial dizimar a equipe durkheimiana, sinais de resistência se manifestaram. Resistências conservadoras, em face de um conjunto de proposições que questionam, de uma vez, muitas posições e hábitos adquiridos, mas não apenas elas. As resistências surgem também do lado daqueles que, medindo a “crise da razão” que se abre por esse tempo, estimam que o modelo de cientificidade – o modelo das ciências da natureza – reivindicado pelos sociólogos já está obsoleto, e que seria conveniente reconstruí-lo sobre novas bases.³²⁵

Estavam dadas as condições, ou ao menos, abria-se um espaço em que novos historiadores, formados sob a influência de Durkheim poderiam dar um passo decisivo em direção a uma nova História. As críticas de Simiand ao método erudito foram bem aceitas, mas os novos historiadores se contrapunham

³²⁴ Ao final da Primeira Guerra Febvre e Bloch trabalharam juntos na Universidade de Estrasburgo que acabara de ser retomada pelos franceses. Em 1933 Febvre é eleito para o *Collège de France* e em 1936 Bloch é chamado na Sorbonne. Neste contexto do entre-guerras é importante notar que depois de Paris, Estrasburgo havia se tornado uma das Universidades mais importantes da França, em função da rivalidade com os alemães e passou a contar com talentosos pesquisadores das mais diversas áreas.

³²⁵ REVEL, Jacques. *História e Ciências Sociais*. Op. Cit. p. 83.

a uma epistemologia sociológica. O programa crítico de Simiand é mantido mas o papel central da História permanecerá inquestionável. O próprio Simiand havia chamado de *histoire événementielle* o alvo de suas críticas, o tipo de História representada pela escola metódica francesa, especialmente (Seignobos e Langlois). O programa será mantido, o objeto da crítica também, mas agora sob a direção dos novos historiadores.

A verdade é que se vive um momento de grande turbulência. E este início de século XX não trará apenas uma revolução nas ciências com Einstein e Max Planck³²⁶, mas trará principalmente o grande absurdo da guerra.

Na origem desse novo discurso histórico codificado pela revista *Annales*, encontramos também o traumatismo e os efeitos da guerra de 1914-1918. (...) Para o historiador, isto significa a falência da História-batalha que não soube impedir a barbárie. (...) A guerra anuncia o fim da *Belle Époque* para uma Europa em que se percebe as primícias do declínio ou da decadência.³²⁷

Todavia, será em meio a essa “*grande crise de l’esprit humain*”³²⁸ que Febvre e Bloch juntarão forças desde que se encontraram na renovada Universidade de Estrasburgo para criar uma revista que não era exatamente nova em seu programa, mas que conseguiu promover a estratégia adequada para absorver o que estivesse ao redor. De fato, a ambição de realizar uma

³²⁶ Albert Einstein com as duas Teorias da Relatividade e Max Planck com suas contribuições para a Física Quântica ilustram bem esse período de grandes triunfos da ciência, mas também de grandes tragédias individuais e coletivas que apenas se iniciavam com a Primeira Guerra Mundial. Assim como o filho de Max Planck o próprio Marc Bloch seria executado na Segunda Grande Guerra. Pouco antes, no livro que escreveu na prisão, Bloch encontra forças pra destacar a importância dessas novas descobertas científicas: “Ora, nossa atmosfera mental não é mais a mesma. A teoria cinética dos gases, a mecânica einsteiniana, a teoria dos quanta alteraram profundamente a noção que ainda ontem qualquer um formava sobre a ciência.” BLOCH, Marc. **Apologia da História** ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 49.

³²⁷ DOSSE, François. **A História em migalhas**. *Op. Cit.* p. 36.

³²⁸ FEBVRE, L. **Combats pour l’histoire**. *Op. Cit.* p. 25.

síntese interdisciplinar já havia sido reivindicada pela escola durkheimiana, pela escola geográfica³²⁹ e pela *Revue de synthèse historique*³³⁰.

Lucien Febvre e Marc Bloch vão retomar, por sua conta, a estratégia ofensiva dos durkheimianos, que estavam enfraquecidos pelo desaparecimento de seu mestre, mas procurando evitar o dogmatismo responsável pela derrota deles. Vão acrescentar a essa estratégia de conquista o ecumenismo de Henri Berr, para ganhar para si os diversos componentes das ciências sociais e agrupá-los por trás da bandeira de uma História renovada e federalista. Ao valorizar as monografias regionais, obtiveram êxito na anexação dos geógrafos.³³¹

Surgiu desse modo em 15 de janeiro de 1929 uma revista que exerceria um amplo domínio intelectual no campo da História econômica e social e que além disso, estrategicamente, se revestia de interdisciplinaridade desde seu corpo editorial onde podia-se notar a presença de geógrafos, sociólogos, economistas e cientistas sociais. Durante a década de 1930, Febvre no *Collège de France* e Bloch na *Sorbonne* souberam capitalizar seu prestígio acadêmico e agregar pesquisadores.

Os *Annales* vão alimentar-se dos conceitos, métodos e hipóteses de outras ciências sociais. A empresa estratégica de Marc Bloch e Lucien Febvre passa pela recuperação de todas essas linguagens e códigos novos.³³²

A estratégia de aproximação, senão unificação das ciências sociais ao entorno dos *Annales* se mostrou adequada, de modo especial depois da II Guerra. Bloch havia morrido, mas Febvre continuou com ainda mais prestígio.

³²⁹ “A geografia na França tinha orientação histórica e cultural, desde que emergiu como disciplina acadêmica no final do século XIX sob a tutela de Paul Vidal de La Blache, que havia sido muito influenciado por Carl Ritter e pela tradição alemã de geografia. A *géographie humaine* de Vidal de La Blache, que evitava o determinismo geográfico do seu contemporâneo alemão Friedrich Ratzel, influenciou muito toda a tradição dos *Annales*, de Febvre em diante.” IGGERS, G.G. **França: os Annales**. (pp. 341-357) In: NOVAIS, F.A.; SILVA, Rogerio F. da. **Nova História em Perspectiva**. Vol. 2. São Paulo: Cosac Naify, 2013, p. 343; “Poder-se-ia dizer que, em certa medida, foi a geografia vidaliana que engendrou a história que é a nossa.” FEBVRE. *Annales*, p. 374, 1953, nota In: DOSSE, François. **A História em migalhas**. *Op. Cit.* p. 51-52.

³³⁰ A revista fundada por Henri Berr (1863-1954) em 1900 pode ser considerada o laboratório dos *Annales*. Dela pode-se dizer que teve início, na França, a busca por uma nova história, que passasse a discordar da história acadêmica que prevalecia. O lugar de Berr como pioneiro da Nova História seria mais tarde assumido por Lucien Febvre e Marc Bloch. Cf. BREISACH, Ernst. **A Escola dos Annales**. (pp.368-378) In: NOVAIS, F.A.; SILVA, Rogerio F. da. **Nova História em Perspectiva**. Vol. 2. São Paulo: Cosac Naify, 2013, p. 368.

³³¹ DOSSE, François. **A História em migalhas**. *Op. Cit.* p.71.

³³² DOSSE, François. **A História em migalhas**. *Op. Cit.* p. 88.

Foi chamado a compor como membro a *École Pratique des Hautes Études* e também foi convidado a ser delegado francês na Unesco.

3.2 *La longue durée*: Fernand Braudel

No vazio deixado por Marc Bloch surgiria Fernand Braudel cuja tese, sob orientação de Febvre, se tornaria um clássico não só dos *Annales* mas da historiografia do século XX: *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen a l'époque de Philippe II*.³³³

Quando sua tese foi publicada em 1949, Braudel substituiu Febvre no *Collège de France*. Neste ponto, num contexto de pós-guerra e novas oportunidades políticas, acadêmicas e metodológicas inicia-se a segunda geração dos *Annales* que será capitaneada por Fernand Braudel até os anos 1970. Muitos desafios estavam surgindo, grandes historiadores, grandes obras, as mais diversas abordagens e temas que faziam dos *Annales* um grupo de muita originalidade no cenário da História. Mas talvez o fundamento que aproximava a todos em torno da Escola tenha sido essa herança sabiamente aprendida com a crítica dos durkheimianos. De fato, o que unia historiadores e membros das demais ciências sociais fora um inimigo comum: a História historizante (historicizante ou factual)³³⁴ representada em geral pela escola metódica francesa e alemã, muitas vezes denominada de positivista, o que tecnicamente significava uma imprecisão devido à diversidade de tendências historicistas que podem ou não incluir influências positivistas.

Para combater esse modo de fazer História Febvre e Bloch não investiram seu talento numa nova teoria da História, mas ao contrário, evitaram qualquer concepção doutrinal ou enrijecedora. O que os fundadores dos *Annales* propuseram foi um programa que reforçava as intenções dos novos historiadores em constituir uma História-problema como alternativa eficaz à História factual. Uma forma de fazer e pensar a História que não partiria de antemão dos objetos dados como necessários, mas problematizaria questões que interessam ao historiador desde o presente para investigar problemas que se colocam como hipóteses a serem investigadas. A abordagem da História-problema pode ser considerada o primeiro ponto do programa da Escola dos *Annales*.

Num texto célebre, ao falar sobre a importância do método, Febvre convocava os historiadores a agirem sobre sua época, fazendo alusão à Claude

³³³ BRAUDEL, F. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

³³⁴ O termo, como já foi dito foi introduzido por François Simiand: *histoire événementielle*.

Bernard, famoso médico francês autor do clássico de epistemologia citado anteriormente: “Introdução ao estudo da medicina experimental”.³³⁵ Ele diz:

Eu lhes peço que façam como Claude Bernard e tenham sempre uma boa hipótese em mente. E jamais se comportem como colecionadores de fatos, a esmo, como antes quando bancavam pesquisadores de livros no cais. Que nos deem uma História, não uma História automática, mas problemática.³³⁶

Fica claro neste trecho o ponto de ruptura no programa dos novos historiadores. De agora em diante trata-se dos problemas da História, das relações que tornaram possíveis determinados sistemas de pensamento na História. A tese de Braudel, a pouco citada, se encarregará de apresentar este objetivo numa obra de grande fôlego que como não poderia deixar de ser, foi orientada por Lucien Febvre, que já havia trabalhado sobre o mesmo tema, naturalmente sobre outro ângulo.³³⁷ *La Méditerranée* trará também, já no título, a influência da geografia³³⁸, tão cara a Febvre. Percebe-se, não apenas pelo título, que Filipe II e sua época (*a l'époque de Philippe II*) deixam de ser os protagonistas, mas pela própria organização do livro. A inovação de Braudel faz parecer que o tempo, noção tão cara ao historiador, tenha perdido todo o protagonismo nesta obra. O Império Espanhol e o próprio Filipe II são coadjuvantes enquanto o espaço e principalmente o vasto mar, o Mar Interior, como o Mediterrâneo é chamado, estão à frente, na primeira parte do texto, como o grande destaque.

A obra se divide em três partes, como explica Braudel no prefácio, que procuram contrabalançar o que ele entende como estrutural, daquilo que entende como conjuntural e por fim – estranhamente – dos acontecimentos. O que chama a atenção e causa estranheza, neste terceiro momento da obra é justamente esta “aparente” incoerência com a tradição em que se fundava os

³³⁵ BERNARD, Claude. *Introduction a L'étude de la Médecine Expérimentale*. Op. Cit.

³³⁶ FEBVRE, L. *Combats pour l'histoire*. Op. Cit. p. 41. « Je leur demande de s'y rendre à la Claude Bernard, une bonne hypothèse en tête. De ne jamais se faire collectionneur de faits, au petit bonheur, comme on se faisait jadis chercheur de livres sur les quais. De nous donner une Histoire non point automatique, mais problématique. »

³³⁷ O título da tese de Lucien Febvre, defendida em 1911 era: **Filipe II e o Franco-Condado**.

³³⁸ “ (...) em O Mediterrâneo, sua forma de abordar a civilização é a de um geógrafo, ou de um geohistoriador, interessado em áreas culturais, nas quais a troca de bens ocorre, ou deixa ocorrer.” BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989*. Op. Cit. p. 67.

Annales, de evitar uma História dos acontecimentos. Ainda mais curiosas são estas palavras de Braudel em que, como que justificando-se, afirma: “É necessário desconfiar desta História ainda quente, tal como os contemporâneos a sentiram, descreveram e viveram, segundo o ritmo das suas próprias vidas.”³³⁹ Sim, desconfiemos, mas toda a terceira parte do livro trata de acontecimentos (A Guerra contra os Turcos, A Batalha de Lepanto, etc). De modo que poderíamos nos perguntar: Seria apenas isso? Inverter a ordem dos objetos, colocando a geografia à frente da História erudita e, esperar que por essa inversão de protagonismos a História *évènementielle* fosse naturalmente afastada? A verdade é que as coisas não são tão simples assim.

Jacques Rancière tem uma tese interessante sobre isso.³⁴⁰ Não vamos aqui desenvolver todos os seus argumentos, mas podemos acompanhar algumas indicações que nos ajudarão a compreender um dos aspectos desta inovação dos *Annales*.

Primeiro, que a revolução da nova História significa também uma revolução no sistema dos tempos da narrativa. A questão é que ainda que se admitisse *La Méditerranée* como apenas uma trama narrativa como mostrou Paul Ricoeur,³⁴¹ não obstante a tentativa de se evitar a História narrativa, Rancière procura mostrar que o modo pelo qual Braudel conduz seu texto produz uma reorganização da narrativa que diferentemente da História erudita, ordenada em torno do aoristo³⁴², do pretérito imperfeito e do pretérito mais-que-perfeito, excluindo o presente, o pretérito perfeito e o futuro e, que se opunha ao sistema do discurso, que com exceção do aoristo emprega todos os tempos do verbo, mas essencialmente o presente, o pretérito perfeito e o futuro, subverte o jogo dessa oposição. De acordo com Rancière o trabalho da nova História é construir uma narrativa no sistema do discurso.

³³⁹ BRAUDEL, F. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico**. *Op. Cit.* p. 25.

³⁴⁰ Em seu livro já citado “Os nomes da história” Rancière propõe que a inovação dos *Annales* está ligada a uma estratégia teórica que ele dá o nome de “poética do saber”. A poética do saber é o “estudo do conjunto dos procedimentos literários pelos quais um discurso se subtrai da literatura, dá a si mesmo um *status* de ciência e significa-o.” RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história**. *Op. Cit.* p. 12.

³⁴¹ RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. São Paulo: Martins Fontes, 2010, 3 vols.

³⁴² Esse tempo verbal não existe nas línguas modernas. Era usado nas línguas indo-européias, o grego e o sânscrito, indicava uma ação verbal ou acontecimento. Era uma espécie de tempo passado indefinido, indeterminado.

Essa reorganização da narrativa não pode se reduzir ao “artifício estilístico” que é, para Benveniste, o “presente histórico” das gramáticas. Não se trata de *tournure* retórica, mas de poética do saber: da invenção de um novo regime de verdade para a frase historiadora, produzido pela combinação da objetividade da narrativa e da certeza do discurso.³⁴³

Nessa perspectiva, as coisas realmente não são tão simples e definitivamente não se trata de uma incoerência de Braudel porque no mínimo poderíamos considerar a última parte como uma grande metáfora da morte da História *évènementielle*. Até porque o fechamento do livro se dá, justamente, com “A morte de Filipe II”.³⁴⁴

Enfim, a famosa obra de Braudel, consegue trazer para a História o espaço, como problema a ser enfrentado pelo historiador. De modo que não é o tempo que deixará de ser pensado na História, mas é a História que assimilará o espaço como tempo geográfico. Por isso Braudel explica a organização do livro, as suas partes, da seguinte maneira:

A primeira trata de uma História, quase imóvel, (...) uma História lenta, (...) quase fora do tempo. Acima desta História imóvel, pode distinguir-se uma outra, caracterizada por um ritmo [também] lento: se a expressão não tivesse sido esvaziada do seu sentido pleno, chamar-lhe-íamos de bom grado *História social*. (...) E, finalmente, a terceira parte, a da História tradicional, necessária se pretendemos uma História não à dimensão do homem mas do indivíduo.³⁴⁵

Na primeira parte, portanto, quando trata da estrutura, do mediterrâneo, Braudel analisa o “meio”, as penínsulas, montanhas, planaltos, planícies, mares, litorais, o clima. Na segunda parte, quando trata da conjuntura o objeto é a economia, o comércio, o transporte. Na terceira parte, quando trata dos acontecimentos, o objeto é a política e a guerra, bem como a morte do rei. Finalmente o rei, deslocado de toda primazia na qual os reis foram tratados pela maior parte dos historiadores até então. Portanto, o esquema tripartite da obra

³⁴³ Cf. RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história**. *Op. Cit.* p. 21.

³⁴⁴ Quanto à tese de Rancière, ela começa exatamente aqui: “Poderíamos ler nessa cena a metáfora simples de uma revolução copernicana da história: o deslocamento da história dos reis para a do mar, compreendendo nisso a história dos espaços de civilização, dos longos períodos de vida das massas e das dinâmicas do desenvolvimento econômico. Mas, antes de saber o que uma metáfora significa, é preciso primeiro determinar em que ela consiste, o que nela é próprio e o que é figurado. É aqui que a dificuldade começa e a singularidade do texto nos retém: o que é real nessa narrativa e o que é simbólico? Que acontecimentos acontecem e com quem?” RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história**. *Op. Cit.* p. 18.

³⁴⁵ BRAUDEL, F. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico**. *Op. Cit.* p. 25.

funcionará dentro de um plano organizado em estrutura, conjuntura e indivíduo, ou ainda, tempo geográfico, tempo social e tempo individual.³⁴⁶

De um lado a problematização do tempo geográfico, a afirmação de uma longa duração “quase imóvel” e de difícil apreensão. De outro lado, o tempo curto do acontecimento, com suas enganadoras luzes e sons, mas principalmente fumaça. Entre eles, o tempo lento da História social.

É provável que Foucault tenha visto com interesse o trabalho de Braudel, mas que por outro lado tenha sido crítico em relação à ideia de uma História que se limita a três ritmos de duração. A multiplicidade do tempo histórico o atrairia mais, evidentemente. É curioso pensar que dez anos depois da publicação de *La Méditerranée*, Braudel publicaria um artigo,³⁴⁷ hoje também clássico, sobre a Longa Duração em que a ideia de uma multiplicidade de tempos parece também poder compor uma Longa Duração. A um certo ponto ele diz: “ (...) uma descida, segundo a vertente do tempo, só é imaginável sob a forma de uma multiplicidade de descidas, segundo os diversos e inumeráveis rios do tempo.”³⁴⁸ Esta perspectiva talvez possa ser melhor compreendida com a noção de estrutura, que Braudel descreve da seguinte maneira:

Por *estrutura*, os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é sem dúvida, articulação, arquitetura, porém mais ainda, uma realidade que o tempo utiliza mal e veicula mui longamente. Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: atravancam a História, incomodam-na, portanto, comandam-lhe o escoamento. Outras estão mais prontas a se esfarelar. Mas todas são ao mesmo tempo, sustentáculos e obstáculos. Obstáculos, assinalam-se como limites (envolventes, no sentido matemático) dos quais o homem e suas experiências não podem libertar-se. Pensai na dificuldade em quebrar certos quadros geográficos, certas realidades biológicas, certos limites da produtividade, até mesmo, estas ou aquelas coerções espirituais: os quadros mentais também são prisões de longa duração.³⁴⁹

³⁴⁶ Jacques Le Goff num artigo que é também um testemunho, nos confidencia o que *La Méditerranée* pode ter significado pra Foucault: « Ce qui fascinait Foucault, c'était toutes ces discontinuités qu'il y avait dans *La Méditerranée* et, en même temps, toutes les composantes qui y entraient pour la constituer en objet historique complexe mais cohérent, ainsi qu'une façon qui lui paraissait nouvelle de faire de l'histoire géographique. L'espace, la terre, le sol, la mer ..., tout ce qui lui apporte, à travers *La Méditerranée* de Braudel, la géographie, lui apporte, mais modelée, l'histoire. Cette étude historique était pour lui un chef-d'oeuvre authentique. » LE GOFF, J. **Foucault et la “nouvelle histoire”** (pp. 129-140). In: **Au risqué Foucault**. Centre Georges Pompidou et Centre Michel Foucault, Paris, 1997, p. 134.

³⁴⁷ BRAUDEL, Fernand. **Histoire et sciences sociales: la longue durée**. Annales E.S.C., nº 4, Oct-déc. 1958, Débats et Combats, pp. 725-753.

³⁴⁸ BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais – A Longa Duração**. (pp.41-78) In: BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo Perspectiva, 1978, p. 60.

³⁴⁹ BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais – A Longa Duração**. *Op. Cit.* p. 49-50.

Fica claro que para Braudel a Longa Duração inclui uma infinidade de estruturas. O termo está sempre no plural e pode designar por isso uma diversidade de tempos, cada qual com sua duração. Tempo geográfico, econômico, social, político, psicológico, que permanecem constantes durante um longo período e transformam-se de modo quase imperceptível.

Chamamos a atenção mais uma vez para o testemunho de Le Goff. De acordo com ele, Foucault teria feito o seguinte comentário sobre a Longa Duração:

A noção de « longa duração» o interessava – ele disse –, mas essencialmente porque ela permitia justamente perceber melhor as discontinuidades, as rupturas, o folhear das diversas camadas temporais. Aí está uma coisa sobre a qual ele estava muito sensível.³⁵⁰

Descontinuidades, rupturas, as camadas das diversas durações temporais. De fato, esta é uma preocupação essencial de Foucault na Arqueologia quando afirma que “de agora em diante, o problema é constituir séries”. Neste momento, Foucault avança na mesma direção daqueles historiadores que receberam a influência de uma História-problema com Bloch e Febvre, de uma História econômica e seus ciclos temporais de média duração com Labrousse, de uma geo-História fundamentada nos movimentos de conjuntura e estrutura de Braudel que caracterizam a longa duração e que, finalmente, com a História serial reunia todos estes elementos para a análise histórica. Por isso, a recusa da causalidade e a afirmação das discontinuidades temporais,

daí a necessidade de distinguir não mais apenas acontecimentos importantes (com uma longa cadeia de consequências) e acontecimentos mínimos, mas sim tipos de acontecimentos de nível inteiramente diferente (alguns breves, outros de duração média, como a expansão de uma técnica, ou uma rarefação da moeda; outros, finalmente, de ritmo lento, como um equilíbrio demográfico ou o ajustamento progressivo de uma economia a uma modificação do clima); daí a possibilidade de fazer com que apareçam séries com limites amplos, constituídas de acontecimentos raros ou de acontecimentos repetitivos.³⁵¹

³⁵⁰ LE GOFF, J. **Foucault et la “nouvelle histoire”**. *Op. cit.* p. 135. « *La notion de “longue durée” l’intéressait – il l’a dit –, mais essentiellement parce qu’elle permettait justement de bien repérer les discontinuités, les ruptures, le feuilletage des diverses durées temporelles. Voilà encore quelque chose à quoi il était très sensible.* »

³⁵¹ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. *Op. Cit.* p.9

Em outro momento, ao referir-se à longa duração, na aula inaugural no *Collège de France*, Foucault demonstra familiaridade, mais uma vez, com o que se tornaria uma proposição complementar quase que necessária entre os pesquisadores ligados à revista *Annales* nos anos 60, a questão das “séries documentais”. Para Foucault, a longa duração deriva da “série” porque permite que se estabeleçam conjuntos massivos de documentos (postos em série) que se estendem cronologicamente por longos períodos. Por isso, o mal-estar produzido pela tematização dos acontecimentos na última parte de *La Méditerranée* é revisto por Foucault, digamos, positivamente. Assim é que se pode compreender sua afirmação de que não há “uma razão inversa entre o acontecimento e a análise da longa duração”.³⁵² Em Foucault, o acontecimento tem o estatuto de atributo e não de categoria.

Há que se notar, naturalmente, que havia passado vinte anos desde a publicação de *La Méditerranée*, por isso a fala de Foucault já torna explícito o que foi o desdobramento da longa duração, inicialmente com Pierre Chaunu e depois com outros tantos historiadores (como Emmanuel Le Roy Ladurie, Michel Vovelle e François Furet, por exemplo)³⁵³ e veio a se chamar: História Serial³⁵⁴.

³⁵² Cf. FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. *Op.Cit.* p. 51.

³⁵³ “On sait que les livres de Dumézil, de Lévi-Strauss et de Lacan comptent parmi les livres majeurs de notre époque; mais sait-on de même que, parmi les travaux qui assurent aujourd’hui dans le savoir une aventure nouvelle, il faut mettre les livres de Braudel, de Furet et de Denis Richet, de Le Roy Ladurie, (...)?” Cf. FOUCAULT, M. **Dits et écrits I, 1954-1975**. *Op. Cit.* p.613.

³⁵⁴ “A História Serial refere-se ao uso de um determinado tipo de fontes (homogêneas, do mesmo tipo, referentes a um período coerente com o problema a ser examinado), e que permitam uma determinada forma de tratamento (a serialização de dados, a identificação de um padrão e, na contrapartida, uma atenção às diferenças, às vezes graduais, para se medir variações). ” Cf. BARROS, José D’Assunção. **O campo da história**. *Op. Cit.* p. 149.

3.3 Pierre Chaunu e a História Serial

Esta familiaridade com o trabalho de Pierre Chaunu e sua obra mais importante – *Seville et l'Atlantique*,³⁵⁵ um calhamaço de 7 mil e 800 páginas divididas em 12 volumes – é demonstrada também quando Foucault procura nos explicar no que consiste a História serial:

A História serial não se dá nos objetos gerais e constituídos por antecipação, como o feudalismo ou o desenvolvimento industrial. A História serial define seu objeto a partir de um conjunto de documentos dos quais ela dispõe. Em outras palavras, o objeto da História não é mais dado por uma espécie de categorização prévia em períodos, épocas, nações, continentes, formas de cultura... (...) estudam-se, e este é o único objeto, todos os documentos que concernem à vida do porto de Sevilha de tal data a tal data. A consequência, e esse é o segundo traço da História serial, é que essa História não tem, desde então, absolutamente por função decifrar, através desses documentos, alguma coisa como o desenvolvimento econômico da Espanha; o objeto da pesquisa histórica é estabelecer, a partir desses documentos, um certo número de relações.³⁵⁶

O que temos aqui é que os objetos da História já não são dados de antemão, mas constituídos pelas próprias séries documentais. Portanto, esta é a segunda característica, os acontecimentos, objetos do historiador, são constituídos na medida em que são estabelecidas determinadas relações entre documentos selecionados. Foucault recupera esta perspectiva da noção de acontecimento neste ponto, através da História Serial, mas agora como atributo de “*un certain nombre de relations*” e não mais como “*une sorte de catégorisation préalable en périodes, époques, nations, continents, formes de culture.*”

Todavia, poder-se-ia argumentar, que Foucault se apropria destes termos da História Serial de uma tal maneira, que não encontraríamos seu correspondente entre os historiadores. Ou, dizendo de outro modo, o que Foucault interpretou por História Serial, nada teria a ver com o uso que os historiadores fazem desta expressão. Neste caso, não nos resta alternativa, senão investigar o uso destes termos na historiografia dos *Annales*.

Iniciemos com a definição de História Serial, num texto de Pierre Chaunu publicado em 1960, em Bruxelas:

Concretamente, uma História que se queira útil representa, na virada da primeira para a segunda década do século vinte, uma História serial. Uma História que se interessa

³⁵⁵ CHAUNU, P.; CHAUNU, H. *Seville et l'Atlantique (1504-1650)*. Paris: 1955-60, 12 volumes.

³⁵⁶ Cf. FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits I, 1954-1975*. Op. Cit., p. 1144.»

menos pelo fato individual (fato político, certamente, mas também cultural ou econômico), que pelo elemento repetido, parte integral numa série homogênea, capaz de continuar as clássicas operações matemáticas de análise de séries e, sobretudo, susceptível de ser interligada às séries utilizadas rotineiramente pelas demais ciências do homem. É aí que se encontra, realmente, a característica essencial dessa História serial, mas que podemos, tranquilamente, dizer simplesmente História útil. Ela se volta para o passado, com suas técnicas próprias colocadas a serviço de problemas traçados. Ela não se interdita em reconstruir, pelo interior, as atmosferas mentais passadas, decidida em nada supor afim de não deixar escapar nada. Ela se mantém, portanto, afastada de perigosos *a priori*. Nesse sentido, ela se sente completa. Mas, sobretudo, ela busca nos relatos erigidos do passado respostas às questões mais importantes das ciências sociais do presente. Questões estas que são simplesmente exigências da série.³⁵⁷

Não queremos aproximar, com demasiada pressa, História Serial e Arqueologia, naturalmente. Mas aqui e lá os elementos fundamentais de uma descrição de acontecimentos estão listados. Sua disposição em séries de dados que se repetem, fundamentalmente. Mas também um certo ceticismo quanto aos universais, os *a priori dangereux*. Portanto, « *une histoire qui s'intéresse moins au fait individuel qu'à l'élément répété, partant intégrable dans une série homogène.* » Neste ponto, especificamente importante do ponto de vista metodológico, é que o texto de Chaunu parece reencontrar-se anos depois em Foucault, quando afirmava, como vimos a pouco, que « *l'objet de l'histoire n'est plus donné par une sorte de catégorisation préalable en périodes, époques, nations, continents, formes de culture.* »

Todavia, esta aproximação não seria suficiente se nosso pressuposto fosse o de que a História Serial começa com Pierre Chaunu. Sobre isso, só o que se pode afirmar é que o termo “História serial” foi inaugurado por Pierre Chaunu, conforme atesta François Furet em artigo publicado nos *Annales E.S.C.*, de 1971 sob o título: *L'histoire quantitative et la construction du fait historique*.³⁵⁸ Embora este artigo tenha sido publicado, num primeiro momento, no começo da década de 1970 e, por si só, seja insuficiente para ilustrar o que foi a História

³⁵⁷ CHAUNU, P. *Dynamique conjoncturelle et histoire sérielle – Point de vue d'historien*. (pp. 11-19). In: CHAUNU, P. *Histoire quantitative histoire sérielle*. Paris: Librairie Armand Colin, 1978, p. 11-12, (Todas as traduções desta referência são de nossa responsabilidade).

³⁵⁸ O mesmo artigo também foi publicado em: FURET, François. *Le Quantitatif en Histoire* (pp. 53-72) In: FURET, François. *L'Atelier de L'histoire*. Op. Cit.; Fernand Braudel já em 1963 afirmou: “ *Pour désigner l'oeuvre monumentale de Pierre Chaunu, il faut une expression qui définit d'emblée le sens de son entreprise et la nouveauté, à dessein forte, de l'histoire qu'il nous propose. Disons: l'histoire sérielle, puisque Pierre Chaunu lui-même employait dernièrement cette formule ...* ” Cf. BRAUDEL, F. *Pour une histoire sérielle: Séville et l'Atlantique (1504-1650) [Pierre Chaunu, Séville et l'Atlantique (1350-1650)]*. p. 541. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 18 année, N.3, 1963, pp. 541-553.

Serial, como o próprio autor se justifica, ainda assim, tem o peso da mão de um dos grandes historiadores dos *Annales* e desde as primeiras linhas não esconde o olhar atento sobre o desenvolvimento, “*depuis près d’un demi-siècle, (...) de l’utilisation des sources quantitatives et des procédures de comptage et de quantification dans la recherche historique.*”³⁵⁹

Conforme se percebe no título do texto de Furet, há uma relação muito próxima, na historiografia francesa, entre a História econômica – portanto uma História quantitativa³⁶⁰ – e a História Serial³⁶¹. Mas, de acordo com ele, não se pode escapar, mesmo que se acrescente o qualificativo “quantitativo”, à História, ao que constitui o objeto específico da investigação histórica: o estudo do tempo, da dimensão diacrônica dos fenômenos.

Ora, sobre isso, a ambição da História quantitativa, ao mesmo tempo mais geral e mais elementar, é constituir o fato histórico em séries temporais de unidades homogêneas e comparáveis, e assim, poder medir sua evolução por intervalos de tempo dados, geralmente anuais. Essa operação lógica fundamental define a História serial, conforme proposta por Pierre Chanu: condição necessária, porém, não suficiente da História estritamente quantitativa (...) Pois a História serial apresenta a decisiva vantagem, do ponto de vista científico, de substituir o incompreensível « acontecimento » da História positiva pela repetição regular de dados selecionados e construídos em função de seu caráter comparável.³⁶²

³⁵⁹ FURET, François. *Le Quantitatif en Histoire*. Op. Cit. p. 53. Num primeiro momento, na França, a história quantitativa desenvolveu-se lado a lado com a história econômica. Aos poucos o termo quantitativo ficou cada vez mais ligado aos economistas. Por um momento, entre as décadas de 50 e 60 quando Pierre Chanu propõe a História Serial podem-se perceber as diferentes nuances entre o serial e o puramente quantitativo. Por isso Chanu dizia, como vimos acima, que a análise serial é *susceptible, surtout, aux sciences de l’homme*. As séries pra Foucault definitivamente não estão ligadas aos números.

³⁶⁰ “O que a História Quantitativa pretende observar da realidade está atravessado pela noção do ‘número’, da ‘quantidade’, de valores a serem medidos. As técnicas a serem utilizadas pela abordagem quantitativa serão estatísticas, ou baseadas na síntese de dados através de gráficos diversos e de curvas de variação a serem observadas de acordo com eixos de abcissas e coordenadas. Algumas análises quantitativas mais sofisticadas poderão utilizar logaritmos, recursos matemáticos mais avançados como integrais e derivadas. O computador será neste caso uma ajuda imprescindível. Com relação ao tipo de fontes, serão fatalmente ‘fontes seriais’. (...) A quantificação pressupõe a serialização (se não de fontes, pelo menos de dados). O inverso é que não ocorre.” BARROS, José D’Assunção. *O campo da história*. Op. Cit. p. 149-150.

³⁶¹ “A recente ruptura com as formas tradicionais da história do século XIX, não foi uma ruptura total com o tempo curto. Sabe-se que ela redundou em benefício da história econômica e social em detrimento da história política. Daí uma reviravolta e uma inegável renovação; daí, inevitavelmente, modificações de método, deslocamentos de centros de interesses com a aparição de uma história quantitativa que, certamente não disse sua última palavra.” É lícito supor que muito embora Braudel não tenha dito explicitamente, se referia à história serial ao fazer este comentário. BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais – A Longa Duração*. Op. Cit. p. 47.

³⁶² FURET, François. *O quantitativo em história*. Trad. Felipe Jarro. Op. Cit. p. 61-62..

Como podemos perceber, a ideia de constituição dos objetos históricos tão somente a partir de séries temporais homogêneas, em oposição à ideia atribuída à *l'histoire positiviste*, de acontecimentos compreendidos como fatos, dados previamente, está bastante clara em Furet.

Os dados da História quantitativa não remetem a um incompreensível recorte externo do “fato”, mas a critérios de coerência interna: o fato não é mais o acontecimento selecionado, pois coloca em destaque os tempos fortes de uma História cujo “sentido” foi definido de antemão, mas um fenômeno escolhido e eventualmente construído em função de seu caráter repetitivo, logo, comparável por meio de uma unidade-tempo. (...) O documento, o dado, não existem mais por si mesmos, mas existem em função da série que os precede e os segue; é seu valor relativo que se torna objetivo e não sua ligação com uma incompreensível substância “real”.³⁶³

A ideia de uma objetividade histórica que poderia se encontrar num momento singular do tempo – chamemos isso de fato (*fait*), ou de acontecimento (*événement*), aqui aparece também a palavra fenômeno (*phénomène*) –, é subtraída na História Serial pela constatação e pela consciência, a que o historiador não poderá fugir, da questão de que

Ele construiu seus “fatos”, e que a objetividade de sua pesquisa consiste não apenas no emprego de procedimentos corretos na elaboração e no tratamento desses “fatos”, mas em sua pertinência em relação às hipóteses de sua pesquisa.³⁶⁴

Admitida esta constatação já não se encontra espaço para a demanda de uma História global, que sustentaria o acontecimento/fato independentemente dele mesmo, a não ser como simples horizonte do historiador, mas jamais como ponto de partida.³⁶⁵ Com a História Serial, em contraposição a uma História global e externa, constitui-se uma História que se produz do interior, de séries instauradas pelo pesquisador.³⁶⁶ Neste mesmo sentido, opõe-se sob esta forma de História, tanto a ideia de acontecimentos singulares, aqueles que não se repetem nunca e por isso são tratados como substância ou essência, presentes

³⁶³ FURET, François. **O quantitativo em história**. *Op. Cit.* p. 65.

³⁶⁴ FURET, François. **O quantitativo em história**. *Op. Cit.* p. 71.

³⁶⁵ “O fato histórico total, o <passado integral>, é propriamente uma Ideia, isto é, no sentido kantiano, o *limite jamais atingido* de um esforço de integração sempre mais vasto, sempre mais complexo. A noção de <passado integral> é a *ideia reguladora* desse esforço.” RICOEUR, Paul. **História e Verdade**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1968, p.27.

³⁶⁶ Neste caso, assim como na arqueologia, os acontecimentos (aqui tratados como fatos) são raros, porque constituídos por uma análise dos “*critères de cohérence interne*”.

nos modelos historiográficos do século XIX, cujo aporte da filosofia da História é agora repudiado³⁶⁷, quanto a ideia de um progresso da História, dimensão teleológica destes acontecimentos singulares e irrepetíveis. Se o acontecimento tem a dimensão de uma irrupção súbita e singular capaz de trazer uma completa novidade na cadeia do tempo é porque não pode ser comparado com nada que tenha ocorrido no passado, portanto o único meio de integrá-lo na História é dar-lhe um sentido teleológico: “*s’il n’a pas de passé, il aura un avenir.*” Aqui o acontecimento é a própria efetivação do progresso em seu advento político ou filosófico: República, Liberdade, Democracia, Razão.

De acordo com Furet, a concepção clássica do tempo histórico como uma série de descontinuidades descritas no modo do contínuo, que ele caracteriza como Histórias narrativas, encontra nos *Annales*, isto é, na História Serial, seu ponto de inflexão, na medida em que a História Serial descreveria, ao contrário da História tradicional, continuidades sobre o modo do descontínuo, por isso ela se coloca como uma História-problema e não uma História-narrativa.

Assim, a História serial deslocou o velho império cuidadosamente fechado da historiografia clássica graças a duas operações distintas e ligadas. Pela decomposição analítica da realidade em níveis de descrição, abriu-se à importação dos conceitos e dos métodos das ciências sociais mais especificamente constituídas como a economia política, que foi sem dúvida o elemento motor da sua renovação. Pela análise quantitativa dos diferentes ritmos de evolução destes níveis, constituiu finalmente em objeto científico mensurável a dimensão da atividade humana que é a sua razão de ser, o tempo.³⁶⁸

I - Os começos da História Serial

Voltamos à História econômica e, neste caso, tudo remete ao historiador econômico e social Ernst Labrousse (1895-1988) que foi ao mesmo tempo uma das bases do movimento em torno da revista *Annales* e também uma figura pouco encontrada pelos holofotes. Labrousse teve uma vida longa e esteve

³⁶⁷ Este tema do desconforto com relação à filosofia, tem seus capítulos nos *Annales*. No caso específico de Michel Foucault, a recepção não foi unânime, bem recebido por alguns, (Le Goff recomenda Foucault: “É preciso pesquisar, a partir da noção de *documento/monumento*, proposta por Michel Foucault em *A arqueologia do Saber*.” LE GOFF, Jacques (Org.). **A História Nova**. Op. Cit. p.76.) por outros nem tanto: “Foucault generalizou em grandes obras um método que deixa ver melhor seus vícios e menos suas virtudes.” Pierre VILLAR. **História marxista, história em construção**. (pp. 146-178) In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 162.

³⁶⁸ FURET, François. **O quantitativo em história**. Op. Cit. p. 73.

presente em todos os momentos da História dos *Annales*. Sua primeira grande obra foi sua tese inaugural que marca o início, na França, da História Econômica (quantitativa). A obra se chamou *Esboço do movimento dos preços na França do século XVIII* (1933) e é por vezes mencionada apenas como “*Esquisse*”. Sua obra prima, no entanto, é de 1944, chamou-se *A crise da economia ao fim do Antigo Regime e às vésperas da Revolução*. Pode-se dizer que foi a partir da História dos preços de Labrousse que o impulso para uma História serial foi dado. Este também parece ser o entendimento de Chaunu quando afirma:

Historicamente, no seio de nossa muito velha disciplina, que justapõe tantos e tantos domínios cada vez mais heterogêneos, é à História econômica que cabe o privilégio de mudar a História, de dar progressivamente origem a uma forma de História, a que chamamos serial, que sobrepõe suas próprias exigências, próximas das Ciências Sociais, às exigências sempre válidas da História tradicional.³⁶⁹

Um pouco adiante Chaunu chega a dizer que a História como a pensamos, a História “de nosso tempo, nasceu entre 1929 e o início dos anos 30, nasceu da angústia e da desgraça dos tempos, na atmosfera dolorosa de uma crise de dimensões enormes e de repercussões infinitas.”³⁷⁰ Não esqueçamos que não apenas a revista *Annales* é de 1929, como trazia em seu primeiro título: *Histoire économique et sociale*. Junto com os *Annales* nascia também uma História econômica quantificadora.

O termo “História quantitativa” não foi capaz de fugir a muitas ambiguidades³⁷¹, mas basicamente podemos pensar em duas situações que o caracterizam na historiografia francesa. De um lado, a História quantitativa está ligada à História econômica numa perspectiva apenas descritiva, totalmente atrelada ao número e desvinculada de uma problematização. A esse respeito Chaunu afirma:

As estatísticas utilizadas pelos historiadores da economia servem principalmente para caracterizar uma estrutura num dado momento, para ilustrar uma evolução durante um período, ou para exprimir uma dependência entre duas ou várias séries de fatos. Ora, por importante que sejam, essas aplicações da estatística não constituem uma modificação fundamental dos métodos tradicionais da História econômica. É verdade

³⁶⁹ CHAUNU, Pierre. **A História como Ciência Social**. *Op. Cit.* p. 69.

³⁷⁰ CHAUNU, Pierre. **A História como Ciência Social**. *Op. Cit.* p. 72.

³⁷¹ « En 1964, après quels efforts d’harmonisation, économistes et historiens continuent d’employer les mêmes mots dans des sens différents, et plus particulièrement le mot clef d’histoire quantitative. » Cf. CHAUNU, P. **Histoire quantitative ou histoire sérielle**. (pp. 20-27). In: CHAUNU, P. **Histoire quantitative histoire sérielle**. Paris: Librairie Armand Colin, 1978, p. 20

que elas melhoram o conhecimento das relações particulares e, por conta disso, até mesmo aumentam o poder de análise da História econômica. Porém, não são capazes de compensar as lacunas de informação bruta. Não eliminam, senão bem parcialmente, o caráter subjetivo da escolha dos dados retidos, e não ampliam a capacidade de síntese dos historiadores que delas se servem.³⁷²

Esta fala de Chaunu está no contexto de uma discussão com o economista Jean Marczewski³⁷³ em que o historiador procura de um lado desvincular a História quantitativa praticada pelos economistas da História econômica clássica (E. Labrousse e F. Braudel) e de outro lado afirmar a pertinência da perspectiva histórica na abordagem serial, todavia, o mérito e os créditos dos economistas não é negado na medida em que os estudos dos ciclos dos preços e a análise das curvas demográficas muito contribuíram com o trabalho dos historiadores, muitas vezes desenvolvidos pelos próprios historiadores mais ligados à economia. Por isso a afirmação de que

O historiador, mesmo sendo um mau juiz, concordará que os modelos de contabilidade nacional constituem, atualmente, uma das melhores conquistas da descrição econômica. Obter para um passado próximo ou até mesmo distante, a golpes de inter- e extrapolações, um prolongamento no tempo das grandes séries constitutivas do modelo é, ao mesmo tempo, desejável e, até um certo ponto, possível. (...) Hoje, a dúvida já não é possível. Seria conveniente dizer História serial, quando, na ordem quantitativa, nós historiadores, gostaríamos de marcar nossa abordagem em relação ao esforço de nossos amigos, os economistas, no processo de recuperação do tempo.³⁷⁴

Já no começo dos anos 70, Chaunu volta a se referir a Marczewski e sua obra de referência: *L'histoire quantitative de l'économie française* retomando sua recomendação

Reservemos, portanto, a invocação de História quantitativa aos empreendimentos de quantificação global, circular, necessariamente num domínio durante muito tempo circunscrito apenas ao setor econômico das atividades humanas.³⁷⁵

A verdadeira diferença, dirá Chaunu, está na aplicação deste método serial entre economistas e historiadores. A aplicação dos “*modèles de comptabilité nationale*” a níveis mais gerais de constituição de séries auxiliares

³⁷² CHAUNU, P. *Histoire quantitative ou histoire sérielle*. Op. Cit. p. 21.

³⁷³ MARCZEWSKI, J. *L'histoire quantitative de l'économie française*. Paris : I.S.E.A., 1961-1968.

³⁷⁴ CHAUNU, P. *Histoire quantitative ou histoire sérielle*. Op. Cit. p. 22.

³⁷⁵ CHAUNU, P. *Um nouveau champ pour l'histoire sérielle: le quantitatif au troisième niveau* (pp. 216-230). In: CHAUNU, P. *Histoire quantitative histoire sérielle*. Paris: Librairie Armand Colin, 1978, p. 216, (Todas as traduções desta referência são de nossa reponsabilidade).

das ciências humanas. Esta é, portanto, uma segunda especificidade da História quantitativa francesa. Será o caso da História das Mentalidades, em pelo menos uma de suas acepções, “quando se recorre à análise de séries de testamentos a fim de verificar quantas missas desejavam para depois de sua morte os homens de uma certa classe social em determinada sociedade.”³⁷⁶ Mas poder-se-ia buscar exemplos destas possibilidades de aplicação do método serial na História Demográfica, na História Social e na História Antropológica. É nesta perspectiva que podemos compreender a seguinte afirmação:

estamos testemunhando uma revolução na ordem da História espiritual, pelo retorno ao passado dos modelos da Sociologia da Prática Religiosa... A mentalidade coletiva pode ser codificada, assim quando se colocou a mão sobre as boas séries documentais, dando lugar a uma psicologia coletiva regressiva. A História, enquanto ciência auxiliar, oferece assim, às ciências humanas de hoje, essa espessura no tempo, que, quando ela é verdadeiramente integrada, constitui o substituto mais seguro de uma impossível experimentação. Parte do estudo sistemático dos preços após a crise estrutural de 1929, conduzida por historiadores, com a prudência de historiadores, com lentidão dizem os economistas, conduzida com o respeito escrupuloso das estruturas originais do passado, fornecedora, portanto, de séries estatísticas, parecendo às ciências humanas atuais dificilmente interligáveis, uma forma conquistadora de História, todavia, se constituiu.³⁷⁷

Partindo da economia, portanto de uma História quantitativa, de uma História dos preços, esta História serial toma todos os outros campos humanos no passado.

Ela jogou, em toda parte, o coletivo contra o individual, o geral contra o anedótico. Ela utilizou em larga escala problemas emprestados às outras ciências do homem em sociedade, porém, sem nada abdicar dos métodos e do espírito da mais velha das ciências do homem, a História.³⁷⁸

Por outro lado, e quanto a isso Foucault interessou-se bastante, a História quantitativa, na perspectiva do historiador dos *Annales*, estaria ligada ao estudo do tempo, de uma maneira inovadora, no que veio a ser a História serial. Neste sentido, a ambição da História quantitativa foi também a de constituir acontecimentos, porém constituí-los somente através de séries temporais, desde que homogêneas e regulares. Mas é preciso que se esclareça o que se

³⁷⁶ BARROS, José D’Assunção. *O campo da história*. *Op. Cit.* p. 148.

³⁷⁷ CHAUNU, P. *Histoire quantitative ou histoire sérielle*. *Op. Cit.* p. 23.

³⁷⁸ *Id.*

compreende por acontecimento para que esta passagem de Furet se torne inteligível:

Assim definidas, a História quantitativa e a História serial aparecem ao mesmo tempo ligadas e diferentes. Contudo, têm em comum qualquer coisa de elementar que serve de fundamento a ambas: a substituição da série ao acontecimento, isto é, a construção do dado histórico em função de uma análise probabilística. À pergunta clássica: que é um fato histórico?, dão ambas uma mesma resposta nova que transforma para o historiador a constituição do seu material de análise, o tempo.³⁷⁹

Num primeiro momento esta fala de Furet pode soar em completa oposição ao que disse Foucault sobre a História Serial, na medida em que parece opor claramente série e acontecimento. No entanto, a noção de acontecimento mencionada por Furet é aquela ligada ao acontecimento como categoria. Foucault, ao contrário, usa a noção como um atributo e, neste sentido, as séries homogêneas são capazes de produzi-lo e não de encobri-lo. Será esta perspectiva que permitirá a Foucault aproximar-se da História Serial, na medida em que ela permite para além dos números da História econômica e quantitativa pensar uma diversidade de problemas em diferentes escalas de tempo.

De sorte que o tênue deslocamento que se propõe praticar na História das ideias e que consiste em tratar, não das representações que pode haver por trás dos discursos, mas dos discursos como séries regulares e distintas de acontecimentos, este tênue deslocamento, temo reconhecer nele como que uma pequena (e talvez odiosa) engrenagem que permite introduzir na raiz mesma do pensamento o *acaso*, o *descontínuo* e a *materialidade*. Tríplex perigo que certa forma de História procura conjurar narrando o contínuo desenrolar de uma necessidade ideal. Três noções que deveriam permitir ligar à prática dos historiadores a História dos sistemas de pensamento.³⁸⁰

Foucault fala aqui dos discursos como séries regulares e distintas de acontecimentos em que se pode reconhecer uma “engrenagem”, que permitiria introduzir três noções fundamentais que poderiam ligar a prática dos historiadores ao seu próprio empreendimento. Acaso, descontinuidade e materialidade, as condições de possibilidade do acontecimento. A diferença como condição fundamental do pensamento. Não mais o fato, o ser, a substância. O que se observa agora são práticas discursivas dentro de um espaço de dispersão. Também não se trata mais de uma descontinuidade que

³⁷⁹ FURET, François. **O quantitativo em história**. *Op. Cit.* p. 62.

³⁸⁰ FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. *Op. Cit.* p. 56.

corta o discurso histórico para logo adiante o reencontrar e prosseguir em sua linearidade. Trata-se de uma multiplicidade de quadros temporais, passíveis de uma diversidade incontável de serializações e, portanto, descontinuidades. Por fim, a materialidade dos acontecimentos não se refere ao que antes configurava os fatos (categorias) como objeto do historiador, mas se constitui como efeito, como atributo das práticas discursivas.

Como sabemos, na Arqueologia as regularidades passíveis de análise não estão já prontas esperando para serem descobertas (pela narrativa histórica) por trás dos discursos. E, sem querer tratar do estatuto do acaso em Foucault, tema que nos parece em aberto, entendemos que é lícito pensar que a novidade trazida pelos *Annales* e compartilhada, a seu modo, por Foucault, está em inverter um modo tradicional da operação histórica.

O que os fundadores da escola dos *Annales* queriam combater era, em primeiro lugar, a fascinação pelo acontecimento único, não repetível, (...) a ausência de critério de escolha, portanto de *problemática*, na elaboração do que é considerado “fatos” em História.³⁸¹

Com a História Serial entra em cena, portanto, uma forma de análise histórica que permite a descrição da dispersão dos acontecimentos. Os acontecimentos, agora sem causa, dispersos pela longa duração, surgem quase que ao acaso³⁸², porque dependem das escolhas e das séries documentais propostas pelo pesquisador.

Os fatos, esses historiadores não cessam de repetir, não estão dados nos documentos, os documentos é que são selecionados em função de uma *problemática*. Os próprios documentos não estão dados: os arquivos oficiais são instituições que refletem uma escolha implícita em favor da História concebida como coletânea de acontecimentos e como crônica do Estado.³⁸³

Dito isso, são bem claras duas consequências importantes do trabalho dos historiadores franceses próximos à revista *Annales*: primeiro, uma desconfiança com a filosofia, mais exatamente com as filosofias da História; segundo, uma inquietação metodológica, como demonstramos em sua

³⁸¹ RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa 1**. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 178.

³⁸² Sobre a questão do acaso na historiografia merece menção o artigo de KOSELLECK, R. **O acaso como resíduo de motivação na historiografia** (pp. 147-188). In: KOSELLECK, R. **Futuro Passado Op. Cit.**

³⁸³ RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa 1**. Op. Cit. p. 178.

aproximação com as ciências sociais. O curioso é que essa perspectiva metodológica dos *Annales*, praticada muito em função de um distanciamento da filosofia, (de uma certa filosofia) foi justamente o que mais a aproximou de Michel Foucault.

Aos poucos, portanto, a História Serial foi se distanciando do número. A um primeiro nível de realidade passível de matematização, principalmente pela via dos quadros estatísticos e demográficos, objetiváveis pela História econômica, sucedeu-se um segundo nível, tematizado pela História serial enquanto nível social. Este segundo nível foi problematizado por Braudel em outra obra-prima, que veio a chamar-se *Civilização material, economia e capitalismo*.³⁸⁴ A estes dois viria a somar-se um terceiro nível também chamado de História das Mentalidades.

³⁸⁴ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

Quarto Capítulo

4. A História Arqueológica

A História arqueológica é uma História produzida pela descrição das descontinuidades, das rupturas e limiares e, conseqüentemente, na afirmação dessa perspectiva de existência histórica. Essa característica é, sem dúvida, o que há de mais antigo e constante na pesquisa de Michel Foucault.³⁸⁵ No entanto, é na *Arqueologia do Saber*, este livro sobre método, que Foucault vai propor uma perspectiva da arqueologia que a torna uma análise de discursos muito especial. O que agora se tornará mais claro, localiza-se no que poderíamos chamar de “operacionalidade da noção de descontinuidade”. Revela-se na *Arqueologia do Saber* um deslocamento, que transforma as descontinuidades, de obstáculo à prática dos historiadores. Esta é a transformação que chama a atenção de Foucault na *histoire nouvelle* e, conseqüentemente, implicará numa reconfiguração do estatuto do acontecimento.

O propósito geral da *História da Loucura*, por exemplo, é apresentar o nascimento da doença mental no início do século XIX, ou seja, nesse momento em que a loucura é separada da razão e se estabelece uma ruptura que marca a distância entre razão e desrazão. Um momento de ruptura a partir do qual existe a possibilidade de um novo discurso, sobre uma "doença", um discurso que se chamará de psiquiatria. O que Foucault procura acompanhar neste livro, no que diz respeito à loucura, é

o movimento pelo qual ela tomou assento na percepção do século XVIII: a série das rupturas, das descontinuidades, das fragmentações pelas quais ela se tornou aquilo que é para nós, no esquecimento opaco daquilo que ela foi.³⁸⁶

Do mesmo modo, o ponto de inflexão no *Nascimento da Clínica* é essa profunda reformulação do discurso médico entre o final do século XVIII e o início do XIX, quando surge uma medicina baseada na observação.

³⁸⁵ Cf. YSMAL, C. *Histoire et archéologie. Note sur la recherche de Michel Foucault*. Revue française de science politique, vol.XXII, nº 4, pp.775-804, agosto de 1972, p. 782.

³⁸⁶ FOUCAULT, Michel. *História da loucura: na idade clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 432.

“De fato, esse presumido empirismo repousa (...) em uma reorganização do espaço manifesto e secreto que se abriu quando um olhar milenar se deteve no sofrimento dos homens.”³⁸⁷ Mais uma vez, há uma descontinuidade que marca uma mudança, dentro de uma total modificação dos objetos do saber médico, das técnicas de observação, no registro e na detecção da doença, mas também, uma mudança no reconhecimento da subjetividade do paciente, através dos sintomas sentidos por ele, que se tornam objetos a conhecer. Enfim, há uma mudança no próprio *status* do mal e da morte, que não são mais abismos insondáveis, mas surgem à luz da linguagem.

Finalmente, é o mesmo empreendimento que se apresenta em *As Palavras e as Coisas*. Mas neste caso sua pesquisa é mais ambiciosa. Se nos dois livros anteriores colocava-se o problema da psiquiatria e da medicina, para concluir a aparição recente do primeiro e a renovação profunda do segundo, em *As Palavras e as Coisas* o objetivo é realizar uma arqueologia das ciências humanas. Desta vez sua pesquisa não vai se restringir a uma ciência, mas pretende dar conta da "constituição histórica dos saberes sobre o homem."³⁸⁸

Em *As Palavras e as Coisas*, Foucault trata simultaneamente das ciências empíricas, isto é, da linguagem, dos seres vivos (vida) e da riqueza (trabalho). Trata-se da gramática, da biologia e da economia. Aqui novamente o que está em questão é a unidade desses discursos, a evidência da permanência de seu projeto através do tempo, através do seu desenvolvimento, as modificações de seus métodos ou suas teorias, os conflitos que opuseram seus praticantes ou seus teóricos.³⁸⁹ Mas o que Foucault nos mostra é que não há precisamente nenhuma permanência nestes discursos, mas

duas grandes descontinuidades na epistémê da cultura ocidental: aquela que inaugura a idade clássica (por volta dos meados do século XVII) e aquela que, no início do século XIX, marca o limiar de nossa modernidade.³⁹⁰

Neste sentido, a irrupção de uma nova "ciência" não é a evolução da ciência mais antiga, mas, ao contrário, o advento de uma nova positividade torna

³⁸⁷ FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Clínica**. *Op. Cit.* p. VIII.

³⁸⁸ MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p.111.

³⁸⁹ Cf. YSMAL, C. **Histoire et archéologie**. *Op. Cit.* p. 783.

³⁹⁰ FOUCAULT, M. **As Palavras e as coisas**. *Op. Cit.* p. XIX.

a anterior vazia, o discurso que se torna possível ocupa o lugar do antigo, para que uma nova configuração de saber possa se constituir.³⁹¹

Para Roberto Machado, *As Palavras e as Coisas*, mais do que os dois primeiros livros, causaram um grande impacto no meio intelectual francês. No entanto, essa arqueologia dos saberes passou por uma série de mal-entendidos, porque seus leitores, “em sua grande maioria, ignoraram ou interpretaram mal o que efetivamente Foucault pretendia.”³⁹² Foi a fim de elucidar estes mal-entendidos, em especial quanto às questões do método, que Foucault sentiu a necessidade de escrever *A Arqueologia do Saber*. Portanto, não se tratava mais de um livro de História arqueológica, mas de

precisar melhor suas categorias de análise, superar dificuldades encontradas na própria pesquisa ou apontadas por outros e propor novas direções para seu projeto teórico. Neste sentido, *A arqueologia do saber* é um testemunho de que o trabalho teórico de Foucault é um projeto que propõe, revê, aprofunda, retifica. Projeto que (...) procura sistematizar teoricamente o que, em momentos diferentes e de modo não homogêneo, foi praticado e, mais uma vez, redefinir a História arqueológica.³⁹³

É na perspectiva desta redefinição da História arqueológica que acompanharemos a seguir os desdobramentos da *Arqueologia do Saber*.

I - A crítica da História

Falar sobre Foucault, do ponto de vista dos seus livros, por exemplo, mas mais do que isso, tentar dizer como Foucault fez o que fez, ou disse o que disse, pensando com isso a coerência de uma obra, poderia supor uma preocupação com o seu trabalho que efetivamente iria como que ao desencontro daquilo que o movia intelectualmente. Isso porque seu trabalho se coloca como quem está na contramão do que ele próprio classifica, de maneira perspicaz, como História das ideias. É uma classificação perspicaz porque, como vimos, a História das ideias é capaz de abranger correntes tão diferentes de historiografia como a História intelectual americana ou a História das mentalidades francesa e, talvez

³⁹¹ Cf. YSMAL, C. *Histoire et archéologie*. Op. Cit. p. 784.

³⁹² MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. Op. Cit. p. 143.

³⁹³ MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. Op. Cit. p. 143-4.

por isso, Foucault tenha ponderado ironicamente que seu trabalho poderia fazê-lo também um historiador das ideias. A verdade é que é impossível classificá-lo.

A *Arqueologia do Saber* é um bom exemplo neste sentido. Tomemos a noção de influência, tratada logo no primeiro capítulo, ao falar das unidades do discurso. Ela é colocada entre parênteses na arqueologia, na medida em que supõe uma ligação causal, que se daria através do tempo, de unidades como as da obra, da teoria, do autor. Uma ligação que poderia, talvez de forma mágica, como diz Foucault, explicar a semelhança entre autores, ou uma suposta repetição de temas. Seria preciso fazer um trabalho de abstração desta noção em se tratando da análise arqueológica, na medida em que ela remete ao que se quer evitar, o tema da continuidade histórica. Todavia, se pudéssemos insistir em fazer o que Foucault não costumava fazer e, pensar por um instante nesse campo de possibilidades que se apresentavam à sua época, encontraríamos facilmente, no que diz respeito aos anos sessenta, justamente a “influência” do estruturalismo em seu trabalho.³⁹⁴ De um modo geral, os estruturalistas como Lacan e Levi-Strauss, começam, quase sempre, tratando fenômenos humanos como fenômenos linguísticos.³⁹⁵ Na *Arqueologia do Saber* a sua forma de escrever não poderia ser mais próxima dessa influência, enquanto se articula do início ao fim em torno de noções como discurso, enunciado, enunciação, proposição, frase. Mas, se ao invés de prosseguirmos na perseguição dessa suposta influência, nos ativermos exclusivamente no texto, veremos uma proposta totalmente diferente. Para dizer de uma vez, o que temos na *Arqueologia do Saber* não é uma análise da linguagem, mas uma análise do discurso. E fazer essa distinção é fazer aparecer não só a singularidade da análise do discurso em Foucault, como fazer aparecer a singularidade da sua arqueologia. Muito dessa singularidade aparece naquela afirmação que volta e meia é retomada, mesmo por quem estuda Foucault a muitos anos, quando se procura identificar o lugar do livro na obra: “Mas a *Arqueologia* não trata exatamente do que foi feito nos livros anteriores.” Sim, de fato não trata. A

³⁹⁴ “Foucault não nega que, em meados dos anos sessenta, seu trabalho desviou-se de um interesse pelas práticas sociais, que formavam as instituições e o discurso, e encaminhou-se em direção a uma preocupação quase que exclusiva com as práticas linguísticas”. DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013, p. X.

³⁹⁵ Cf. WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso** – Ensaio sobre a crítica da cultura. São Paulo: Ed. da USP, 1994, p. 253.

questão é que, se tratasse, não seria a arqueologia, seria comentário. Estaria articulando-se contra si mesma, interrogando-se sobre o que disse e sobre o que queria dizer. Como Foucault já anunciava em *O Nascimento da Clínica*: “trata-se de, [tratar-se-ia, neste caso] enunciando o que foi dito, redizer o que nunca foi pronunciado.”³⁹⁶ Ou ainda, tratar-se-ia de admitir esse estranho excesso de significado, resto de pensamento ainda não formulado, não dito, resíduo que permanece no discurso.

Mas é exatamente contra isso que se instaura a arqueologia. Não se pode esperar que a relevância, a importância ou a necessidade da *Arqueologia do Saber* esteja ligada à sua capacidade de interpretar os livros anteriores. Não se pode esperar uma coerência metodológica porque não há uma unidade de método que tenha determinado de uma vez por todas os desdobramentos do pensamento foucaultiano, que se caracteriza muito mais por uma série de deslocamentos. Neste ponto é preciso usar Foucault contra Foucault (e ao invés dos outros, entenda-se ele mesmo):

Falar sobre o pensamento dos outros, procurar dizer o que eles disseram é, tradicionalmente, fazer uma análise do significado. Mas é necessário que as coisas ditas, por outros e em outros lugares, sejam exclusivamente tratadas segundo o jogo do significante e do significado? Não seria possível fazer uma análise dos discursos que escapasse à fatalidade do comentário, sem supor resto algum ou excesso no que foi dito, mas apenas o fato de seu aparecimento histórico? Seria preciso, então, tratar os fatos de discurso não como núcleos autônomos de significações múltiplas, mas como acontecimentos e segmentos funcionais formando, pouco a pouco, um sistema. O sentido de um enunciado não seria definido pelo tesouro de intenções que contivesse, revelando-o e reservando-o alternadamente, mas pela diferença que o articula com os outros enunciados reais e possíveis, que lhe são contemporâneos ou aos quais se opõe na série linear do tempo. Apareceria, então, a História sistemática dos discursos.³⁹⁷

É a essa análise de discursos que a empreitada foucaultiana se direciona. Portanto, em oposição à categoria do comentário. Afinal: “Como retratar um pensamento que se caracteriza pela recusa de um solo fixo?”³⁹⁸ A resposta à questão, está na própria arqueologia.³⁹⁹ E significa, exatamente, a ausência de

³⁹⁶ FOUCAULT, M. *O Nascimento da Clínica*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. XIII.

³⁹⁷ FOUCAULT, M. *O Nascimento da Clínica*. *Op. Cit.* p. XIV.

³⁹⁸ RIBAS, Thiago Fortes. *Saber, Verdade e política no pensamento de Michel Foucault*. Tese de doutorado. UFPR, Curitiba, 2016, p. 5.

³⁹⁹ Ainda sobre este ponto de se esperar da *Arqueologia do Saber* (o que se poderia estender a outros trabalhos) uma resposta definitiva em termos metodológicos concordamos com Thiago Ribas, que neste caso fala sobre os trabalhos foucaultianos de um modo geral: “O perigo de se cometer o mesmo erro com os estudos foucaultianos, buscando neles um tesouro jamais completamente enunciado, não é pequeno, tendo em vista, principalmente, o fato de a exegese, que busca um sentido escondido por meio da leitura

um significado metodológico definitivo no trabalho de Foucault e, por outro lado, a afirmação do único que permanece: a possibilidade de renovadas perspectivas para a análise. Para Takashi Sakamoto, é neste sentido que a redação da *Arqueologia do Saber* é ao mesmo tempo uma exigência inerente ao desenvolvimento do pensamento foucaultiano e um deslocamento. Na *Arqueologia do Saber* Foucault quer mostrar que o pensamento deve retomar sua própria História para desapegar-se dela. No entanto, esse despreendimento não é caracterizado pelo cancelamento total e dialético do que já existe, mas sim por uma série de deslocamentos.⁴⁰⁰ É o que fica claro neste excerto/confissão em que Foucault declara *je ne suis ni ceci ni cela*:

Daí a maneira precavida, claudicante deste texto: a cada instante, ele se distancia, estabelece suas medidas de um lado e de outro, tateia em direção a seus limites, se choca com o que não quer dizer, cava fossos para definir seu próprio caminho. A cada instante, denuncia a confusão possível. Declina sua identidade, não sem dizer previamente: não sou isto nem aquilo. Não se trata de uma crítica, na maior parte do tempo; nem de uma maneira de dizer que todo mundo se enganou a torto e a direito; mas sim de definir uma posição singular pela exterioridade de suas vizinhanças; mais do que querer reduzir os outros ao silêncio, fingindo que seu propósito é vão - tentar definir esse espaço branco de onde falo, e que toma forma, lentamente, em um discurso que sinto como tão precário, tão incerto ainda.⁴⁰¹

Talvez pudéssemos acompanhar esse ritmo que se caracteriza por um compasso que não busca o acabamento, a teleologia, o sentido último ou mesmo o primeiro e, assim, nos instalássemos, com Foucault, na “precariedade” desse movimento arqueológico “tão incerto...”. Todavia, a emergência desse movimento, é detectada “há dezenas de anos”, por exemplo, na História dos historiadores, quando voltaram a atenção, “de preferência, para longos períodos” e encontraram “por trás da História desordenada dos governos, das guerras e da fome” uma diversidade de Histórias quase imóveis:

História dos caminhos marítimos, História do trigo ou das minas de ouro, História da seca e da irrigação, História da rotação das culturas, História do equilíbrio obtido pela espécie humana entre a fome e a proliferação. As velhas questões de análise tradicional (...) são substituídas, de agora em diante, por interrogações de outro tipo.⁴⁰²

estrutural interna dos textos filosóficos, ser, ainda hoje, um dos principais métodos pelos quais se ensina a fazer pesquisa nos departamentos de filosofia.” RIBAS, Thiago Fortes. **Saber, Verdade e política no pensamento de Michel Foucault**. *Op. Cit.* p. 7.

⁴⁰⁰ Cf. SAKAMOTO, Takashi. *Le problème de l'histoire chez Michel Foucault*. *Op. Cit.*, p. 266.

⁴⁰¹ FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. *Op. Cit.* p. 21.

⁴⁰² *Ibid.* p. 3-4.

Mas é preciso também que se leve em conta que “mais ou menos na mesma época, nessas disciplinas chamadas História das ideias, das ciências, da filosofia, do pensamento e da literatura”⁴⁰³ e de modo especial com Bachelard, Canguilhem, Serres, Guérout, Althusser, também houve esforços para encontrar as diversas formas pelas quais se pode descrever os deslocamentos e as transformações, na formação de uma ciência, de um conceito, de um sistema de pensamento. Neste movimento, “a descrição das influências, das tradições, das continuidades culturais não é pertinente como o é a das coerências internas.”⁴⁰⁴

Portanto, não é ao estruturalismo que Foucault liga seu pensamento na *Arqueologia do Saber*, mas à História dos historiadores e, de modo especial, à Escola dos *Annales*, mas também, à História da ciência (Bachelard, Canguilhem, Serres) e à História da filosofia (Guérout). Essa escolha estratégica de Foucault está ligada às críticas que sofreu, de modo especial de Sartre, que entende que seu pensamento havia ignorado a História. É para evidenciar uma História diferente daquela de Sartre e, portanto, um pensamento não estrutural, mas histórico, o que move a realização desse trabalho.

Em 1966 Sartre havia dito que o sucesso de *As palavras e as coisas* seria revelador de uma tendência dominante da nova geração, isto é, a recusa da História. Para ele

(...) Foucault não nos diz o que seria o mais interessante: a saber, como cada pensamento é construído (...), nem como os homens passam de um pensamento para outro. Para fazer isso, ele teria que intervir na práxi, e assim na História, e é precisamente o que ele recusa. Claro, sua perspectiva continua histórica. Distingue períodos, um antes e um depois. Mas substitui o cinema por uma lanterna mágica, o movimento por uma sucessão de imobilizações. O sucesso de seu livro prova o que já era esperado. Mas nunca se espera um pensamento verdadeiramente original. Foucault traz às pessoas, o que elas precisavam: uma síntese eclética em que Robbe-Grillet, o estruturalismo, a linguística, Lacan, *Tel Quel* são utilizados, por sua vez, para demonstrar a impossibilidade da reflexão histórica.⁴⁰⁵ (trad. e grifo nosso)

A estas questões de Sartre a *Arqueologia* não é indiferente. Foucault lhe responde claramente quando opõe a ideia de uma História global a uma História geral, de qualquer modo, situando essas diversas perspectivas da História ao

⁴⁰³ *Ibid.*

⁴⁰⁴ *Ibid.* p. 5.

⁴⁰⁵ Cf. SARTRE, Jean-Paul. « *Jean-Paul Sartre répond* », *L'Arc*, nº 30, 1966, p. 87.

que chama de “crítica do documento”. Em nota de rodapé, Foucault faz uma clara e irônica alusão à “lanterna mágica” de Sartre, enquanto no corpo do texto identifica a História global com uma descrição que cinge todos os fenômenos em torno de um centro único, no que se mostra sua diferença com uma História geral que, ao contrário, desdobra-se num espaço de dispersão através de séries, séries de séries, quadros.⁴⁰⁶ O problema da possibilidade de uma História geral é colocado por Foucault quando situa a aparente contradição entre a multiplicação das rupturas na História da ciência e a afirmação dos longos períodos na História dos historiadores (*Annales*). Na verdade, afirma Foucault, este entrecruzamento não deve nos iludir, na medida em que os problemas colocados são os mesmos, embora possam provocar efeitos diversos na superfície. Tanto as questões colocadas pela História dos historiadores, quanto aquelas colocadas pela História da ciência, resumem-se no problema da relação entre documento e monumento. Como vimos no capítulo anterior, François Furet já deixava claro o que significou nos *Annales* esta revolução metodológica em torno do documento.⁴⁰⁷ E ela também trouxe implicações fundamentais para a constituição da noção de acontecimento na *Arqueologia do Saber*.

Na medida em que o documento e o dado já não existem por si próprios, mas em relação com a série que os precede e os segue, os acontecimentos já não são fatos externos recortados na linha continua da História. São, ao contrário, escolhidos eventualmente em função de seu caráter repetitivo e serial, na medida em que correspondem a critérios de coerência interna.⁴⁰⁸

À História, resta o papel de mito ocidental, dizia Vincent Descombes, enquanto acrescentava que isso não significa negar-lhe a existência, porque ninguém pretende rejeitar o histórico, ou pelo menos não Foucault, ao contrário, portanto, do que pensava Sartre, quando afirmava que *As palavras e as coisas* teria sido a última barreira erigida pela burguesia, contra Marx. Pior para Sartre

⁴⁰⁶ Em nota de rodapé Foucault esclarece: “Será preciso assinalar, para os mais desatentos, que um “quadro” (e, sem dúvida, em todos os sentidos do termo) é formalmente uma “série de séries”? De qualquer forma, não se trata de uma pequena imagem fixa que se coloca diante de uma lanterna mágica, para grande decepção das crianças, que, nessa idade, preferem, é claro, a vivacidade do cinema.” Cf. FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. *Op. Cit.* p. 12.

⁴⁰⁷ Ver: p. 127 ; nota 359. Cf. FURET, François. **Le Quantitatif en Histoire**. *Op. Cit.* p. 58-59. «Le document, la donnée, n’existent plus pour eux-mêmes, mais par rapport à la série qui les précède et les suit ; c’est leur valeur relative qui devient objective et non leur rapport à une insaisissable substance « réelle ».

⁴⁰⁸ Cf. FURET, François. **Le Quantitatif en Histoire**. *Op. Cit.* p. 58-59.

que com esta afirmação consegue apenas justificar claramente a natureza mítica de sua própria concepção de História. Todavia, colocada a questão desta forma, resta saber se podemos desnaturalizar a História e escapar de Hegel.⁴⁰⁹

⁴⁰⁹ Cf. DESCOMBES, Vincent. *Lo mismo y lo outro*. *Op. Cit.* p. 147 ss. Sobre este tema, associado à leitura que Hyppolite propõe sobre Hegel, já nos ocupamos no primeiro capítulo.

4.1 A Análise Arqueológica

A *Arqueologia do Saber* se propõe a ser uma análise de discursos.⁴¹⁰ Mas é preciso esclarecer a que nível de discursos a análise é direcionada. Não se trata dos níveis usuais e já naturalizados da discursividade. Foucault se propõe a investigar os discursos no momento em que constituem historicamente alguma regularidade⁴¹¹, o que significa dizer que num primeiro momento a análise arqueológica investirá nos discursos como pura dispersão.

Nesta perspectiva, Foucault percebe como necessário o tratamento dos conceitos de descontinuidade, ruptura, de limiar, de limite, de séries e de transformação. Já no primeiro capítulo da *Arqueologia do Saber*, esclarece que estas noções serão tratadas no âmbito destas “ (...) disciplinas tão incertas de suas fronteiras, tão indecisas em seu conteúdo, que se chamam História das ideias, ou do pensamento, ou das ciências, ou dos conhecimentos.”⁴¹² Em suma, Foucault vai tratar das descontinuidades da História, porque a demanda de uma discussão sobre as descontinuidades está necessariamente ligada à negação de uma série de noções familiares que remetem necessariamente a um jogo de remissão à continuidade.

Essas noções familiares, Foucault as identifica como a Tradição, noção que permite pensar a dispersão da História na forma de um conjunto de fenômenos temporalmente sucessivos e idênticos que remetem todo começo a um fundo de permanência e origem;

A Influência, noção que sustenta a ideia de transmissão ou comunicação causal capaz de ligar através do tempo unidades como indivíduos, obras ou teorias;

⁴¹⁰ De acordo com Carlos Alberto Faraco, o linguista americano Zellig Harris, teria sido o primeiro a usar a expressão “Discourse analysis” – que pode ser traduzida indistintamente por Análise do Discurso ou Análise de Discurso. Cf. HARRIS, Z. *Discourse analysis. Language*, New York, v. 28, n. 1, p. 1-30, 1952, apud FARACO, Carlos Alberto. *Zellig Harris: 50 anos depois*. Revista Letras, Curitiba, n. 61, especial, p. 247-252, 2003. Editora UFPR.

⁴¹¹ Para Foucault a regularidade do discurso não se opõe à irregularidade, isto é, não se constitui como instância de valor, mas como “conjunto das condições nas quais se exerce a função enunciativa que assegura e define sua existência.” FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber. Op. Cit.* p. 176.

⁴¹² *Ibid.* p. 25.

O Desenvolvimento e a Evolução, noções que permitem reagrupar acontecimentos dispersos ao entorno de um único e mesmo princípio organizador;

A Mentalidade e o Espírito: noções que permitem identificar numa determinada época fenômenos que compartilham simultaneamente de um mesmo sentido;

Foucault identifica nestas noções uma aceitação sem mais, de pressupostos que deveriam ser examinados com cautela, que mereceriam um olhar de desconfiança por parte do pesquisador. O *trabalho negativo* que Foucault sugere aqui é semelhante ao exercício de uma dúvida metódica de tipo cartesiano.⁴¹³ Neste sentido,

É preciso pôr em questão, (...) essas sínteses acabadas, esses agrupamentos que, na maioria das vezes, são aceitos antes de qualquer exame, esses laços cuja validade é reconhecida desde o início; é preciso desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens; é preciso expulsá-las da sombra onde reinam. E ao invés de deixá-las ter valor espontaneamente, aceitar tratar apenas, por questão de cuidado com o método e em primeira instância, de uma população de acontecimentos dispersos.⁴¹⁴

É preciso desconfiar também do lugar de onde falamos. Afinal, é possível que ainda se trate seriamente, em termos de individualidades, como unidades discursivas, a Filosofia, a Literatura, a Ciência, a História?

Não será verdade que nós próprios nos flagramos, inseguros por vezes, da pertinência destas distinções discursivas? Pois que não sejamos inseguros, mas nos inquietemos ao avaliar enunciados classificados tal qual categorias, em termos de discurso filosófico, discurso científico, discurso religioso, que à época de sua formulação foram distribuídos, repartidos e caracterizados de modo inteiramente diferente:

afinal, a "literatura" e a "política" são categorias recentes que só podem ser aplicadas à cultura medieval, ou mesmo à cultura clássica, por uma hipótese retrospectiva e por um jogo de analogias formais ou de semelhanças semânticas; mas nem a literatura, nem a política, nem tampouco a filosofia e as ciências articulavam o campo do discurso nos séculos XVII ou XVIII como o articularam no século XIX.⁴¹⁵

⁴¹³ Cf. SABOT, Philippe. *Le statut de l'événement dans L'Archéologie du savoir*. Op. Cit. p. 9.

⁴¹⁴ FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Op. Cit. p. 26.

⁴¹⁵ *Ibid.* p. 27.

Sobre estes “grandes” discursos Foucault ressalva a importância de pensá-los nas suas relações e articulações entre si, na função que exercem enquanto princípios de classificação e regras normativas, mas que, todavia, devem ser pensados fundamentalmente uns ao lado dos outros, na medida em que não são autóctones e nem universalmente reconhecíveis.

A identificação da função dos fatos do discurso enquanto possibilidades históricas discursivas e não como necessidades formais, não faz com que Foucault, automaticamente, escape a estes dispositivos, quanto mais a maioria de nós pesquisadores conformados às grandes individualidades históricas. Daí talvez alguma dificuldade em se produzir uma “leitura foucaultiana de Foucault.”⁴¹⁶ É certamente mais cômodo permanecermos fiéis às categorias da História das ideias. O desafio é ler Foucault como ele lê os outros. Mas neste caso há o risco de perdê-lo.⁴¹⁷ Não sabemos se Foucault sentiu-se feliz, mas certamente deleitou-se em ironia por ter produzido maquinarias de raciocínio que insinuam preocupação, ou melhor, deboche, sobre qualquer comentário que reivindica dizer o senso, a direção ou a verdade de seu trabalho: “Não, não, eu não estou onde você me espreita, mas aqui de onde o observo rindo.”⁴¹⁸ A questão, que não é nova, é a de se podemos comentar seu trabalho fazendo uso das mesmas categorias compreendidas como impróprias para pensar a articulação dos discursos, sejam eles quais forem, e manter-se imediatamente mobilizados para interpretar um texto, uma obra, um autor. Justamente estas unidades em que sua recomendação de suspensão foi a mais insistente. A unidade é sempre relativa, seja da função autor, da obra ou do livro. “Assim que a questionamos, ela perde sua evidência; não se indica a si mesma, só se constrói a partir de um campo complexo de discursos.”⁴¹⁹

Finalmente uma última precaução contra as continuidades irrefletidas das unidades discursivas. A necessidade de se renunciar às origens secretas que tem como contraponto a impossibilidade de se pensar os começos. Daí a

⁴¹⁶ CHARTIER, Roger. **O que é um Autor?** Revisão de uma genealogia. São Carlos: EdUFSCAR, 2012.

⁴¹⁷ “ ... lire Foucault avec Foucault, le lire comme il lisait les autres, mais au risque de le perdre?” Cf. CHARTIER, R. **Foucault et les historiens, les historiens et Foucault** (pp. 223-237) *In: Au risque de Foucault*. Paris: Centre Georges Pompidou et Centre Michel Foucault, Paris, 1997. p. 224.

⁴¹⁸ FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. *Op. Cit.* p.21

⁴¹⁹ *Ibid.* p.28.

necessidade de se pensar as séries, as séries de séries, das quais o tempo é só uma palavra que designa uma duração entre tantas, um quadro entre outros.

Há ainda um segundo tema ligado a este que é aquele que alude a uma espécie de não-dito ou como afirma Foucault um “já-dito”, que não remete a uma frase já pronunciada ou a um texto já escrito, mas a um “jamais-dito”, no entanto, sempre pressuposto de todo discurso manifesto.

Um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não é senão o vazio de seu próprio rastro. Supõe-se, assim, que tudo que o discurso formula já se encontra articulado nesse meio-silêncio que lhe é prévio, que continua a correr obstinadamente sob ele, mas que ele recobre e faz calar.⁴²⁰

É preciso renunciar a estas formas prévias de continuidade ou ao menos suspendê-las enquanto não são problematizadas.

Não se trata, é claro, de recusá-las definitivamente, mas sacudir a quietude com a qual as aceitamos; mostrar que elas não se justificam por si mesmas, que são sempre o efeito de uma construção cujas regras devem ser conhecidas e cujas justificativas devem ser controladas; definir em que condições e em vista de que análises algumas são legítimas; indicar as que, de qualquer forma, não podem mais ser admitidas.⁴²¹

Dito isso, ou seja, suspensas, ao menos provisoriamente essas formas imediatas de continuidade, resta-nos todo um gigantesco conjunto de enunciados. Descortina-se um projeto sobre o imenso domínio dos discursos em geral em sua dispersão de acontecimentos, isto é, o projeto de uma “descrição dos acontecimentos discursivos como horizonte para a busca das unidades que aí se formam.”⁴²²

I - As formações discursivas

Não será a arqueologia uma proposta de interpretação de um sentido subjacente, nem a tentativa de dizer o que o autor realmente quis dizer, o que a confronta com as Histórias tradicionais empenhadas com a intenção do autor ou com o rigor do seu pensamento. A arqueologia tratará de relações. Relações entre os enunciados. Mesmo e, principalmente, quando estes enunciados

⁴²⁰ FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Op. Cit. p.30.

⁴²¹ *Ibid.* p.31.

⁴²² *Ibid.* p.32.

extrapolam a unidade do autor, da obra, ou mesmo de uma determinada ordem de acontecimentos, tratando de grupos de enunciados muito diferentes e, de ordens discursivas diversas (econômicas, sociais e políticas). Portanto:

Fazer aparecer, em sua pureza, o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos não é tentar restabelecê-lo em um isolamento que nada poderia superar; não é fechá-lo em si mesmo; é tornar-se livre para descrever, nele e fora dele, jogos de relações.⁴²³

Estas relações serão aquelas passíveis de descrição desde as unidades já familiares e bem aceitas como a psicopatologia, a medicina ou a economia política. Mas desta perspectiva não se trata de aceitá-las em sua naturalidade já institucionalizada, mas ao contrário, trata-se de desnaturalizá-las, portanto, de questioná-las em sua individualidade e continuidade. Foucault propõe aqui uma decomposição destas unidades para descrever além de seu efeito de superfície, as condições históricas de sua regularidade, justamente para encontrar o pano de fundo sobre o qual os acontecimentos discursivos delas se recortam. A pergunta a se responder será: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?

Neste ponto Foucault demarca mais uma vez sua diferença em relação a uma História das ideias que buscaria encontrar um sistema de pensamento que reconstituiria um outro discurso nele mesmo, encoberto na intenção, na consciência ou mesmo na emergência de um inconsciente quase imperceptível nas palavras manifestas de um sujeito feito autor. A análise a que Foucault se propõe é inteiramente diferente

trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. Não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar. A questão pertinente a uma tal análise poderia ser assim formulada: que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte?⁴²⁴

⁴²³ FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Op. Cit. p.35.

⁴²⁴ *Ibid.* p.34.

Esta análise se efetiva, portanto, isolando tanto quanto possível, neste imenso domínio dos enunciados e, em relação à língua e ao pensamento, a instância dos acontecimentos discursivos. Por mais banal que seja, ou aparente ser, o acontecimento é sempre constituidor de abertura, na medida em que “nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” sua “irredutível – e muito frequentemente minúscula – emergência.”⁴²⁵ Mas o que esta atenção a um conjunto de acontecimentos enunciativos dispersos se proporia se pudesse apreender para além do momento da estruturação formal e das leis de construção de enunciados o espaço de constituição não apenas de sua existência mas das regras do seu aparecimento? Foucault responde que num primeiro momento ela deve se propor um recorte provisório onde as relações possam se mostrar numerosas, densas e fáceis de descrever. Num segundo momento e, para escapar de recortes como o da obra e de categorias como as da influência é preciso propor-se a considerar desde o início da pesquisa “domínios bastante amplos, [e] escalas cronológicas bastante vastas.”⁴²⁶

Ainda sobre as relações entre enunciados, apresentam-se algumas hipóteses. Mas antes mesmo de formulá-las seria importante colocar algumas questões. O fato de alguns enunciados se apresentarem claramente como referentes a áreas bem determinadas como a economia política, a biologia, a psicopatologia, é suficiente para estabelecer uma continuidade necessária ao longo do tempo? Ou seria ilusório o reagrupamento retrospectivo pelo qual as ciências contemporâneas contam a própria História. Será sobre essa imensa massa de enunciados dispersos que Foucault apresenta algumas hipóteses, “analisadas e rejeitadas, sobre o que faz a unidade de um discurso”⁴²⁷

A primeira, pode ser apresentada da seguinte forma: os enunciados, diferentes entre si, em sua dispersão no quadro de um tempo, são capazes em seu conjunto de se referir a um único objeto?

Esta perspectiva permitiria pensar, que o objeto que se põe de diferentes maneiras na experiência social e individual, a que chamamos loucura, seria a condição a partir da qual foi possível se constituir a psicopatologia.

⁴²⁵ FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. *Op. Cit.* p. 34.

⁴²⁶ *Ibid.* p.37. Neste ponto, a resposta de Foucault alinha-se a Braudel, quando este último propôs, a mais de uma década, a noção de *longa duração*.

⁴²⁷ MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p.145.

Mas colocada assim, a questão se prestaria a um equívoco, na medida em que o objeto pressuposto, em torno do qual os enunciados se reúnem não se confirma. Afinal, não se trata da substância de um objeto a ser descrito em diferentes quadros do tempo. Fazendo referência a seu trabalho em *História da Loucura*, Foucault demonstra que a suposta unidade deste objeto não encontra sustentação quando se colocam lado a lado enunciados médicos, sentenças jurídicas e medidas policiais, no que diz respeito, por exemplo, aos séculos XVII e XVIII. Sua conclusão é de que “não é possível admitir, como unidade válida para constituir um conjunto de enunciados, o *discurso referente à loucura*.” Por isso a afirmação de que

A unidade dos discursos sobre a loucura não estaria fundada na existência do objeto "loucura", ou na constituição de um único horizonte de objetividade; (...) a unidade dos discursos sobre a loucura seria o jogo das regras que definem as transformações desses diferentes objetos, sua não-identidade através do tempo, a ruptura que neles se produz, a descontinuidade interna que suspende sua permanência.⁴²⁸

O conjunto dos enunciados não supõe, portanto, um objeto a ser constituído de tempos em tempos. Os enunciados em sua dispersão, criam diferentes objetos, há de fato uma multiplicidade de objetos que aparentemente se referem a um mesmo discurso, mas

cada um desses discursos, por sua vez, constitui seu objeto e o elabora até transformá-lo inteiramente. Assim, a questão é saber se a unidade de um discurso é feita pelo espaço onde diversos objetos se perfilam e continuamente se transformam e não pela permanência e singularidade de um objeto.⁴²⁹

Por fim, a questão é que a unidade dos discursos sobre um dado objeto, seja a loucura, a clínica, a prisão ou a sexualidade, seria o jogo das regras que definem as transformações desses diferentes objetos, sua não-identidade através do tempo, a ruptura que neles se produz, a descontinuidade interna que suspende sua permanência.

A segunda hipótese se caracteriza pela ideia de um certo *estilo*, um certo caráter constante da enunciação. Mas esta hipótese foi abandonada assim que Foucault percebeu que se há unidade, o princípio não é uma forma

⁴²⁸ FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Op. Cit. p.40.

⁴²⁹ *Ibid.*

determinada de enunciados. A tarefa seria muito mais a de caracterizar e individualizar a coexistência de enunciados dispersos e heterogêneos.

Terceira hipótese: não se poderiam estabelecer grupos de enunciados, determinando-lhes o sistema dos conceitos permanentes e coerentes que aí se encontram em jogo? Estes conceitos formariam um núcleo de base a partir do qual outros seriam derivados e formariam uma espécie de “arquitetura conceitual”. Novamente a hipótese é abandonada em proveito do trabalho de descrição do jogo do aparecimento e dispersão dos conceitos.

Finalmente, a quarta hipótese remeteria à ideia de que os enunciados poderiam ser descritos por sua proximidade temática e por uma certa identidade, como autores ligados ao tema do evolucionismo ou da economia política. Porém, logo se percebe que mesmo quando a temática apresenta identidade, o jogo de conceitos se refere a uma ordem discursiva diferente.

Daí a ideia de descrever essas dispersões; de pesquisar se entre esses elementos, que seguramente não se organizam como um edifício progressivamente dedutivo, nem como um livro sem medida que se escreveria, pouco a pouco, através do tempo, nem como a obra de um sujeito coletivo, não se poderia detectar uma regularidade: uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua simultaneidade, posições assinaláveis em um espaço comum, funcionamento recíproco, transformações ligadas e hierarquizadas.⁴³⁰ (grifo nosso)

De modo que para cada jogo de relações entre objetos, tipos de enunciação, conceitos, escolhas temáticas definidas pela regularidade (uma ordem) de um sistema de dispersão, Foucault dará o nome de formação discursiva. Naturalmente que as regras de formação destas regularidades estarão necessariamente submetidas a certas condições de existência intimamente ligadas ao modo como os seus elementos constituidores (objetos, modalidades de enunciação, conceitos, escolhas temáticas) se dispõem historicamente em séries. Definitivamente o olhar do historiador das ideias não alcançará mais, nesta perspectiva, os problemas que anteriormente o acompanhavam. Nem a origem, nem a finalidade, nem o sujeito, nem o objeto, nem a continuidade, nem o progresso. Restará à análise apenas “um espaço em branco, indiferente, sem interioridade nem promessa.”⁴³¹

⁴³⁰ FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Op. Cit. p.46.

⁴³¹ *Ibid.* p.48.

II - O nível dos objetos

Quanto à formação dos objetos Foucault chama a atenção para a questão fundamental, a saber: não são eles, estes objetos, que estiveram à espera de descrição, como se pode pensar do discurso psiquiátrico no século XIX, mas a condição de sua existência é que torna possível a apreensão de sua emergência. Foucault descreve o que chama de regimes de existência demarcando as superfícies primeiras de sua aparição, para poder mostrar onde puderam surgir para que em seguida fossem designadas e analisadas “segundo os graus de racionalização, os códigos conceituais e os tipos de teorias [para enfim] receber a qualificação de doença, alienação, anomalia, demência, neurose ou psicose.”⁴³² Estas superfícies de emergência, que se modificam de sociedade para sociedade, de época em época e em diferentes formas de discurso, mas que em relação à psicopatologia do século XIX, provavelmente foram constituídas pela família, pelo grupo social próximo, o meio de trabalho, a comunidade religiosa, mas também a arte, a sexualidade e a penalidade.

Além destas superfícies de emergência é necessário que se descreva também as instâncias de delimitação. Os lugares a partir dos quais se institui, se designa, se nomeia e se instaura a loucura como objeto. Neste caso, a medicina, a justiça – particularmente a justiça penal –, a autoridade religiosa, a crítica literária e artística.

Finalmente, as grades de especificação, que são sistemas de classificação das diferentes “loucuras” como objetos do discurso psiquiátrico. A título de exemplo dessas grades Foucault cita

a alma, como grupo de faculdades hierarquizadas, vizinhas e mais ou menos interpenetráveis; o corpo, como volume tridimensional de órgãos ligados por esquemas de dependência e de comunicação; a vida e a História dos indivíduos, como sequência linear de fases, emaranhado de traços, conjunto de reativações virtuais, repetições cíclicas; os jogos das correlações neuropsicológicas como sistemas de projeções recíprocas e campo de causalidade circular).⁴³³

Dadas estas descrições, são colocados em seguida os seus limites. Nenhuma destas instâncias poderia por si só responder pela constituição do

⁴³² FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Op. Cit. p.50

⁴³³ *Ibid.* p.51.

objeto “loucura”. Nem as famílias nem nenhuma jurisprudência, com suas normas e proibições, determinam que estes ou aqueles são “doentes”. E mais, que relações poderiam existir entre estes diversos planos de diferenciação? Por que esta série de planos e não outro? A conclusão de Foucault é a de que

o discurso psiquiátrico, no século XIX, caracteriza-se não por objetos privilegiados, mas pela maneira pela qual forma seus objetos, de resto muito dispersos. Essa formação é assegurada por um conjunto de relações estabelecidas entre instâncias de emergência, de delimitação e de especificação.⁴³⁴

Não obstante esta forma resumida de conclusão se vê claramente a dificuldade em se dizer, ou fazer aparecer um objeto de discurso nas suas condições históricas. Mas o mais importante será partir do pressuposto de que seja qual for esse objeto ele não preexiste, não está escondido em nenhum lugar, mas apenas existe enquanto efeito num complexo feixe de relações. São estas relações que permitem o aparecimento do objeto. Para isso, “fica-se, tenta-se ficar no nível do próprio discurso.” Não se pretende ver além ou aquém dele. Pouco importam seus laços entre palavras e coisas, pouco importam os signos e seus elementos significantes que remetem às representações. O que se vislumbra no discurso são as regras próprias da prática discursiva.

Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.⁴³⁵

Contudo, um dos aspectos desse “mais”, vai mostrar que “ficar no nível do próprio discurso” não significa fechar-se no interior do próprio discurso,⁴³⁶ no sentido de que não se trata de uma racionalidade imanente, que poderia ser descrita continuamente.

III - Os tipos enunciativos

Desde a *História da Loucura* Foucault percebeu que uma análise cuidadosa dos tipos enunciativos não pode ter a pretensão de definir objetos

⁴³⁴ FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Op. Cit. p.54.

⁴³⁵ *Ibid.* p.60.

⁴³⁶ MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. Op. Cit., p. 149.

fixos e enunciados permanentes. Para descrever as variações das modalidades enunciativas a arqueologia deve considerar práticas discursivas em constante mutação. A primeira questão a se considerar é o *status* de quem fala.

A fala médica não pode vir de quem quer que seja; seu valor, sua eficácia, seus próprios poderes terapêuticos e, de maneira geral, sua existência como fala médica não são dissociáveis do personagem, definido por *status*, que tem o direito de articulá-lo, reivindicando para si o poder de conjurar o sofrimento e a morte.⁴³⁷

Ainda considerando o discurso médico, mas levando-se em conta a diversidade de suas enunciações possíveis “é preciso descrever também os *lugares* institucionais de onde o médico obtém seu discurso”.⁴³⁸ Estão entre estes lugares o hospital, o laboratório e, tudo mais que pode constituir o campo de informações e documentos auxiliares reconhecidos como válidos a que Foucault chama de a “biblioteca”. Por fim, as posições do sujeito no que diz respeito a uma diversidade de situações perceptivas. Posições a que ele ocupa e pode ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos. Em suma, o que se pretende deixar claro, abrindo o leque de possibilidades dispersas, de modalidades enunciativas, é que elas não estão relacionadas à unidade de um sujeito. Este tipo de análise, não tem a intenção de remeter a diversidade dos enunciados a uma síntese, ou a um sujeito transcendental fundador, ou unificador dos “conhecimentos”. A análise arqueológica manifesta, ao contrário, a dispersão do sujeito:

nos diversos *status*, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala. Se esses planos estão ligados por um sistema de relações, este não é estabelecido pela atividade sintética de uma consciência idêntica a si, muda e anterior a qualquer palavra, mas pela especificidade de uma prática discursiva.⁴³⁹

Fica claro que a questão aqui é a análise da diversidade das enunciações e as regras que tornam possível essa diversidade no discurso.

⁴³⁷ FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Op. Cit. p.62.

⁴³⁸ *Ibid.*

⁴³⁹ *Ibid.* p.66.

IV - O nível dos conceitos

No que diz respeito à descrição do campo discursivo onde se encontram os conceitos será preciso se atentar às formas de *sucessão* e às *diversas disposições das séries enunciativas*. Não se trata de analisar os próprios conceitos, mas as suas regras de formação:

é, antes de tudo, um conjunto de regras para dispor em série enunciados, um conjunto obrigatório de esquemas de dependências, de ordem e de sucessões em que se distribuem os elementos recorrentes que podem valer como conceitos.⁴⁴⁰

Uma segunda configuração compreende o que Foucault chama de formas de *coexistência*. Por esse termo são apreendidas as ideias de um *campo de presença*, que se refere aos enunciados já formulados em alguma outra parte e que são retomados em um discurso a título de verdade admitida; um *campo de concomitância*, que trata dos enunciados que se referem a domínios de objetos que pertencem a tipos de discurso totalmente diferentes; E, finalmente, um *domínio de memória*, que compreende enunciados em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica.

Por fim, torna-se possível, nos diz Foucault, definir os *procedimentos de intervenção* aplicados aos enunciados. Estes procedimentos podem aparecer nas *técnicas de reescrita*, em *métodos de transcrição* dos enunciados, segundo os *modos de tradução, aproximação, delimitação, transferência e sistematização*. Estes elementos a serem analisados são bastante heterogêneos e muitas vezes discordantes, mas o que interessa a Foucault é “a maneira pela qual esses diferentes elementos estão relacionados uns aos outros. (...) É esse feixe de relações que constitui um sistema de formação conceitual.”⁴⁴¹

A descrição desse sistema, no entanto, não pretende tratar dos conceitos diretamente. O que se tem em vista não é a “arquitetura conceitual”, mas o “campo em que os conceitos podem coexistir e às regras às quais esse campo está submetido.”⁴⁴² Trata-se do que Foucault chama de nível *pré-conceitual*, que vem a ser efetivamente o sistema de formação conceitual, isto é, “o conjunto das

⁴⁴⁰ FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Op. Cit. p.68.

⁴⁴¹ *Ibid.* p.70-71.

⁴⁴² *Ibid.* p.71.

regras que aí se encontram efetivamente aplicadas.”⁴⁴³ Não se trata, portanto, de descrever uma “mentalidade” ou um sentido prévio, dado na consciência dos indivíduos, mas daquilo que é dado no próprio discurso e pode, assim, mesmo não constituindo “um acontecimento tão fácil de ser situado”, ser determinado no elemento da História.⁴⁴⁴

V - O nível dos temas e teorias, ou seja, das estratégias

Quanto à formação das escolhas teóricas, ao nível dos temas, ou ainda, às estratégias, o problema, dirá Foucault, é saber como se distribuem na História. É preciso considerar, num primeiro momento, o que Foucault chama de *pontos de difração* possíveis do discurso, ou seja, o que torna possível que diferentes temas componham uma mesma formação discursiva, “mesmo que segundo a cronologia não apareçam ao mesmo tempo.”⁴⁴⁵

Essas dispersões podem formar subconjuntos discursivos que disponibilizam campos de opções possíveis e permitem arquiteturas diversas.

Uma segunda questão diz respeito aos jogos possíveis que poderiam ter sido realizados, mas não se manifestaram.

Daí o fato de que, uma vez retomada, situada e interpretada em uma nova constelação, uma dada formação discursiva pode fazer aparecerem possibilidades novas (...) mas não se trata de um conteúdo silencioso que teria permanecido implícito, que teria sido dito sem sê-lo, e que constituiria, sob enunciados manifestos, uma espécie de subdiscurso mais fundamental, voltando agora à luz do dia; trata-se de uma modificação no princípio de exclusão e de possibilidade das escolhas, modificação que é devida à inserção em uma nova constelação discursiva.

Foucault dá o exemplo da análise das riquezas, nos séculos XVII e XVIII, onde os pontos de difração do discurso econômico derivam uns dos outros, se comandam e se pressupõem, mas onde estas estratégias não se constituem “na profundidade muda de uma escolha ao mesmo tempo preliminar e fundamental.” Foucault às interroga “no nível de sua existência” e naquilo que constituem “maneiras reguladas (e descritíveis como tais) de utilizar possibilidades de discursos.”⁴⁴⁶

⁴⁴³ FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Op. Cit. p.74.

⁴⁴⁴ Cf. *Ibid.*

⁴⁴⁵ *Ibid.* p.78.

⁴⁴⁶ Cf. *Ibid.* p. 82.

Os sistemas definidos acima devem ser descritos sob o ângulo do seu relacionamento, que é sempre estabelecido pela prática discursiva. Juntos, estes sistemas de formação constituem um “sistema vertical de dependências” que se encontram no próprio discurso, ou em suas fronteiras, na medida em que não se trata de sua interioridade, mas de sua existência, portanto, “nesse limite em que se definem as regras específicas que fazem com que exista como tal.”⁴⁴⁷

Contudo, esta passagem, de um quadro de dispersão à regularidade discursiva, não deixa de ser problemática. Do questionamento das unidades discursivas tradicionalmente situadas, passamos, por fim, a uma outra forma de unidade? Afinal, do que foi dito, das relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias torna-se possível individualizar um sistema de relações. Mas estas relações, não obstante sua verticalidade, apresentam algum nível de hierarquia? Poderíamos supor um nível fundamental ou prioritário? A resposta de Foucault vai de encontro ao trabalho realizado nos livros anteriores. Ele explica que em cada uma das pesquisas anteriores um dos níveis foi priorizado. Na *História da Loucura* a questão era a emergência dos objetos. No *Nascimento da clínica*, os tipos de enunciação do discurso médico. Em *As palavras e as coisas* se privilegiou as regras de formação dos conceitos. Neste sentido, não se privilegia nenhum nível. As relações entre eles não se dão numa única direção. De certo modo é como se cada análise pudesse priorizar um nível que reorganizaria a configuração dos demais. Todavia, Foucault esclarece:

Os níveis não são, pois, livres, uns em relação aos outros, e não se desenvolvem segundo uma autonomia sem limite: da diferenciação primária dos objetos à formação das estratégias discursivas existe toda uma hierarquia de relações. Mas as relações se estabelecem igualmente em uma direção inversa. Os níveis inferiores não são independentes dos que lhes são superiores.⁴⁴⁸

Por fim, é preciso também que se leve em conta o fato de que o conjunto de regras que efetivam determinadas práticas discursivas estão sempre dadas no tempo. A cada vez, de novo. Justamente por isso, uma formação discursiva não é uma figura parada no tempo, imóvel. Na mesma medida em que não se constitui numa forma intemporal ela se apresenta como a possibilidade de

⁴⁴⁷ FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Op. Cit. p. 88.

⁴⁴⁸ *Ibid.* p. 86.

determinação de uma regularidade dos processos temporais “de um esquema de correspondência entre diversas séries temporais.”⁴⁴⁹

VI - Discurso e enunciado

Se a dimensão na qual Foucault toma a noção de discurso está situada em um nível anterior à sua classificação em tipos, tematizando-o pela definição de suas regras de formação, sua explicitação efetiva se dá com a ideia de enunciado. Afinal, Foucault reconhece na análise arqueológica a descrição de conjuntos de enunciados. Embora esta palavra tenha sido usada repetidamente, Foucault se demora bastante a lhe dar um estatuto. Sim, porque de fato, não se trata de uma definição, mas da localização do enunciado no discurso. Este lugar é uma “função de existência” e Foucault a um certo ponto parece ressentir-se⁴⁵⁰ por tê-lo caracterizado como

um elemento último, indecomponível, suscetível de ser isolado em si mesmo e capaz de entrar em um jogo de relações com outros elementos semelhantes a ele; como um ponto sem superfície mas que pode ser demarcado em planos de repartição e em formas específicas de grupamentos; como um grão que aparece na superfície de um tecido de que é o elemento constituinte; como um átomo do discurso.⁴⁵¹

Colocado nesta perspectiva, o enunciado se apresenta como a unidade elementar do discurso. E assim se identificaria aos elementos de unidade da lógica, da semântica e da filosofia analítica, respectivamente, a proposição, a frase e os atos de fala. Daí a necessidade de esclarecer o lugar do enunciado entre estas unidades já descobertas pela investigação da linguagem. Foucault demonstrará que o modo de existência do enunciado não lhe confere unidade e, assim, não pode se colocar no mesmo nível daquelas unidades. Esse modo de existência singular é caracterizado, como dito acima, enquanto uma “função” que na relação com outros enunciados, outras funções, assume eventualmente um espaço, um lugar que o caracteriza muito mais como um nó na rede de relações

⁴⁴⁹ FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. *Op. Cit.* p. 89.

⁴⁵⁰ “Repetidas vezes usei o termo ‘enunciado’, seja para falar (como se tratasse de indivíduos ou acontecimentos singulares) de uma ‘população de enunciados’, seja para opô-lo (como a parte se distingue do todo) aos conjuntos que seriam os ‘discursos’.” *Ibid.* p. 96.

⁴⁵¹ *Ibid.*

do que como átomo.⁴⁵² Este é de fato um modo singular de existência em que o enunciado não sendo unidade, permite, ao se exercer verticalmente, em relação às diversas unidades da proposição, da frase e dos atos de fala, dizer se elas estão presentes ou não.

Ele nunca passa de suporte ou substância accidental: na análise lógica, é o que "resta" quando se extrai e define a estrutura de proposição; para a análise gramatical, é a série de elementos linguísticos na qual se pode reconhecer, ou não, a forma de uma frase; para a análise dos atos de linguagem, aparece como o corpo visível no qual eles se manifestam. Em relação a todas essas abordagens descritivas, desempenha o papel de um elemento residual, puro e simples de fato, de material não pertinente.⁴⁵³

Não se trata de um elemento entre outros, mas sim daquilo que faz com que existam os conjuntos de signos e que permite sua atualização. Naturalmente se estabelece uma relação entre o enunciado e as coisas, mas o modo de existência próprio ao enunciado, lhe garante um papel muito diferente daquele que se estabelece nas relações entre proposição e referente, frase e sentido, nome com o que designa, significante com o significado. A fim de precisar o enunciado enquanto função enunciativa, Foucault passa a analisar os domínios com os quais o enunciado se relaciona e, portanto, podem ajudar a caracterizar sua forma original de existência. Estes domínios são o referencial, o sujeito, o campo associativo e a materialidade.

VII - O referencial

O enunciado não estabelece com o que enuncia uma relação como a da proposição com a do referente, pelo menos não a de um referente do modo como esta noção se articula do ponto de vista lógico. Algumas proposições lógicas não podem ser verificadas quando não há referente, como no exemplo de “A montanha de ouro está na Califórnia”. Para o enunciado, no entanto, a questão que se coloca está num outro nível, sua relação com o que se enuncia é anterior. Do ponto de vista do enunciado, a questão não é a ausência de referente para a

⁴⁵² « *En ce sens, l'énoncé est un noeud dans le réseau plutôt qu'un « atome ».* Nous pouvons dire que l'être singulier de l'énoncé, déterminé par ces relations, n'est rien d'autres qu'historique. » SAKAMOTO, Takashi. **Le problème de l'histoire chez Michel Foucault**. Tese de doutorado – Université Michel de Montaigne/Bordeaux III. 2011, p. 294.

⁴⁵³ FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. *Op. Cit.* p. 102.

proposição, mas antes, a questão a ser colocada é a de se o correlato do enunciado permite dizer se a proposição tem um referente.

Supondo que a formulação "A montanha de ouro está na Califórnia" não se encontre nem em manual de geografia nem em narrativa de viagem, mas em um romance, ou em uma obra de ficção qualquer, poderemos reconhecer-lhe um valor de verdade ou de erro (caso o mundo imaginário ao qual ela se relaciona autorize ou não semelhante fantasia geológica e geográfica). É preciso saber a que se refere o enunciado, qual é seu espaço de correlações, para poder dizer se uma proposição tem ou não um referente.⁴⁵⁴

Dito assim, o enunciado se aproxima da noção de exprimível nos estoicos,⁴⁵⁵ conforme a tese de Bréhier, quando afirma a respeito do atributo de lugar, como o que não afeta a natureza dos seres, e a respeito do vazio, que ele nada mais é do que um atributo possível, na medida em que não é o que é ocupado pelo corpo, mas o que é capaz de ser ocupado por ele⁴⁵⁶. Assim também o enunciado como explica Foucault, não se determina *a priori* por um referente, mas pode se determinar por ele. O mesmo se dá na relação entre frase e sentido, na medida em que mesmo quando não se pode apreender o sentido, ainda aí se estabelece a correlação. O enunciado está dado nesta medida e justamente por isso não se pode justapor a relação frase/sentido à relação enunciado/enunciação. Do outro lado do enunciado não está um nome, nem um significado⁴⁵⁷, mas um correlato, um lugar, um vazio, um referencial, enfim, um "conjunto de domínios em que tais objetos podem aparecer e em que tais relações podem ser assinaladas."⁴⁵⁸ Neste sentido é que se pode compreender a afirmação de Foucault de que

O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das

⁴⁵⁴ FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. *Op. Cit.* p. 108.

⁴⁵⁵ Na *Ordem do Discurso* Foucault se mostra ciente do trabalho de Bréhier ao falar do conceito de acontecimento, conforme vimos na introdução.

⁴⁵⁶ Cf. BRÉHIER, Émile. **La Théorie des Incorporiels dans L'Ancien Stoïcisme**. *Op. Cit.*, pp.43 ; 49. Para Bréhier o exprimível (*lektón* em grego) não é apenas o significado básico do que se diz, mas uma, entre outras, espécie de representação racional. O que o difere de uma representação sensível, por um lado, e o que lhe torna um atributo incorporal, por outro. Enquanto atributo o exprimível se constitui num modo de existência peculiar porque se caracteriza não como um ser, mas como um modo de ser. Sua natureza não é nem ativa, nem passiva, mas puro efeito da relação entre os corpos. Além do exprimível, a obra trata do vazio, do lugar e do tempo como espécies de incorporais admitidas pelos estoicos. Para Bréhier os atributos são o que podemos entender por acontecimentos.

⁴⁵⁷ "D'une façon générale, si le « signifié » est un « exprimable », nous ne voyons nullement que tout exprimable soit un « signifié »." *Ibid.* p. 15.

⁴⁵⁸ FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. *Op. Cit.* p. 110.

relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade.⁴⁵⁹

Percebe-se que a descrição do nível enunciativo não se confunde com uma análise formal ou semântica, mas está ligada à “análise das relações entre o enunciado e os espaços de diferenciação em que ele mesmo faz aparecer as diferenças.”⁴⁶⁰

VIII - O sujeito

Em seguida, Foucault trata da relação entre enunciado e sujeito. Primeiro que o sujeito do enunciado não corresponde ao autor dos signos linguísticos e nem a uma consciência que fala. O exemplo inicial é aquele dado na literatura em que o autor, aquele nome que figura na capa, nunca é o sujeito de todos os enunciados do livro. O que não acontece apenas com a literatura. Foucault nos mostra também o exemplo de um tratado de matemática. Dada uma situação bastante específica em que as circunstâncias, o problema a responder, a inquietação pedagógica, o método, tudo se articula em condições muito individualizadas, no que diz respeito ao autor, ainda assim, se no próprio corpo do tratado encontrássemos a seguinte proposição: “Duas quantidades iguais a uma terceira são iguais entre si”, o sujeito do enunciado já não seria o mesmo que corresponde ao autor. No caso da sentença apresentada, estamos diante de uma posição em que o sujeito é absolutamente neutro, indiferente ao tempo, ao espaço e que, portanto, esta posição pode ser ocupada por qualquer indivíduo. Mais uma vez o enunciado se mostra, agora em sua relação com o sujeito, como um lugar vazio que pode ser ocupado por diferentes indivíduos.

mas esse lugar, em vez de ser definido de uma vez por todas e de se manter uniforme ao longo de um texto, de um livro ou de uma obra, varia - ou melhor, é variável o bastante para poder continuar, idêntico a si mesmo, através de várias frases, bem como para se modificar a cada uma. Esse lugar é uma dimensão que caracteriza toda formulação enquanto enunciado, constituindo um dos traços que pertencem exclusivamente à função enunciativa e permitem descrevê-la.⁴⁶¹

⁴⁵⁹ FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. *Op. Cit.* p. 110.

⁴⁶⁰ *Ibid.* p. 111.

⁴⁶¹ *Ibid.* p.115-116.

Definir uma formulação enquanto enunciado na análise arqueológica não tem a ver com a análise das relações entre o autor e o que ele possa ter dito, mas na determinação da posição na qual um indivíduo pode ou deve ocupar para ser seu sujeito.

IX - O campo associativo

Um enunciado precisa estar integrado a um conjunto de enunciados. Esse domínio associado que configura a especificidade do enunciado a partir do lugar que ocupa no conjunto é o que o distingue da frase e da proposição, estas sim, podendo existir de forma isolada.

De maneira geral, pode-se dizer que uma frase ou proposição - mesmo isolada, mesmo retirada do contexto natural que a esclarece, mesmo libertada ou amputada de todos os elementos a que, implicitamente ou não, pode remeter - continua a ser sempre uma frase ou proposição, e é sempre possível reconhecê-la como tal.⁴⁶²

Quanto à função enunciativa, ao contrário, não pode se exercer livremente sobre uma frase ou proposição. Não basta dizer uma frase para que haja enunciado, para isso é necessário relacionar a frase a “todo um campo adjacente”, ou “espaço colateral”, onde o enunciado se situa como elemento associado a outros enunciados formando uma “trama complexa”. “Se se pode falar de um enunciado, é na medida em que uma frase (uma proposição) figura em um ponto definido, com uma posição determinada, em um jogo enunciativo que a extrapola.”⁴⁶³ Portanto, não há enunciado que não suponha outros enunciados; E todos eles tem em torno de si, um campo de coexistência em torno do qual se distribuem funções e papéis. Por fim, o enunciado não é, definitivamente, um átomo significativo, mas é o que situa unidades significativas, como as da frase e da proposição, em um espaço em que elas se acumulam e se multiplicam.

⁴⁶² FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Op. Cit. p.118.

⁴⁶³ *Ibid.* p.121.

X - A materialidade

Para Foucault o enunciado não é uma figura ideal e silenciosa, ao contrário ele supõe para que seja ativado um certo suporte, mas também um lugar e uma data que lhe permitem uma existência material que pode mudar na mesma medida em que se mudem estes requisitos. Esta materialidade do enunciado, porém, não é definida por este lugar e data, mas por um *status* de coisa ou de objeto que se mostra modificável e nunca definitivo, sempre passível de recolocar-se novamente em questão. Situado deste modo, o problema se complica, admite Foucault, porque é difícil caracterizar esse regime de materialidade do enunciado e não confundi-lo com a materialidade da enunciação. Então, faz-se necessário esclarecer estas diferenças.

Uma enunciação se caracteriza por ser a emissão de um conjunto de signos em que cada uma das emissões tem sua individualidade espaço-temporal. O que significa que a enunciação nunca se repete. Como exemplo, podemos lembrar do fato de que não se usa o mesmo vocabulário em um texto, ou em uma conversa, em um jornal, em um livro, uma carta ou cartaz e, assim, a enunciação se caracteriza por ser um acontecimento singular que não se repete, o que se comprova por sua atualização e rearticulação em uma materialidade sempre diversa. Foucault admite, no entanto, porque isso é geralmente a causa de alguma dificuldade, que a singularidade que caracteriza cada emissão de uma enunciação, deixa passar um certo número de constantes,

gramaticais, semânticas, lógicas - pelas quais se pode, neutralizando o momento da enunciação e as coordenadas que o individualizam, reconhecer a forma geral de uma frase, de uma significação, de uma proposição. O tempo e o lugar da enunciação, o suporte material que ela utiliza, tornam-se, então, indiferentes, pelo menos em grande parte: o que se destaca é uma forma indefinidamente repetível e que pode dar lugar às enunciações mais dispersas.⁴⁶⁴

Todavia, essa pseudo-repetição da enunciação é deixada de lado e Foucault prefere opor o enunciado à singularidade do acontecimento da enunciação, já destacada em sua materialidade a cada vez individualizada. Essa oposição se constitui na afirmação que segue, dizendo que o enunciado, ao contrário da enunciação, é suscetível à repetição. Agora, a questão passa a ser

⁴⁶⁴ FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. *Op. Cit.* p. 123.

como determinar essa materialidade repetível do enunciado. Mas primeiro, é importante dizer o que ela não é:

Sem dúvida não é uma materialidade sensível, qualitativa, apresentada sob a forma da cor, do som ou da solidez e esquadrinhada pela mesma demarcação espaço-temporal que o espaço perceptivo. (...) "pequenas" diferenças não são eficazes para alterar a identidade do enunciado e para fazer surgir um outro: elas estão todas neutralizadas no elemento geral - material, é claro, mas igualmente institucional e econômico.⁴⁶⁵

Se o aspecto institucional é capaz de neutralizar o enunciado, a mudança institucional de um mesmo enunciado pode transformá-lo em outro. “Uma frase dita na vida cotidiana, escrita em um romance, fazendo parte do texto de uma constituição (...) não constitui um mesmo enunciado.”⁴⁶⁶ Por isso, explica Foucault, o regime de materialidade a que obedecem os enunciados é mais da ordem da instituição do que da localização espaço-temporal. Sendo assim, o enunciado não deve ser tratado como acontecimento (singular), nem como forma ideal que não se repete, estas são características da enunciação, “o enunciado tem a particularidade de poder ser *repetido*: mas sempre em condições estritas.”⁴⁶⁷

Se alguém procurou uma definição que pudesse identificar o enunciado enquanto unidade linguística definitivamente não encontrou. O enunciado é descrito por Foucault enquanto função enunciativa que põe em jogo as unidades linguísticas. Mas não se trata de dar um sentido às unidades e sim de colocá-las em relação. Do mesmo modo, não se trata de encontrar um sujeito necessário e absoluto como ponto de equilíbrio numa determinada configuração linguística, mas de compreender o lugar variável de toda formulação sobre a qual eventualmente o sujeito encontrou sua possibilidade.

Em suma, o que se descobriu não foi o enunciado atômico - com seu efeito de sentido, sua origem, seus limites e sua individualidade -, mas sim o campo de exercício da função enunciativa e as condições segundo as quais ela faz aparecerem unidades diversas (que podem ser, mas não necessariamente, de ordem gramatical ou lógica).⁴⁶⁸

⁴⁶⁵ FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. *Op. Cit.* p. 124.

⁴⁶⁶ MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. *Op.Cit.* p. 152.

⁴⁶⁷ FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. *Op. Cit.* p. 128.

⁴⁶⁸ *Ibid.* p. 129.

A polissemia própria da palavra, da frase, ou dos campos semânticos, com seus redobramentos e desdobramentos de sentido não afetam o enunciado. Sua dimensão própria é a linguagem efetiva, a das condições de existência dos diferentes significantes. A descrição de enunciados se dá, portanto, numa perspectiva vertical que tem como interesse “justamente essa existência; não na direção a que ela remete, mas na dimensão que a produz.”⁴⁶⁹

Por tudo isso, constatamos até aqui que o discurso para Foucault reporta ao conjunto dos enunciados, enquanto estes enunciados se apoiam na mesma formação discursiva. Mas eles não constituem uma unidade cuja ruptura ou limiar, se pode explicar historicamente por um enigmático poder exterior. Ao menos não na *Arqueologia do Saber*. Aqui a questão que se coloca não é a do acontecimento limite, que causaria uma “ruptura essencial” no “espaço de um saber”, propiciada por uma “erosão do exterior” (*érosion du dehors*), como Foucault havia dito em *As Palavras e as Coisas*.⁴⁷⁰ Neste caso, trata-se do acontecimento enunciativo, e este é plenamente integrado ao discurso. Neste sentido, o problema do discurso é tratado aqui no que diz respeito às suas transformações, aos momentos específicos de sua temporalidade, “e não de seu surgimento ab-rupto em meio às cumplicidades do tempo.”⁴⁷¹ Esta mudança na compreensão da descontinuidade, que se torna possível na leitura que Foucault faz dos *Annales*, será fundamental para pensar a noção de acontecimento na *Arqueologia do Saber*, como veremos logo adiante. A História Serial, a que Foucault se refere indireta e frequentemente neste período, permite pensar a descontinuidade dentro de um funcionamento regular, pela análise das séries, que obriga a identificar as regras desta desordem. Daí a lógica desta transformação.⁴⁷²

⁴⁶⁹ FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Op. Cit. p. 136.

⁴⁷⁰ FOUCAULT, Michel. *Les mots et les choses – Une archéologie des Sciences Humaines*. Paris: Éditions Gallimard, Paris, 1966, p. 64. « *Le discontinu le fait qu'en quelques années parfois une culture cesse de penser comme elle l'avait fait jusque-là, et se met à penser autre chose et autrement ouvre sans doute sur une érosion du dehors, sur cet espace qui est, pour la pensée, de l'autre côté, mais où pourtant elle n'a cessé de penser dès l'origine. A la limite, le problème qui se pose c'est celui des rapports de la pensée à la culture: comment se fait-il que la pensée ait un lieu dans l'espace du monde, qu'elle y ait comme une origine, et qu'elle ne cesse, ici et là, de commencer toujours à nouveau?* » (grifo nosso)

⁴⁷¹ FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Op. Cit. p. 143.

⁴⁷² Cf. SABOT, Philippe. *Le statut de l'événement dans L'Archéologie du savoir*. Op. Cit. p. 8

4.2 O Estatuto do Acontecimento na Arqueologia do Saber

Se em *As Palavras e as Coisas* Foucault anunciava que ainda não havia chegado o momento de formular o problema da descontinuidade, porque seria preciso esperar até que a arqueologia do pensamento estivesse mais segura de si mesma, na *Arqueologia do Saber* este momento parece ter chegado. No trabalho de 1966 ele parecia ressentir-se com essa questão, ao dizer que, por ora, bastaria “acolher essas descontinuidades na ordem empírica, ao mesmo tempo evidente e obscura, em que se dão.”⁴⁷³

No livro de 1969 é evidente uma mutação no *status* das descontinuidades. Agora, a obscuridade dessas descontinuidades será substituída pela análise das diversas transformações do discurso e, portanto, será

necessário definir precisamente em que consistem essas modificações: substituir a referência indiferenciada à *mudança* – ao mesmo tempo continente geral de todos os acontecimentos e princípio abstrato de sua sucessão – pela análise das *transformações*.⁴⁷⁴

Essa mutação, no *status* das descontinuidades, já havia se revelado, na resposta aos leitores da Revista *Esprit*, em maio de 1968,⁴⁷⁵ e é neste texto, que pela primeira vez, depois de *As Palavras e as Coisas*, Foucault requalifica as descontinuidades, ligando-as ao tema da transformação:

Meu problema: substituir à forma abstrata, geral e monótona da “mudança”, na qual, de bom grado, pensamos em sucessão, à análise de *tipos diferentes de transformação*. (...) Substituir, em suma, o tema do devir (forma geral, elemento abstrato, causa primeira e efeito universal, mistura confusa do idêntico e do novo) pela análise das *transformações* em sua especificidade.⁴⁷⁶

De acordo com Philippe Sabot, é por esta mutação das descontinuidades que se poderá perceber também, um redirecionamento no estatuto do acontecimento entre os livros de 1966 e 1969. Por esse deslocamento da análise, o acontecimento será menos irruptivo e dependente de sua emergência

⁴⁷³ FOUCAULT, Michel. *Les mots et les choses*. Op. Cit. p.64-65.

⁴⁷⁴ FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Op. Cit. p. 209.

⁴⁷⁵ FOUCAULT, Michel. *Réponse à une question*. Op. Cit.

⁴⁷⁶ *Ibid.* p. 705.

“selvagem”, – eventualmente causadora de algum embaraço metodológico, que suporia um enigmático movimento exterior, capaz de interromper o *continuum* histórico – para se integrar a uma lógica da transformação.⁴⁷⁷ Trata-se, portanto, de substituir o tema do devir, pela análise das transformações. E por isso Sabot afirma, que com este deslocamento, o par “estrutura-devir”, tornar-se-á “campo-transformação”.⁴⁷⁸

Em *As Palavras e as coisas*, o acontecimento marcou, de alguma forma, o limite de uma transformação, isto é, esse limite a partir do qual a transformação, ou nos termos de 1966, a mudança completa, a modificação do conjunto de uma configuração de saber tornou-se possível e inteligível, mas a fonte dessa inteligibilidade era ela mesma subtraída à toda inteligibilidade desde que Foucault foi aderindo a uma espécie de pensamento dos efeitos (contra o causalismo de modelos que defendem a tese da continuidade em História).⁴⁷⁹ (grifo nosso)

Na *Arqueologia do Saber*, a rearticulação das discontinuidades estará ligada ao modo como os historiadores dos *Annales* passaram a trabalhar na perspectiva da longa duração. *La longue durée*, como acompanhamos ao tratar de Braudel e da História Serial, permite pensar, no campo da História, camadas sedimentares diversas, de modo que as sucessões lineares, que até então tinham sido objeto de pesquisa, são substituídas por um jogo de interrupções em profundidade.⁴⁸⁰ As séries, investigadas pelo historiador, permitem agora ir muito além do limite de uma sucessão dada na linha do tempo. Na verdade, as sucessões são multiplicadas. E na medida em que estas diversas sucessões são acolhidas no discurso, isto é, na medida em que as discontinuidades são reconhecidas positivamente, suprime-se também sua obscuridade. Dissipa-se qualquer necessidade de inteligibilidade causal pela descrição das transformações, da mobilidade interna dos acontecimentos enunciativos.

Foucault chama a atenção ainda – e isso fica claro se pensarmos no entrecruzamento de relações sucessivas –, para o fato de que não se trata de

⁴⁷⁷ « On comprend ainsi la distance qu’il y a entre cette ontologisation de l’événement, redevable à la logique d’un dehors, à la fois sauvage, obscur et essentiel, et la conception, qui prévaudra dans *L’Archéologie du savoir*, mais amorcée dans la réponse à la revue *Esprit*. » Cf. SABOT, Philippe. **Le statut de l’événement dans L’Archéologie du savoir**. *Op. Cit.* p. 6.

⁴⁷⁸ Cf. *Ibid.* p. 4.

⁴⁷⁹ *Ibid.* p. 5.

⁴⁸⁰ Cf. FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. *Op. Cit.* p. 3.

pensar numa perspectiva sincrônica. A colocação entre parênteses do processo diacrônico poderia levar ao equívoco de pensar a arqueologia como uma tentativa de imobilizar o tempo. O que se pretende é exatamente o oposto. Aqui percebemos todo seu esforço para marcar as diferenças entre o entendimento arqueológico e aquele do estruturalismo.

Mas, se procura se distanciar do estruturalismo, Foucault alinha-se, neste momento, ainda que estrategicamente, aos historiadores.⁴⁸¹ No entanto, ainda que possamos nos referir à importância dos *Annales*, neste contexto, faz-se necessário uma ressalva, na medida em que, como vimos, os *Annales* não formaram uma doutrina, uma teoria da História.⁴⁸² Aliás, foi contra este tipo de perspectiva que combateram, para usar uma expressão que nos lembra Lucien Febvre. A contribuição, portanto, dos *Annales*, no que diz respeito à *Arqueologia do Saber*, está ligada fundamentalmente, ao modo como Braudel e depois Chaunu, trataram da questão da descontinuidade na História. Essa perspectiva, conforme nos explicava Furet, permitiu tratar dos acontecimentos, agora dessubstancializados, menos por uma crítica externa, fundamentada em testemunhos de uma época, e mais por uma crítica interna, no jogo de relações do sistema que os formam.⁴⁸³ Diríamos, que na leitura que Foucault faz da *nouvelle histoire*, nesse período, a tematização das múltiplas temporalidades, em sua diversidade de sucessões, conforme Braudel, alinha-se, na História Serial (Chaunu), à possibilidade de constituição dos acontecimentos pela análise das séries temporais. O que estes historiadores permitem a Foucault é pensar um estatuto do acontecimento na perspectiva de uma descontinuidade assimilável a uma descrição de sua regularidade. O que faz o acontecimento para o historiador, nos explica Philippe Sabot, “é a descontinuidade que aparece dentro de um funcionamento regular e que obriga a identificar as regras desta

⁴⁸¹ « Le fait que je considère le discours comme une série d'événements nous place automatiquement dans la dimension de l'histoire. (...) Je ne suis pas historien au sens strict du terme ; mais les historiens et moi avons en commun un intérêt pour l'événement. » FOUCAULT, Michel. *Dialogue sur le pouvoir*. (pp. 464-477). In: FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits II (1976-1988)*. Paris: Éditions Gallimard, 2001, p.467-8.

⁴⁸² Por isso é sempre importante se destacar, de um modo mais específico, a que no referimos, quando mencionamos os *Annales*. Como diz Chartier, ao comentar o trabalho de Philippe Carrard, criticando justamente este ponto: “ (...) as categorias de *Annales* ou de *Nova História* recobrem posições bastante diferentes.” CHARTIER, Roger. *A verdade entre a ficção e a história* (pp. 347-370). In: SALOMON, Marlon (Org.). *História, verdade e tempo*. Op. Cit. p. 358.

⁴⁸³ Cf. FURET, François. *De l'histoire-récit a l'histoire-problème*. Op.Cit. p. 78.

desordem.”⁴⁸⁴ Portanto, marcando essa aproximação com a *nouvelle histoire*, e por outro lado, essa diferença em relação aos estruturalismos, Foucault afirma sobre a arqueologia:

Ela substitui esses temas [ligados à sincronia] por análises que fazem aparecer, ao mesmo tempo, as diversas formas de sucessão que se superpõem nos discursos (e por formas não se deve entender simplesmente os ritmos ou as causas, mas as próprias séries) e a maneira pela qual se articulam as sucessões assim especificadas.⁴⁸⁵

Mas para deixar claro a que, de fato, uma análise dos acontecimentos enunciativos se opõe, Foucault lembra que esse jogo de relações, constitutivo de todo discurso, não pode ser atribuído ao papel de uma consciência, ou às regras pelas quais se determina essa consciência numa linguagem. O que a arqueologia descreve é um campo de possibilidades e os tipos de transformações que caracterizam uma prática discursiva.⁴⁸⁶ Efetivamente, as práticas discursivas estão em oposição direta a um sujeito entendido como núcleo do discurso. Não porque a subjetividade esteja ausente do campo discursivo, mas porque nele não tem nenhuma centralidade. A subjetividade para o discurso é um espaço de posições, é uma função em permanente movimento. Mas, se entendida enquanto substância fundamental do pensamento, como *cogito*, então ela se opõe claramente às práticas discursivas porque estas se caracterizam enquanto um

conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.⁴⁸⁷

Essa caracterização é importante porque na arqueologia Foucault pretende “liberar-se” do que ele chama: “o tema histórico-transcendental”. Esse tipo de descrição histórica que instaura uma dualidade no discurso, na medida

⁴⁸⁴ SABOT, Philippe. *Le statut de l'événement dans L'Archéologie du savoir*. Op. Cit. p. 8.

⁴⁸⁵ FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Op. Cit. p. 205.

⁴⁸⁶ Sobre o estatuto das noções de regra, regularidade e sistema é importante a leitura do livro – já mencionado, de Dreyfus e Rabinow. Na crítica desenvolvida sobre a *Arqueologia do Saber* podemos ler: “A própria exigência de que o discurso seja comandado por regras contradiz o projeto arqueológico” (p.94). Para estes autores a análise descritiva a que se propõe a arqueologia torna-se contraditória em diversos momentos apresentando indícios de uma explicação “quase estruturalista dos fenômenos estudados” (*id*). DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault uma trajetória filosófica*. Op. Cit.

⁴⁸⁷ FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Op. Cit. p. 144.

em que se queira atravessá-lo pela oposição, interior/exterior, como se houvesse sob a História outras Histórias, no sentido de que por trás do discurso haveria sempre um fundo, um resto, um não-dito.

É sob esse fundo, ao qual se volta a História tradicional, que se recobre o avesso, do princípio que acabamos de ver negado pela arqueologia. O outro lado do mesmo, neste caso, a noção de origem. Seu avesso, que não deixa de ser o mesmo, é o sujeito fundador.⁴⁸⁸ Contra essa forma de História, Foucault propõe a problematização do tema da dispersão dos acontecimentos. E é assim que a subjetividade se torna passível de *acontecimentalização* no discurso.⁴⁸⁹

Neste caso, a análise que se encaminha deve levar em conta uma forma de exterioridade, à primeira vista, paradoxal, porque não se opõe a nenhuma interioridade, mas apenas afirma sua pura descontinuidade. Sem dúvida, seria melhor falar de neutralidade que de exterioridade, admite Foucault, para em seguida justificar-se, dizendo que a noção de neutralidade poderia comprometer o princípio da dispersão dos enunciados, sua posição de existência, “enquanto o que importa é reencontrar o exterior onde se repartem, em sua relativa raridade, em sua vizinhança lacunar, em seu espaço aberto, os acontecimentos enunciativos.”⁴⁹⁰

Enfim, o que se coloca entre parênteses nesta análise, são os princípios de totalização, contra os quais a arqueologia se limita a descrever recortes, vazios, lacunas e ausências. Seu fundamento é a dispersão geral dos acontecimentos enunciativos, que se assenta na descrição dos únicos conjuntos significantes que foram enunciados. Esta é a lei de sua raridade, que é a lei de sua existência.⁴⁹¹ O que se coloca entre parênteses é a consciência, entendida como interioridade, redobramento de sentido, assentada numa subjetividade fundadora. E o que se afirma é um campo anônimo, esse lugar de dispersão da

⁴⁸⁸ “Fazer da análise histórica o discurso do contínuo e fazer da consciência humana o sujeito originário de todo o devir e de toda prática são as duas faces de um mesmo sistema de pensamento. O tempo é aí concebido em termos de totalização, onde as revoluções jamais passam de tomadas de consciência.” FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. *Op. Cit.* p. 15.

⁴⁸⁹ Como mencionamos na Introdução, o termo só aparece em 1978, *Cf.* FOUCAULT, M. **Mesa-Redonda em 20 de Maio de 1978**. *Op. Cit.* Sobre este tema recomenda-se também o excelente trabalho de Gabriela Menezes Jaquet. **A condução de si e dos outros através de uma acontecimentalização da história em Michel Foucault**. Dissertação de Mestrado. PPG-História. UFRGS. Porto Alegre, 2016.

⁴⁹⁰ FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. *Op. Cit.* p. 149.

⁴⁹¹ “os fatos humanos são raros, não estão instalados na plenitude da razão, há um vazio em torno deles para outros fatos que o nosso sabem nem imagina; pois o que é poderia ser diferente.” *Cf.* VEYNE, Paul. **Comment on écrit l’histoire**. *Op. Cit.* p. 204.

subjetividade. Finalmente, o que se coloca entre parênteses é a ideia de origem, contra o que se afirma uma descrição do conjunto dos enunciados na espessura e no acúmulo de sua enunciação. Aliás, independentemente de sua enunciação, esse acúmulo interessa ao arqueólogo unicamente na medida em que se pode caracterizar a especificidade dessa existência.

À descrição dos enunciados em sua raridade, contra o tema das totalidades; à descrição das relações de exterioridade contra o tema de um fundamento transcendental; à análise dos acúmulos contra a busca da origem, Foucault vai chamar de *positividade*.

Analisar uma formação discursiva é, pois, tratar um conjunto de *performances* verbais, no nível dos enunciados e da forma de positividade que as caracteriza; ou, mais sucintamente, é definir o tipo de positividade de um discurso.⁴⁹²

A positividade de um discurso reúne características tais que Foucault recorre à noção de um *a priori* histórico para designá-la. Este *a priori*, todavia, procura assinalar apenas as condições históricas de existência dos enunciados, sua condição de realidade, “a lei de sua coexistência com outros, a forma específica de seu modo de ser, os princípios segundo os quais subsistem, se transformam e desaparecem.”⁴⁹³

A estes sistemas de enunciados, instauradores de acontecimentos, chamar-se-á, arquivo. “A revelação, jamais acabada, jamais integralmente alcançada do arquivo, forma o horizonte geral a que pertencem a descrição das formações discursivas, a análise das positivities, a demarcação do campo enunciativo.”⁴⁹⁴ O arquivo, é de fato, o constituidor da regularidade das práticas discursivas, o que vai permitir surgir, em sua multiplicidade, os enunciados como acontecimentos regulares.

Ele faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. *É o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados.*⁴⁹⁵

⁴⁹² FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Op. Cit. p. 153.

⁴⁹³ *Ibid.* p. 155.

⁴⁹⁴ *Ibid.* p. 161.

⁴⁹⁵ *Ibid.* p. 159.

É preciso então, pensar o acontecimento enunciativo a partir das regras do que pode ou não ser dito, dentro desse sistema regulador dos enunciados que, enfim, rege seu aparecimento, mas também sua transformação. Como dito acima, neste ponto é que se configura o estatuto próprio do acontecimento na *Arqueologia do Saber*. Se o problema do acontecimento era tratado anteriormente por Foucault, na perspectiva do acolhimento de uma descontinuidade obscura, de um *événement radical*,⁴⁹⁶ agora trata-se de restituir-lhe, à sua pura dispersão, “a uma abertura ou a uma diferença mais fundamental.”⁴⁹⁷ Para compreendermos esta diferença, na especificidade da noção de acontecimento conforme aparece na *Arqueologia do Saber*, Philippe Sabot nos explica que:

Devemos antes pensar a partir do espaço de implantação dos próprios acontecimentos enunciativos, na medida em que não só inscrevem na ordem do discurso a singularidade de sua existência e sua diferença (incidental), como também marcam a dimensão de uma remanência propícia a *réévénementialisations transformatrices*.⁴⁹⁸ (grifo nosso)

Neste sentido, o acontecimento enunciativo precisa ser pensado em suas articulações e ritmos, relações e dependências com outros acontecimentos “de tipos e de níveis diferentes, tomados em tramas históricas distintas.”⁴⁹⁹ Não haverá, portanto, um ponto de origem absoluta. Embora sobre esta questão, o acontecimento ofereça um desafio bastante curioso. Pois se apresenta uma materialidade repetível, por um lado, isso não significa que permaneça o mesmo. Ele circula e se articula em um espaço de dispersão que o atualiza constantemente dentro de um sistema de relações possíveis.

Esta parece ter sido também a perspectiva da História Serial, do modo como Foucault a interpretou. À dimensão de um acontecimento irruptivo e singular, característico da História tradicional, capaz de trazer uma completa novidade na cadeia do tempo, que justamente por sua unidade absoluta, só poderia se voltar a um sentido teleológico da História, a História Serial propôs a

⁴⁹⁶ FOUCAULT, Michel. *Les mots et les choses*. Op. Cit. p. 229.

⁴⁹⁷ FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Op. Cit. p. 149.

⁴⁹⁸ SABOT, Philippe. *Le statut de l'événement dans L'Archéologie du savoir*. Op. Cit. p. 12. « Il faut plutôt à penser à partir de l'espace de déploiement des événements énonciatifs eux-mêmes, en tant que ceux-ci non seulement inscrivent dans l'ordre du discours la singularité de leur existence et de leur différence (incidente), mais y marquent également la dimension d'une remanence propice à des *réévénementialisations transformatrices*. »

⁴⁹⁹ FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Op. Cit. p. 179.

decomposição analítica da realidade em múltiplos níveis de descrição, as séries. Como explicou Furet sobre este aspecto, para a História Serial não se trata de pensar os acontecimentos na linearidade do tempo como uma série de descontinuidades descritas no modo do contínuo, mas ao contrário, trata-se de pensar continuidades (na arqueologia se pode pensar nas paradoxais remanências a que se referiu Sabot, acima), no modo do descontínuo.⁵⁰⁰ De qualquer maneira, na *Arqueologia do Saber*, a descontinuidade abandona seu estatuto de uma *érosion du dehors*. A questão de que “um pensamento tenha um lugar no espaço do mundo, que aí encontre como que uma origem”⁵⁰¹ dará lugar a uma outra, na qual a ruptura não será o ponto de apoio da análise. Agora,

a ruptura é o nome dado às transformações que se referem ao regime geral de uma ou várias formações discursivas. (...) ela funciona como um conjunto complexo, articulado, descritível, de transformações que deixaram intactas um certo número de positivities, fixaram, para outras, regras que ainda são as nossas e, igualmente, estabeleceram positivities que acabam de se desfazer ou se desfazem ainda sob nossos olhos.⁵⁰²

A descontinuidade, por fim, “não é, entre os acontecimentos, um vazio monótono e impensável, que seria preciso se apressar para preencher”⁵⁰³, conforme Foucault antecipava aos leitores da revista *Esprit* em 1968,

ela é um jogo de transformações específicas, diferentes umas das outras (cada uma com suas condições, regras, nível) e ligadas entre elas segundo esquemas de dependência. A História é a análise descritiva e a teoria dessas transformações.⁵⁰⁴

Na *Arqueologia do Saber*, Foucault não voltará a falar de *esquemas de dependência* e usará a noção de *jogos de relações*. Esta última, ao que parece, estaria mais alinhada às suas pesquisas futuras. De fato, o problema de saber se as transformações discursivas estariam ou não na dependência de transformações não-discursivas nunca foi tratado claramente por Foucault. De qualquer modo, com a noção de *jogos de relações* já se anunciam na *Arqueologia*, para além “de um *status* de pura idealidade” do discurso, o projeto de uma História geral, onde a descrição arqueológica dos discursos poderá

⁵⁰⁰ Cf. FURET, François. *Le Quantitatif en Histoire*. *Op. Cit.* p. 66.

⁵⁰¹ FOUCAULT, Michel. *Les mots et les choses*. *Op. Cit.* p.64

⁵⁰² FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. *Op. Cit.* p. 213.

⁵⁰³ FOUCAULT, Michel. *Réponse à une question*. *Op. Cit.* p. 708.

⁵⁰⁴ *Ibidem*.

relacionar-se a “todo um conjunto de historicidades diversas.”⁵⁰⁵ Nesta perspectiva é que se abrirá a possibilidade de pensar o acontecimento para além de sua modalidade enunciativa. No texto de 1968, Foucault definia as discontinuidades como as transformações que ocorrem dentro de um jogo de dependências *intradiscursivas* (objetos, operações, conceitos de uma mesma formação); *interdiscursivas* (entre formações discursivas diferentes); e *extradiscursivas* (entre as transformações discursivas e outras que só são produzidas no discurso: tais como as correlações estudadas, na *História da Loucura e Nascimento da clínica*).⁵⁰⁶ Na *Arqueologia do Saber*, a instância do acontecimento trará como projeto, a possibilidade de descrever, para além das dependências (intra/inter/extra) discursivas, relações entre acontecimentos de uma ordem inteiramente diferente. Acontecimentos que não são de natureza discursiva, mas que podem ser de ordem técnica, prática, econômica, social, política. Todo o trabalho da *Arqueologia do Saber* em fazer aparecer o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos, não terá, portanto, a intenção de fechá-lo em si mesmo, mas quer ser o passo necessário para “descrever, nele e fora dele, jogos de relações.”⁵⁰⁷

⁵⁰⁵ FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. *Op. Cit.* p. 201.

⁵⁰⁶ Cf. FOUCAULT, Michel. *Réponse à une question*. *Op. Cit.* p. 708.

⁵⁰⁷ FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. *Op. Cit.* p. 35.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Foucault, fazer filosofia significava sair da filosofia. Tratava-se de pensar os limites da filosofia, para além de seu horizonte, pretensamente absoluto. Na perspectiva de uma partilha entre o filosófico e o não-filosófico é que se constituiria o discurso propriamente filosófico. Pensada assim, a filosofia não absorveria, não internalizaria e não apagaria o seu exterior, mas iria ao seu encontro, como se buscasse completar-se num fora de si que nunca se alcança suficientemente. No que diz respeito a esse fora da filosofia, ou seja, ao não-filosófico, a História teve um papel privilegiado para Foucault.

De modo que o empreendimento filosófico foucaultiano, apresentou-se sempre, como um convite a se ultrapassar os limites da filosofia. Não para fazer uma outra coisa, que não a filosofia, mas para reencontrá-la no seu movimento, sempre incompleto, revelador de sua finitude e de seu paradoxal “materialismo do incorporal”.⁵⁰⁸

Esta lição pode ser indiretamente atribuída a Hegel, embora tenha sido aprendida com Hyppolite, como procuramos demonstrar no primeiro capítulo. Mas não se pode deixar de lado a importância de Nietzsche durante todo o percurso das pesquisas foucaultianas. Sua desconfiança em relação à tradição metafísica, foi um dos alicerces de sua reflexão no que diz respeito à desnaturalização da filosofia.⁵⁰⁹ Será também por essa desconfiança nietzschiana que Foucault proporá uma leitura da *Aufklärung* de Kant, bastante particular. O texto sobre Kant é de 1978 e, assim como aquele sobre Nietzsche (publicado em 1971), é posterior à *Arqueologia do Saber*. Contudo, estes textos reafirmam o que se viabilizou com o deslocamento da noção de acontecimento no livro de 1969, onde a leitura dos historiadores se mostrou importante. Não será sem razão que a noção de *acontecimentalização*⁵¹⁰, apresentada em um debate com historiadores, é contemporânea da reflexão sobre a *Aufklärung*

⁵⁰⁸ “Digamos que a filosofia do acontecimento deveria avançar na direção paradoxal, à primeira vista, de um materialismo do incorporal”. FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. *Op. Cit.* p. 54.

⁵⁰⁹ Em uma de suas muitas retrospectivas Foucault dizia: “(...) Comecei a ler Hegel, depois Marx, e me pus a ler Heidegger em 1951 ou 1952; e em 1953 ou 1952 – não me lembro mais – li Nietzsche. (...) Entretanto reconheço que Nietzsche predominou.” FOUCAULT, Michel. **Le retour de la morale** (pp. 1515-1526). FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits II. 1976-1988**. Paris: Éditions Gallimard, 2001, p. 1522.

⁵¹⁰ Cf. Nota 47, página 18.

kantiana. Por fim, há que se considerar também, que a leitura de Kant, que Foucault realiza através de Nietzsche,⁵¹¹ já estava presente em sua Tese complementar, apresentada em 1961.⁵¹²

Contudo, ultrapassar a filosofia não significaria, sem mais, aderir à História. A exigência dessa filosofia que só pode ser, na medida em que se relaciona com o que ela não é, certamente fundamentou uma outra exigência. A de que o discurso dos historiadores trilhasse um percurso semelhante, a fim de que a História, só pudesse ser, na medida em que também se relacionasse com o que ela não é. Foucault parece ter encontrado essa possibilidade entre aqueles historiadores de uma *histoire nouvelle*.

Portanto, trata-se, quanto à História, de um duplo movimento em relação à não-filosofia. Temos de um lado a História como tal, a História Moderna, que entre os séculos XVIII e XIX toma a forma laicizada da História Universal, do desenvolvimento progressivo do espírito humano, da cientificação. E de outro, a *histoire nouvelle*, à qual Foucault se refere n" *A Arqueologia*, protagonista das mutações epistemológicas que lhe aproximam das ciências sociais. História das múltiplas temporalidades em que os acontecimentos não se identificam com os fatos, mas se distribuem como multiplicidade na dispersão do tempo, que já não esconde um sentido dado de antemão, mas submete-se ao manejo do pesquisador e de suas hipóteses.

Da mesma maneira que para Foucault tornou-se imprescindível desnaturalizar a filosofia, por um movimento de inquietação e deslocamento, cuja demanda são as condições históricas de objetivação e subjetivação, para a História foi também necessário produzir um movimento de descentramento de si mesma. Um movimento que também a desvinculasse da ordem do tempo único. Que lhe permitisse, perceber-se na temporalidade das diversas camadas constitutivas do social, do geográfico, do cultural, que lhe permitisse enfim, constituir-se efetivamente como uma história-problema.

⁵¹¹ “Desde 1952 Foucault relê: ‘o grande chinês de Königsberg [que] não passava de um grande crítico’ através de Nietzsche.” DEFERT, D.; EWALD, F.; GROS, F. **Apresentação da edição francesa.** In: FOUCAULT, M. **Gênese e estrutura da Antropologia de Kant.** *Op. Cit.*, p. 9.

⁵¹² Celso Kraemer, em tese sobre as relações de Foucault e Kant chega a sugerir que a noção de *acontecimentalização* aproxima-se do que Kant aponta no prefácio da *Antropologia em Sentido Pragmático*: “o que o homem, enquanto ser de livre ação, faz ou pode fazer ou deve fazer de si mesmo.” Cf. KRAEMER, Celso. **Ética e Liberdade em Michel Foucault – uma leitura de Kant.** *Op. Cit.* p.338.

É nesse contexto que tentamos decifrar a importância do fato de que, em nenhum outro livro Foucault tenha sido tão explícito sobre a importância dos historiadores, quanto em *A Arqueologia do Saber*,⁵¹³ embora sempre tenha tratado a História de um modo muito particular.

Por outro lado, se demonstrou um certo alinhamento com essa *histoire nouvelle*, Foucault foi bastante crítico com a História dos historiadores, ou a História como tal, como a chamou Koselleck.

Por isso, tratamos com um certo cuidado a reconstituição deste percurso mais recente da História dos historiadores, que remete ao século XIX, na medida em que a emergência conceitual da História Moderna, coincide com a própria emergência da noção de Filosofia da História. Como vimos, esta noção a princípio, não tem um estatuto próprio, mas refere-se à própria História dos historiadores. Mais que isso, é esta perspectiva de uma História em si, ou uma Filosofia da História, que explica o pressuposto da unicidade temporal, seja por uma autonomia da História (a História como tal), seja por um sentido teleológico (a Filosofia da História). A História, nesta perspectiva, não se define por nenhum acontecimento, mas todos os acontecimentos são recolhidos por ela, na medida de sua totalidade. Portanto, embora Foucault não se detenha na constituição da noção de História Moderna ou da Filosofia da História, toda vez que opõe a Arqueologia à História, que em geral é designada como História das Ideias, ele apenas usa a expressão de uma modalidade ampla, difícil de determinar, que, contudo, é de grande abrangência no século XX e, não obstante sua generalidade, mantém os pressupostos da unidade temporal e da totalização, fundamentos da História como tal desde o século XIX.

As dificuldades apresentadas com a História das Ideias, poderiam também ser pensadas enquanto um recurso poético, no sentido clássico de construção da intriga, na medida em que conseguem evitar os problemas efetivos da História⁵¹⁴, enquanto se colocam como o lugar de negação do modelo

⁵¹³ Pelos indícios da introdução podemos dizer que se refere aos *Annales* e em diversos textos dos *Ditos & Escritos*, citados ao longo deste trabalho, isto parece se confirmar. Afinal, foram estes historiadores que, à sua maneira, procuraram articular a História com o não-histórico do mesmo modo que Foucault procurou articular a filosofia com o não-filosófico.

⁵¹⁴ Estes problemas efetivos da História a que nos referimos são os problemas do tempo, da linguagem e da verdade, que enquanto questões filosóficas acabam por serem encobertas nas discussões epistemológicas da História. O modo pelo qual a História se subtrai destas discussões está relacionado à

de análise que se afirma. Todavia, discutir o problema da História, em termos conceituais, não faria sentido pra Foucault. A História em si, assim como a História das ideias, são para ele um pressuposto.

Jacques Rancière, num artigo a que já nos referimos algumas vezes neste trabalho, se ocupa justamente desta questão da História e do problema do tempo. Rancière discute a questão do anacronismo conforme foi tratado por Lucien Febvre em seu livro, *O problema da incredulidade no século XV*.⁵¹⁵ Para ele o que está em jogo na noção de anacronismo é menos o problema da sucessão e mais um problema da ordem do tempo. O que realmente importa não é a perspectiva horizontal, da sucessão, do recuo de uma data para outra, mas a perspectiva vertical, da partilha do tempo, aquela capaz de conectar o tempo com o que está acima do tempo, “ou seja, o que comumente se chama de eternidade”.⁵¹⁶

A crítica de Rancière à compreensão usual de anacronismo, presente no trabalho de Febvre, se fundamenta na hipótese

de que a constituição da história como discurso científico implica um nó de questões filosóficas que não têm nada a ver com questões ditas de ‘metodologia’ ou de ‘epistemologia’ da história. Esse nó concerne às relações do tempo, da palavra e da verdade. Apenas ele nunca é tratado como tal no discurso do historiador. Ele é tratado por procedimentos poéticos de construção da narrativa histórica.⁵¹⁷

A noção de anacronismo revelaria o problema de um alinhamento, ou de uma montagem do tempo, que encobriria, com o recurso da cronologia e da sucessão, ou seja, fazendo da intriga da sucessão necessária, a identidade do tempo como estratégia de fundação da História na verdade. Rancière explica que desde que Políbio instituiu essa primeira forma de resgate do tempo chamando-a de *symploké*

sua afirmação como discurso poético. Esta parece ser a posição de Jacques Rancière em **Os nomes da História. Ensaio de Poética do Saber**. Trad. de Mariana Echalar. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

⁵¹⁵ FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI** – A religião de Rabelais. *Op. Cit.* A crítica de Febvre é endereçada a Abel Lefranc, que no prefácio de seu livro (*Les navigations de Pantagruel. Etude sur la géographie rabelaisienne. (1905)*. Genève: Ed. SLATKIN REPRINT, 1967.) sobre Rabelais, introduz a ideia de um certo ateísmo, que na caneta de Febvre representará o “mais grave dos anacronismos.”

⁵¹⁶ RANCIÈRE, Jacques. **O conceito de anacronismo e a verdade do historiador**. *Op. Cit.* p. 23.

⁵¹⁷ *Ibid.* p. 22.

o trabalho do historiador, tal como ele foi o primeiro a defini-lo, é tornar manifesta essa *symploké* que faz com que tenhamos não um acontecimento e depois um outro, mas uma totalidade significante.⁵¹⁸

O trabalho de Políbio seria uma resposta ao texto de Aristóteles⁵¹⁹ que propunha uma hierarquia de relevância entre Filosofia, Poesia e História. Políbio resgata a História nesta hierarquia, situando-a numa totalidade articulada em que “substitui a ordem sucessiva dos acontecimentos pela ordem lógica de sua implicação recíproca”⁵²⁰, a *symploké*. Para Políbio, o acaso da História, criticado na poética aristotélica, é substituído pela ideia de providência. E neste caso,

o regime de verdade da história se constitui, (...) numa conexão específica entre lógica poética da intriga necessária ou verossímil e uma lógica “teológica” da manifestação da ordem da verdade divina na ordem do tempo humano.⁵²¹

Esta, porém, é para Rancière, a primeira maneira de fundar a História na verdade pelo recurso da remontagem do tempo. Na modernidade, como acompanhamos no segundo capítulo, o princípio de uma História em si, abandona o recurso à eternidade. A História se autonomiza, se racionaliza, e passa a ser uma História em si. Agora, a transcendência é transformada em imanência do tempo. De modo que nesta verdade da história como imanência, o tempo funciona como semelhança na qualidade de substituto da eternidade.

Ele se desdobra, sendo o princípio de presença – de eternidade – interior à temporalidade dos fenômenos. Essa segunda maneira encontra-se no âmago da definição moderna da cientificidade da história. E é por isso que ela coloca em seu cerne a questão do anacronismo como pecado mortal: pecado contra a presença da eternidade no tempo, a presença da eternidade *como* tempo.⁵²²

Esse tempo idêntico a si mesmo, cujo pecado é a noção de anacronismo, se impõe como totalidade articulada pelo discurso poético, “que serve como solução filosófica da questão sobre o estatuto da verdade do discurso historiador.”⁵²³ O que a ideia de anacronismo revela, portanto, é a unidade do tempo e sua articulação em uma única linha de sucessões. Esta perspectiva,

⁵¹⁸ RANCIÈRE, Jacques. **O conceito de anacronismo e a verdade do historiador.** *Op. Cit.* p. 27.

⁵¹⁹ Cf. Página 65, nota 187.

⁵²⁰ *Ibid.* p. 27.

⁵²¹ *Ibid.* p. 28.

⁵²² *Ibid.* 28-29.

⁵²³ *Ibid.* p. 22.

que recobre toda História moderna com aspiração à cientificidade, Rancière a reconhece também nos *Annales*. O tema do artigo é justamente o trabalho de Lucien Febvre. Mas quanto a isso, faz-se necessário alguma cautela. Primeiro que o movimento dos *Annales* nunca se mostrou homogêneo, inclusive no que diz respeito a uma concepção de ciência.⁵²⁴ Segundo que o artigo de Rancière, não obstante, sua riqueza teórico-reflexiva, é insuficiente para avaliar toda a diversidade do que chamamos de escola dos *Annales*. E poderíamos ainda nos perguntar se a cientificidade buscada junto às ciências sociais pela *histoire nouvelle* seria de fato o aspecto mais importante do movimento. Talvez o centro do projeto dos *Annales* não tenha sido a cientificidade que se poderia alcançar pela ambição de uma História total, mas sim a constituição de uma história-problema. Neste sentido o campo de interesse da *histoire nouvelle*, se alinharia ao que Foucault chamou de uma História Geral, sendo que o

que define a tarefa de uma história geral - é determinar que forma de relação pode ser legitimamente descrita entre (...) diferentes séries; que sistema vertical podem formar; qual é, de umas às outras, o jogo das correlações e das dominâncias; de que efeito podem ser as defasagens, as temporalidades diferentes, as diversas permanências;⁵²⁵

De modo que não definiríamos a *histoire nouvelle* pelo critério da totalização do tempo a que a História em si e a História das Ideias se reconhecem. Parece-nos que quando se trata de uma história-problema, do modo como Furet a compreendeu e, neste caso, estamos falando novamente dos historiadores a que Foucault efetivamente se refere, a ideia de uma totalidade temporal, mesmo que estrategicamente encoberta pelo recurso poético, não se sustenta. Para Furet, o historiador renunciou ao tempo, na medida em que já não tem a pretensão de contar o que se passou, ou o que se passou de importante. Os problemas da História agora são “selecionados” pelo historiador que “constrói o seu objeto de estudo delimitando não só o seu período, o conjunto dos acontecimentos, mas também os problemas colocados por esse período e por esses acontecimentos, e que terá de resolver.”⁵²⁶ Nesta perspectiva, a *histoire nouvelle* a que Foucault se refere, estaria ligada ao que

⁵²⁴ Sobre essa questão pode-se consultar: REIS, José Carlos. **A História – entre a filosofia e a ciência**. São Paulo: Ed. Ática, 1996.

⁵²⁵ FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. *Op. Cit.* p. 12. (grifo nosso)

⁵²⁶ FURET, François. **Da história-narrativa à história-problema**. Trad. Felipe Jarro. *Op. Cit.* p. 84.

Rancière chama de anacronia, isto é, a convivência de múltiplas linhas de temporalidade e a articulação dessa diversidade. Chamamos a atenção sobre esse texto na medida em que ele demonstra, com bastante propriedade, o modo como o problema da totalização e da unicidade do tempo permanecem sendo o grande outro da História.

Contudo, em nossa pesquisa, procuramos apenas descrever, o que consideramos adequado, no sentido de que poderia melhor explicar a importância dos historiadores para a constituição de uma noção de acontecimento bastante específica n'A *Arqueologia do Saber*. Esta especificidade, porém, alinhou-se, indiretamente, a um modelo de História, também específico. Foi assim, necessário, demonstrar que a negação dos acontecimentos por parte dos historiadores dos *Annales*, é, de fato, uma negação bastante datada, no sentido de que os acontecimentos a que estes historiadores se referiam, estão subordinados a uma perspectiva de tempo como unidade, ou ainda, como continuidade. Para precisar a diferença entre esta perspectiva e aquela de um tempo pensado a partir da multiplicidade é que então nos voltamos, à formação da História em si, característica do século XIX, que recolhia nas ideias de totalidade e unidade temporal um conjunto de escolas historiográficas, bem como diversas Filosofias da História.

Do ponto de vista dos *Annales*, os historiadores do século XIX, com poucas exceções,⁵²⁷ representavam um modelo de História a se combater. As críticas, nesse primeiro momento, eram endereçadas à História política e, se estendiam à História biográfica e a qualquer História que remetesse à noção de origem. Todos estes itens, já assinalados por François Simiand, que os chamou de ídolos: político, individual e cronológico. O que os *Annales* pretendiam combater, portanto, eram os objetos naturalizados, de um discurso histórico fundamentado na continuidade e totalização do tempo.

Um segundo ponto, a recusa da filosofia, tão explícita nos primeiros *Annales*, também se explica pela configuração conceitual da História como tal, isto é, pela sobreposição entre conceito de realidade e conceito de reflexão.

⁵²⁷ Jacques Le Goff considera precursores dessa História Nova: Voltaire (séc. XVIII), Chateaubriand, Guizot e Michelet (séc. XIX). Cf. LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. *Op. Cit.* pp. 50-55.

A importância que teve o fato de a nova realidade da “História como tal” [*Geschichte überhaupt*] ter conseguido evoluir para o *status* de um conceito através da reflexão está indicada pelo surgimento da palavra paralela “Filosofia da História”.⁵²⁸

Note-se que Koselleck refere-se à Filosofia da História como palavra “paralela” à História como tal. Para os *Annales*, portanto, era necessário recusar tanto à História como tal, quanto às Filosofias da História. Na verdade, tratava-se dos mesmos pressupostos, todavia, era imprescindível, para estes historiadores, não apenas negar a Filosofia, como deixar e ultrapassar, este modelo de História. O modo privilegiado para sair da História, neste caso, foi recorrer às ciências sociais: especialmente a economia, a geografia, a antropologia. Neste sentido, podemos dizer que ao sair da Filosofia, para que pudesse reencontrá-la, Foucault se aproxima daqueles historiadores que buscaram sair da História, para também poderem reencontrá-la.

De maneira que o modelo de História proposto nos *Annales* vai articular-se em primeiro lugar na perspectiva de uma História-problema. Esta, por sua vez, será erigida a alicerce do movimento. Bandeira fundamental no combate ao acontecimento, compreendido como categoria, substância.

Uma História-problema, será a que se articula pela iniciativa do próprio historiador, que passa a interferir diretamente na constituição destes problemas da História e que agora estarão intimamente ligados ao presente, isto é, serão contemporâneos do historiador. Essa proposta permitirá, principalmente com o advento da História Serial, nos anos sessenta, uma rearticulação da noção de acontecimento. Se o acontecimento já não é o fato a ser descoberto nos documentos, será o *phénomène*, como dizia François Furet, a ser escolhido e construído em torno da regularidade de uma série composta de dados idênticos e repetíveis. Dados que já não existem em si mesmos, mas apenas em relação a um sistema passível de análise interna.⁵²⁹ Um exemplo prático nos é dado pelo próprio Foucault quando explica informalmente a estudantes da Califórnia como essa *histoire nouvelle* voltou aos acontecimentos e, de que maneira, uma evolução econômica ou uma evolução demográfica podem ser tratadas nesta perspectiva. Ele nos diz:

⁵²⁸ KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. **O Conceito de História**. *Op. Cit.* p. 135.

⁵²⁹ Cf. FURET, François. **De l'histoire-récit a l'histoire-problème**. *Op. Cit.* p. 78.

Eu tomarei por exemplo, um ponto que já se estuda há muitos anos. A maneira como se operou o controle dos nascimentos na vida sexual dos ocidentais é ainda muito enigmática. Esse fenômeno é um acontecimento muito importante, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista biológico. Vocês sabem que na Grã-Bretanha e na França o controle de natalidade é praticado a séculos. É claro que é um fenômeno que interessou sobretudo a certos círculos restritos, à aristocracia, mas ele era observado também junto a pessoas muito pobres. Atualmente, sabemos que no sul da França e nos campos praticava-se sistematicamente o controle de natalidade desde a segunda metade do século XVIII. Isso é um acontecimento.⁵³⁰

Veja-se que Foucault afirma: “Esse fenômeno é um acontecimento”. Sim, a intervenção do historiador, o problema colocado por ele, enfim, sua hipótese, tratada desde uma preocupação contemporânea, como é o caso do controle da natalidade, é o que justificava com a *histoire nouvelle* a ideia de uma história-problema. Aparentemente paradoxal, pois ao mesmo tempo em que combatia os acontecimentos agora os manifestava, essa suposta contradição se explica, de acordo com Foucault, porque durante muitos anos a maioria dos historiadores escolheu estudar e descrever não acontecimentos, mas estruturas. Neste ponto se referia literalmente à primeira geração dos *Annales* citando Marc Bloc e Lucien Febvre.⁵³¹

N’A *Arqueologia do Saber* Foucault já havia alertado que essa mutação epistemológica da História “não data de hoje, mas que, sem dúvida, ainda não se concluiu.”⁵³² O importante é que ela já não se sustentava naquele modelo do tempo único, dos acontecimentos singulares, mas ao contrário, multiplicava as possibilidades de articulação da temporalidade, pela análise de uma diversidade infindável de acontecimentos, por vezes raros, por vezes numerosos, todavia, destituídos de importância em si mesmos. Estes acontecimentos desnaturalizados se alinhavam perfeitamente ao que Foucault chamou de acontecimento enunciativo, onde a questão a se responder era a de saber porque determinados acontecimentos atingiram uma determinada configuração, num determinado tempo e lugar. Não se tratava de pensar o que haveria por trás de um acontecimento e poderia justificar sua existência, mas apenas de compreender que tipo de relações entre grupos de enunciados muito diferentes

⁵³⁰ FOUCAULT, Michel. *Dialogue sur le pouvoir*. Op. Cit. p. 467.

⁵³¹ *Ibid.*

⁵³² FOUCAULT, M. A *Arqueologia do Saber*. Op. Cit. p. 7.

e, de ordens discursivas diversas, viabilizaram a existência de um determinado acontecimento e não de outro em seu lugar.

François Furet, nesta mesma linha, vai afirmar que os acontecimentos devem ser pensados enquanto dados históricos desprovidos de significação *a priori*, mas que precisam ser tomados, naquilo que tem de mais elementar, o fato de que aconteceram.

Digo propositadamente que são acontecimentos porque não vejo, *a priori*, o que possa distinguir determinado fato histórico de outro fato histórico: por exemplo, um nascimento, mesmo anônimo, de uma batalha célebre. Deste ponto de vista, a distinção usual entre estrutura e acontecimento, entre história estrutural e história factual não pode ter qualquer significação no que diz respeito ao próprio dado histórico; não há fatos não factuais e fatos factuais. A história é um acontecimento permanente.⁵³³

Como se pode perceber, será neste deslocamento dos acontecimentos, de entidades singulares a atributos de relações possíveis, que encontraremos uma aproximação plausível entre Foucault e os historiadores. Se o pressuposto dos acontecimentos históricos passava pela tarefa de encontrar-lhes um sentido, a fim de que pudessem suprimir-se de sua dispersão e adequar-se a um regime de sucessão e continuidade do tempo, agora, por esse deslocamento do descontínuo e sua passagem de obstáculo à prática, ele se constitui numa operação deliberada do historiador. O que significa dizer que é o resultado de sua descrição e se apresenta como que integrado ao discurso do historiador. Não como uma fatalidade exterior a ser suprimida, mas como conceito operatório. Finalmente, graças a este deslocamento das discontinuidades é que o acontecimento deixa de ser o negativo da leitura histórica, para tornar-se “o elemento positivo que determina seu objeto e valida sua análise.”⁵³⁴

Sem dúvida as leituras de Hegel, de Kant, de Nietzsche, de Heidegger e tantos outros influenciaram Foucault e o ajudaram a realizar um trabalho que se caracteriza por um descentramento que não se dá na aplicação de um sistema filosófico aos objetos que o circundam, mas que, pelo contrário, inicia-se por uma dessubstancialização do próprio empreendimento filosófico.

Em *Aurora* Nietzsche já nos alertava: “não era algo estranho exigir que um instrumento criticasse a sua própria adequação e competência?”⁵³⁵ Ele se

⁵³³ FURET, François. **Da história-narrativa à história-problema**. Trad. Felipe Jarro. *Op. Cit.* p. 88.

⁵³⁴ FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. *Op. Cit.* p. 11

⁵³⁵ NIETZSCHE, Friedrich. **AURORA**. *Op. Cit.* Prólogo, § 3.

referia ao problema de se fundar o pensamento sobre ele mesmo chamando a isso de reflexão crítica. Neste caso, o problema da verdade, da razão e, acrescentaríamos: do tempo, se constituiriam em torno de valores morais, ou ainda, numa vontade de verdade que se sustentaria na crença de uma verdade, de uma razão e, enfim, de um único movimento de temporalidade.

A *histoire nouvelle*, como Foucault bem observou, construiu seu próprio caminho, e no que diz respeito ao problema do tempo, também contribuiu para que a Arqueologia pudesse articular-se pelo princípio das descontinuidades que tem agora o papel de conceito operatório, sendo ao mesmo tempo instrumento e objeto de pesquisa.

Enfim, não se trata de uma única influência, mas do modo como nesta diversidade de leituras Foucault foi capaz de empreender uma proposta de trabalho filosófico que se caracterizou como História Crítica do Pensamento. A História a que Foucault chama de arqueológica, é uma forma de fazer filosofia onde a própria filosofia não tem mais o papel de fundamento, mas realiza-se pela articulação com o não-filosófico. Ela reflete sobre o que não é filosófico para mostrar a possibilidade de filosofar de uma outra forma. O exterior da filosofia é para Foucault, a fonte de um pensamento filosófico permanentemente inacabado.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **A História das mentalidades** (pp.207-240). *In*: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ARON, R. **Introduction à la philosophie de l'histoire, Essai sur les limites de l'objectivité historique**. Paris : Gallimard, 1981.

ARISTÓTELES. **Poética**, 1451b, *In*: Coleção Os Pensadores: Abril Cultural, 1973.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História – especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARROS, José D'Assunção. **História das Ideias – em torno de um domínio historiográfico**. *In*: Revista de História, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, pp. 199-209, 2007.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História, Vol. V – A Escola dos Annales e a Nova História**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BELO, Fernando. **Leituras de Aristóteles e de Nietzsche. A Poética. Sobre a Verdade e a Mentira**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

BERNARD, Claude. **Introdução à Medicina Experimental**. Lisboa: Guimarães & Cia. Editores, s/d.

BERNARD, Claude. **Introduction a L'étude de la Médecine Expérimentale**. Paris : J.B. Baillière et Fils, 1865. Disponível em https://www.irphe.fr/~clanet/otherpaperfile/articles/Bernard/bernard_introduction_etude_medecine_experimentale.pdf

BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos – O caráter sobrenatural do poder régio França e Inglaterra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BLOCH, Marc. **Apologia da História** ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BODEI, Remo. **A História tem um sentido?** São Paulo: EDUSC, 2001.

BURGUIÈRE, André (org.). **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

BREISACH, Ernst. **A Escola dos Annales**. (pp.368-378) *In*: NOVAIS, F.A.; SILVA, Rogerio F. da. **Nova História em Perspectiva**. Vol. 2. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo Perspectiva, 1978.

BRAUDEL, Fernand. **A civilização material do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRÉHIER, Émile. **La Théorie des Incorporels dans L'Ancien Stoïcisme**. (Thèse pour le doctorat) Paris : Librairie Alphonse Picard & Fils, 1908. Disponível em: <https://archive.org/stream/lathoriedesincor00brhi#page/n9/mode/2up>

BRÉHIER, Émile. **A teoria dos incorporais no estoicismo antigo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales 1929-1989 – A revolução francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP, 2010.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da História – novas perspectivas**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARRARD, Phillippe. **Poetics of the New History: French Historical Discourse from Braudel to Chartier**. Baltimore; Londres: The Johns Hopkins University Press, 1992.

CASSIRER, Ernst. **A Filosofia das formas simbólicas**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A operação histórica**. pp. 17-48. In: LE GOFF, J.; NORA, P. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a História entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **Foucault et les historiens, les historiens et Foucault – Archéologie des discours et généalogie des pratiques: à propôs de la Révolution**. In: FRANCHE, Dominique *et all.* **Au risque de Foucault**. Paris: Éditions du Centre Pompidou, 1997.

CHARTIER, Roger. **Aula Inaugural do Collège de France**. In: CHARTIER, Roger. **A força das representações: História e ficção**. Chapecó: Argos, 2011.

CHAUNU, Pierre. **A História como Ciência Social**. A duração, o Espaço e o Homem na Época Moderna. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

CHAUNU, Pierre. **Histoire Quantitative Histoire Sérielle**. Paris: Librarie Armand Colin, 1978.

COLLINGWOOD, R. G. **A ideia de História**. Lisboa: Ed. Presença, s/d.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Prefácio: Da História Imediata à Arqueologia**. (pp.64-91) *In*: NOVAIS, F.A.; SILVA, Rogerio F. da. **Nova História em Perspectiva**. Vol. 2. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

CROCE, B. **Teoria e Storia dela Storiografia**. Bari: Laterza, 1941.

CROCE, B. **La Storia come pensiero e come azione**. Bari: Laterza, 1943.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DESCOMBES, Vincent. **Lo mismo y lo outro**. Cuarenta y cinco años de filosofia francesa (1933-1978). Madri: Ediciones Catedra, S.A, 1988.

DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P. **Correntes Históricas na França – séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

DOSSE, François. **A História em Migalhas: dos *Annales* à Nova História**. Bauru/SP: EDUSC, 2003.

DOSSE, François. **História**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

DOSSE, François. **Renascimento do Acontecimento**. São Paulo: Ed. Unesp, 2013.

DOSSE, François. **Renaissance de l'événement: Un défi pour l'historien : entre sphinx et phénix**. Paris: Ed. Presses Universitaires de France, 2010.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Memórias do Subsolo**. Trad. de Boris Schnaiderman. São Paulo: Editora 34, 2003.

DUBY, G. **O domingo de Bouvines**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

DUBY, Georges. **A História continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

DUBY, George. *L'histoire des mentalités*. (pp. 937-966) *In*: SAMARAN, Charles (Dir.) **L'histoire et ses méthodes**. Paris: Gallimard/Encyclopédie de La Pléiade, 1961.

DUBY, G. **Les Trois Ordres ou l'Imaginaire du féodalisme**. Paris: Gallimard, 1978.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Vol. 1: Uma História dos Costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Vol. 2: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

FEBVRE, L. **Combats pour l'histoire**. Paris: Librairie Armand Colin, 1992. Disponível em: https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=http://classiques.uqac.ca/classiques/febvre_lucien/Combats_pour_lhistoire/febvre_combats_pour_histoire.doc

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Ed. Presença, s/d.

FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI – A religião de Rabelais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FÊO, Flávio Justino. **Ascese como exercício de Atualidade no último Foucault**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: PUC-PR, 2006.

FOUCAULT, M. **Introduction à l'Antropologie de Kant (Genèse et structure d'Antropologie de Kant)**. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2008.

FOUCAULT, M. **Gênese e estrutura da Antropologia de Kant**. Trad. Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Ed. Loyola, 2011.

FOUCAULT, M. **O Nascimento da Clínica**. Trad. Roberto Machado. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 2 – o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura: na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Ed. Loyola, 2012.

FOUCAULT, M. **Dits et écrits I, 1954-1975**. Paris: Quarto/Gallimard, 2001.

FOUCAULT, M. **Dits et écrits II, 1976-1988**. Paris: Quarto/Gallimard, 2001.

FOUCAULT, M. **Ditos & Escritos II – Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, M. **Ditos & Escritos III – Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos V – Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, M. **Ditos & Escritos VI – Repensar a Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FOUCAULT, M. **L'Archéologie du Savoir**. Paris: Gallimard, 1969.

FOUCAULT, Michel. **Les mots et les choses – Une archéologie des Sciences Humaines**. Paris: Éditions Gallimard, Paris, 1966.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas – uma arqueologia das ciências humanas**. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros (1983)**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung**. Bulletin de la Société française de philosophie, Vol. 82, nº 2, pp. 35 - 63, avr/juin 1990.

FOUCAULT, Michel. **Qu'est-ce que la critique? Suivie de La culture de soi**. Paris: Vrin, 2015.

FOUCAULT, Michel. **What is Enlightenment?** (pp. 32-52). In: RABINOW, Paul. **The Foucault reader**. New York: Pantheon Books, 1984.

FURET, François. **L'Atelier de L'histoire**. Paris: Flammarion, 2007.

FURET, François. **A Oficina da História**. Trad. Felipe Jarro. Lisboa: Gradiva, s/d.

GERVINUS, G.G. **Fundamentos de Teoria da História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GROS, F. (Org.) **Foucault a coragem da verdade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**. São Paulo: EDUSP, 1994.

WHITE, Hayden. **A Meta-História**. São Paulo: EDUSP, 1992.

HEGEL. **Filosofia da História**. Brasília: UNB, 2008.

HYPPOLITE, Jean. **Ensaio de Psicanálise e Filosofia**. Rio de Janeiro: Taurus-Timbre Editores, 1989.

HYPPOLITE, Jean. **Introdução à Filosofia da História de Hegel**. Lisboa: Edições 70, 1988.

HYPPOLITE, Jean. **Histoire et existence**. (pp. 973-986) In: HYPPOLITE, J. **Figures de la pensée philosophique**. Paris: PUF, 1971.

HUIZINGA, Johan. **O Outono da Idade Média**. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

HUPPERT, George. **O experimento dos Annales**. (pp. 119-140) In: NOVAIS, F.A.; SILVA, Rogerio F. da. **Nova História em Perspectiva**. Vol. 2. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

IGGERS, G.G. **França: os Annales**. (pp. 341-357) In: NOVAIS, F.A.; SILVA, Rogerio F. da. **Nova História em Perspectiva**. Vol. 2. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João. **História dos Conceitos – Debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Puc-Rio; Loyola; IUPERJ, 2006.

JAQUET, Gabriela Menezes. **A condução de si e dos outros através de uma acontecimentalização da História em Michel Foucault**. Dissertação de Mestrado. PPG-História. UFRGS. Porto Alegre, 2016.

KANT, Immanuel. **O Conflito das Faculdades**. Lisboa: Edições 70, s/d.

KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta: Que é <<Esclarecimento>>?** (pp. 100-117). In: KANT, Immanuel. **Immanuel Kant – textos seletos**. Petrópolis: Vozes, 1974.

KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. **O Conceito de História**. Trad. René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica Ed., 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos**: Ed. PUC-RIO, 2006.

KOYRÉ, Alexandre. **Estudos de História do pensamento filosófico**. 2ªed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

KRAEMER, Celso. **Ética e Liberdade em Michel Foucault – uma leitura de Kant**. São Paulo: FAPESP; EDUC; 2011.

LEFEBVRE, G. **O Grande Medo de 1789**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alvez, 1976.

LE GOFF, Jacques (Org.). **A História Nova**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LE GOFF, J. **Foucault et la “nouvelle histoire”** (pp. 129-140). *In: Au risqué Foucault*. Centre Georges Pompidou et Centre Michel Foucault, Paris, 1997.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Anthropologie Structurale**. Paris: Libraire Plon, 1958.

LÖWITH, Karl. **O Sentido da História**. Lisboa: Edições 70, 1991.

LÖWITH, Karl. **De Hegel a Nietzsche**. São Paulo: UNESP, 2014.

MACHADO, Roberto. **Nietzsche e a Verdade**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MANDROU, Robert. *L'histoire des mentalités*. (pp. 436-438) *In: Encyclopédia Universalis*, vol. VIII, 1968.

MANDROU, Robert. **Magistrados e feiticeiros na França do século XVII**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

MARROU, Henri-Irénée. **Sobre o conhecimento histórico**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MARROU, H-I. **Comment comprendre le métier d'historien** (pp. 1467-1539). *In: L'historien et ses méthodes*. Paris : La Pléiade, 1961.

MARTINS, Estevão de Rezende (org.). **A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX**. São Paulo: Contexto, 2015.

MARTON, Scalett (Ed.). **Dicionário Nietzsche**. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

MORESCHINI, C.; NORELLI E. **História da Literatura Cristã Antiga Grega e Latina II – Do Concílio de Nicéia ao início da Idade Média (Tomo 2)**. São Paulo: Ed. Loyola, 2000.

NIEMEYER, Christian (org.) **Léxico de Nietzsche**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

NIETZSCHE, F. **Genealogia da Moral – uma polêmica**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NIETZSCHE, F. **Sobre a utilidade e a desvantagem da história para a vida**. Trad. André Itaparica. São Paulo: Hedra, 2017, Edição Kindle.

NIETZSCHE, F. **Considérations inactuelles I et II**. Trad. de l'allemand par Pierre Rusch. Paris: Gallimard, 1990.

NIETZSCHE, Friedrich. **A Gaia Ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. **Para Além de Bem e Mal – Prelúdio a uma filosofia do futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

NIETZSCHE, F. **Humano, demasiado humano**. Um livro para espíritos livres. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, vol.1.

O'BRIEN, P. **A História da Cultura de Michel Foucault** (pp.33-62). In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PANOFSKY, Erwin. **Arquitetura Gótica e Escolástica**. Sobre a analogia entre arte, filosofia e teologia na Idade Média. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PARADA, Maurício (org.). **Os Historiadores Clássicos da História**. Vol. 2. Petrópolis/RJ: Vozes, PUC-RIO, 2013.

PASCHOAL, Antonio Edmilson. **A Genealogia de Nietzsche**. Curitiba: Editora Champagnat, 2003.

PEREZ, Daniel Omar. **Os significados da história em Kant** (pp. 67-107). In: *Philosophica*. Lisboa, nº 27, 2006.

RANCIÈRE, Jacques. **O conceito de anacronismo e a verdade do historiador**. Trad. de Mônica Costa Netto. In: SALOMON, Marlon (org.). **História, verdade e tempo**. Chapecó: Argos, 2011.

RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da História – Ensaio de poética do saber**. São Paulo: Ed. UNESP, 2014.

REVEL, Jacques. **História e Ciências Sociais: uma confrontação instável**. (pp.79-90) In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). **Passados recompostos – Campos e Canteiros da História**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: Ed. FGV, 1998.

REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de Escalas – a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBAS, Thiago Fortes. **Saber, Verdade e política no pensamento de Michel Foucault**. Tese de doutorado. UFPR, Curitiba, 2016. Orientação: Prof. André Duarte.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. São Paulo: Martins Fontes, 2010, 3 vols.

RICOEUR, Paul. **História e Verdade**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1968.

MUCHAIL, Salma Tannus. **A filosofia como crítica da cultura – Filosofia e/ou História?** (pp.21-36) In: MUCHAIL, Salma Tannus. **Foucault, Simplesmente – textos reunidos**. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

NOTO, Carolina de Souza. **O déficit ontológico da psicanálise: Foucault leitor de Hyppolite**. In: dois pontos: Curitiba, São Carlos, volume 14, número 1, p. 145-157, abril de 2017.

SABOT, Philippe. **Le statut de l'événement dans la pensée de Michel Foucault : des Mots et les choses à L'Archéologie du savoir**. Disponível em <http://hal.univ-lille3.fr/hal-01517790/document>

SAKAMOTO, Takashi. **Le problème de l'histoire chez Michel Foucault**. Tese de doutorado – Université Michel de Montaigne/Bordeaux III, 2011. Orientação: Guillaume Le Blanc.

SIMIAND, François. **Méthode historique et Science sociale**. Revue de synthèse historique, 1903. Disponível em: https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=http://classiques.uqac.ca/classiques/simiand/francois/methode/methode_12/methode_hist_sc_soc2.doc

SKINNER, Quentin. **Razão e retórica na filosofia de Hobbes**. São Paulo: Unesp, 1999.

SKINNER, Q. **Meaning and understanding in the history of ideas**. History and Theory 8(1):3-53, 1969.

SKINNER, Q. **Reason and rhetoric in the philosophy of Hobbes**. Nova York: Cambridge University Press, 1996.

SKINNER, Q. **On intellectual history and the history of books**. Contributions to the History of Concepts 1(1): 29-36, 2005.

TEMPLE, Giovana. **Poder e resistência em Michel Foucault: uma genealogia do acontecimento**. 167 p. Tese de Doutorado – UFSC, São Carlos, 2011.

WAHL, Jean. **Le Malheur de la conscience dans la philosophie de Hegel**. 10ª ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1951.a

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**. São Paulo: EDUSP, 1994.

WHITE, Hayden. **Meta-História: A imaginação Histórica do Século XIX**. São Paulo: Ed. da USP, 1995.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História e Foucault revoluciona a História**. 4.ed. revisada. Brasília: Ed. UNB, 2014.

VEYNE, Paul. **Comment On Écrit L'histoire**. Paris: Éditions du Seuil, 1979.

VEYNE, Paul. **O Inventário das diferenças – História e sociologia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

VEYNE, Paul. **Un archéologue sceptique**. In: ERIBON, D. (Dir.) *"L'infréquentable Michel Foucault. Renouveaux de la pensée critique"*. Paris: EPEL, 2001. VIEIRA, P. P.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991.

YAZBEK, André Constantino. **Itinerários Cruzados: os caminhos da contemporaneidade filosófica francesa nas obras de Jean-Paul Sartre e Michel Foucault**. (Tese de Doutorado) São Paulo: PUC-SP, 2008. Orientação de Salma Tannus Muchail.

YSMAL, C. **Histoire et archéologie. Note sur la recherche de Michel Foucault**. *Revue française de science politique*, vol.XXII, nº 4, pp.775-804, agosto de 1972.